

MARRÕES E BROCAS DE VILA
REAL: ENSAIO GENEALÓGICO
SOBRE OS MAIS ANTIGOS
ANTEPASSADOS CONHECIDOS
DE CAMILO CASTELO BRANCO

MANUEL TAVARES TELES

Coloquei este manuscrito na secção dos fabulários e outras obras curiosas de invencioneiros; porque, a meu juízo, novelas e genealogias pertencem à mesma pauta, e suspeito que o conde de Barcelos não cede em fantasia ao autor das «Proezas da segunda távola redonda».

Um parente de cinquenta e três monarcas
Camilo Castelo Branco

INTRODUÇÃO

O ensaio genealógico aqui apresentado insere-se no campo literário genericamente designado como Biografia Camiliana, complexo conjunto de matérias que suscitou um tão grande número de obras que — em Portugal e em apuramento quantitativo — deixa a enorme distância qualquer outro de semelhante natureza. Cada uma das suas partes tem associado o grupo de autores que a versaram, onde não raramente se destaca um especialista que — frequentemente dando contributo original, mas sempre organizando de mais bem estruturada maneira o conhecimento até então acumulado — produziu obra madura e por vezes considerada definitiva pelos seus contemporâneos. Como exemplos de escritores a quem esse estatuto foi concedido, podemos nomear Henrique Marques, na bibliografia activa, Júlio Dias da Costa, na bibliografia de dispersos, Ludovico de Meneses, na biografia da infância e da juventude, Alexandre Cabral, na epistolografia, e alguns outros, que se ocuparam de temas de mais exíguo âmbito ou de inferior relevância.

Em terrenos de genealogia, o proeminente autor é José de Campos e Sousa, e a obra imprescindível a quem pelo tema se interessar foi publicada em Lisboa no ano de 1946, sob o título de *Processo genealógico de Camilo Castelo Branco*. Nela surgem, criticamente integradas, as anteriores contribuições de Sanches de Baena, de Pedro de Azevedo, de António Baião, de Joaquim Rumina, ao lado de alguns inéditos desenvolvimentos, de maior ou menor relevo, significado e acerto, devidos ao próprio.

Pergunta-se: deixou-nos o autor do *Processo genealógico de Camilo Castelo Branco* obra perfeita? Não deixou. Verificou-se aliás que assim era quando deu a público, cinco anos passados, uma *Actualização do processo genealógico de Camilo Castelo Branco*, 34 páginas de correcções e acrescentos.

Pergunta-se: deixou-nos o autor da *Actualização do processo genealógico de Camilo Castelo Branco* obra perfeita? Não deixou. Por aplicação de genérico princípio, porquanto no *Intróito* que antecede o corpo principal do texto o próprio nos diz que «em genealogia nunca se faz obra definitiva e a última palavra fica sempre por dizer», mas também pela análise do concreto como, espero, o leitor verificará ao longo da leitura deste ainda menos definitivo trabalho, quanto mais não fosse porque aborda apenas uma parte, embora a mais problemática, da matéria versada nas duas evocadas publicações. Isto dito, devemos reconhecer e enfatizar que José de Campos e Sousa indubitavelmente nos favoreceu com «o que de momento — mas só de momento — constitui a última palavra da história trágica e empolgante dos irrequietos e mal-aventurados Brocas da Real Vila trasmontana», afirmação que, desdenhando do transcurso do tempo, manteve durante sete décadas a frescura que tinha no dia em que foi formulada.

Se esse era o caso, questiona-se o leitor, o que terá levado alguém sem competência nem experiência na área — mais precisamente designando: aquele que logo adiante assinará estes introdutórios parágrafos — a imaginar-se capaz de contribuir para um tema já

explorado com saber e dedicação por um reputado e encartado genealogista¹, como tal reconhecido pelos seus pares?

Existe um persuasivo motivo que justifica a ousadia, motivo que, por ser de recente emergência, talvez seja desconhecido do leitor: hoje dispomos, em nossa casa, sobre o tampo da nossa velha e muito amada secretária, de todos os livros paroquiais e notariais produzidos por centenas de párocos e tabeliães, durante os três séculos e meio que separam os meados de Quinhentos dos inícios de Novecentos, no território a que hoje chamamos distrito de Vila Real. Menciono a mui bela Princesa do Corgo e o encantador jardim por onde ela se passeia, não só por ser vila-realense a documentação que consultei durante a investigação que antecedeu e sustenta o ensaio que aqui publico, mas também por ter sido o seu Arquivo Distrital o único que, à data da escrita destas linhas, logrou realizar a digitalização integral do referido espólio, para o disponibilizar aos nossos pasmados olhos. Constitui esta novidade um tão magnífico e positivo desenvolvimento — miraculoso, diriam as gerações que nos precederam —, que me vejo forçado a deixar a sua celebração, por extenso e no tom adequado, a quem possuir a «sonora tuba» dos «nossos maiores», já que, a meu ver, tal tarefa exige nada menos que decassílabo heróico sobre in-fólio máximo. Faço apenas saber a quem me lê que nós outros — aqueles que agora dispomos de tão potente e promissor recurso, e por insignificantes que sejamos — passámos a olhar com sobranceira compaixão os esforçados investigadores que no passado se ocuparam de assuntos aos quais a consulta da colossal biblioteca era necessária, quando não indispensável.

Exposta esta realidade, confessarei qual o móbil que gostaria de ver atribuído à publicação do texto que aqui apresento: uma maneira pessoal de festejar e agradecer a maravilhosa oferta com que nos brindaram, fazendo uso dela. Deste modo, seja este ensaio visto como o resultado de um exercício que pretendeu dar testemunho da utilidade cultural do agora doméstico e banal recurso, ou seja, como uma aplicação sobre a evocada biblioteca paroquial e notarial acessível através da Internet, à qual costumo chamar, no íntimo e retomando a arcaica designação, os Livros Findos da Comarca de Vila Real.

A iniciativa teve um propósito, porque algum deveria ter, de outro modo mais não seria que uma errática e decerto inconclusiva caça aos gambozinos: visou esclarecer o que de verdade existe na parte inicial do manuscrito *Marrões de Vila Real*, texto de elevada importância no quadro da mais remota genealogia de Camilo Castelo Branco, e clarificar dois aspectos desta que sempre me pareceu não terem sido competentemente tratados nas obras dedicadas à ascendência do escritor: a filiação de Domingos Rodrigues Pinto, tronco das duas linhagens nomeadas no título deste livro, e a consistência dos conhecidos elementos biográficos de Lázaro da Costa, seu neto.

Verá o leitor estas questões aqui solucionadas?

¹ Na capa do seu livro *Camilo e a Princesa do Corgo* (Lisboa, 1967), José de Campos e Sousa dá-se como membro da Associação de Arqueólogos Portugueses, do Instituto Português de Heráldica e do Instituto Internacional de Genealogia e Heráldica.

Sim e não. Sim, no sentido em que muitos dos seus aspectos foram inteiramente esclarecidos e todos ficaram mais bem documentados; não, porque a escassez de informação susceptível de ser usada probatoriamente implica por vezes a impossibilidade de encerrar de modo redondo e incontrovertível os de menos trivial solução. Discriminando por assunto, vejamos em que estado as enunciadas matérias estacionaram: a parte relativa ao texto *Marrões de Vila Real* foi clarificada, pelo menos na sua mais interessante vertente; Domingos Rodrigues Pinto quedou-se com duas filiações, uma legal e outra biológica, nenhuma delas coincidente com aquela que um ingénuo Sanches de Baena, um suspeito José de Campos e Sousa e um condescendente Júlio Teixeira lhe atribuíram; Lázaro da Costa passou a dispor de um par de insuspeitadas costelas de nobreza, duas mulheres em vez de uma, e viu o número dos seus filhos aumentado de 9 para 16; embora a parte inverosímil da sua biografia, aquela que mais insistentemente exigia esclarecimento, se esclareceu, é certo, mas graças a um desenvolvimento que a tornou ainda mais insólita.

Sirva este sumário de honesta advertência, mas também de incitamento ao leitor que hesita em penetrar no bizarro universo dos mais antigos ascendentes de Camilo. Permita-me que o encoraje, dizendo-lhe que, mal se decida, logo encontrará matéria de exotismo não dissonante se confrontada com a da restante biografia do escritor, aquele que foi gerado em negligente atropelo do matrimónio católico; que, ao contrário de nós, cidadãos comuns, teve direito a dois assentos de baptismo, um com mãe outro sem ela; que gerou quatro descendentes nenhum deles beneficiando da chancela da então religião do Estado: uma primogénita concebida no quadro de um casamento ilegal; uma segunda filha produto de adultério com mulher solteira; um filho gerado em mulher adúltera; outro simplesmente ilegítimo por resultar da informal união de dois viúvos; tudo rematado por expressivo epílogo, se considerarmos o antecipado óbito promovido pelo próprio, a tiro de revólver, em ostensivo desdém pelas potências celestes com jurisdição sobre esse género de eventos.

Entendo algo dever dizer sobre a monotonia associável à matéria de temática genealógica. Camilo afirmou algures que começou por ler nobiliários para adormecer, depois com uma vaga curiosidade, tendo acabado por procurá-los, adquiri-los e estudá-los com paixão de estudioso e de coleccionador. Questiono o leitor... e se queimássemos, expedita e sabiamente, as duas primeiras etapas? À falta de melhor argumento, aqui deixo o conselho implícito na pergunta, e encerro o assunto nestes termos, não podendo prometer gratificante leitura, nem sequer assegurar a quem me ler que verá substituídas por outras mais frescas, consistentes e isentas do contrapeso da dúvida, todas as convicções que em anterior circunstância adquiriu e que aqui verá serem contestadas.

Outra vez melhor será.

Manuel Tavares Teles

Porto, 2015

O MANUSCRITO *MARRÕES DE VILA REAL*

Em 1925, António Baião, à época director da Torre do Tombo, publicou na Imprensa da Universidade de Coimbra um volume intitulado *Homenagem a Camilo no seu centenário*, onde reuniu três ensaios resultantes da descoberta e do subsequente estudo de interessantes documentos conservados na instituição que dirigia. O primeiro, aquele que inclui matéria contribuinte para o tema aqui tratado, tem por título *O Sangue israelita de Camilo*, e por principal atractivo a transcrição de um notável manuscrito sem data nem autoria, de título *Marrões de Vila Real*, que o autor encontrara numa miscelânea de papelada avulsa, outrora detida pelo chamado Santo Ofício. Pelo teor da «secretíssima informação» — modo como António Baião lhe qualifica o conteúdo — se verifica que ele visava denunciar à infame e homicida instituição a família descendente de um dos mais marcantes de entre os conhecidos antepassados do escritor, Domingos Rodrigues Pinto, sobretudo a linhagem procedente do casamento de Martim Machado Pinto, seu único filho legítimo, com Maria Botelho da Fonseca.

Previamente à análise do curiosíssimo texto, devemos compreender o que significa a designação usada no título.

Marrão não é o mesmo que Marrano. Marrão significava, e continua a significar no português do nosso tempo, tal como Marrano em castelhano, porco já desmamado, mas ainda não adulto; porém, apenas este segundo vocábulo veio a ser usado — primeiro em Espanha e depois, por imitação, em Portugal — como um modo popular e depreciativo de designar os cristãos-novos de etnia hebraica, os judeus que haviam sido convertidos ou forçados à conversão², e os que deles descendiam. Marrão, vocábulo que nunca chegou a ser cometido de equivalente semântica era, em segunda acepção — e continua a ser —, sinónimo de teimoso, obstinado, pertinaz, e decerto em um destes sentidos era a alcunha de Domingos Rodrigues Pinto.

Os *Marrões* evocados no título eram os descendentes daquele que assim fora designado na juventude, e que, com o passar dos anos, se foi tornando no *Marrão Velho*, legando a alcunha simples aos seus dois filhos — o já atrás nomeado Martim Machado Pinto³, seu único filho legítimo, e Domingos Rodrigues Pinto II, seu filho natural e homónimo —, e à prole por um e outro gerada.

Para desde logo deixar inteiramente justificado o título deste estudo, *Marrões e Brocas de Vila Real*, falta apenas esclarecer que Martim Machado Pinto, em muito verde idade,

² Deve dizer-se que em Espanha houve, em finais do século XV, uma significativa vaga de conversões genuínas, ao contrário do que ocorreu em Portugal, onde a maioria dos judeus apenas fingiu converter-se, seja para salvar a vida, seja para evitar que lhes confiscassem os filhos.

³ A alcunha nunca se encontra associada a Martim Machado Pinto, em registos paroquiais ou notariais vila-realenses; surge, porém, em um dos livros de Arroios, freguesia do concelho de Vila Real, no assento de baptismo de uma Maria, celebrado em 11 de Abril de 1655, onde o pai da criança é descrito como *Domingos mosso solteiro criado de Martim Machado Marão* (Domingos, moço solteiro, criado de Martim Machado *Marrão*).

gerou com Isabel Mendes, moça solteira, um filho de nome Lázaro da Costa, que por sua vez viria a produzir uma numerosa descendência de *Brocas*, em cujo seio e por linhagem varonil, Camilo Castelo Branco, três séculos passados, viria a nascer.

Não se pode precisar com absoluto rigor o ano de nascimento de Domingos Rodrigues Pinto, dado que nos sobreviventes livros paroquiais das duas freguesias vila-realenses — São Pedro, a mais dinâmica, abastada e populosa, e São Dionísio, a mais antiga e decadente, hoje chamada de São Dinis — não consta o assento que registou o seu baptismo; mas terá nascido por volta de 1577, como adiante procurarei estabelecer. Segundo a teoria em voga — avançada por Sanches de Baena e relutantemente validada por José de Campos e Sousa —, era filho de um almocreve e de uma tendeira; o que, porém, com mais segurança se pode afirmar é que foi na juventude mercador de loja e posteriormente de sobrado⁴, negociando sobretudo em produtos agrícolas, vinho, azeite, cereais.

É bem sabido, também, que a mulher com quem casou, de seu nome Isabel Machado — *Machada*, como nesse tempo se dizia e escrevia⁵ — tinha meios de fortuna, já que provinha, por via materna, de uma família de abastados negociantes cristãos-novos que — talvez porque fossem originários de Monforte de Lemos, província de Lugo — tinham por alcunha os *Galegos*.

Por ter enriquecido no comércio, por herança ou, mais plausivelmente, dos dois modos, e por ter combatido autonomamente e à sua custa na guerra da Aclamação — da Restauração, como hoje dizemos —, Domingos Rodrigues Pinto, segundo se diz, passou a integrar o patriciado vila-realense, vindo a ocupar, nos últimos anos da vida, cargos públicos de crescente relevância. Eis o que sobre este aspecto José de Campos e Sousa deixou escrito, resumindo trabalhos de autores que o antecederam:

Em dada altura, passou a viver à lei da nobreza, servindo em Vila Real os cargos electivos mais nobres, de indiscutível importância local: foi Irmão Nobre e Provedor da Misericórdia, Juiz na Restauração do Reino e na Aclamação de 1640, por ser o Vereador mais velho do Senado da respectiva Câmara.

Conforme consta do Alvará de Promessa passado ao dito seu filho [Martim Machado Pinto], serviu «à sua custa nas fronteiras da mesma província [Trás-os-Montes] desde o ano de 641 em praça de capitão achando-se na expugnação e desbarate de muitos lugares de Castela, no acometimento de Vila de Rei, recontro que houve com o inimigo e incêndio de muitos lugares circunvizinhos a ela e nos mais rebates que houve em que sempre foi dos primeiros a conduzir juntamente para aquelas fronteiras munições e servir algum tempo de pagador da gente de guerra assistindo com o seu crédito e dinheiro por vezes

⁴ Mercador de loja era aquele que comerciava no espaço subjacente à parte habitada da moradia, isto é, que tinha porta aberta ao passante, correspondendo ao que hoje chamamos retalhista. O mercador de sobrado não lidava com o público em geral, fazendo os seus negócios na parte habitada da casa, ocupando-se de comércio por grosso e de transações de toda a natureza, correspondendo ao que mais tarde se viria a designar por negociante.

⁵ No tempo em que viveu a gente aqui evocada, os apelidos flexionavam de género. Os livros paroquiais e notariais da época abundam em Lobas, Carneiras, Coelhas, Pintas, Peixotas, Cordeiras, Camelas, etc.

para que por falta dele não perecesse o serviço de Sua Majestade e em tudo o mais que tocava a ele obrar com zelo e diligência» (Sousa 1946, p. 139)⁶.

Domingos viria a falecer em 8 de Dezembro de 1643 e, não muito depois, em 1647, os actos de patriotismo que cometera, acrescentados aos devidos a seu filho Martim Machado Pinto, conduziram a que este obtivesse o atrás citado Alvará de Promessa de 20 000 réis de pensão numa comenda da Ordem de Santiago, e o respectivo hábito (ANTT. *Registo Geral de Mercês*, Ordens Militares, liv. 12, fls. 60-60v)⁷, o que lhe consolidou o estatuto que havia adquirido ao casar, em finais da década de 1620, com uma mulher da nobreza vila-realense, Maria Botelho da Fonseca, de quem teve abundante descendência, onde já se encontram familiares do Santo Ofício, cavaleiros da Ordem de Cristo e moços fidalgos da Casa Real.

Foi sem dúvida esta surpreendente escalada social dos Machados Botelhos, os *Marrões* que o autor do manuscrito denunciou e pretendeu aniquilar, a causa da extrema animosidade que despertaram, e que fez com que Francisco Machado Botelho, um dos filhos de Martim Machado Pinto, quando em 1685 se propôs servir a Inquisição no cargo de familiar, se viu forçado a declarar, na documentação que apresentou, serem seus «capitais inimigos» mais de duas dúzias de seus concidadãos, lista onde deve constar o autor dos *Marrões de Vila Real*, que talvez fosse o padre João Correia de Faria, abade de São Dinis entre 1677 e 1719.

Deve dizer-se que o denunciante, ao descrever com desdém e crueldade a deficiente «limpeza de sangue» dos Machados Botelhos, ao nomear os seus membros e ao segui-los de geração em geração, expondo aos seus superiores a herança de «infecta nação» que os inquinava, visava eliminá-los social e até literalmente, sem, contudo, ter logrado, sabemo-lo hoje, desencadear contra eles procedimentos eficazes. As defesas que os *Marrões* pacientemente haviam erigido impediram-no; o uso que fizeram dos estratégicos postos que, entretanto, tinham ocupado, como resultado de uma política de continuada infiltração nas estruturas da Igreja Católica e da própria instituição inquisitorial, permitiu-lhes resistir e derrotar este e outros ataques, como António Baião na sua obra descreveu e documentou.

Teremos oportunidade de verificar que a análise do manuscrito deixa exposta a escassa competência do seu autor em matéria de informação genealógica; o texto, porém e apesar disso, permitiu desenvolver em profundidade a árvore de costados de Isabel Machado, *Malrasca* de alcunha familiar paterna, a mulher de Domingos Rodrigues Pinto, cujo ramo mais relevante para o denunciante, aquele que a ligava aos seus antepassados semitas, pôde ser acrescentado em profundidade, até estacionar no casal de judeus «conversos», Pedro Álvares Galego e Filipa Dias *Cheira-dinheiro*, nascidos por volta de 1520.

Eis, grafada em português actual, a parte do texto que aqui será analisada e comentada, os seus três primeiros parágrafos.

⁶ Os dois Cães aparecem aqui. Dar notícia ao tratar o *Genere* do padre DRP.

⁷ 5 de Junho de 1647: Alvará de Promessa de 20\$000 réis de pensão numa comenda da Ordem de Santiago, com o respectivo hábito, pelos seus serviços e os de seu pai em Trás-os-Montes.

Marrões de Vila Real.

Pedro Álvares Galego, e sua mulher Filipa Dias, cristãos-novos inteiros, [foram] moradores na Rua Nova de Vila Real, freguesia de São Dionísio, e mercadores haverá 160 anos, tratantes⁸ e muito ricos. Destes nasceu Manuel Lobo Machado, que foi muito rico, e teve três filhas⁹ e uma sobrinha consigo. A um filho ou neto, filho de uma das ditas filhas, que todas casaram com boa gente em razão da muita riqueza que tinham, chamaram Pedro Machado da Mesquita.

Este Pedro Machado casou com uma filha da Amara; desta não teve filhos, porém o dito Pedro Machado emprenhou duas vezes a dita Amara sua sogra, que era natural da freguesia do Bico[?]¹⁰, da Comarca de Vila Real, de cujos partos nasceram Pedro Machado da Mesquita, estudante de Coimbra; este não se formou, nem casou, e também nasceu Isabel Machada.

Esta Isabel Machada casou com Domingos Rodrigues Pinto que era enjeitado, e de alcunha o Marrão velho; destes nasceu Martim Machado que casou com Maria Botelha cristã-velha, irmã de António Botelho Borges, o cego. Destes nasceu António Machado Botelho, que casou com Maria Botelha, sua prima, por ser filha de João Rodrigues Pinto. Destes nasceu João Correia Botelho, que casou com Maria de Sousa cristã-velha. Destes nasceu o Padre Luís Correia Botelho, pároco de S. Pedro e comissário do Santo Ofício, e D. Maria Isabel casada com António Botelho, Familiar do Santo Ofício, e outras mais filhas¹¹.

Começando pela parte menos interessante, devo esclarecer que António Machado Botelho (1630-1693) era filho da nomeada «Maria Botelho cristã-velha», aliás Maria Botelho da Fonseca, e de seu marido Martim Machado Pinto. Casou duas vezes, a primeira com Helena Botelho da Mesquita, em 1653, e a segunda com Maria Ana de Azevedo Castro, em 1667. Não casou, como se verifica, nem nunca poderia ter casado, com a «Maria Botelho, sua prima», aliás também Maria Botelho da Fonseca, que de facto era uma filha do seu segundo casamento.

Também o João Rodrigues Pinto — escrivão da Câmara Eclesiástica de Vila Real, filho de Manuel Botelho Carneiro, o *Botelinho*, e de sua primeira mulher D. Joana Correia; neto paterno de João Carneiro de Morais e de sua mulher D. Isabel Correia Botelho; e materno de Álvaro Cão e de sua mulher D. Beatriz Correia — não era irmão nem sequer familiar de Domingos Rodrigues Pinto. A coincidência dos apelidos contribuiu para a confusão.

⁸ Segundo Silva (1789, vol. II, p. 485) é aquele que trata de alguma mercancia, ou coisa semelhante; negociante.

⁹ Na transcrição de António Baião está «três filhos», o que se não conforma com o que logo adiante se lê, «uma das ditas filhas». Há que reconhecer, contudo, que o autor do manuscrito não exclui a possibilidade de ter havido pelo menos um filho varão, quando sugere a existência de um «filho ou neto, filho de uma das ditas filhas» de Manuel Lobo Machado. Na realidade, o primogénito de Pedro Álvares Galego teve, como veremos, filhas e filhos, embora mais filhas do que filhos, como adiante veremos.

¹⁰ O ponto de interrogação já consta na transcrição de António Baião e, com efeito, nunca existiu uma freguesia do *Bico* (grafia usada na transcrição), na antiga comarca de Vila Real, nem mesmo no actual distrito.

¹¹ Nota de António Baião: «Códice 1460 do Santo Ofício, fl. 170».

A vida, no entanto, viria a aproximar os descendentes de ambos, quando uma filha do primeiro, Helena Botelho da Mesquita, casou na paroquial de São Dinis em 22 de Maio de 1653, com o atrás nomeado António Machado Botelho, neto do segundo (cf. Teixeira 1946-1952, vol. I, pp. 279, 322). Compreende-se agora que o autor do manuscrito ao referir a «Maria Botelho, sua prima», tinha em mente Helena Botelho da Mesquita, que, não sendo «sua prima», era efectivamente «filha de João Rodrigues Pinto».

O manuscrito continua dando nota dos descendentes de Martim Machado Pinto que se haviam insinuado nos quadros da hierarquia católica, denunciando as solidariedades «de nação» que mantiveram, e narrando exóticos e escandalosos casos, tal como o de um padre, um tal André Botelho, que teria confessado que «pelo mau sangue que tinha, poucas vezes dizia missa que lhe não desse na vontade meter a hóstia, depois de consagrada, debaixo dos pés».

É, contudo, António Baião quem, no seu ensaio, nomeia em extensão os leigos que foram familiares e os sacerdotes que chegaram a comissários e protonotários do Santo Ofício, cujo desempenho nos inquéritos conduzia a que as acusações se desvanecessem, e revela os intrincados laços de sangue que os uniam, produto da política de casamento endogâmico que efectivamente os cristãos-novos seguiam, e continuariam a seguir nos séculos subsequentes, em Vila Real e no resto do país.

OS GALEGOS

Do manuscrito intitulado *Marrões de Vila Real*, e reflectindo a ambiguidade do seu teor, podem extrair-se duas árvores de costados de Isabel Machado *Malrasca*. A primeira, tomando Pedro Machado da Mesquita como filho de Manuel Lobo Machado e considerando, por omissão, todos aqueles de ascendência desconhecida como cristãos-velhos:

Manuel Lobo Machado (cristão-novo) e sua mulher (cristão-velho);
Pedro Machado da Mesquita (1/2 cristão-novo) e sua amante Amara (cristã-velha);
Isabel Machado *Malrasca* (1/4 cristã-nova).

A segunda, tomando-o como filho de uma não discriminada filha de Manuel Lobo Machado:

Manuel Lobo Machado (cristão-novo) e sua mulher (cristã-velha);
Filha dos anteriores (1/2 cristã-nova) e seu marido Pedro da Mesquita (cristão-velho);
Pedro Machado da Mesquita (1/4 cristão-novo) e sua amante Amara (cristã-velha);
Isabel Machado *Malrasca* (1/8 cristã-nova).

Ambos os esquemas eram, porém, inaceitáveis face ao conhecimento entretanto adquirido, quando o genealogista José de Campos e Sousa apresentou, no *Processo genealógico de Camilo Castelo Branco*, a sua versão da árvore de costados da mulher de Domingos

Rodrigues Pinto. Nela intercalou uma geração que se não deduz do texto dos *Marrões*, a de Inês Machado e de seu marido Martinho Fernandes *Malrasca*¹², por haver notícia, desde a publicação em 1906-07 dos estudos de um funcionário superior da Biblioteca Nacional, Pedro de Azevedo — vindos a público anteriormente até à edição do livro de António Baião —, de serem estes os progenitores de Isabel Machado.

Estava o *Processo genealógico* quase a sair do prelo, quando José de Campos e Sousa teve conhecimento da existência, na Torre do Tombo, de documentação onde constavam dados relevantes para o seu trabalho.

Já depois de impressa grande parte desta obra, o meu parente e amigo Dr. Eugénio de Freitas¹³ comunicou-me a existência de três valiosos documentos por ele encontrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A saber: Os Processos-Crime n.ºs 94 (Maço 5), 9.927 (Maço 422) e 10.057 (Maço 428), da Inquirição de Coimbra, referentes a Filipa de Mesquita, sua sogra Filipa Dias e seu sogro Pedro Álvares, «o Galego» de alcunha, que não de apelido.

Estudei-os, minuciosamente. Que dizem eles? Eis em resumo, aquilo que interessa ao *Processo Genealógico de Camilo Castelo Branco*.

Jácome Lobo, cristão-novo, morador em Vila Real, irmão de Manuel Lobo Machado, denunciou ao Santo Ofício, no ano de 1570, sua mulher Filipa de Mesquita, sua mãe Filipa Dias, e seu pai Pedro Álvares, «o Galego». Na opinião da mulher, o denunciante era sujeito muito desbaratado em seu viver, desperdiçado e taful¹⁴. O juízo que dele faziam os pais não era mais favorável. Para Filipa Dias, ele era homem de muito maus costumes, de muito ruim vida e de muito fraco juízo e entendimento, que conversava continuamente com homens baixos e de ruins vidas, e que jogara mais de dois mil cruzados¹⁵ da fazenda de seus progenitores, bem como todo o dote que lhe haviam dado em casamento; acresce que chamava muitos nomes à mãe. Pedro Álvares não era mais benigno: em seu conceito, Jácome era homem muito desbaratado, que lhe tinha jogado e furtado três mil cruzados e feito outros desconcertos.

«O Galego», natural de Vila Real e rendeiro de seu ofício, foi preso pela Inquirição a 10 de Setembro de 1570. Era filho de Álvaro Lobo, cristão-novo, falecido antes de 21 de Outubro de 1570, e de sua mulher Maria Dias, também cristã-nova e falecida antes da mesma data. E era irmão inteiro de Heitor Lobo, organista, que vivia no Porto, casado com Susana Cardoso, cristão-velho; Duarte Álvares, sapateiro, que vivia na Galiza — na Vila de Monforte de Lemos —, casado com Catarina Fernandes, cristã-velha, tecedor de veludos; e Leonor Álvares, que vivia na dita Vila de Monforte de Lemos, casada com Manuel Rodrigues, cristão-novo, sapateiro e tratante. Era ainda,

¹² Martinho e Martim eram o mesmo nome, e tanto este Martinho Fernandes como o já mencionado Martim Machado Pinto aparecem, nos livros paroquiais e notariais, indiferentemente nomeados de um e outro modo.

¹³ Eugénio Eduardo de Andrea da Cunha e Freitas (1912-2000), jurista, genealogista e historiador, bem conhecido no Porto, por ter colaborado abundante e competentemente n' *O Tripeiro*, onde publicou dezenas de excelentes artigos.

¹⁴ Taful, feminino tafula: indivíduo que se veste com exagerado esmero.

¹⁵ O cruzado equivalia a 400 réis, ou de outro modo, a 20 vinténs (\$020), a 10 patacos (\$040), a 4 tostões (\$100).

meio-irmão de António Lopes, bastardo, sapateiro, que vivia na Galiza, em Lugo, casado com Isabel Lopes, 1/2 cristã-nova.

Filipa Dias nasceu no ano de 1520, pois contava 50 anos em 1570. Natural e moradora em Vila Real, recebeu o baptismo na Freguesia de S. Dinis e o crisma no Mosteiro de S. Domingos. Foram seus pais Diogo Dias, por alcunha bem característica «o Cheira Dinheiro», cristão-novo, falecido antes de 1570, e Isabel Dias, cristã-nova, também falecida anteriormente ao Processo. Era irmã de Rui Dias, almoxarife¹⁶ de D. Duarte de Meneses, viúvo de Genebra Correia, cristã-velha, morador em Vilar de Maçada; Manuel Lourenço, Clérigo de Missa e Reitor da Igreja de S. Martinho de Bornes; a cinco léguas de Vila Real; Jorge Gago, casado com Joana de Baiona, cristã-velha; Martim Soares, Clérigo de Missa e confirmado na Igreja da Torgueda, a uma légua de Vila Real; Branca Dias, moradora em Vila Real, casada com Pedro Rodrigues, cristão-novo, mercador¹⁷; Inês Lourenço, moradora em Vila Real, casada com Fernão de Faria, cristão-novo, tratante; Beatriz Lourenço, moradora em Vila Real, casada com João Luís, cristão-novo, tratante; Leonor Dias, moradora em Vila Real, casada com João Gonçalves, cristão-velho; Violante Dias, moradora em Alfarela, concelho de Jales, casada com Luís Álvares, cristão-novo, tabelião; e Cecília Dias, moradora no lugar de Parada¹⁸, a quatro léguas de Vila Real, casada com Gonçalo Monteiro, cristão-velho.

Pedro Álvares e sua mulher Filipa Dias tiveram numerosa prole: Manuel Lobo Machado, o primogénito, rendeiro como seu pai, que nasceu em 1540, morou na rua Nova de Vila Real e casou com Beatriz Lopes, cristã-nova; Jácome Lobo, facinoroso denunciante da família, que nasceu em 1544 ou 1545, residiu em Vila Real e casou com Filipa de Mesquita, cristã-nova, conforme já se disse; Miguel Lobo, que nasceu em 1555 e era solteiro em 1570; João Lobo, que nasceu 1556 ou 1557; Maria Guedes, que nasceu por volta de 1548 e casou com Manuel Botelho, cristão-velho, morador em Vila Real; e Violante Guedes, que casou com Gonçalo Leitão, cristão-velho, também residente em Vila Real¹⁹.

Tanto a nora como os sogros foram condenados a irem a Auto de Fé, em corpo, com uma vela acesa na mão, e a lá fazerem abjuração pública *de vehementi* suspeitos na Fé. De pouco valeu a Filipa Dias ter contestado, na ânsia de se salvar, que era de muito

¹⁶ Almoxarife: funcionário encarregado da cobrança de impostos, direitos ou foros. Estava igualmente a seu cargo o pagamento das «quantias», «moradias» e demais mercês régias ou senhoriais, bem como de outras despesas. Os almoxarifes recebiam dos contadores da Fazenda as declarações e títulos das rendas das respectivas comarcas (*ver melhor*).

¹⁷ No livro de José de Campos e Sousa, é nomeado como marido de Branca Dias Cristóvão Rodrigues, cristão-novo, mercador, quando o que consta, sem qualquer dúvida, no processo de Filipa Dias *Cheira-dinheiro*, é o que acima se lê.

¹⁸ Este lugar de Parada, dadas as 4 léguas que distava de Vila Real, designava Parada de Pinhão, já que Parada de Cunhos confina com São Dinis.

¹⁹ Violante Guedes, que casou na paroquial de São Dinis, em 7 de Fevereiro de 1570, com Gonçalo Leitão da Mesquita, filho de Francisco Leitão e de Beatriz Correia, cristãos-velhos, de quem teve pelo menos dois filhos: Filipa Correia da Mesquita, que casou com João de Macedo Soutomaior, cristão-velho, e Pedro Correia, que, por ficar órfão ainda em menor idade, teve por tutor o nomeado cunhado, cuja gestão da sua herança viria contestar, apesar de este lhe ter salvado a vida, quando, curiosamente, chegou a ser condenado à morte em Valladolid (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 8.º Ofício, liv. 10, escritura datada de 3 de Novembro de 1621).

bons parentes, assim pela parte paterna, como pela materna, que seus filhos e sobrinhos, todos casados com pessoas muito honradas, fidalgas, cristãs-velhas e das principais da terra regiam e governavam Vila Real, servindo todos os ofícios públicos de Vereadores, Juizes, Vereadores da Misericórdia e Mordomos do SS. Sacramento; que tinha dois irmãos inteiros Capelães da Infanta D. Isabel; e que os seus parentes eram criados de Príncipes, e alguns da referida Senhora! A infeliz foi posta a tormento antes de em público abjurar os crimes — verdadeiros ou supostos — que o mau filho denunciara (Sousa 1946, p. XXX).

Deve dizer-se que, no que à descendência de Pedro Álvares Galego e Filipa Dias Cheira-dinheiro respeita, os «crimes — verdadeiros ou supostos — que o mau filho denunciara» não foram inventados; eram reais e as subseqüentes gerações continuariam a praticá-los.

Deixando para mais tarde o primogénito e a sua prole, vejamos:

Jácome Lobo, nascido em 1644-45, casou com Filipa da Mesquita — filha de Bernardo Rodrigues *Catela*, de São João da Pesqueira, e de sua mulher Ana Lopes, cristãos-novos inteiros — em 29 de Outubro de 1566, na freguesia de São Dinis, onde terá nascido Filipa da Mesquita Lobo — que viria a ser a terceira mulher de seu primo co-irmão Gonçalo Lobo Guedes, um filho de Manuel Lobo Machado — e talvez outros filhos, entre eles uma Ana Jácome, de alcunha *Maria Hebreia*, viria a casar em São Dinis, em 6 de Novembro de 1586, com Rui Pires da Fonseca, de Guiães²⁰. Residiram depois em São Pedro, onde baptizaram Leonardo, em Junho de 1588, e Manuel, no último dia de 1590. Este Manuel teve por padrinho Henrique Rodrigues *Catela*, cristão-novo de São João da Pesqueira, que viria a casar, em Fevereiro de 1605, com a mãe do afillhado — com quem gerou pelo menos cinco filhos: Maria (1605), Beatriz (1606), Isabel (1609), João (1610) e Mateus (1612) —, e por madrinha Maria Rebelo, cristã-nova, sua tia paterna por afinidade, por ser mulher de João Lobo, irmão de Jácome. O filho Manuel, nomeado como capitão Manuel Lobo, viria a falecer anteriormente a 1628, no chamado «Reino de Cartagena», na actual Colômbia (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 1.º Ofício, 18 de Novembro de 1628).

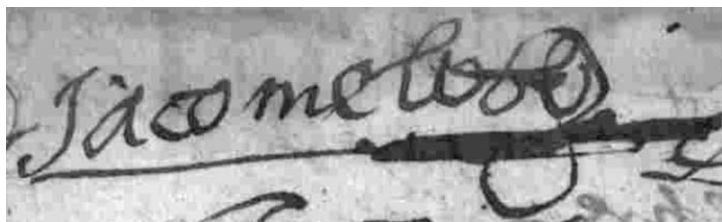


Fig. 1. Assinatura de Jácome Lobo
Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real

²⁰ Uma filha deste casal, de nome Maria Jácome Pimentel, de alcunha *Maria Hebreia*, viria a casar em São Dinis, em 6 de Novembro de 1586, com Rui Pires da Fonseca, de Guiães.

Miguel Lobo, também nomeado como Miguel Álvares, nascido por volta de 1655, viria a casar com Filipa de Magalhães, filha de Fernão da Mesquita e de sua mulher Ana Borges, cristãos-velhos, na igreja da Misericórdia, em 30 de Novembro de 1581, tal como consta no respectivo livro paroquial de São Dinis. Testemunharam o casamento Álvaro Lobo, Pedro de Queirós e o padre Martim Soares, cristão-novo inteiro, clérigo de missa confirmado na igreja da Torgueda e tio materno da criança. O casal teve pelo menos uma filha, de nome Isabel de Magalhães, que casou em 12 de Junho de 1613 com António Botelho Carneiro, cristão-velho, filho de Manuel Botelho Carneiro. Miguel Lobo foi rendeiro e terá falecido não muito depois de 1620.

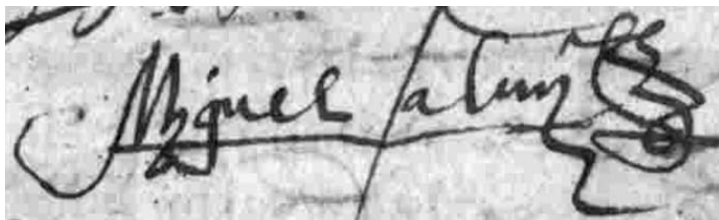
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly textured paper. The signature is written in a cursive, historical script. The name 'Miguel' is clearly legible, followed by 'Álvares' which is more stylized and intertwined with the final flourish of the signature.

Fig. 2. Assinatura de Miguel Álvares
Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real

João Lobo, nascido em 1556-57, casou na paroquial de São Dinis com Maria Rebelo, cristã-nova, filha de Manuel Teixeira e de sua mulher Joana Correia, em 28 de Outubro de 1586. Terá falecido não muito depois de 1613.

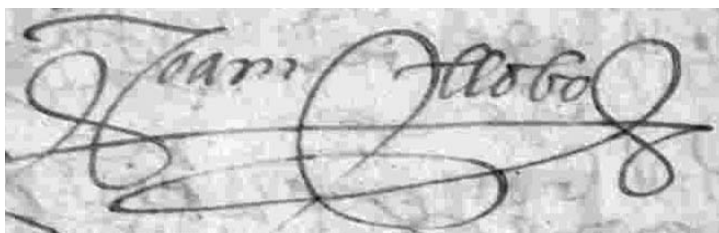
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly textured paper. The signature is written in a cursive, historical script. The name 'João' is clearly legible, followed by 'Lobo' which is more stylized and intertwined with the final flourish of the signature.

Fig. 3. Assinatura de João Lobo
Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real

Maria Guedes, nascida por volta de 1548, que casou, antes de Outubro de 1576, com Manuel Botelho, cristão-velho, morador em Vila Real. O casal gerou duas filhas: Filipa Botelho, que em 26 de Fevereiro de 1584 casaria com Rui de Nisa da Mesquita, morgado de Lordelo, filho de Pedro de Nisa e de sua mulher Francisca da Mesquita; e Catarina de Barros, que casou em Abril de 1588 com um tal Gaspar Gonçalves, decerto cristão-velho. Filipa Botelho terá vivido na ortodoxia católica, já que há notícia de, em

Março de 1602, ter oferecido 90 carros de pedra para que se construísse o convento de Santa Clara (Teixeira 1946-1952, vol. I, p. 116).

Violante Guedes, que casou na paroquial de São Dinis, em 7 de Fevereiro de 1570, com Gonçalo Leitão da Mesquita, filho de Francisco Leitão e de Beatriz Correia, cristãos-velhos, de quem teve pelo menos dois filhos: Filipa Correia da Mesquita, que casou com João de Macedo Soutomaior, cristão-velho, e Pedro Correia que, por ficar órfão ainda de menor idade, teve por tutor o nomeado cunhado, cuja gestão da sua herança viria contestar. Curiosamente, havia sido salvo pelo tutor quando, em Valladolid, chegou a ser condenado à morte (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 8.º Ofício, 3 de Novembro de 1621)²¹.

A esta lista falta, como é notório, o primogénito do *Galego* e da *Cheira-dinheiro*. Por ser o seu contributo o mais importante para a genealogia camiliana e porque sobre o próprio, surpreendentemente, quase não existe informação, vejamos com o pormenor possível os dados coligidos sobre a sua prole:

Filipa Lobo, filha de Manoel Lobo e de sua mulher Briatis Lopes, que casou em São Dinis, a 10 de Outubro de 1582, com Rui Pinto [Pereira], filho que ficou²² de Francisco Pinto e de Filipa de Carvalhais (ADVRL. *Paróquia de São Dinis*, Registo de casamentos, liv. 116, imagem 061)²³. O casamento foi celebrado pelo reitor de Bornes, Manuel Lourenço, irmão de Filipa Dias *Cheira-dinheiro*, e testemunhado pelo médico Simão Lourenço, tio materno da noiva, como veremos. O casal residiu em Vila Real e em Paços, onde nasceu a sua única filha, também Filipa de Carvalhais, que geraria com seu marido Francisco da Mesquita, cristão-velho de Sabrosa, António (1608), Rodrigo (1611), João (1611), Dionísio (1614), Jacinto (1616) e Luís (1618). Francisco da Mesquita incluiria ainda, na lista dos seus descendentes, um filho natural de nome Pedro (1617), gerado com Domingas, moça solteira de Paços. Filipa Lobo surge pela última vez nos Paroquiais de Paços, em Abril de 1620.

Maria Guedes, que casou anteriormente a Abril de 1585 com Sebastião Pereira Pinto, tendo enviuvado entre esta data e 4 de Março de 1591, dia em que «o senhor Manuel Lobo, e assim a senhora Maria Guedes, dona viúva, sua filha, mulher que ficou de Sebastião Pereira, que está em glória», constituíram no 4.º Ofício Notarial de Vila Real um procurador para representar os interesses dos órfãos de menor idade, Diogo, Joana, Manuel, Dinis e Sebastião, que seriam nomeados em 1615 — com excepção do mais novo, que terá entretanto falecido —, numa escritura de venda, como Diogo Pereira Pinto, Joana Pereira, Manuel Pinto Pereira e Dinis Pereira, de quem Manuel Lobo Machado era tutor.

²¹ A informação relativa a «Violante Guedes» está repetida atrás, nota 19 [NE].

²² As expressões «filho que ficou de» e «filho que foi de» significavam que o progenitor em causa era «já defunto», modo de dizer que também se encontra com frequência nos livros paroquiais.

²³ Esta mulher consta nos *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo* (Teixeira 1946-1952, vol. III, p. 377) como Filipa Carvalhais.

Branca Lobo, ou Branca Lopes, *filha de Manoel Lobo e de Briatis Lopes sua mulher* (ADVRL. *Paróquia de São Dinis*, Registo de casamentos, liv. 116, [imagem 064])²⁴, que casou em São Dinis, aos 7 de Abril de 1584, com Francisco Pereira Vila Real, cristão-novo, *prebendeiro da cidade de Bragua*²⁵, filho de Gonçalo Rodrigues Vila Real e de sua mulher Violante Rodrigues, que foi preso em 1618 e faleceu no cárcere em 1631. O assento deste casamento foi posteriormente anotado e esclarecido: em nota superior, *Francisco Pereira Vila Real*, e em nota à margem, *Cristãos* [posterior mancha de tinta voluntária] *ambos*, ou seja, *cristãos-novos ambos*. O casal viveu em Braga e na quinta de Penavil, concelho de Barcelos, onde, em 1624, Branca Lopes seria presa, juntamente com duas filhas solteiras, Violante Lobo e Beatriz Guedes, tendo sido posteriormente julgada pela Inquisição de Coimbra, que a condenou por judaísmo em 1631. Violante Lobo saiu em auto-de-fé nesse ano e Beatriz Guedes faleceu no cárcere, em 1634. O casal gerou ainda três filhos varões, Manuel Lobo, que foi cônego em Braga, Matias Pereira e Gonçalo Pereira.

Joana Guedes, nascida por volta de 1585, casou com Simão Rodrigues de Lima²⁶, mercador, decerto cristão-novo, de quem teve quatro filhos: Isabel Lobo, que casou com Luís de Melo, cristão-novo, advogado no Porto e depois em Lisboa; Beatriz Guedes, que casou com Duarte do Vale, cristão-novo, que em 1635 se encontrava no Brasil; Manuel Lobo, nascido por volta de 1616; e Simão Rodrigues, «que ela pariu nos cárceres de Coimbra», onde estava presa em 1618 e saíra «reconciliada». Joana Guedes, que depois de casada residiu no Porto, após ter enviuvado, passou a viver com sua filha Isabel, em Lisboa, onde de novo foi presa e processada por judaísmo, heresia e apostasia, em 1635, tendo sido condenada dois anos depois a «ir ao auto-de-fé com hábito penitencial diferenciado com insígnias de fogo e uma vela na mão, cárcere a arbítrio» e etc.

Ana Guedes, *filha de Manoell Lobo e de sua mulher Briatis Lopes*, que casou em São Dinis, a 17 de Novembro de 1592, com Gonçalo Correia, que contava então cerca de 20 anos²⁷ e era filho de Pedro Correia²⁸ e de sua mulher Catarina Teixeira, cristãos-velhos. O assento de casamento mereceu uma anotação, revelando o nome completo do marido: *Gonçalo Correia da Mesquita* (ADVRL. *Paróquia de São Dinis*, Registo de casamentos, liv. 116, [imagem 075]). O casal teve, talvez entre outros, um filho varão, Pedro Correia da Mesquita, de quem abundantemente falaremos, e pelo menos três filhas, Filipa Correia, Francisca Teixeira e Catarina Teixeira.

²⁴ A mãe da noiva surge por vezes nomeada como Filipa de Carvalhais.

²⁵ Prebendeiro: arrematador de rendas eclesiásticas.

²⁶ **Simão Rodrigues de Lima** (GeneAll Id=431389). **VER** o que lá consta não parece ser esta.

²⁷ Gonçalo Correia da Mesquita declarou ter 48 anos quando, em 1620, prestou declarações ao Santo Ofício, no quadro do processo de António Lopes, sobrinho de Beatriz Lopes, mulher de Manuel Lobo Machado. Deste modo, terá nascido cerca de 1572.

²⁸ Este Pedro Correia seria, com grande probabilidade, Pedro Botelho Correia, que frequentou a Universidade de Coimbra nos anos de 1573 e 1574.

Beatriz Lopes, filha de *Manoel Lobo e de sua mulher Briatris Lopes* (ADVRL. *Paróquia de São Dinis*, Registo de casamentos, liv. 116, [imagem 083]), que casou, na paroquial de São Dinis, em 16 de Março de 1597, com António da Mesquita, *filho que foi* de António da Mesquita, de Sabrosa. O assento de casamento foi anotado à margem: *Nasceu destes, António da Mesquita, chamado o Mesquitinha, que casou com D. Maria de Macedo, desta vila, de que não ficaram filhos nem outra alguma geração deles*. Efectivamente, o *Mesquitinha*, de seu nome completo António da Mesquita Tavares, figura no mesmo livro a casar, em 20 de Abril de 1634, com Maria de [Macedo] Soutomaior²⁹, filha de João de Macedo Soutomaior e de Filipa Correia da Mesquita, e neta materna de Gonçalo Leitão da Mesquita e de Violante Guedes — esta, por sua vez, filha de Pedro Álvares Galego —, reafirmando-se em anotação que não ficou deste *Mesquitinha de Sabrosa geração alguma como fica declarado neste Livro, folha 89 verso*.

Gonçalo Lobo Guedes, que foi preso em 1620, processado por judaísmo e condenado a auto-de-fé em 1638. No sumário do processo consta ter sido casado três vezes, a primeira com Beatriz da Mesquita, a segunda com Grácia de Sousa e a terceira com Filipa da Mesquita Lobo, filha de Jácome Lobo. Teve, de Beatriz da Mesquita, três filhas: Maria Guedes, que casou com o licenciado João da Fonseca Lobo, cristão-novo, ouvidor³⁰ na vila, tendo depois estabelecido residência em Braga, onde foi presa em 1623 e condenada a auto-de-fé em 1626, acabando por se ausentar, em meados de 1650, já viúva e na companhia de um filho, António da Fonseca Guedes, casado com Beatriz Mendes, da Guarda, para França, e depois para Hamburgo; Isabel da Mesquita, que casou com António Correia de Macedo, cristão-velho, de quem teve oito filhos — um deles de nome Gonçalo Correia da Mesquita, que foi estudante em Coimbra mas nada indica que se tenha formado —, e viveu «de sua fazenda» em Guiães e em Vila Real; Branca Lobo Guedes, que nunca casou e também se instalou em França, juntamente com Maria Guedes e seu filho³¹. Gonçalo Lobo Guedes teve ainda, em 31 de Agosto de 1601, uma filha nascida em Paços, de nome Luísa, gerada com Ana, solteira da dita freguesia. Faleceu no cárcere da Inquisição.

Belchior Lobo, cuja filiação foi exposta por uma sua prima co-irmã, sobrinha de sua mãe Beatriz Lopes, a cristã-nova Maria de Sousa, viúva de Gaspar Rodrigues *Tobim*, que o nomeou como tal quando encarcerada no Paço dos Estaus, sede nacional da Inquisição, sem ter memória de outros primos e primas, sem sequer ter sido capaz de recordar o nome da esposa de Belchior, que era Isabel Correia, de quem este teve pelo menos dois filhos, ambos baptizados em São Pedro: Manuel em 23 de Janeiro de 1600 e António em 4 de Outubro de 1606. Foi rendeiro e terá falecido em 1609 ou pouco depois.

²⁹ Pouco antes, o *Mesquitinha* havia dotado com a legítima de sua mãe a futura mulher, nomeada, algo pleonasticamente, como *Briatris Lopes Loba* (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 6.º Ofício, 15 de Fevereiro de 1634).

³⁰ Ouvidor: magistrado que viria a ser designado como delegado procurador régio.

³¹ Cf. Processo de Gonçalo Lobo Guedes II, filho de Maria Guedes, 1658 (ANTT. *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 10465 [NE]).

A estes há que acrescentar Inês Machado, que parece não ter sido incomodada pela Inquisição — decerto por ter casado com um cristão-velho —, de quem adiante nos ocuparemos.

José de Campos e Sousa, não podendo alterar a já impressa árvore de costados, nem os comentários e esclarecimentos que a acompanham e enriquecem, limitou-se a corrigir o cálculo das partes de sangue hebraico, de alguns ascendentes de Martim Machado Pinto nela incluídos, começando por Beatriz Lopes, cristã-nova inteira.

Pelo que se vê, motivo tinha Camilo para afirmar que «costumavam os nossos avós queimar os judeus — (não assevero que os avós de quem isto escreve não fossem também queimados)» (Castelo Branco 1929, vol I, p. 147); embora, em boa verdade, nunca tenham chegado a sê-lo.

Após ter esclarecido os seus leitores sobre o conteúdo relevante dos três processos motivados pela denúncia de Jácome Lobo, José de Campos e Sousa encerrou o livro, mas não o assunto, pois em 1951 publicaria, na revista vimaranense *Gil Vicente*, uma já mencionada *Actualização do processo genealógico de Camilo Castelo Branco*, muito extenso artigo de que existe separata, onde apresentou uma corrigida árvore de costados.

Eis o que nos oferece como argumento justificativo dela:

O Códice n.º 1450 do Santo Ofício, na informação inquisitorial intitulada Marrões de Vila Real, afirma que Martim era 5.º neto de Pedro Álvares, «o Galego». Por dedução cronológica sou, todavia, levado a concluir que a avó materna de Martim, Inês Machado, era filha de Manuel Lobo Machado e que «o Galego» era, portanto, trisavô de Martim (Sousa 1951, p. 19).

A nova árvore, além de acrescentar uma geração em profundidade, a formada pelos progenitores de Pedro Álvares e pelos de Filipa Dias, e de incluir o nome da mulher de Manuel Lobo Machado, Beatriz Lopes, informação proporcionada pelas declarações dos denunciados por Jácome Lobo, reflectia também a nova perspectiva do autor, que entendeu dever eliminar o Pedro Machado da Mesquita e a Amara, o incestuoso casal que o manuscrito *Marrões de Vila Real* nos dera a conhecer.

Sobre Beatriz Lopes, a mulher de Manuel Lobo Machado, alguma informação suplementar à publicada por José de Campos e Sousa posso adiantar: era filha do mercador Pedro Lourenço e de sua mulher Branca Lopes, ambos cristãos-novos naturais e moradores em Vila Real, e teve por irmãos Gabriel Lourenço, mercador, casado com Francisca Nunes, natural de São João da Pesqueira; o licenciado Simão Lourenço, médico, casado com Maria Lopes; António Lopes, tratante, casado com Inês de Sousa; Isabel Lourenço, casada na Pesqueira com o tratante António Pires; Francisca Lourenço, casada com Pedro Dias, tratante; e Ana Lourenço, casada na Pesqueira com Simão Nunes, tratante.

Nesta lista de irmãos — ditada em Lisboa no Paço dos Estaus por António Lopes, «mercador de panos» vila-realense filho do atrás nomeado Gabriel Lourenço —, Beatriz

Lopes, dada como sua tia paterna, ocupa o último lugar, descrita como «casada com Manuel Lobo, que vivia por sua fazenda», deixando-nos a ideia de que seria a mais nova da sua geração.

Também sobre Diogo Dias, o *Cheira-dinheiro*, pai de Filipa Dias, se pode acrescentar que era rendeiro e, pelo menos em certa época, morador na Campeã, informação que se retira de um processo inquisitorial, a *Suspeição de Luísa Maria Teixeira* (1741) (Azevedo 1916, p. 17).

Deve notar-se que, ao apresentar a árvore de costados acima reproduzida, José de Campos e Sousa se colocou em posição já substancialmente distante da descrita nos *Marrões de Vila Real*. As alterações foram-se impondo, suscitadas pela problemática ligação entre Manuel Lobo Machado e Isabel Machado, mulher de Domingos Rodrigues Pinto.

Logo à partida e segundo a própria «secretíssima informação», vimos o fluxo geracional estabelecido de dois modos:

1. Manuel Lobo Machado > Pedro Machado da Mesquita > Isabel Machado.
2. Manuel Lobo Machado > filha casada com Pedro Machado > Pedro Machado da Mesquita > Isabel Machado.

O competente genealogista começou por adoptar a primeira sequência, mas acrescentada com a geração de Inês Machado, incontornável personagem após terem vindo a público os resultados das investigações de Pedro de Azevedo. Forneceu-nos, por isso, uma terceira versão:

3. Manuel Lobo Machado > Pedro Machado³² > Pedro Machado da Mesquita > Inês Machado > Isabel Machado.

Confrontamo-nos agora com uma quarta versão, resultante da confessada «dedução cronológica»:

4. Manuel Lobo Machado > Inês Machado > Isabel Machado.

³² Em verdade, José de Campos e Sousa escreveu, em vez de Pedro Machado, «... Machado»; mas segundo o documento *Marrões de Vila Real*, sua única fonte, o filho ou neto de Manuel Lobo Machado era Pedro, fosse ele Machado, ou Machado da Mesquita.

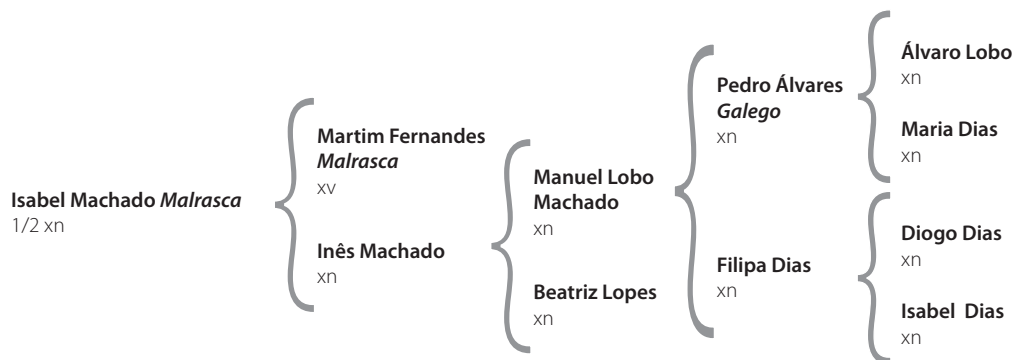


Fig. 4. Árvore de costados de Isabel Machado *Malrasca*
Fonte: Sousa 1951

Previamente a qualquer desenvolvimento, vamos confirmar o que ressalta dos documentos divulgados por Pedro de Azevedo, mostrando que o acrescento da geração de Inês Machado e de seu marido Martim Fernandes *Malrasca* era realmente obrigatório.

OS MALRASCAS

Em 4 de Maio de 1685, dois dirigentes lisboetas do Santo Ofício, após análise do requerimento de um filho de Martim Machado Pinto, de seu nome Francisco Machado Botelho, *cavaleiro professo do habito de Christo, moço da Camara de S. Magestade morador na Cidade do Porto*, que confessava muito desejar *servir a V. Ill.^{ma} e ao Tribunal do Santo Officio, no cargo de familiar, por ter os requerezitos necessarios para o tal effeito*, remeteram a análise da pretensão aos oficiais do tribunal que detinha jurisdição sobre Vila Real: *Os inquisidores de Coimbra informem da qualidade do Supplicante.*

Pouco depois, em 16 de Maio, os solicitados inquisidores oficiavam a João Taveira Botelho, abade de Guiães e comissário do Santo Ofício em Vila Real, para que este indagasse, *com todo o segredo*, se o pretendente era *pessoa de limpo sangue e geração tido e havido por christão velho sem raça nem descendencia algua de Judeu, Mouro, Mourisco, Mullato ou de outra infecta nação.*

Eis a resposta, em actualizada grafia:

Conheço muito bem a Francisco Machado Botelho natural desta vila e morador na cidade do Porto; ao qual tenho hoje por cristão-velho inteiro, limpo, e de limpo sangue e geração, e antes que Vossa Senhoria apurasse Filipa Machado³³, avó de Jacinto Teixeira

³³ Nota de Pedro de Azevedo: «Como ignoro o nome do marido não consegui encontrar a habilitação do Santo Ofício». Filipa Machado nasceu em Ceuta como filha de Cipriano Machado e veio a casar com o alcaide António Rebelo, dotado na ocasião pelo marquês de Vila Real com a quinta do Loureiro e um ofício de escrivão na vila (Cf. Gayo 1938-1941, Teixeiras §38 N22).

de Magalhães, morador na vila de Amarante³⁴; tio do sobredito³⁵, tinha por esta via fama de mourisca, esta geração, por casar em Ceuta³⁶ e dizer-se ser natural de lá; de que hoje se tem mostrado o contrário; também as inimizades desta vila, querem que o sobredito seja Malrasca; que eram três irmãos limpos e um deles casou mal; e querem que o dito Francisco Machado descenda deste, do que não acho notícia, mais que o quererem levantar esta fama por ódio; eu ainda tenho algumas razões de parentesco com esta gente; e não tenho dado esta informação por me achar na cama há três semanas. Vossa Senhoria fará o que for servido, cujas Illustrissimas pessoas de Vossa Senhoria Nosso Senhor Guarde.

Vila Real, 13 de Junho de 1685 — João Taveira Botelho.

Confrontados com uma resposta que se ocupa do que não fora encomendado e divaga sem se cingir ao ponto, os inquisidores reincidiram na incumbência, visando sobretudo instruir-se sobre se *Felippa Machado que está habilitada pelo Santo Officio he parenta do ditto Francisco Machado por via dos Malrascas que alguns lhe imputão ou se á ditta Felippa Machado não toca a murmuração dos Malrascas, ainda que a tenha seu sobrinho Francisco Machado Botelho*.

João Taveira Botelho, desta vez, explicou-se um pouco melhor:

Filipa Machado, de que tratei na primeira informação, não tem nada com os Malrascas nem por esta via se tem levantado esta fama a Francisco Machado Botelho; e somente se arguiu depois das inquietações desta vila pela parte de seu pai Martinho Machado Pinto, que era filho de Domingos Roiz Pinto³⁷, o Marrão, e de sua mulher Isabel Machada Malrasca, avós do dito Francisco Machado Botelho; esta Isabel Machada Malrasca, era filha de Martinho Fernandes Malrasca e de sua mulher Inês Machada, bisavós do sobredito; este Martinho Fernandes Malrasca era irmão do Reverendo António Fernandes, Abade de São Pedro, desta vila, e Comissario do Santo Ofício, como me afirmam, e não é de crer que casasse um Comissario a um seu irmão com Inês Machada tendo fama de nação hebreia; de mais que estes tiveram mais filhos e de um que chamavam Domingos Machado dizem que foi Reitor de Andrães, termo desta vila; António Machado Botelho, irmão do sobredito [Francisco Machado Botelho], casou com uma filha de Francisco Pinto de Azevedo³⁸, Familiar do Santo Ofício, Jerónimo Correia Botelho também irmão

³⁴ Nota de Pedro de Azevedo: «Encontrei no Santo Ofício, m. 179 de João, n.º 1599, a habilitação de D. Jerónima de Miranda, contratada para casar com João Teixeira de Vasconcelos. A habilitação deste não existe».

³⁵ Nota de Pedro de Azevedo: «Tio por ser filho de uma tia-avó de Francisco Machado Botelho». **DEVE SER TIA**. Eis uma nota minha: **Jacinto Teixeira de Magalhães**, morador em Amarante, neto de Francisco Teixeira da Mesquita e de sua mulher Filipa Machado.

³⁶ No texto está *Seita*, que é o mesmo que *Ceuta*. Talvez haja aqui confusão com uma dama da geração de Isabel Machado, de seu nome Guiomar de Mendonça, que casou com um Francisco Botelho. No assento de casamento de uma sua filha, encontra-se o seu nome anotado com o seguinte comentário: *Esta, por tradição veyo de Tângere*.

³⁷ *Roiz* é a abreviatura de Rodrigues, tal como *Glz* é a de Gonçalves, *Frz* a de Fernandes, *Alz* a de Álvares, *Miz* a de Martins, *Piz* a de Pires, para mencionar apenas os mais comuns patronímicos.

³⁸ António Machado Botelho, viúvo de Helena Botelho da Mesquita, casou de facto com Maria Ana de Azevedo e Castro (b. 18 de Setembro de 1639), viúva de João Fonseca da Costa e filha de Francisco Pinto de Azevedo e de sua mulher Maria de Gouveia.

casou com uma filha de Domingos de Lemos da Rosa³⁹, Familiar do Santo Ofício, Frei Manuel Botelho irmão é Religioso da Trindade; os quais nunca tiveram fama senão agora nesta era; também me consta que Domingos Rodrigues Pinto estando casado com Isabel Machado fizera algumas prisões, e detivera os presos em sua casa até se remeterem, e nenhum Comissario havia de fiar estas diligências de pessoas que tivesse qualquer fama; isto é o que pude averiguar; Vossa Senhoria fará o que for mais serviço de Deus que guarde as Illustrissimas pessoas de Vossa Senhoria.

Vila Real, 5 de Fevereiro de 1687 — *João Taveira Botelho*.

Antes de mais, é necessário deixar claramente estabelecido o que o abade João Taveira Botelho quis dizer. O «sobredito», tal como no interior do próprio excerto assinaei, é o objecto central da inquirição, Francisco Machado Botelho, filho de Martim Machado Pinto. José de Campos e Sousa, no *Processo genealógico*, tentando elucidar o que justificaria o uso do apelido Botelho por Lázaro da Costa, filho natural de Martim Machado Pinto e de Isabel Mendes, ambos solteiros à data do baptismo do filho, confirmou — concordando com o que antes dele Pedro de Azevedo afirmara — que proviria de «seu bisavô Martim Fernandes *Malrasca* ou de sua bisavó Inês Machado», «pois este casal, entre vários filhos, teve dois que usaram o apelido Botelho e um que assinou Correia Botelho», esclarecendo em nota de rodapé chamar-se este último Jerónimo Correia Botelho. O notório erro resultou da interpretação defeituosa que ambos os escritores fizeram do texto acima transcrito, mais precisamente do incorrecto entendimento de quem seria o «sobredito». Se este fosse o Domingos Machado, que «dizem que foi Reitor de Andrães», haveria talvez motivo para que se mencionasse Inês Machado ou os *Malrascas*, mas não é o caso: os dois Botelhos e o Correia Botelho, irmãos do «sobredito» Francisco Machado Botelho, eram tal como este filhos legítimos de Martim Machado Pinto e de sua mulher Maria Botelho da Fonseca. Eram, por ordem de nascimento, Manuel Botelho⁴⁰, António Machado Botelho⁴¹ e Jerónimo Correia Botelho⁴², cujo fundamento para usarem o apelido mais óbvio não podia ser. Diferente e menos claro é o que levou Lázaro da Costa a usá-lo, que esse, sim, configura um pequeno mistério que adiante esclarecerei.

³⁹ Jerónimo Correia Botelho foi de facto casado com Luísa Botelho de Lemos, filha de Domingos de Lemos da Rosa e de sua segunda mulher Maria Botelho Correia.

⁴⁰ Manuel Botelho, primogénito de Martim Machado Pinto e de sua mulher Maria Botelho da Fonseca, baptizado em 6 de Janeiro de 1629, foi frade professo, mas deixou geração, por ter tido, de Isabel Monteiro, moça solteira do lugar de Guiães, uma filha de nome Páscoa, baptizada em São Dinis a 6 de Julho de 1649.

⁴¹ António Machado Botelho, segundo filho de Martim Machado Pinto e de sua mulher Maria Botelho da Fonseca, baptizado em 10 de Março de 1630, casou duas vezes, a primeira com Helena Botelho da Mesquita e a segunda com Maria Ana de Azevedo Castro, que era, efectivamente, filha de Francisco Pinto de Azevedo, e teve geração de ambos os casamentos.

⁴² Jerónimo Correia Botelho (GeneAll Id=247043), décimo segundo e último filho de Martim Machado Pinto e de sua mulher Maria Botelho da Fonseca, nascido a 9 de Agosto de 1653 e baptizado três dias depois, casou com Luísa Botelho de Lemos, da qual teve geração: João Correia de Lemos, abade de Bilhó; Leonor Maria das Chagas, freira; Maria Luísa Botelho da Fonseca, que casou com Caetano de Távora Cardoso de Meneses.

Quanto ao «Domingos Machado, que foi Reitor de Andrães», nunca existiu.

O facto de o descrito cargo-colocação-dignidade-emprego-função-posto — aproveito para homenagear o meu amável e prestável dicionário de sinónimos — ter sido exercido por um *Malrasca*, favoreceu o erro. Penso que o comissário João Taveira Botelho terá querido nomear o *padre* Domingos Fernandes⁴³, licenciado em Cânones, um possível familiar do verdadeiro reitor de Andrães, de quem adiante falaremos.

Clarificada menos mal esta questão, vamos considerar a argumentação do abade de Guiães sobre os *Malrascas*, que é interessante.

Dissera ele anteriormente que estes haviam sido três irmãos limpos e que um deles casara mal; diz agora que um dos irmãos, aquele que era abade de São Pedro — e comissário do Santo Ofício, segundo o próprio João Taveira Botelho⁴⁴ —, nunca casaria o Martim Fernandes se a mulher por este eleita, Inês Machado, tivesse «fama de nação hebreia». Apetece perguntar:

— Então não pôde casar um dos irmãos, o Martim ou qual deles fosse, aquele que não casou a gosto dos inquisidores? Terá este casado «mal» à revelia do abade, em São Dinis, em Braga, em Roma, em Jerusalém?

Em primeira abordagem do assunto, pode afirmar-se sem receio de contestação que os *Malrascas*, se «eram três irmãos limpos», nenhum deles casou mal... nem bem.

Os três principais *Malrascas* — principais na perspectiva dos seus contemporâneos, que não na do seu contributo para este ensaio — surgem no mais antigo dos livros de óbitos vila-realenses associados no mesmo assento, esclarecendo desde logo parte substancial da questão:

Livro de óbitos de São Pedro:

Aos vinte e sete dias do mês de Janeiro de mil e seis centos e vinte e dois anos, faleceu da vida presente o Licenciado **Bartolomeu Fernandes**, abade de São João da Vila do Sabugal, bispado de Lamego, e reitor em São Tiago de Andrães, desta comarca. Jaz na capela de São Pedro desta vila com seu irmão, o Licenciado **Brás Fernandes**, de cuja igreja é pároco o abade **António Fernandes**, seu irmão. — *Francisco Fernandes*.

⁴³ Notariais: «Confirmado Domingos Fernandez, de São Vicente da Torre de Pinhão».

⁴⁴ António Fernandes (c. 1559-1647) matriculou-se em Fevereiro de 1594 no curso de Cânones; foi nomeado vigário de Vila Marim (Santa Marinha) em Novembro de 1599; vigário de São Pedro em Outubro de 1601, por provisão atrasada, pois já havia assinado pela primeira vez como abade de São Pedro em Setembro, decerto por morte do anterior abade, António Cerqueira Tenebres. Conhecida esta cronologia, logo se vê que António Fernandes nunca poderia celebrar o casamento dos pais de Isabel Machado, nascida em 1578. Confesso também a minha convicção de que não foi comissário do Santo Ofício, por nunca o ter visto qualificado como tal em livros paroquiais, notariais, ou processos da Inquisição, onde figura a cada passo.

O reitor de Andrães — que não era Domingos Machado, como escreveu o padre João Taveira de Macedo [*sic*]⁴⁵, nem Domingos Fernandes, como creio ser o que de facto constava na sua mente confusa, mas o licenciado Bartolomeu Fernandes, residente na vila⁴⁶ — reuniu-se a seu irmão, o licenciado Brás Fernandes, na sepultura que lhe proporcionaram na paroquial de São Pedro, onde o *Malrasca* sobrevivente, o licenciado António Fernandes, era abade.

Pode também mostrar-se que Brás e Bartolomeu haviam sido baptizados em São Pedro, sete décadas antes:

Livro de casamentos de São Pedro: (b. 1551)

Aos dez dias do mês de Fevereiro de [mil] quinhentos e cinquenta e um anos baptizei eu, António da Espinhosa, clérigo, com consentimento do confirmado, um filho de Gaspar Fernandes, alfaiate, e de sua mulher Beatriz Rodrigues, e foram padrinhos o Licenciado Brás Vilela⁴⁷, e João Correia⁴⁸, e Maria da Mesquita, mulher de Gonçalo Queiroga, galego, e Filipa, filha de Martinho Vaz, que trouxe a criança, e o moço há nome **Brás**, e tem os santos óleos, e por verdade assinei aqui. — *Espinhosa*.

Anotação posterior: o Licenciado Brás Fernandes, meu tio.

Livro de casamentos de São Pedro: (b. 1552)

Aos vinte e nove dias do mês de Agosto da era de 1552, baptizei eu, António Afonso de Carvalho, um filho de Gaspar Fernandes, alfaiate, e de sua mulher Beatriz Rodrigues, e foram padrinhos Francisco Vilela e Jerónima Fernandes, mulher de António de Ervedosa, e Catarina Dias, mulher de Afonso Anes, sapateiro⁴⁹, e o moço há nome **Bartolomeu** e tem os santos óleos, e por ser verdade aqui assinei com os padrinhos. — *António Afonso*.

Anotação posterior: Bartolomeu Fernandes, reitor de Andrães.

António Fernandes era mais novo que Bartolomeu, já que declarou ser de 61 anos, em 1620, quando testemunhou no processo de uma sobrinha da mulher de Manuel Lobo Machado, a cristã-nova Maria de Sousa, já então viúva de Gaspar Rodrigues *Tobim*, importante cristão-novo vila-realense. Terá, assim, nascido por volta de 1559 e faleceu em São Pedro quase 90 anos depois, quando era vigário-geral da comarca desde, pelo menos, o ano de 1629.

⁴⁵ O autor referir-se-á ao abade João Taveira de Botelho, mencionado anteriormente e mais à frente. Existiu, todavia, um padre João Taveira de Macedo, que foi escrivão da câmara eclesiástica de Vila Real, em 1725 (Ver <https://portal.arquivos.pt/record?id=oai%3APT%2FUM-ADB%3A1268854&s=%27rZmOW%27>) [NE].

⁴⁶ Foi dado como morador em Vila Real e pai do inominado filho de uma Maria, moça solteira de Ferreiros, no respectivo assento de baptismo, celebrado na freguesia de Borbela em 7 de Fevereiro de 1608.

⁴⁷ O licenciado Francisco Vilela do Amaral frequentou, entre 1549 e 1554, o curso de Leis, e veio a casar com Mécia Correia, de quem teria Maria Correia, mulher de Pedro Pinto de Barros, de quem adiante muito falaremos.

⁴⁸ Riscado do autor [NE].

⁴⁹ O facto de terem sido nomeadas duas madrinhas não é erro de transcrição nem delírio do «confirmado». Durante uma curta época houve o costume de nomear no assento de baptismo, após os padrinhos, a «ama que trouxe a criança», que nunca foi uma segunda madrinha, mas que por vezes é descrita como se o tivesse sido.

Livro de óbitos de São Pedro:

Aos dezasseis dias do mês de Outubro de mil e seiscentos e quarenta e sete anos, faleceu o Licenciado **António Fernandes**, abade de São Pedro, meu tio. [...] Deixou a mim, o padre João Baptista, vigário desta igreja, por seu herdeiro e testamenteiro. Está sepultado ao pé do Altar Maior, para a banda do Evangelho, na mesma sua igreja. — *João Baptista*.

Os dados transcritos deixam clarissimamente estabelecido que os três irmãos, os licenciados Brás (1551), Bartolomeu (1552) e António (c. 1859), eram filhos de Gaspar Fernandes, alfaiate, e de sua mulher Beatriz Rodrigues; mas ainda não ficou claro se o Martim, o que casou mal, era irmão dos três.

A memória genealógica e a matéria publicada afirmam-no; não nos encontramos, porém, perante informação inatacável.

Na realidade, existe um registo, nunca até hoje exposto, insinuando que Martim Fernandes *Malrasca*, o sogro de Domingos Rodrigues Pinto, não era irmão dos clérigos:

Livro de baptismos de São Pedro:

Aos vinte e três dias de Abril de 1551 anos, baptizou António Afonso, confirmado [na Igreja de São Pedro], **Martim**, filho de António Fernandes, alfaiate, e de sua mulher Catarina Ribeiro; foram padrinhos Martinho Pires, almocreve, e Francisca da Rosa, mulher de Gonçalo Dias [da Rosa], e Inês Martins, mulher de Diogo Pires, surrador⁵⁰, que trouxe a criança; e teve os santos óleos, e por verdade assinei. — *António Afonso*.

Aí está o único Martim, filho de um Fernandes, que figura nos paroquiais vila-realenses da época. Deve notar-se que nasceu logo após o primogénito de Gaspar Fernandes, Brás, e pouco antes do nascimento do segundo filho do mesmo, Bartolomeu, baptizados em Fevereiro de 1551 e Agosto de 1552. Martim, baptizado em Abril de 1551, viria a adoptar, naturalmente, o patronímico de seu pai, e formaria com os três clérigos um quarteto de filhos de alfaiates, não irmãos, mas parentes em grau que suscitou a ideia de que o eram.

António Fernandes teve mais descendência: uma primogénita baptizada em 28 de Agosto de 1547, sem nome explícito e dada por *Falecida*, que não mais mencionarei, e dois filhos, um Belchior e um Gaspar:

Livro de casamentos de São Dinis:

Aos 19 de Janeiro [de] 1568, recebi, eu, António Coelho, vigário de São Dinis, desta vila, na Misericórdia, a **Belchior Fernandes**, filho de António Fernandes, com **Guiomar Martins**, filha de João Rodrigues, das Vacas. Testemunhas: Manuel Rodrigues, tabelião, e Martim Fernandes e Gaspar Fernandes, seu irmão. — *António Coelho*.

⁵⁰ Surrador, peleiteiro ou peliteiro era o artesão que curtia, tratava e vendia peles, couros e solas.

Tínhamos visto que Gaspar Fernandes teve um filho de nome António, e vemos agora que António Fernandes teve um filho de nome Gaspar, reciprocidade que constitui um impulso decisivo à hipótese de os dois alfaiates serem irmãos, tornando-a irrecusável.

Deve então presumir-se — parece-me! — que Gaspar e António eram irmãos, e o que nos leva a questionar se será possível discriminar outro Fernandes nesta geração?

Muito plausivelmente, houve.

O assento de baptismo, datado de 17 de Fevereiro de 1549, de um Domingos, filho de Belchior Fernandes, almocreve, e de sua mulher Maria Fernandes, que a seu tempo viria a estudar Cânones em Salamanca, e a licenciar-se em Coimbra, entre 1569 e 1579 (AUC. *Índice de alunos da Universidade de Coimbra*, Letra F, Domingos Fernandes), ou seja, que deu prova de ter seguido, ou talvez iniciado, a inclinação familiar para o estudo de Direito Eclesiástico, e levando em conta que o alfaiate António Fernandes o homenageou dando a um seu filho o nome Belchior, conduz-nos a pensar que muito provavelmente seria irmão dos alfaiates.

Domingos Fernandes teve por padrinhos «Pedro Cão, almoxarife do senhor marquês, e Isabel Pereira, mulher de Pedro Borges, alcaide-mor», o que sugere que o pai era varão importante, capaz de sustentar os estudos superiores de um filho.

Podemos agora assumir — com o resíduo de dúvida que sempre subsiste em terrenos de genealogia do século de Quinhentos — que a primeira geração de *Malrascas* nomeáveis seria formada pelo almocreve Belchior Fernandes e sua mulher Maria Fernandes, por António Fernandes, alfaiate, casado com Catarina Ribeiro, e por Gaspar Fernandes, alfaiate, casado com Beatriz Rodrigues.

Uma coisa é certa, estes Fernandes seguem os hábitos onomásticos da época, homenageando os seus ascendentes, fazendo repetido uso dos seus nomes.

Talvez tenha havido mais três *Malrasca*, todos de nome Domingos e todos da segunda geração.

A existência do primeiro é sugerida pelo assento de baptismo, datado de Dezembro de 1576, de um inominado filho de Domingos Fernandes, cujo padrinho foi «Gas[par Fernandes]» — decerto o filho do António Fernandes, alfaiate —, e madrinha «Inês Machado, mulher de Martim Fernandes», irmão do padrinho.

Quanto ao segundo, resulta do assento de baptismo datado de 22 de Janeiro de 1589, de um Gonçalo, cujo padrinho foi «Domingos Fernandes, filho de Gaspar Fernandes», sendo este o filho de António Fernandes, alfaiate; e as madrinhas⁵¹ foram «Beatriz Rodrigues e Isabel Lopes, sua irmã», sendo Beatriz Rodrigues, a mulher do Gaspar Fernandes, alfaiate da primeira geração.

Existe ainda o que poderia considerar-se um rasto deixado pelo clérigo licenciado em Cânones, filho de Belchior Fernandes, de existência confirmada pelo assento de casamento

⁵¹ A expressão «as madrinhas foram» é transcrição exacta do assento. Já acima ficou explicado o costume subjacente.

de um seu filho, descrito como «João Fernandes, filho que ficou do padre Domingos Fernandes». O casamento foi celebrado em São Pedro pelo abade António Fernandes, filho de Gaspar Fernandes, em 6 de Fevereiro de 1611. A verificar-se a hipótese, os nubentes seriam primos, já que a noiva foi descrita como «Maria Machado, filha de Diogo Machado e de Maria Pinto, sua mulher», sendo Diogo Machado, como adiante veremos, um sirgheiro de profissão⁵², filho de Martim Fernandes⁵³ e indiscutível irmão de Isabel Machado, a mulher de Domingos Rodrigues Pinto.

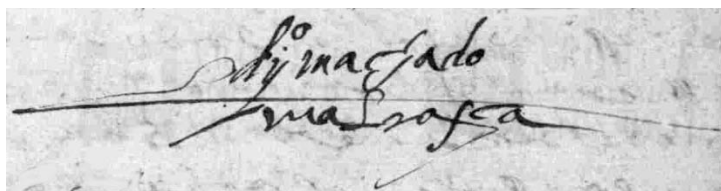
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly textured paper. The signature is written in a cursive, historical script. The name 'Diogo Machado' is written on the top line, and 'Malrasca' is written on the line below. The ink is dark and the paper shows some signs of age and wear.

Fig. 5. Assinatura de Diogo Machado *Malrasca*
Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real

Neste caso, os *Malrascas* da segunda geração seriam pelo menos seis, talvez oito, contando com os Domingos: o filho de Belchior, os filhos de António Fernandes, alfaiate e de sua mulher Catarina Ribeiro: três leigos, Belchior, Martim, Gaspar e possivelmente o padre Domingos, sendo Martim aquele que, como bem sabemos, «casou mal», por ter desposado Inês Machado, filha de Manuel Lobo Machado e de Beatriz Lopes, cristãos-novos inteiros; e os filhos de Gaspar Fernandes e de sua mulher Beatriz Rodrigues: três clérigos, os licenciados Brás, Bartolomeu e António, e talvez um leigo de nome Domingos.

Nesta geração houve também filhas, uma delas de nome Isabel foi baptizada em 26 de Fevereiro de 1580, como filha de Gaspar Fernandes, alfaiate, e de sua mulher Violante Rodrigues; plausivelmente o Gaspar, filho de António Fernandes e alfaiate como ele.

Por não haver livro de casamentos cobrindo a época em que terá casado, Inês Machado, filha de Manuel Lobo Machado, estreia-se nos sobreviventes paroquiais de São Pedro, em Novembro de 1576, já nomeada como mulher de Martim Fernandes, servindo de madrinha a uma Catarina, em assento de baptismo onde figura como padrinho Pedro Álvares *Galego*, seu bisavô; logo depois, em Dezembro, representaria o mesmo papel em outro baptismo,

⁵² Sirgheiro, provém de sirgo, o bicho-da-seda, embora seja dado por Moraes como aquele que fazia «obra de fio e cordão de seda ou lã» (Silva 1789, vol. II, p. 404). A profissão de Diogo Machado surge explicitada numa escritura que consta no ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 1.º Ofício, datada de 19 de Novembro de 1618 [003.047].

⁵³ Ver também uma quitação de 23 de Julho de 1629, onde se vê que Martim Fernandes *Malrasca*, em 17 de Novembro de 1628, havia constituído um frade seu procurador em Braga, ou seja, morreu entre as duas datas.

o de «um filho de Domingos Fernandes⁵⁴ e de sua mulher», possivelmente um *Malrasca* da terceira geração, neto do Gaspar Fernandes, alfaiate.

Dos filhos que Martim Fernandes e Inês Machado geraram não existem os respectivos assentos de baptismo, com excepção daquele que mais nos importa, o referente a Isabel Machado, mulher de Domingos Rodrigues Pinto; mas pode documentar-se a existência de mais cinco:

António Machado (n. c. 1566), mercador e rendeiro, que teve de Domingas Gonçalves, solteira, uma filha natural, de nome Francisca Antónia, que viria a casar na paróquia de São Dinis, com um tal Francisco Fernandes *Boguinhas*, em 29 de Janeiro de 1595. António Machado casou depois com Sabina Álvares, com quem gerou um filho, o padre Martinho Machado, vigário em Vila Chã, que faleceu depois de seu pai, mas antes de sua mãe. Sabina Álvares, viúva e sem descendência, viria a fazer doação «de todos os seus bens, presentes e futuros, móveis e de raiz, havidos e por haver» a António Machado Botelho, residente à época na Torre de Pinhão, filho de Martim Machado Pinto, e desse modo seu sobrinho-neto por aliança (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 1.º Ofício, 29 de Outubro de 1659).

Diogo Machado, sirgueiro, que casou com Maria Pinto, com quem gerou Maria (1598), Isabel (1605), Isabel (1609) e Inês (1612). Maria, a primogénita, viria a casar, como vimos, em 1611, a um mês de completar 13 anos, com João Fernandes, «filho que ficou do padre Domingos Fernandes» (ADVRL. *Paróquia de São Dinis*, Registo de casamentos, liv. 116 [NE], 6 de Fevereiro de 1611 [006]).

Vasco Fernandes, que casou com Beatriz Rodrigues — possível *Malrasca* porque homónima da mulher do Gaspar Fernandes, alfaiate —, de quem teve Diogo (1599), Isabel (1605) não é certa!, Branca (1607) e António (1609).

Juliana Machado, que casou, entre 1605 e 1608, com António Fernandes Coelho, mercador, de quem teve pelo menos uma filha, de nome Filipa Machado, e faleceu em 31 de Março de 1627. Filipa Machado casou com António Rebelo, de quem teve Maria Couceiro Rebelo (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 6.º Ofício, liv. 4, 11 de Junho de 1614 [068]), que viria a gerar com seu marido Luís Teixeira de Magalhães, o *Corcovado*, então viúvo de Serafina Correia Pinto, um neto de nome Jacinto. Verifica-se deste modo que é a mulher descrita pelo padre João Taveira Botelho ao Santo Ofício como avó de Jacinto Teixeira de Magalhães, confirmada agora como sobrinha de Isabel Machado, tendo apenas três quartos de «limpo sangue».

⁵⁴ Não consegui identificar este Domingos Fernandes, da família dos *Malrascas*, dos muitos contemporâneos seus homónimos, por forma a poder discriminar qual a sua prole. Para tal seria necessário que tivesse sido nomeado simultaneamente como *Malrasca* e, ao mesmo tempo, como marido da mulher com quem casou, o que nunca sucede nos paróquiais.

Branca Machado, que surge em 30 de Dezembro de 1595 no livro de baptismos de São Pedro, como madrinha e irmã de Diogo Machado. Parece não ter casado⁵⁵. Terá talvez professado no convento de Santa Clara, pois em 8 de Abril de 1619 nele faleceu uma freira de nome religioso Beatriz de Santa Maria, descrita no assento de óbito como «sobrinha do abade António Fernandes».

Não se sabe quando Isabel Machado casou, nem em que data nasceu o único filho que teve, mas existe, como acima foi dito, o assento do seu baptismo, assento que nem Pedro de Azevedo nem José de Campos e Sousa conheceram e que adiante será transcrito, já que, desde que associado ao de Lázaro da Costa, seu neto, nos ajudará a fundar uma necessária e segura âncora cronológica.

Por ora, basta que tomemos conhecimento de que Isabel Machado foi admitida na cristandade em 5 de Março de 1578, pelo que, sabendo como sabemos que Manuel Lobo Machado, nascido por volta de 1540, contava cerca de 38 anos à data, somos compelidos a validar e a adoptar a teoria estabelecida por José de Campos e Sousa, rejeitando a possibilidade da existência de mais do que dois degraus geracionais a separá-los. Seriam, portanto, avô e neta.

Uma pergunta se nos impõe: seriam os *Malrascas* cristãos-novos?

Talvez fossem, pois existiu em Vila Flor uma família judaizante de portadores da alcunha, tendo alguns dos seus membros usado o patronímico Fernandes. Essa família sofreu sérios dissabores, em finais da década de 1660 e nos inícios da seguinte, acumulando prisões e condenações por judaísmo, heresia e apostasia. Foram membros dela António Lopes Henriques, mercador, e sua mulher Maria Álvares, pais de Vasco Fernandes Lopes *Malrasca*, processado em 1660 e em 1673; a mulher deste, Mécia Fernandes, processada em 1663 e em 1671; os dois filhos do casal, António Lopes Henriques, processado em 1665, e Maria Gomes, processada em 1666; e ainda Manuel Lopes *Malrasca*, ferreiro, processado em 1669.

Não existindo, porém, indícios de serem familiares dos Fernandes *Malrascas* de Vila Real, devem estes, por omissão, ser considerados cristãos-velhos.

Quanto a esta matéria, convém notar que o facto de abundarem os padres entre os *Malrascas* vila-realenses, pouco significado comporta no que respeita à sua «limpeza de sangue». Já vimos que, nos processos dos *Galegos*, foram mencionados Manuel Lourenço, clérigo de missa, reitor na igreja de São Martinho de Bornes, e Martim Soares, clérigo de missa confirmado na igreja de Torgueda, ambos cristãos-novos inteiros porque filhos dos *Cheira-dinheiros*. Nas suas deposições na sede da Inquisição, Filipa Dias referiu, embora os não tenha nomeado, dois seus irmãos como sendo capelães da infanta D. Isabel, parecendo

⁵⁵ Branca Machado surge pela primeira vez nos paroquiais, em 1588, descrita como filha de Martim Fernandes *Malrasca*, a apadrinhar uma criança juntamente com Domingos Fernandes; e pela última em 1607, juntamente com um Gonçalo Dias, pai da criança baptizada em 1588. Entre as duas datas surge como madrinha em conjunto com seu pai, com seu irmão Diogo Fernandes, e com seu tio, o padre António Fernandes.

acrescentá-los àqueles cujo nome já revelara. Na realidade, os irmãos padres seriam apenas dois. A mencionada D. Isabel (1514-1576) não nasceu infanta, mas, sim, como filha do 4.º duque de Bragança, D. Jaime, e o título adveio-lhe de ter casado em 1537 com o infante D. Duarte (1515-1540), filho do rei D. Manuel. Os irmãos de Filipa eram decerto os anteriormente nomeados Manuel Lourenço e Martim Soares, designados como «capelães da infanta», talvez por serem as paróquias de Bornes e de Torgueda de sua nomeação⁵⁶.

Pedro de Azevedo esclareceu, sobre este assunto dos padres cristãos-novos, que «no século XVI e princípio do século XVII não havia disposição que proibisse a entrada no clero secular, nas ordens religiosas e na nobreza a cristãos-novos, e como mais tarde se perdeu a memória desta política inicial, dava-se como evidenciando a limpeza de sangue de uma família a existência nela de eclesiásticos e cavaleiros» (Azevedo 1916, p. xxx)⁵⁷.

É esta, com efeito, a «prova» que mais frequentemente se encontra em qualquer argumentação visando desvanecer suspeitas de ascendência hebraica. Deve levar-se em conta, também, que a diabolização dos cristãos-novos, não surgiu no século XVI, época em que houve perdões e moratórias. Foi a partir da violentíssima ofensiva da Inquisição, iniciada por volta de 1620, que as fogueiras passaram a ser ateadas em grande número.

Um curioso episódio, no qual o padre Martim Soares desempenhou um interessante papel, dá evidência da descrita alteração da atitude face aos cristãos-novos: em 1720, um tal «António Correia Pinto da Silva, pretendente a Familiar do Santo Ofício, capitão, cavaleiro professo e comissário da Ordem de Cristo, natural da freguesia de S. Dinis de Vila Real e morador na freguesia do Salvador de Torgueda» viu recusada a pretensão, após se ter verificado que...

[...] por via de seu pai era geralmente infamado de cristão-novo, porquanto seu pai Gaspar Correia Calvo, era neto de Damásia Ferreira, filha de Isabel Soares, e esta foi filha de um Martim Soares, Reitor de Torgueda, tido e havido por inteiro cristão-novo, de quem fica sendo 3.º neto o pai do Pretendente, e que a dita Damásia Ferreira, bisavó do pretendente, tivera um irmão, chamado Feliciano Ferreira, também Reitor que foi de Torgueda, o qual se apresentara no Santo Ofício, do que resultou que os seus fregueses recorreram ao Prelado de Braga pedindo-lhe [que] mandasse baptizar de novo, todos aqueles que o foram antigamente, pelo dito Reitor Martim Soares, que como era de nação dos cristãos-novos, tinham escrúpulo de não terem sido por ele bem baptizados, se mandou, pelo dito Prelado de Braga, que então era, que com todo o segredo foram de novo baptizados, o que tudo constava de pessoas antigas⁵⁸.

⁵⁶ À frente o autor escreveu «Ver sobre isto a *Relação*» [NE].

⁵⁷ Já em 1572, D. Sebastião havia promulgado uma lei proibindo o acesso de cristãos-novos às ordens militares.

⁵⁸ Diligência de habilitação de António Correia Pinto da Silva (1720). Código de referência: PT/TT/COM/A-C/002-009/0041/00010. [NE]: documento não identificado no arquivo nacional. Identificou-se um processo de diligência de habilitação de António Correia Pinto da Silva datado de 1718-1728 com o código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-002/287 (ANTT. *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 287).

O prelado de Braga «Dom Rodrigo de Sousa, que me dizem que assim se chamava» — na realidade era D. Rodrigo da Cunha, arcebispo entre 1627 e 1635 —, que foi quem despachou a favor dos requerentes, operação que «não foi tanto em segredo, que causou grande escândalo, não só na freguesia de Torgueda, mas em todas as freguesias vizinhas». Deve notar-se que a ascendência judaica do padre Martim Soares e a do padre Feliciano Ferreira, seu neto, era de todos conhecida, ao tempo em que paroquiaram a freguesia e pastorearam os seus rebanhos de crentes. Martim Soares era homem de bem conhecidas raízes, membro da família dos mais ricos judeus da comarca, aquela que, durante décadas, mais ocupou a Inquisição de Vila Real.

Ressalta do até aqui visto que as características dos *Malrascas* diferiam substancialmente das evidenciadas pelos *Galegos*, com quem estabeleceram aliança, consubstanciada no casamento de Martim Fernandes com Inês Machado.

Os *Galegos* correspondiam exemplarmente ao paradigma que associamos à família judaica de grandes meios. Eram rendeiros, isto é, arrematadores de impostos e cobradores de rendas e foros devidos à coroa, à nobreza e ao clero, equivalendo aos publicanos da Roma antiga, e decerto acrescentavam às apontadas actividades o comércio de grosso trato. A sua estratégia de elevação familiar consistia na acumulação de bens móveis. Os *Malrascas*, pelo seu lado e ao que parece, tinham por objectivo ascender ao estatuto da agora chamada nobreza civil, com a característica de os seus jovens estudantes se centrarem no curso de Direito Canónico, visando a carreira eclesiástica. É deveras notável que a primeira geração de Fernandes *Malrascas*, um almocreve e dois alfaiates, tivesse conseguido promover à licenciatura um significativo número dos seus filhos. Deve contudo entender-se que um almocreve movimentava capitais importantes, e que a designação alfaiate abrangia o artesão independente, que trabalhava sozinho ou com pequena colaboração, tendo particulares por clientes, nunca podendo, desse modo, escapar a uma mediana condição, mas também o — chamemos-lhe assim — industrial da confecção de roupa, que podia ter ao seu serviço um significativo número de oficiais assalariados e de aprendizes, produzindo mercadoria para ser vendida pelo próprio mas também por outros, em lojas de «obra feita» e nas feiras.

É possível porém que, neste caso, se aplique uma diferente explicação.

As famílias burguesas da época sangravam-se em vida para formar ou ordenar um filho, frequente e significativamente o primogénito, para que ele dotasse o maior número possível de irmãs, que de outro modo morreriam solteiras.

Existe uma sugestão, não persuasiva, mas sedutora e insinuante, de que um destacado sacerdote tenha pertencido à geração do desconhecido pai do almocreve e dos alfaiates.

Um coadjutor de São Pedro, contrariado e resmungão, que — pelo que se percebe — entendia que os casamentos não deveriam celebrar-se senão na igreja paroquial, viria a escrever em assento datado de 28 de Dezembro de 1546 e logo após ter identificado os nubentes: «os recebi eu, Luís Afonso, clérigo de missa, na Misericórdia, que me mandou

Bartolomeu Fernandes, vigário nesta comarca de Vila Real», perante as testemunhas que «aí me mandou que estivessem».

É possível que este vigário-geral — máxima autoridade eclesiástica na comarca pouco antes do início do surgimento da segunda geração, os filhos de Belchior, de António e de Gaspar — tenha patrocinado as carreiras académicas dos licenciados *Malrascas*⁵⁹, se estes foram, de facto, seus sobrinhos-netos.

Ao estacionarmos neste ponto, podemos afirmar que algo avançámos no que respeita ao esclarecimento da problemática relação do texto do manuscrito *Marrões de Vila Real* com a realidade que pretendeu descrever; mas... que é feito da protagonista da narrativa? Teremos mesmo de nos passar da principal fonte da curiosidade suscitada pelo denunciante? Teremos de abdicar da exótica e incestuosa Amara?

A AMARA E A SUA DESCENDÊNCIA

O autor dos *Marrões* falou-nos de Pedro Álvares Galego e do seu primogénito Manuel Lobo Machado, adiantando informação que viria a ser validada por documentos posteriormente vindos a público, onde pudemos confirmar-lhes a existência. Esse acerto, todavia, não deve levar-nos a abrir-lhe conta de ilimitado crédito, pois já vimos que, para aproveitar alguma da informação por ele fornecida, José de Campos e Sousa se viu forçado a criticamente rejeitar parte substancial do que colhera no texto.

Armados desta cautelosa desconfiança, vamos tentar identificar a Amara, visando explicitar a relação que a ligava a Isabel Machado, apesar de — ao contrário do que consta no manuscrito — não terem sido mãe e filha. Conviria encontrar uma pista, um indício, uma sugestão, que permitisse entender o que determinou a alteração ocorrida na memória vila-realense, de modo a compreendermos por que circunstância ou mecanismo a misteriosa Amara pôde emergir, na mente do autor dos *Marrões*, encarnando o estatuto parental que de facto pertenceu a Inês Machado.

A primeira vez que me confrontei com o nome Amara foi em um dos livros de baptismos da freguesia de São Pedro, no assento de baptismo de um Francisco:

Aos 3 de Outubro de 1603, baptizei, eu, o padre António Fernandes, vigário desta igreja, a Francisco, filho de Pedro Aires, da Praça, e de sua mulher Maria Rodrigues.

Foram padrinhos Gonçalo Lourenço, sombreireiro, e Catarina Rodrigues Amara, mulher de Domingos de Sousa. O menino tem os santos óleos. — *António Fernandes*.

⁵⁹ Existiu um Belchior Fernandes, vila-realense, contemporâneo do baptizado, mas que não deve ser confundido com este: era advogado, filho de Gonçalo Dias *Motreca*, mercador, e de sua mulher Branca Dias *Capadoce*, tendeira, ambos cristãos-novos inteiros.

No mesmo dia, o licenciado António Fernandes *Malrasca* — pouco antes transferido da paróquia de Vila Marim (Santa Marinha)⁶⁰ para servir na de São Pedro — celebrou o de outro menino, não por acaso nomeado como o já referido⁶¹, um filho de João Gonçalves, o *Gaio*, e de sua mulher Maria Antónia. No respectivo assento nomeou os padrinhos como sendo os *sobreditos acima Gonçalo Lourenço e Catarina Rodriguez*.

Frontalmente atingidos pelo grosseiro pleonasma, os sobreditos deixaram cair os apêndices identificadores — o padrinho, a profissão de fabricante de chapéus; a madrinha, o apelido ou a alcunha ou o que quer que fosse —, deixando-nos na suspeita de que Amara talvez não constituísse modo «oficial» de nomear a dama.

A origem e a natureza do acrescento onomástico tornar-se-me-iam evidentes após a leitura do assento que registou o que me pareceu poder ser um seu casamento:

No derradeiro dia de Dezembro de 1575, recebi, eu, António Coelho, vigário em São Dinis de Vila Real, na Misericórdia da dita vila, a **João Rodrigues**, de Parada de Pinhão, com **Catarina Rodrigues**, filha que ficou de Amaro Fernandes.

Testemunhas: Manuel Teixeira, Pedro Pinto, Damião Leitão, Jerónimo Correia e outras muitas pessoas. — *António Coelho*.

Do assento ressalta a natureza da designação: *Amara* era um não explicitamente assumido patronímico, significando «filha de Amaro». Não ficou, todavia, esclarecido se esta Catarina Rodrigues, desposada por João Rodrigues, de Parada de Pinhão, era aquela que já havíamos visto atrás neste texto, mas cronologicamente quase três décadas depois, descrita como Catarina Rodrigues *Amara*, mulher de Domingos de Sousa.

Um segundo e posterior assento de casamento, o de outra filha de Amaro Fernandes — outra *Amara* embora não nomeada como tal —, cerimónia também celebrada em São Dinis, meia dúzia de anos passados sobre o casamento de Catarina, ao assinalar a presença entre as testemunhas de um João Rodrigues, almocreve, na plausível posição de cunhado da noiva, contribuiu para a aceitação de que a Catarina Rodrigues com quem este havia casado em 1575 fosse aquela que veríamos surgir em 1603, de nome acrescentado pela patronímica alcunha de *Amara* e descrita como mulher de Domingos de Sousa.

Aos 20 de Dezembro de 1581, recebeu o padre Francisco Guterres com minha licença, na Misericórdia desta vila, a **Afonso Carvalho**, filho de Lourenço Pires[, da rua] do Carvalho, com **Maria Álvares**, filha de Amaro Fernandes e de Jerónima Álvares, sua mulher.

⁶⁰ Existia e existe, no concelho de Mesão Frio, outra freguesia de nome Vila Marim, que tem por orago São Mamede, freguesia que neste livro nunca será mencionada.

⁶¹ A repetição do nome Francisco não mereceria, em outro contexto, nota de rodapé, por ser este o nome próprio masculino mais popular na Vila Real da época, preferência suscitada, ou pelo menos reforçada, pela existência na vila de um convento franciscano. Neste caso, porém, a repetição radica na circunstância de 3 de Outubro ser o aniversário da morte de São Francisco de Assis.

Testemunhas: Gonçalo Rodrigues, serralheiro, João Rodrigues, almocreve, Pedro Pinto e outras muitas pessoas. — *António Coelho*.

Vemos que Maria Álvares, ao contrário da irmã, adoptou o patronímico de sua mãe. Não terá gozado muito tempo a vida de casada, pois o marido surgiria em posterior assento, cinco anos passados — de novo identificado como Afonso Carvalho, filho de Lourenço Pires —, a casar com Isabel Lopes, filha de Domingos Álvares, um almocreve natural de Vila Seca [de Gravelos]⁶², e de sua mulher Maria Lopes⁶³. O assento foi datado, no livro de São Dinis, de 10 de Abril de 1586, *derradeira outava da Pascoa*.

A carreira matrimonial de Afonso não se encerraria com este segundo casamento, pois deduz-se, do assento de baptismo de uma Juliana, filha de Afonso Carvalho e de sua mulher Violante Rodrigues, celebrado na igreja de São Pedro em 10 de Fevereiro de 1596, que houve um terceiro. A menina recebeu o nome da madrinha, «Juliana Machado, filha de Martinho Fernandes», uma *Malrasca*, portanto, irmã da Isabel Machado, a mulher de Domingos Rodrigues Pinto. Veremos adiante que, embora Isabel Machado não fosse filha da *Amara*, uma também próxima relação de parentesco existia entre as duas, e esta participação de Juliana Machado como madrinha de um filho do que fora marido de uma irmã da *Amara* é um indício disso mesmo. O padrinho, Luís Álvares, cristão-novo, tabelião — *betalião*, como consta no assento⁶⁴ —, era o marido de Violante Dias, filha do *Cheira-dinheiro*, sendo por isso concunhado de Pedro Álvares Galego⁶⁵.

Do quarto casamento de Afonso Carvalho, dão prova quatro assentos de baptismo, lavrados em São Pedro, de outros tantos filhos, seus e de mais uma sua mulher, de nome

⁶² O topónimo Vila Seca, quando surge em paroquiais e notariais vila-realenses desacompanhado de esclarecimento suplementar, deve considerar-se que refere a povoação de Vila Seca de Gravelos, freguesia de Adoufe, situada um pouco a sul de Escariz, sobre a mais antiga via ligando Vila Real a Chaves; embora pudesse significar Vila Seca de Poiães, mais habitualmente assim por extenso qualificada ou acrescentada da expressão «do couto isento de Malta».

⁶³ O casamento de Domingos Álvares com Maria Lopes, filha de Afonso Gonçalves, serralheiro, foi celebrado em São Pedro a 17 de Novembro de 1553. Domingos Álvares era almocreve, pois assim aparece qualificado no assento de baptismo de uma Maria, também celebrado em São Pedro, a 12 de Janeiro de 1556.

⁶⁴ Dislexias deste género são muito frequentes nos antigos paroquiais vila-realenses, em certos casos tão frequentes que em certas épocas, o modo disléxico se sobrepõe ao correcto, como acontece, por exemplo, com Madanela, modo errado de grafar — e decerto também de pronunciar — o nome Madalena.

⁶⁵ À frente o autor tinha acrescentado «podendo ser familiar, talvez irmão, da mulher de Amaro Fernandes, Jerónima Álvares, e talvez também de Domingos Álvares, almocreve de Vila Seca, o que não só alargaria o círculo familiar, como nos daria a origem do ramo materno da família da *Amara* (Geneall, António Taveira: o tabelião Luís Álvares de Sousa veio do Marco ou de Baião, e casou com a filha do Cheira Dinheiro)», mas destacou a amarelo e entre parênteses, o que sugere que ainda seria alvo de uma correção [NE].

Filipa Dias. Eis os seus nomes e as datas em que foram baptizados: Inominado⁶⁶ (1601), Afonso (1605), Paula (1606), António (1608).

O assento de baptismo do quarto destes filhos merece transcrição integral:

Aos 4 de Dezembro de 1608, baptizou António Fernandes, abade de São Pedro, a António, filho que ficou de Afonso Carvalho, já defunto, e de sua mulher Filipa Dias
Foram padrinhos António Dias e Catarina Rodrigues Amara, e tem os santos óleos. — *António Fernandes.*

É a presença da *Amara* que permite confirmar que o Afonso Carvalho, pai desta criança, era aquele que havia sido marido de Maria Álvares, a falecida irmã da madrinha.

Afonso Carvalho não chegou a conhecer este António, seu último filho, visto que é dado como *ja defuncto* no assento. Quanto à madrinha, Catarina Rodrigues *Amara*, ela apenas faleceria em 1623.

Também o casamento de João Rodrigues com Catarina não constituiu o primeiro enlace matrimonial do nubente, nem sequer o segundo. Do seu primeiro casamento nada sei dizer senão que existiram um Belchior e uma Ana, filhos de João Rodrigues, almocreve, que foram crismados em São Pedro, ou seja, que contavam não menos de sete anos em 10 de Maio de 1555, data da cerimónia de confirmação da fé, e pouco antes desta, em 13 de Agosto de 1554, João Rodrigues, almocreve, havia casado em São Pedro com uma mulher cujo nome próprio se perdeu por deterioração da folha onde o assento foi lavrado, mas de apelido Dias. Ao casar pela terceira vez, com Catarina Rodrigues, mais de um quarto de século após o seu segundo casamento, João Rodrigues seria talvez sexagenário, o que aponta para que fosse um homem com meios de fortuna que compensassem a diferença de idades.

Vejamos agora que descendência deixou a própria Catarina Rodrigues.

Recordando que o seu casamento com o almocreve foi celebrado em São Dinis, no último dia de 1575, e esperançosamente procurando baptismos no apropriado livro de São Pedro, já que o equivalente da freguesia de São Dinis não existe, logo se encontra um assento de plausível relevância:

Livro de baptismos de São Pedro, 16 de Setembro de 1576:

Maria, filha de João Rodrigues e de sua mulher.

Foram padrinhos [o Licenciado Duarte] Rebelo e Isabel Rodrigues.

⁶⁶ O nome da criança não foi registado, situação muito frequente, existindo mesmo um assento com espaços em branco no lugar dos nomes da criança, do pai, da mãe e da madrinha, figurando apenas o nome do padrinho. Esses claudicantes assentos foram por vezes posteriormente anotados com a expressão latina *nomen non habet* ou *nomen ex causa*, significando [*não tem nome* ou *nome pelo motivo* [NE]], ou com comentários jocosos, no género *Foi sem nome para o outro mundo*. Um dos licenciados *Malrascas*, o padre Brás Fernandes, deixou-nos um assento digno de memória, onde confessa ter baptizado um não nomeado filho de Pedro Ferreira: *hum filho de Pedro Ferreira he de sua molher não sei como se schama nem os padrinho[s] por não estarem aquie.*

No assento falta o próprio papel onde o título e o nome próprio do padrinho constavam, mas este seria, com grande probabilidade, o licenciado Duarte Rebelo, que adiante veremos de novo associado a familiares da *Amara*. A única alternativa seria António Rebelo, alcaide-pequeno, pois não constam, nos paroquiais da época, outros portadores do apelido, outros *Rabellos*, como eram então designados.

É lamentável que a filiação desta Maria, *filha de Joam Roiz e de sua mulher*, tenha sido descrita de modo tão medíocre. A escassa informação não inclui o nome da mãe da criança nem a profissão do marido, ou outro qualquer elemento que competentemente identificasse um dos dois; contudo, a data do assento, 16 de Setembro de 1576, nove meses e meio passados sobre o casamento do almocreve com a *Amara*, irresistivelmente leva a pensar que a baptizada era filha dos dois.

Cheguei a pensar ter encontrado informação sobre esta menina. Acreditei que ela pudesse ser uma Maria Rodrigues que casou com o mercador Diogo Lopes. Acabei, no entanto, por verificar que essa Maria Rodrigues era filha de um António Rodrigues, tendeiro, e de sua mulher Maria Rodrigues, casal que gerou uma importante família de cristãos-novos, onde pontificaram Diogo Gomes *Tobim*, Jerónimo Gomes, Gaspar Rodrigues *Tobim* e João Rodrigues, todos mercadores, e pelo menos quatro irmãs.

Existiu outra Maria Rodrigues, já atrás mencionada como mulher de um Pedro Aires, que em segunda escolha parecia ser candidata credível a filha da *Amara*; acabou, todavia, por não se qualificar como tal, embora tal facto não tivesse eliminado a totalidade do interesse que despertara. Com efeito, quatro assentos de baptismo de filhos do casal, documentando um rico conjunto de ligações com personagens que nos vêm ocupando, produziram um significativo esclarecimento.

Vamos conhecer esses assentos, que nos permitirão consolidar laços familiares já esboçados e que só agora obtêm confirmação.

Livro de baptismos de São Pedro, 13 de Outubro de 1594:

Francisca, filha de Pedro Aires e de sua mulher Maria Rodrigues.

Foram padrinhos Sebastião Garcia e Maria Rodrigues.

O padrinho surge citado no assento que registou o óbito de uma mulher descrita como «Filipa Garcia, irmã mais velha de Sebastião Garcia, da Nação, mulher não casada», ocorrido em 27 de Fevereiro de 1622⁶⁷. As expressões «de nação» ou «da nação», subentendem que esta era a hebraica e aplicavam-se exclusivamente aos cristãos-novos descendentes de judeus⁶⁸.

⁶⁷ No livro está 1621 por erro.

⁶⁸ Não existe aqui redundância, pois havia cristãos-novos de outras «raças infectas», descendentes de muçulmanos, de protestantes, e até de animistas, os escravos negros libertos e convertidos.

Quanto à madrinha Maria Rodrigues, talvez fosse a filha da *Amara* e do almocreve, que contava 18 anos à data da cerimónia. Se o era, terá falecido pouco depois desta data pois não se encontra posterior rasto da sua vida.

Livro de baptismos de São Pedro, 3 de Janeiro de 1599:
Francisca, filha de Pedro Aires e de sua mulher Maria Rodrigues.
Foram padrinhos Francisco de Sousa e Filipa Dias, mulher de Afonso Carvalho.

Compreende-se que a criança do mesmo nome, nascida havia cinco anos, falecera, entretanto, motivo por que os pais de novo usaram o nome próprio, disponibilizado pela trágica, mas banalíssima ocorrência. A madrinha é Filipa Dias, quarta mulher de Afonso Carvalho, aquele que casara em 1581 com Maria Álvares, filha de Amaro Fernandes.

Livro de baptismos de São Pedro, 3 de Outubro de 1603⁶⁹:
Francisco, filho de Pedro Aires, da Praça, e de sua mulher Maria Rodrigues.
Foram padrinhos Gonçalo Lourenço, sombreireiro, e Catarina Rodrigues Amara, mulher de Domingos de Sousa.

Este já nosso conhecido assento mostra-nos Catarina Rodrigues, agora seguramente casada em segundas núpcias, a servir mais uma vez como madrinha.

Livro de baptismos de São Pedro, 17 de Junho de 1606:
Pedro, filho de Pedro Aires e de sua mulher Maria Rodrigues.
Foram padrinhos Pedro Rodrigues *Ramos* e Maria Nunes, mulher de Gaspar Vaz.

O marido da madrinha, Gaspar Vaz, sirgheiro, era meio cristão-novo, e Maria Nunes era a sua terceira mulher⁷⁰. Fora processado na década anterior, em 1597, passara dois anos preso e figurara no auto-de-fé de 14 de Março de 1599. Um seu filho, de nome Domingos Vaz, também tecelão e mercador de sedas, gerado com sua segunda mulher Joana Dias, viria a conhecer experiência semelhante, quando foi preso em 1634, encarcerado durante os mesmos dois anos, e após eles condenado.

O assento introduz uma nova personagem, Pedro Rodrigues, que era irmão de João Rodrigues, o primeiro marido da *Amara*, já que o assento do seu casamento o descreve como filho do pai do almocreve:

Livro de casamentos de São Pedro, 28 de Julho de 1554:
Pedro Rodrigues, filho de Afonso Rodrigues, de Parada de Pinhão.
Madalena Gonçalves, filha de Gonçalo Mendes, sapateiro, morador nesta vila.
Foram testemunhas João Luís, mercador, e Diogo Rodrigues, mercador.

⁶⁹ Catarina Rodrigues *Amara* deve ter casado no intervalo entre 12 de Junho de 1599, data de uma procuração que fez unicamente em seu nome ao licenciado Miguel Rodrigues, advogado do Porto (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 8.º Ofício), e a data deste assento de 3 de Outubro de 1603.

⁷⁰ Fora anteriormente casado com Inês Rodrigues e Joana Dias.

O facto de João Rodrigues ter desposado Catarina Rodrigues 20 anos passados sobre este casamento, não significa que ele e Pedro Rodrigues fossem de diferente geração, pois já se verificou a existência de dois filhos do almocreve, de nomes Belchior e Ana, que foram crismados no ano seguinte ao do casamento deste tio paterno. A escassa informação de que dispomos aponta até para que João Rodrigues fosse, dos dois, o mais velho.

Deve também assinalar-se que o João Luís, mercador, que testemunhou o enlace, era cristão-novo e marido de Beatriz Lourenço, filha do *Cheira-dinheiro*, nomeada por Filipa Dias, a mulher do *Galego*, como sua irmã, nas declarações prestadas em Lisboa ao Santo Offício. O que impediu esta segunda Maria Rodrigues, mulher de Pedro Aires, de ser tomada como sendo a Maria filha da *Amara*, foi o assento do seu casamento, encontrado posteriormente aos assentos de baptismo dos filhos.

Livro de casamentos de São Dinis, 23 de Setembro de 1582:

Pedro Aires, de Canelas.

Maria Rodrigues, filha de Marcos Pires, carpinteiro, e de sua mulher Eva Rodrigues.

Foram testemunhas Álvaro Lobo, o Licenciado Duarte Rebelo e Jorge de Miranda.

Tornou-se claro que esta Maria Rodrigues não podia ser a filha da *Amara* que, vemos agora, contava seis anos na data que consta no assento; mas o significado das ligações encontradas mantém-se, permitindo-nos estabelecer que a Eva Rodrigues citada no assento como mãe da nubente seria mais uma filha de Amaro Fernandes, daí resultando que esta Maria Rodrigues e a outra, a que foi madrinha de baptismo da primeira das duas Franciscas, também filhas de Pedro Aires, fossem primas co-irmãs.

É possível que tenha existido outra irmã de Catarina Rodrigues, de Maria Álvares e de Eva Rodrigues, pois uma Francisca Fernandes *Amara* consta nos livros de São Pedro como madrinha de uma criança de nome Gonçalo, *hum filho de hua molher solteira que pariu no forno de Fernão Lourenço*, em cerimónia datada de 19 de Março de 1589. Nenhuma informação suplementar, contudo, permitiu confirmar o parentesco.

Chegados a este ponto, esgotámos a informação disponível nos livros paroquiais e notariais vila-realenses sobre os *Amaros*, na realidade apenas *Amaras*; existem, no entanto, dados colhidos fora deles que nos persuadem de que eram de ascendência judaica. Vamos ver como.

No primeiro quartel do século XVII, vivia em Vila Real, na rua do Poço, uma família de cristãos-novos inteiros, formada por quatro elementos: António Lopes, nascido por volta de 1560⁷¹, «mercador de panos» já acima nomeado como sobrinho da mulher de Manuel Lobo Machado; Grácia Garcia, sua mulher; Isabel Lopes, única filha que residia com o casal — dado que os filhos varões Jerónimo Lopes, nascido cerca de 1597, e Manuel Lopes,

⁷¹ António Lopes declarou em 1620, no seu processo, ter de idade 60 anos.

um ano mais novo, haviam entretanto abandonado o país, decerto por motivos religiosos —, e Maria Lopes, uma órfã de pai e mãe, sobrinha de Grácia Garcia⁷². Em 1620, os seus abomináveis costumes foram dados a conhecer pelos vizinhos ao Santo Ofício, que prendeu o quarteto para interrogatório. Eis o que resultou dos depoimentos dos denunciadores e das confissões dos próprios: não comiam carne de porco, de coelho ou de lebre, nem «peixe de couro», raia, lampreia, congro, cação⁷³; dessangravam a carne de *vaqua* e lavavam-na em «duas e três águas» até ela ficar «muito bem alva sem sangue algum»; praticavam o jejum às quintas-feiras, terminando-o apenas «quando saía a estrela»; varriam a casa e punham azeite limpo e torcidas novas nos candeeiros, às sextas; e, por fim, culminando com uma hedionda e insofrível ofensa à divindade criadora do universo, mudavam de camisa aos sábados, dia em que também fingiam trabalhar.

Isabel Lopes, moça solteira de 22 anos, viria a ser condenada em finais de 1621 a auto-de-fé, ao confisco dos bens, à abjuração em forma, a cárcere e ao porte do hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores. Consta do seu processo que, tendo sido interrogada sobre onde e por quem havia sido baptizada e crismada, respondeu o que segue:

[...] e que he christam baptizada e o foy na igreja de Sam Pedro de Villa Real pelo padre Custodio Monteiro, e foy seu padrinho Gonçallo Lopes e sua madrinha Catharina Rodriguiz a Maya christam nova, e na mesma igreja foy crismada não sabe por quem, foi seu padrinho Gonçallo Lobo Guedes e que depois que teve uso de razão hia as igrejas, ouvir a missa e pregação e fazia as mais obras de christãos, e logo foy mandada por de gíolhos [joelhos] e se benzeu e persignou e disse o Padre nosso Ave maria, Creo em Deus Padre, Salve raynha, mandamentos da ley de Deus e foy amoestada em forma e mandada a seu carcere [...].

Vejamos quem era esta gente:

António Lopes, cristão-novo inteiro nascido por volta de 1560⁷⁴, era o «mercador de panos» já acima nomeado, filho de Gabriel Lourenço, e desse modo sobrinho de Beatriz Lopes, a mulher de Manuel Lobo Machado; Grácia Garcia, cristã-nova inteira, filha de Manuel Fernandes e de sua mulher Branca Lopes *Garcia* — casados em São Pedro em 24 de Fevereiro de 1547 — e irmã de Francisco Fernandes *Garcia*, que com sua mulher Violante Dias viria a gerar em Lisboa Manuel Fernandes *Vila Real*, patriótico autor, talentoso cosmopolita, hábil cortesão e agente em Paris de D. João IV, que por cobarde tibieza deste morreu na fogueira da Inquisição.

O padre que administrou o baptismo, Custódio Monteiro, capelão das freiras do convento vila-realense de Santa Clara, era meio cristão-novo e viria a ser processado pelo

⁷² Maria Lopes era filha de Manuel Dias, o *Negro*, mercador, e de sua mulher Leonor Lopes, cristãos-novos inteiros (*Proc. Grácia Garcia*). Aparentemente, à época da sua prisão, tinha apenas uma irmã, Ana Lopes, que havia casado em São Pedro com Manuel Álvares, de Chaves, cerimónia celebrada em 13 de Outubro de 1600 e em cujo assento se confirma serem ambos os pais da noiva já defuntos.

⁷³ Com excepção de António Lopes, que se declarou omnívoro na máxima extensão do vocábulo.

⁷⁴ António Lopes declarou em 1620, no seu processo, ter de idade 60 anos.

Santo Ofício em 1624⁷⁵. Tinha por malicioso costume substituir, durante a celebração da missa, umas palavras por outras, subvertendo o sentido dos textos. Por lhe ter sido revelado em confiança, pelo hortelão do convento, que os seus mais directos auxiliares, o diácono e o subdiácono, haviam detectado uma dessas habilidosas operações — dissera *Fidelibus Judæus* em vez de *Perversus Judæus* na missa de sexta-feira de Endoenças⁷⁶ —, apresentou-se de *motu proprio* à Mesa Inquisitorial, por antecipar e temer a denúncia, onde confessou o que fizera, mas assegurando que a troca fora involuntária; acabaria contudo por admitir algumas culpas ao ser confrontado com testemunhos expondo outras manobras semânticas de equivalente natureza. Resultou ainda dos depoimentos que não pronunciava por inteiro a fórmula da Eucaristia, inibindo desse modo a transmutação. Foi condenado a auto-de-fé privado, abjuração de leve, cárcere a arbítrio, penitências espirituais e pagamento de custas.

O padrinho de baptismo de Isabel Lopes, designado como Gonçalo Lopes, era o cristão-novo Gonçalo Lopes *Garcia*, mercador, seu tio materno, casado com Inês Lopes, cristã-nova natural de Viseu que viria a ser processada pelo Santo Ofício em 1624; o padrinho do crisma, Gonçalo Lobo Guedes, era, como já vimos, filho de Manuel Lobo Machado e de Beatriz Lopes, tia-avó da acusada; e, por fim, a madrinha de baptismo, *Catherina Rodriguiz a Maya christam nova*, decerto era Catarina Rodrigues *Amara*, cristã-nova, com o patronímico apêndice ligeiramente alterado pelo inepto e displicente aparelho auditivo do escrivão lisboeta do Santo Ofício.

O assento de baptismo de Isabel Lopes conservou-se e consta, de facto, onde devia constar, no então corrente livro de baptismos de São Pedro:

Ao primeiro dia do dito mês atrás escrito [Dezembro de 1597], baptizei, eu, Custódio Monteiro, clérigo de missa, uma filha de António Lopes e de sua mulher Grácia Garcia, e foram padrinhos Gonçalo Lopes e Inês Rodrigues; a moça chama-se Isabel e tem os santos óleos. — *Custódio Monteiro*.

Verifica-se que o capelão das freiras não se limitava à permuta de qualificativos latinos; era também dado à troca de madrinhas.

Não fecharei esta questão da ascendência hebraica de Catarina Rodrigues sem considerar e avaliar a dúvida subsistente.

É indubitavelmente certo e seguro que não havia, na Vila Real da época, mulher que alguma vez tenha sido designada como *Maia* ou a *Maia*, em livros paroquiais ou notariais; houve contudo um contemporâneo portador da versão masculina da alcunha, um mer-

⁷⁵ Custódio Monteiro parece ter sido, ou ter-se tornado, cristão sincero, dado que foi nomeado primeiro administrador do morgado da capela da Senhora dos Cativos, templo construído em frente da cadeia da vila, para que os presos pudessem assistir à missa do outro lado da rua. A capela e o morgado foram instituídos por André de Araújo e Veiga e sua mulher Maria Monteiro, que era irmã do padre (Cf. Leal 1873, vol. [IX] [NE], p. 968).

⁷⁶ É a sexta-feira que precede a Páscoa, vulgarmente designada nos nossos tempos como Sexta-Feira Santa. Quanto ao substantivo Endoenças, significa o mesmo que Indulgências.

cador e rendeiro cristão-novo de nome Diogo Lopes, já atrás citado, que por vezes surge nomeado como Diogo Lopes *Maio* e que foi casado com uma Maria Rodrigues que, por partilha conjugal, poderia sem escândalo ter sido designada como *Maia*; embora, como já foi dito, nunca tal tenha acontecido. O mais aproximado ao uso da alcunha que se encontra, surge em dois consecutivos assentos de baptismo no livro de São Pedro, ambos datados de 22 de Setembro de 1606, onde a dita Maria Rodrigues figurou como madrinha de uma *Branca filha de Pedro Gomes e sua molher Justa Mendes*, e de um *Migel filho de Migel Lopes*, designada respectivamente como *Maria Rodriguiz molher de Diogo Lopes Maio* e como *Maria Rodriguiz molher do Maio*. Diogo Lopes e Maria Rodrigues tiveram por única descendente uma filha, de nome Inês, a quem, com mais a-propósito do que no caso de sua mãe, se poderia associar a alcunha; todavia, tendo sido baptizada em 6 de Setembro de 1597, contava três meses de idade aquando do baptismo de Isabel Lopes. Inês Rodrigues viria a casar em São Pedro, aos 15 dias de Agosto de 1611, com o médico cristão-novo inteiro Manuel Lopes *Colaço* — filho de António Lopes *Estonce*, mercador, e de sua mulher Filipa Nunes — que seria processado pelo Santo Ofício em 1618, juntamente com seus irmãos Francisco Lopes *Estonce*, mercador, e Mateus Lopes de Oliveira, advogado.

Acresce a isto que, nos dados já expostos onde a *Amara* figura, se foram acumulando motivos de suspeita de ascendência hebraica. Para isso contribuiu a frequente presença, em assentos paroquiais onde ela figura, de cristãos-novos, caso do mercador João Luís, tratante, e de Luís Álvares, tabelião, ambos cristãos-novos e genros do *Cheira-dinheiro*, que nos deixaram na ideia de que seriam familiares de sua mãe ou de gente a eles associada; contudo, alguma pequena dúvida, há que reconhecê-lo, subsiste quanto a esta importante questão. Assumo, no entanto, a versão que claramente me parece mais plausível e para a qual contribuirá uma avaliação do Santo Ofício, que seria prematuro expor neste ponto. Simplificando, passo a considerar e a referir Catarina Rodrigues *Amara* como cristã-nova inteira de ascendência hebraica.

Nada ou pouco mais do que isto existe, contribuindo directamente para a caracterização da família dos *Amaros*, já que desconhecemos o estatuto e a profissão de Amaro Fernandes, o patriarca; podemos, contudo, imaginar que seria um homem de negócios, possivelmente um almocreve, alguém que hoje classificaríamos como um industrial dos transportes terrestres, que, por ter casado duas filhas na igreja da Misericórdia, talvez fizesse parte da irmandade.

Terá ele vindo do Bico, tal como consta nos *Marrões de Vila Real*? Não sabemos, nem sequer existe certeza de o autor do manuscrito ter escrito tal topónimo, pois a leitura que dele fez António Baião foi dada como duvidosa pelo próprio, e acresce que nunca tal freguesia existiu na antiga comarca de Vila Real, nem mesmo no actual distrito. Com o nome de Bico existem apenas duas freguesias portuguesas, uma no concelho de Amares, de orago São Vicente, e outra no de Paredes de Coura, de orago São João Baptista; mas,

apesar destas imprecisões e incongruências é bem possível que houvesse uma qualquer associação da família — ou mais provavelmente de outro ramo de Rodrigues — a uma dessas freguesias, pois nos paroquiais e notariais vila-realenses encontram-se referências a Rodrigues *Bicos* a partir de 1613, ainda em vida de Catarina Rodrigues *Amara*⁷⁷.

Os maridos das filhas de Amaro Fernandes, deixando para depois o já apresentado Domingos de Sousa, é que algo de socialmente relevante nos transmitem: um almocreve originário de Parada de Pinhão, João Rodrigues, o marido de Catarina, e um carpinteiro, Marcos Pires, marido de Eva.

Resta ainda um aspecto desta questão a ser levado em conta: a Maria Rodrigues, filha da *Amara* plausivelmente falecida na juventude, não foi a única descendente de sua mãe, pois existe registo da existência de um filho. Não um banal assento de baptismo, de casamento ou de óbito, mas uma menção em rol de crismados.

O documento em causa, uma lista com 62 entradas, nomeando 29 meninas e 33 rapazes, foi transcrito no livro de baptismos de São Pedro corrente na época, sob o título de *Rol dos Confirmados que confirmou o Arcebispo dom frei Agostinho no anno de 1605 — aos 27 dias do mes de dezembro*⁷⁸.

Cada entrada regista o nome próprio de uma criança, discriminada das homónimas pelo nome do pai ou da mãe ou, à falta destes, do indivíduo que a criava ou a quem servia, uns ou outros qualificados pela profissão ou por outro qualquer elemento eficaz para o efeito, como a rua de morada ou a freguesia de origem quando esta era exterior à vila; seguia-se então o nome de quem havia instruído e apresentado a criança, por vezes um padre, mas não sempre e nem sequer na maior parte dos casos.

Eis o registo que nos interessa:

«Maria, filha de Diogo Machado, apresentada por Domingos, filho de Catarina Rodrigues *Amara*».

Diogo Machado — ou Diego, que é o mesmo — era irmão de Isabel Machado, pelo que nos encontramos, mais uma vez, face a um indício da proximidade que existia entre os *Malrascas* e a *Amara*. Extrai-se também do facto de o instrutor da criança ser identificado pelo nome da mãe, que o pai já havia falecido, o que contribui para a congruência do assento de baptismo de 1603, acima citado, assento dois anos anterior a esta data, no qual Catarina Rodrigues aparece descrita como mulher de Domingos de Sousa.

Aproveitemos, porém, e antes de mais, para ver quem era este Domingos de Sousa, mercador na rua da Praça «indo para o arco do Duque⁷⁹», pois algo sobre ele se pode adiantar.

⁷⁷ Em escritura lavrada no 6.º Ofício notarial de Vila Real em 22 de Março de 1630, Domingos Rodrigues Pinto comprou a Domingos Rodrigues *Bico* 10 almudes de vinho de foro a retro (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 6.º Ofício).

⁷⁸ D. Fr. Agostinho de Jesus era arcebispo de Braga desde 1588 e sê-lo-ia até à sua morte em 1609.

⁷⁹ O duque era D. Manuel Meneses de Noronha, 5.º marquês de Vila Real, elevado por Filipe II de Espanha à dignidade ducal, em 1563, pelo seu empenhado apoio durante o conflito que se saldou pela subida deste ao trono de Portugal.

Nos livros de batismos de São Pedro aparece oito vezes na função de padrinho e ainda três como marido da madrinha, designada como Catarina Rodrigues ou Catarina Rodrigues *Amara*. Destes assentos ressalta, mais uma vez, a ligação aos *Malrascas*. No batismo de uma Manuela de Jesus — raríssima senão única ocorrência do uso de dois nomes próprios⁸⁰ em batismo do primeiro século de paroquiais vila-realenses —, os padrinhos foram Diogo Machado, o pai da menina crismada em 1605, e Catarina Rodrigues, mulher de Domingos de Sousa; e este último, em outra ocasião, partilhou um apadrinhamento com Maria Pinto, mulher de Diogo Machado, irmão, como já vimos, de Isabel Machado *Malrasca*.

Domingos de Sousa aparece também nomeado no assento de batismo de uma sua escrava, de nome Maria:

Aos 24 de Junho de 1626, baptizou o Reverendo Abade António Fernandes, com toda a solenidade, Maria, adulta de quinze anos, escrava de Domingos de Sousa, feitas todas as diligências e requisitos necessários pelo vigário-geral da Comarca.

Foi padrinho Luís Teixeira de Magalhães. Tem os santos óleos. — *Francisco Dias*⁸¹.

Domingos de Sousa, mercador e irmão da Misericórdia vila-realense, surge por vezes nos notariais qualificado como rendeiro. Exemplo disso é uma escritura, datada de 31 de Março de 1622 no 1.º Ofício de Vila Real (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 1.º Ofício), que mostra ter ele tomado para sua cobrança daquilo a que se chamava a renda de uma freguesia, no caso a de Gouvães. A ideia que fica, no entanto, é que apenas o foi ocasionalmente.

O estatuto dele explicitar-se-me-ia após a leitura de uma escritura, datada de 1 de Julho de 1611 no então corrente livro de notas do citado Ofício, na qual a Câmara de Vila Real instituiu um grupo de procuradores, em Vila Real e no Porto, para lidarem com o contencioso judicial, sendo presentes face ao tabelião «Pedro de Nisa da Mesquita, juiz ordinário, Gonçalo Lobo Tavares⁸² e Pedro Pinto de Azevedo, vereadores, João de Macedo Soutomaior, juiz ordinário, e Domingos de Sousa, procurador do concelho, todos oficiais da Câmara», que assinaram no final.

Pode dizer-se, sem receio de engano, que o segundo marido de Catarina Rodrigues era mais importante personagem que o primeiro.

Domingos de Sousa faleceu em 28 de Novembro de 1630, tendo sido sepultado na capela Maior de São Pedro, que decerto correspondia à *Capella de São Pedro* onde sete

⁸⁰ Em boa verdade, Jesus não era, no modo em que foi usado, um nome próprio, mas o que, mais tarde, se viria a designar como «nome de devoção».

⁸¹ Domingos Rodrigues Pinto também possuiu escravos. Disso dá prova o assento de casamento, celebrado em 18 de Janeiro de 1632, de uma Maria, filha de Catarina, escrava de Domingos Rodrigues Pinto, que deu por pai Manuel Quaresma, boticário.

⁸² Gonçalo Lobo Tavares, «ouvidor e contador da fazenda do Marquês, e Alcaide-mor da vila de Lamas de Orelhão, natural e morador nesta vila, de 65 anos» (Habilitação do padre Francisco Fernandes, datada de 1622).

anos antes, aos 21 de Fevereiro de 1623, fora sepultada *Catarina Rodriguiz Amara mulher de Domingos de Sousa mercador da Rua da praça*.

Falta-nos agora ver o que consta sobre o filho da *Amara*, de nome próprio Domingos, que apresentou na cerimónia de confirmação da fé a filha de Diogo Machado *Malrasca*.

DOMINGOS, FILHO DE CATARINA RODRIGUES AMARA

Chamando-se o pai João Rodrigues e a mãe Catarina Rodrigues, logo se compreende que o Domingos catequista quase não dispôs de alternativa à adopção do comum patronímico do casal; ora, na Vila Real da época, não se identificava inequivocamente alguém chamando-lhe Domingos Rodrigues. O nome próprio, Domingos, banal em todo o país, mais ainda o era na vila, por nela haver um importante convento dominicano, e o patronímico Rodrigues era apenas ultrapassado em frequência pelo popularíssimo Gonçalves. Se levarmos em conta que, anteriormente ao século XVIII e com excepção dos membros da nobreza, quase ninguém acrescentava dois elementos onomásticos ao nome recebido no baptismo, logo compreendemos o motivo por que só muito raramente se encontra um Rodrigues nomeado sem um suplemento que o distinguisse dos seus numerosos homónimos. Nos livros paroquiais vila-realenses da época, se alguém é Rodrigues — ou Gonçalves, ou Fernandes, ou Álvares — quase sempre o pároco faz uso de um acrescento identificador, o nome do pai ou o do cônjuge, a profissão — *potiquairo, odreiro, surrador, alyoveiro*⁸³ —, o local de residência, Rodrigues *Fraga*, Rodrigues *Ponte*, ou ainda a alcunha, elemento útil, ou mesmo obrigatório, quando os outros se não prestavam à função. Os paroquiais vila-realenses são povoados por Rodrigues *Almas, Banhas, Barnabóis, Baselhas, Bichos, Bicos, Biscainhos, Bogingas, Boguinhas, Bolelas, Borrabolas, Boticas, Canedos, Cachas, Carriços, Conchos, Fabreiros, Feitibós, Galos, Janeiros, Motrecas, Pingados, Polainas, Ramilos, Ramos, Regalados, Soprões, Tarracões, Tigres, Traquinas, Trintas*, e depois *Quarentas*, e talvez visando compensar a existência de uma Rodrigues *Amara*, figura um açucarado ramo de Rodrigues alcunhados de *Pingas doces*. No caso do filho de Catarina, logo se adivinha qual seria o elemento discriminativo e, procurando nos livros menção probatória, vê-se o palpite confirmado, pois existiu de facto um Domingos Rodrigues *Amaro*. O assento onde ele surge revela-nos algo muito surpreendente... ou talvez não:

Aos oito dias do mes de Abril de mil e seiscentos e onze annos baptizou o Abbade Antonio Fernandes Abbade desta igreja de Sam Pedro desta villa a Isabel filha de Francisco Rodrigues e de sua mulher Maria Lourenco. Foram padrinhos Diego Alveres e madrinha Isabel Machada mulher de Domingos Rodrigues Amaro mercador — Antonio Fernandez.

⁸³ Boticário, odreiro (fabricante de odres), curtidor (de peles), aljubeiro (carcereiro da prisão eclesiástica).

O Domingos Rodrigues *Amaro* marido de Isabel Machado é, referido de outro modo, aquele que viria a chamar-se Domingos Rodrigues Pinto, e o facto de o celebrante do baptismo e redactor do assento, o abade António Fernandes, ser seu tio-avô por afinidade, mostra-nos que nada havia de jocoso ou de desprestigiante na designação.

Deve ainda dizer-se que não existe assinatura do próprio usando o patronímico de sua mãe. Como homem casado, assinaria durante anos como Domingos Rodrigues, e apenas tardiamente adoptaria o apelido Pinto, apesar de este lhe ter vindo a ser atribuído, por outrém e, como veremos, desde pelo menos 1606. Em escritura de 1622, assinaria pela última vez com o nome simples, e em outra, de 1623, surgiria pela primeira vez a assinar-se como Domingos Rodrigues Pinto, nome completo que, sem excepção, usaria durante todo o resto da sua vida. Que terá ocorrido entre as duas datas? Recordando que sua mãe faleceu em 21 de Fevereiro de 1623, encontramos a resposta; o motivo, porém, só mais adiante poderá ser explicitado.

Quanto à proximidade entre a *Amara* e os *Malrascas*, compreendemos agora o que produzia os repetidos indícios da sua existência: Catarina Rodrigues, como mãe de Domingos, mantinha naturais relações de intimidade com a família a que o filho se ligara por casamento. O autor dos *Marrões de Vila Real*, escrevendo em finais do século XVII ou nos primeiros anos do seguinte, e baseado na tradição oral, falhou — apenas no pormenor, pode dizer-se — ao dar-nos a *Amara* como mãe de Isabel Machado; a realidade, porém, não era muito diferente, e a afirmação, apesar de objectivamente errada, serve de facto para confirmar o parentesco de sogra estabelecido pelo assento transcrito.

Existem outros elementos de validação, condições que a factualidade agora emergente teria que cumprir e que efectivamente cumpre.

Domingos Rodrigues Pinto morreu em 1643. Já vimos que a sua espontânea e patriótica actividade militar viria a dar azo a que seu filho Martim, que alguns serviços terá também prestado ao rei e ao reino, solicitasse como mercê o hábito de Santiago⁸⁴, aproveitando o reconhecido protagonismo do pai, pouco antes falecido. Relacionado com o processo de obtenção dessa honraria, foi emitido um documento — publicado por Pedro de Azevedo no anexo documental ao seu artigo *Os antepassados de Camilo* (1907) —, uma *Dispensa* datada de 1647, para que Martim Machado Pinto pudesse ser admitido na Ordem, apesar do obstáculo erguido pelas suas inadequadas circunstâncias familiares, que haviam suscitado a alegação de existência de «impedimentos de mecânica»⁸⁵:

Senhor — Por portaria do secretário Gaspar de Faria Severim, de 8 de Maio passado, fez Vossa Magestade mercê a Martim Machado Pinto, de lhe mandar lançar

⁸⁴ O hábito significava, em tempos antigos, a túnica que servia de uniforme, e, em mais recentes, a insígnia da Ordem, que se exibia habitualmente a meio do peito.

⁸⁵ Designavam-se por ofícios mecânicos as profissões que implicavam trabalho corporal. José de Campos e Sousa, no *Processo genealógico de Camilo Castelo Branco*, oferece-nos uma abrangente lista deles (Sousa 1946, p. 146).

o hábito de Santiago, e por de suas provanças haver constado que seu avô paterno foi almocreve, e sua avó tendeira de marcenaria⁸⁶, e seu pai mercador de loja, se dá conta a Vossa Majestade (como Governador e perpétuo Administrador da dita ordem) dos sobreditos impedimentos, para mandando ver de novo os serviços deste habilitante, lhe mandar diferir às dispensações de que tem necessidade, se eles o merecerem. Em Lisboa a 7 de Dezembro de 1646. — *Dom Carlos de Noronha — António de Mendonça — Diogo de Souto — André Franco.*

Guarde-se os definitórios.

Lisboa, 8 de Dezembro de 1646. — *Rubrica de D. João IV.*

Por novos serviços que depois me fez este habilitante, lhe faço mercê de dispensar com ele. Alcântara, 29 de Dezembro de 1647. — *Rubrica de D. João IV* (Azevedo 1907, p. 327).

Como o leitor já verificou, quando leu o relatório sobre Francisco Machado Botelho redigido por João Taveira Botelho, comissário do Santo Ofício, houve *inquietaçoins desta villa pella parte de seu pay Martinho Machado Pinto, que era filho de Domingos Rodriguiz Pinto o Marrão, e de sua molher Isabel Machada Malrasca.*

As «inquietações» terão resultado da abundante e indesmentível presença de cristãos-novos na árvore de costados do pretendente a cavaleiro de Santiago, Martim Machado Pinto, gente que provinha de *Galegos e Cheira-dinheiros*, antepassados de sua mãe, mas também — ficámos agora a sabê-lo — do legado de sangue hebreu proveniente de seu pai, inconveniências acrescidas do facto de os avós paternos terem exercido ofícios mecânicos. O rei, todavia, e discricionariamente, decidiu ignorar os óbices e dar satisfação ao *habilitante*. Disto resulta a obrigatoriedade de Domingos Rodrigues Pinto ter sido mercador de loja, seu pai almocreve e sua mãe tendeira; ora, já vimos que Domingos Rodrigues *Amaro* era mercador, que verosimilmente o foi «de loja» e apenas mais tarde «de sobrado», que seu pai, João Rodrigues, fora almocreve, restando apenas demonstrar que a mãe havia sido tendeira, o que não é exequível; mas... se não existe evidência de ela ter exercido tal profissão, também nada há que o desminta.

Necessário nos é, ainda, levar em conta um óbice de diversa natureza: Domingos Rodrigues Pinto era de ascendência hebraica, e já vimos o padre João Taveira Botelho a declarar aos inquisidores de Coimbra que considerava Francisco Machado Botelho, neto do *Marrão*, «cristão-velho inteiro, limpo, e de limpo sangue e geração», negando o que aqui tenho vindo a procurar estabelecer. Devemos, contudo, considerar que aquilo que levou o

⁸⁶ Fico na suspeita de que quem escreveu «marcenaria» se enganou e devia ter escrito marçaria ou mercearia. Eis o que sobre o assunto consta no *Elucidário* de Viterbo (1799, vol. II, p. 79 [NE]): *Loja de Marçaria* era no século XV, o que hoje dizemos *loja de Mercearia*, em que se vendem coisas miúdas, como fitas, navalhas, quinquilharias, etc. João Pedro Ribeiro, na segunda edição da obra, anotou este verbete com o seguinte esclarecimento: «Marçaria» não é «mercearia». Dos artigos das sisas, dos regimentos das alfândegas, e de muitos documentos, se evidencia ser «Marçaria» o que não sendo comestível, se não vende a peso ou por medida, como meias, barretes, e outros géneros... **Errado!!!**

citado comissário do Santo Ofício a ocultar a verdade, se de facto a conhecia, ressalta da própria informação que redigiu, do parágrafo em que confessa ainda ter «algumas razões de parentesco com esta gente». João Taveira Botelho calou a verdade sobre a «limpeza de sangue» de Domingos Rodrigues Pinto, não propriamente para se proteger a si próprio, pois o seu parentesco com os *Marrões* seria pelo lado de Maria Botelho da Fonseca, inquestionável cristã-velha, mas para proteger a descendência desta. Poucas décadas passadas, contudo, esta sua declaração, visando expurgar os Machados Botelhos da mácula judaica, seria desacreditada e abandonada pelo Santo Ofício, em favor da contrária, de mais consistente fundamento no que respeita às raízes do *Marrão*. O documento que disso dá prova, é o que avalia e rejeita, em 1719, a pretensão de um neto de Martim Machado Pinto, também portador do nome Francisco Machado Botelho⁸⁷, sobrinho do atrás assim nomeado, que não teve direito à benevolência que abrisse as portas do Santo Ofício ao seu homónimo consanguíneo, três décadas e meia antes. O facto de, neste caso, o comissário ser «de toda a satisfação, zeloso do crédito do Santo Ofício, e douto», decerto terá contribuído para o mau desfecho.

Suspeição de Francisco Machado Botelho. 1719.

Eminentíssimo Senhor — Tomámos informação com o comissário Manuel Cortes da Silva acerca da limpeza de sangue e mais requisitos de Francisco Machado Botelho⁸⁸, que pretende ser Familiar do Santo Ofício, contudo pela petição inclusa de que V. Eminencia nos manda informar e nos diz o dito informante que o Pretendente por sua avó paterna e avós maternos e mãe, é legítimo cristão-velho; porém, que, pela sua parte de seu avô paterno, chamado Martim Machado Botelho, é infamado de cristão-novo por ser fama constante sem contradição alguma que o dito Martim Machado Botelho é descendente do *Marrão*⁸⁹, família conhecida por judeus; a mulher do Pretendente, chamada D. Maria Rosa também, por parte de seu pai e mãe, é conhecida por judia, pelas razões que aponta o dito comissário; e que as testemunhas com quem se informou, se escandalizaram, de que o Pretendente se atrevesse a pôr semelhante pretensão neste Tribunal; este Informante [Manuel Cortes da Silva] é de toda a satisfação, zeloso do crédito do Santo Ofício, e douto, foi vigário-geral da relação de Braga, e agora Abade de Gouvães⁹⁰; da segunda petição que o Pretendente fez, bem se colhe que conhece sua mácula, pela narração que fez, e a forma com que a expendeu; pelo que nos parece, se não deve deferir ao seu requerimento; e V. Eminencia mandará o que for servido. Coimbra, em mesa, 19 de Outubro de 1719. — António Ribeiro de Abreu. — João Guedes Coutinho.

Maço II de *Incompletas*, n.º 41⁹¹.

⁸⁷ Francisco Machado Botelho era filho de Baltasar Borges Botelho — décimo filho de Martim Machado Pinto, baptizado em 3 de Setembro de 1647 — e de Ana Maria da Silva Tenebres.

⁸⁸ Ver a inquirição de *genere* (1732) de um filho deste, de seu nome António Luís Lobo Barbosa (ADB. A-296, Inquirição de *genere* de António Luís Lobo Barbosa (1732-08-15?) [NE]).

⁸⁹ *Marrão*, no texto.

⁹⁰ Manuel Cortes da Silva, abade de Gouvães, surge a baptizar, designado como tal, em 28 de Novembro de 1719 [0012].

⁹¹ Falta a cota!

Devo confessar que não sou o primeiro a afirmar que Domingos Rodrigues Pinto era filho de uma mulher de nome Catarina Rodrigues, apesar de ter sido de maneira independente que essa conclusão se me impôs. A afirmação até consta no *Processo genealógico* (Sousa 1946); acontece, porém, que o autor da obra lhe não atribuiu qualquer mérito.

Vejamos o que se passou.

A EXPOSIÇÃO DE JOSÉ DE CAMPOS E SOUSA

José de Campos e Sousa (1946) iniciou o seu livro com uma *Exposição*, onde se propôs resumir, analisar e comentar alguns trabalhos genealógicos que antecederam o seu:

Desejando fazer obra de revisão actualizada, entendo dever incorporar nela algumas peças que se me afiguram essenciais, em número de nove; não creio que seja supérfluo ou fastidioso expô-las, procedendo com o possível pormenor à sua análise e comentário, dado que este livro é — ou pretende ser — o processo genealógico do torturado de Seide. Mais ou menos exactas ou fantasiosas, examiná-las-ei, portanto uma a uma (Sousa 1946, p. 22).

As mencionadas nove peças são:

Peça n.º 1 — Uma lista das 33 gerações que separam Fruela, «irmão de D. Afonso I, e genro de Pelágio, fundador da Monarquia de Oviedo e Leão», de Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco, cidadão nascido na lisboeta rua da Rosa em 16 de Março de 1825. A lista fora publicada n’*O Romance do Romancista*, de Alberto Pimentel, e José de Campos e Sousa chama-lhe, cruel e incorrectamente, «novela genealógica fabricada por Camilo numa fase de preocupação nobiliárquica aguda», e declara-a «inteiramente fantástica a partir dos bisavós, Manuel Correia Botelho e sua mulher D. Maria de Meneses», ou seja, ao quarto dos 33 saltos geracionais, o autor caiu em pantanoso terreno, tendo-se extraviado. Não quer isto dizer que, tropeçando, levantando-se e insistindo, não tenha atingido o destino, pois existe hoje a generalizada convicção de que a maioria de nós, portugueses, descende de Afonso Henriques, personagem que, por sua vez, talvez descendesse de Fruela.

Peça n.º 2 — «Esta peça é a árvore de costados paternos, extraída do artigo referente a Vila Real, publicado no *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XI, p. 982⁹², pelo Abade de Miragaia, o Reverendo Pedro Augusto Ferreira».

José de Campos e Sousa é, a meu ver, demasiado severo para com a evocada árvore, quando afirma discernir nela «o propósito de enredar Camilo, de cambulhada com os Magalhães da Barca, a Morgada de Lordelo, o Morgado de Sm [sic] cavaleiro de Malta, um dos Senhores do Guardão e até um Bembo milanês⁹³, numa teia genealógica tão falsa

⁹² Trata-se de Leal 1873, vol. XI, p. 982 [NE].

⁹³ Existiram Bembos vila-realenses (Proc. Leonor Cardeira).

quanto aparatosa e frágil». Parece-me que os defeitos da árvore são mais inocentes do que parecem, e é certo que, no principal, no que à linha varonil diz respeito, ela estabelece, apesar dos erros, uma base razoavelmente correcta. É nela aliás que pela primeira vez figura o nome de Martim Machado Pinto.

Peça n.º 3 — «Esta peça é a genealogia ascendente de Camilo, extraída do artigo *O Jazigo de Alexandre Herculano*, da autoria do Visconde de Correia Botelho — o próprio romancista — e publicado na revista semanal, política e literária *Repúblicas*, 1.º Ano, n.º 45 da 2.ª Série».

A peça era dispensável pois nada adianta ao que já era conhecido à data da publicação.

Peça n.º 4 — «Esta peça é a genealogia ascendente, humorística e falsíssima, do Visconde de Correia Botelho [Camilo], tal como a deu José de Azevedo e Meneses Cardoso Barreto, da Casa de Vinhal, no artigo *As Costelas do sr. Visconde de Correia Botelho*, publicado na revista *A Alvorada*, de Vila Nova de Famalicão, em 1 de Outubro de 1885».

Peça ainda mais desinteressante que a anterior, por nada acrescentar e ser de muito duvidoso humorismo.

Peça n.º 5 — «Esta peça é a árvore de costados de Martim Machado Pinto, 5.º avô de Camilo, extraída de uns papéis genealógicos que datam de 1775 e pertencem ao Dr. Agostinho José da Costa Lobo, descendente de um dos filhos legítimos daquele Cavaleiro de Santiago».

José de Campos e Sousa considerou a peça digna de registo por conter um elemento curioso acrescentando algum colorido a uma dama que, todavia e segundo a versão da genealogia camiliana sustentada pelo autor, de modo algum se incluía na árvore dos ascendentes de Camilo: «Muito embora incompletíssima e errada no que respeita à filiação de Domingos Roiz Pinto, tem — no entanto — o merecimento de nos dar a conhecer a pitoresca alcunha de Catarina Roiz, aliás D. Catarina Roiz de Barros; esta, que foi mãe de Pedro Pinto de Barros, figura como sua amante».

A árvore dá-nos Domingos Rodrigues Pinto, qualificado como bastardo e dado por filho de Pedro Pinto de Barros e de Catarina Rodrigues, «a Amazona», mulher casada, que de um [...] Machado, teve Martim Machado Pinto.

Faço notar que o tratamento de Dona e o apelido de Barros, usados para descrever Catarina Rodrigues, não constam na peça, e foram acrescentados por José de Campos e Sousa.

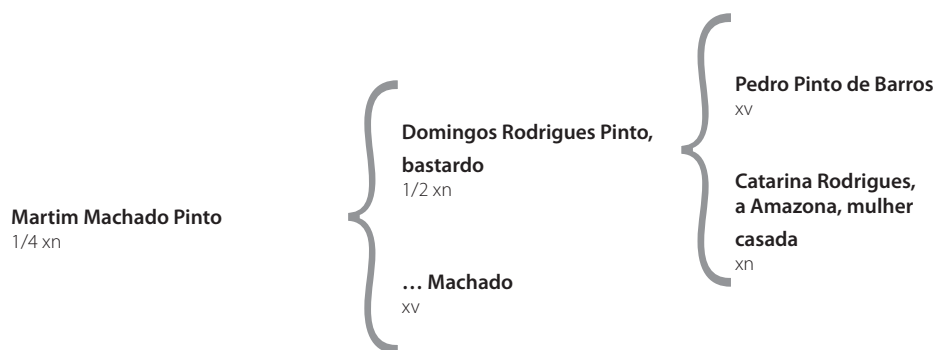


Fig. 6. Árvore de costados de Martim Machado Pinto
Fonte: Sousa 1946, peça n.º 5

O autor do *Processo genealógico* (Sousa 1946) ordenou as peças de que temos vindo a tomar conhecimento, não pela cronologia da sua produção, mas, segundo parece, pela profundidade que nelas atinge a mais antiga geração correcta. Nesta pouco frondosa, mas importante árvore genealógica, Domingos Rodrigues Pinto é nomeado pela primeira vez — no contexto que nos importa, o da genealogia camiliana — e dado como filho de uma Catarina Rodrigues que, logo se compreende, não é *Amara* apenas por ter havido erro no processo. O facto de uma abreviatura, Am.^a, Ama.^a ou Am.^{ra}, ter sido mal interpretada e por isso expandida de modo impróprio — conduzindo à convicção, suscitada pela ausência de óbvia alternativa, de que o autor teria querido significar *Amazona* —, não pode sobrepor-se à dedução atrás exposta e sustentada, culminando na transcrição do assento onde o filho da dama em causa é apresentado em simultâneo como marido de Isabel Machado e como Domingos Rodrigues *Amaro*.

José de Campos e Sousa diz-nos que Catarina Rodrigues, aliás Dona, aliás de Barros, aliás o que necessário fosse para sustentar o insustentável, a «portadora da picaresca alcunha *a Amazona*» — atributo até então desconhecido já que o genealogista atribui à sua revelação o único merecimento da peça —, era mãe de Pedro Pinto e não sua amante, sem qualquer demonstração, ou até mais rigorosamente dizendo, sem qualquer argumento, paradoxal atitude que pouco nos deve importar, atendendo a que, adiante, veremos quem era a verdadeira mãe de Pedro Pinto de Barros, membro da nobreza vila-realense.

Peça n.º 6 — «Esta peça é a árvore de costados de Martim Machado Pinto, extraída de uns papéis genealógicos dos fins do Século XVII, pertencentes a meu amigo o Dr. Dom António Xavier da Gama Pereira Coutinho (Soydos); serviram de esquema para a demanda de um vínculo de Botelhos de Vila Real, julgado à Casa de Soydos».

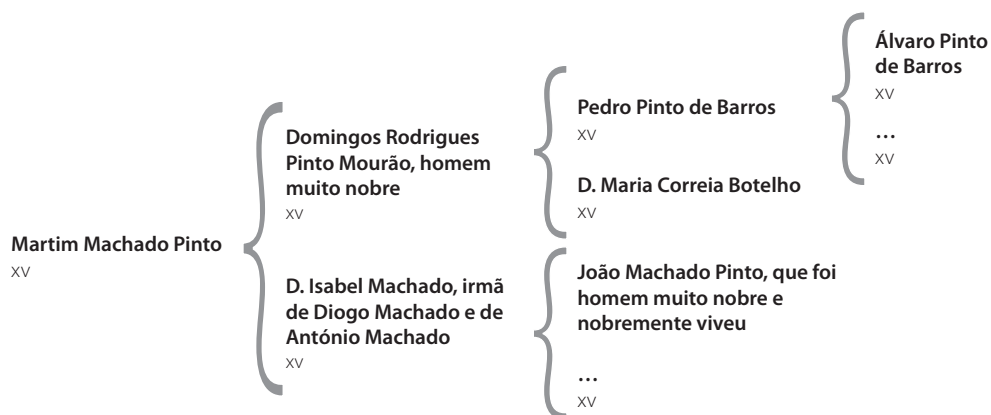


Fig. 7. Árvore de costados de Martim Machado Pinto
Fonte: Sousa 1946, peça n.º 6

Depois de revelar a origem da árvore, José de Campos e Sousa avalia-a, escrevendo sobre a parte que nos interessa:

«A filiação que nela se atribui a Domingos Rodrigues Pinto Mourão (aliás Domingos Rodrigues Pinto) é falsa», acentuando depois que, ao pai de Isabel Machado, o documento chama João Machado Pinto, em vez de Martinho Fernandes *Malrasca*.

Como se verifica, a peça atribui mais uma vez a paternidade de Domingos Rodrigues Pinto a Pedro Pinto de Barros, mas desta vez nomeando como mãe a esposa do próprio, de seu nome Maria Correia Botelho, o que configuraria uma filiação legítima.

Peça n.º 7 — «Esta peça é a árvore de costados de Domingos Roiz Pinto Mourão de Barros (aliás Domingos Rodrigues Pinto), extraída do estudo *Família de Camilo*, publicado por Júlio Teixeira na secção *Coisas velhas*, do semanário *Ordem Nova*, Ano VIII, N.º 370, de 30 de Abril de 1939.

O autor, firmando-se num velho rascunho genealógico (do padre João Tovar?) e no artigo vindo a lume no diário *O Vilarealense*, n.º 36, de 19 de Outubro de 1908, apresenta, erradamente, Domingos como filho de Pedro Pinto de Barros⁹⁴ e de «sua prima» D. Maria Correia Botelho, e declara ser Pedro Pinto de Barros, filho legítimo de Álvaro Pinto e de sua mulher D. Maria Roiz, quando ele era bastardo, e talvez adúlterino, de Álvaro Pinto e de sua cunhada D. Catarina Roiz de Barros, «a Amazona», irmã de D. Maria Roiz de Barros — conforme o próprio autor posteriormente verificou.

O que José de Campos e Sousa (1946) aqui afirma pede comentário e até contestação.

⁹⁴ Pero é o mesmo que Pedro e os portadores do nome são designados, nos documentos da época, indiferentemente de um e de outro modo.

Diz ele que Pedro Pinto era filho bastardo de Álvaro Pinto — bastardia que adiante mostrarei não ter existido — e talvez de sua cunhada D. Catarina Rodrigues, inexistente irmã de uma D. Maria Rodrigues de Barros, já em si mesma uma versão ectoplásmica de uma dama nomeada como D. Maria Rodrigues da Fonseca na única fonte onde o distinto genealogista a viu mencionada. O apelido de Barros, que neste contexto foi generosamente oferecido às «irmãs», destinou-se a que, maquilhadas com essas cores, pudessem contribuir para uma teoria destituída de qualquer argumento abonatório. Afirma o autor, contudo, que Júlio Teixeira, ele próprio, a confirmou, do que não existe evidência. O que Júlio Teixeira (1946-1952) escreveu sobre a filiação de Pedro Pinto, na obra que publicou logo após ter saído o *Processo genealógico de Camilo Castelo Branco*⁹⁵, foi o que segue:

D. Maria Correia Botelho, que casou em São Dinis em 3 de Setembro de 1575 com Pedro Pinto de Barros, **filho de Álvaro Pinto e de D. Catarina Roiz de Barros**. Com geração nos Morgados de São Pedro, nos Pintos Machados e na família de Camilo (Teixeira 1946-1952, vol. I, p. 136).

D. Maria Correia Botelho casou em São Dinis, em 3 de Setembro de 1575, com Pedro Pinto de Barros, **filho de Álvaro Pinto e de sua mulher D. Maria Roiz** (Teixeira 1946-1952, vol. I, p. 153).

D. Maria Correia Botelho casou em S. Dinis em 3 de Setembro de 1575, com Pedro Pinto de Barros, Escrivão da Câmara de Vila Real, **filho de Álvaro Pinto e de sua mulher D. Maria Roiz** (Teixeira 1946-1952, vol. III, p. 295).

Ainda sobre o assunto, escreveu o mesmo Júlio Teixeira, em nota biográfica sobre Domingos Rodrigues Pinto.

Domingos Rodrigues Pinto.

Nasceu em Vila Real em data que não pudemos averiguar por faltarem os livros de registo de baptismo referentes aos anos em que devia ter nascido.

Pelas escrituras de habilitação à Comenda de Cristo e por outras de justificação de nobreza de alguns dos seus descendentes, aparece-nos com paternidades diferentes. Numas os seus pais são Pedro Pinto de Barros e sua mulher D. Maria Correia Botelho, noutras os pais são o mesmo Pedro Pinto de Barros e D. Catarina Roiz, a Amazona, mulher casada, mas, segundo o último trabalho sobre esta investigação do ilustre genealogista Snr. José de Campos e Sousa (*Processo genealógico de Camilo Castelo Branco*), os pais foram Martim Rodrigues e sua mulher D. Maria Pinto. Esta última deve ser a verdadeira (Teixeira 1946-1952, vol. III, p. 207).

⁹⁵ Em boa verdade, não se pode dizer que a obra *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo* (Teixeira 1946-1952) é posterior à de José de Campos e Sousa, apenas porque nela o autor se refere ao *Processo genealógico de Camilo Castelo Branco*, pois a obra de Júlio Teixeira foi inicialmente publicada em fascículos, entre Maio de 1946 e Fevereiro de 1954, uns anteriores e outros posteriores à vinda a público da obra de José de Campos e Sousa (1946).

Fica clarissimamente estabelecido que Júlio Teixeira nada «verificou», e que, por isso mesmo, na sua importante obra nada afirma ou, se preferível for, nada desmente. O que ressalta do que escreveu é a sua óbvia falta de convicção e de interesse pelo assunto. A teoria da *Amazona* como mãe de Pedro Pinto de Barros é, tanto quanto se pode compreender, da exclusiva autoria de José de Campos e Sousa e a este cumpria apresentar uma linha de argumentação que a sustentasse.

Na realidade, a mulher com quem Álvaro Pinto gerou Pedro Pinto não era D. Maria Rodrigues da Fonseca, não era o seu fantasmático *alter ego* D. Maria Rodrigues de Barros, e menos ainda a inventada irmã desta, D. Catarina Rodrigues de Barros, a *Amazona*.

Quanto à primeira, sabemos ao menos de onde ela procede: Júlio Teixeira (1946-1952) publicou, nos *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo*, a transcrição de um manuscrito que havia pertencido a Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), visconde de Balsemão — governador de Mato Grosso, no Brasil, embaixador em Londres e por duas vezes ministro de D. Maria I —, uma lista de Pintos, onde um certo Álvaro Pinto é mencionado. Foi pela leitura da transcrição desse documento que José de Campos e Sousa tomou conhecimento da existência da dita D. Maria Rodrigues da Fonseca.

Aqui segue a transcrição *ipsis verbis* de um fragmento da lista:

27 — ÁLVARO PINTO, filho segundo de Aires Pinto, N.º 4, ficou em Ceuta com D. Pedro de Meneses, dizem que casou com D. Maria Rodrigues da Fonseca, filha de Estêvão Rodrigues da Fonseca; não se acha neste título nem se sabe a geração, só dizem que dele descendem os Pintos de Balsemão e de Entre Douro e Minho, no que toca a estes entendemos ser seu filho Pedro Pinto [à margem do códice foi escrito o seguinte: *Aliás ser filho seu Francisco Pinto infra como consta de vários instrumentos jurídicos da Casa de Selores de Ansiães, e não teve por filho Pedro Pinto que é erro*], no que toca a Balsemão acrescenta-lhe Madureira que foi filha sua *Leonor Pinta*, primeira mulher de Gonçalo Martins Cochofel, N.º 72. O que temos por erro como lá diremos e que nos parece mais provável ser filho seu o dito Gonçalo Martins.

28 — PEDRO PINTO... (à margem diz: *errado*)

29 — FRANCISCO PINTO, filho de Álvaro Pinto, (como se mostra na nota), casou com D. Isabel de Morais, filha de Álvaro Pimentel, de Bragança, irmã do Abade que fez o vínculo de Selores Pedro Álvares de Morais Pimentel, de que descendem os Senhores de Selores, etc., de quem teve *Aires Pinto*, *Luís Pinto* e *Francisco Pinto*.

O dito Francisco Pinto casou segunda vez na Casa d'Anta junto de Vila Real, com D. Mor Teixeira de quem teve vários filhos e filhas e há ampla descendência.

Como fica demonstrado, na obra do competente genealogista vila-realense não se afirma — nem sequer se corrobora — que Álvaro Pinto foi casado com D. Maria Rodrigues

da Fonseca; Júlio Teixeira limitou-se a transcrever um escrito de alguém que apenas fez saber que *dizem que casou*.

Difícil me foi imaginar onde o autor do *Processo genealógico de Camilo Castelo Branco* (Sousa 1946) pudesse ter encontrado menção a uma irmã desta D. Maria Rodrigues da Fonseca, filha de Estêvão Rodrigues da Fonseca, dama que, segundo consta no manuscrito, «não se acha neste título [de FONSECAS] nem se sabe a geração». Penso que tal menção nunca existiu, pois acredito ter acabado por compreender o que originou a estranha e aparentemente incompreensível incongruência.

Júlio Teixeira, no capítulo *Genealogia dos morgados de Vila Cova*, fornece-nos alguns dados biográficos sobre a sogra de Pedro Pinto de Barros, Mécia Correia, seguidos de uma lista dos seus filhos, onde consta a condescendente e já atrás citada menção à D. Catarina Rodrigues de Barros.

2. D. Mécia Correia Botelho, casou com o Licenciado Francisco Vilela do Amaral, filho do Licenciado Brás Vilela, Corregedor de Trás-os-Montes, e de sua mulher D. Hilária do Amaral (filha de Francisco Aranda do Amaral e neta de D. Pedro Rodrigues do Amaral).

Filhos:

3. Padre Diogo do Amaral, que foi frade dominicano.

3. António, que segue [António Botelho do Amaral].

3. D. Maria Correia Botelho, que casou em S. Dinis em 3 de Setembro de 1575 com Pedro Pinto de Barros, filho de Álvaro Pinto e de D. Catarina Rodrigues de Barros. Com geração nos Morgados de S. Pedro, nos Pintos Machados e na família de Camilo.

3. D. Catarina, que faleceu solteira (Teixeira 1946-1952, vol. I, p. 136)⁹⁶.

Julgo ter sido esta «D. Catarina, que faleceu solteira», quem terá estado na origem da confusão do autor do *Processo genealógico*, por ter migrado, na sua mente, para o anterior degrau geracional. De cunhada de Pedro Pinto ter-se-á transformado em cunhada de Álvaro Pinto, pai deste, passando a ser vista como irmã da D. Maria Rodrigues de Barros, variante da D. Maria Rodrigues da Fonseca citada na lista manuscrita dos Pintos. Neste contexto, terá parecido ser razoável ignorar o apelido da Fonseca, primeiro passo a transpor a fronteira do real, a que ainda se seguiria o segundo, o do acrescento do apelido de Barros. Se assim não sucedeu, não se consegue vislumbrar de que ventre, biológico ou literário, a senhora poderá ter emergido.

Uma coisa, porém, é certa: no quadro deste estudo é indiferente saber se uma mulher chamada D. Maria Rodrigues da Fonseca teve ou não teve uma irmã, ou sequer se foi ou não foi casada com o Álvaro Pinto, o n.º 27 da lista de Pintos, já que nunca este poderia corresponder ao progenitor do Pedro Pinto que casou com a nomeada D. Maria Correia Botelho.

⁹⁶ Ver nos baptismos que a Catarina casou com seu primo António Botelho Guedes.

O autor do manuscrito diz-nos que Álvaro Pinto «ficou em Ceuta com D. Pedro de Meneses», fidalgo vila-realense, futuro 1.º conde de Vila Real, a quem D. João I cometeu no Verão de 1415, após conquista, o governo da cidade⁹⁷. Se o Álvaro Pinto citado nos paroquiais vila-realenses fosse aquele que participou na tomada de Ceuta e por lá ficou na guarnição quando o grosso do exército regressou a Portugal, mesmo que nessa época fosse um pajem de 10 anos, contaria 170 aquando do casamento do filho, celebrado em 1575, em cujo assento é dado como pessoa ainda em vida.

O livro de baptismos de São Pedro é que nos revela quem era a mulher do Álvaro Pinto que foi pai de Pedro Pinto de Barros:

Aos 26 de Novembro da dita era [1553], baptizei eu, Bartolomeu Pires, confirmado em São Tiago [de Vila Nova, actual freguesia de Folhadela], a Clemente, filho de Gaspar Gonçalves e de sua mulher Isabel de Novais, e foram padrinhos o Licenciado Diogo Fernandes e Maria de Barros, mulher de Álvaro Pinto, e tem os santos óleos.

Eis o que se verifica ser seguro e indesmentível: Álvaro Pinto teve por mulher Maria de Barros, dama que, porque justifica — sem invenção! — o apelido Barros, deve passar a ser tomada como mãe de Pedro Pinto de Barros, e este como legítimo filho de seus pais.

Quanto à parte da filiação de Domingos Rodrigues Pinto que, segundo Júlio Teixeira, «deve ser a verdadeira», a que nos diz terem sido seus pais «Martim Rodrigues e sua mulher D. Maria Pinto», veremos já adiante, na peça que segue, de onde surgiu a ideia, cuja validade teremos oportunidade de questionar.

Peça n.º 8 — «Esta peça é a genealogia ascendente de Camilo, segundo o Visconde de Sanches de Baena; conservada inédita durante muitos anos, foi anotada e publicada, em 1898, pelo Dr. Alberto Pimentel Filho, na 1.ª edição do seu livro *Nosografia de Camilo Castelo Branco*, e novamente, em 1925, na 2.ª Edição».

Dela transcrevo as primeiras quatro gerações:

MARTIM RODRIGUES
almocreve de Vila Real

c. c.

MARIA PINTA
tendeira



⁹⁷ A expressão citada, «ficou em Ceuta com D. Pedro de Meneses», refere-se — indubitavelmente quanto a mim — à época da tomada da cidade; mas, imaginando que alguém poderá ter outro entendimento, aqui deixo informação sobre o outro D. Pedro de Meneses (1425-1499), 3.º conde e mais tarde 1.º marquês de Vila Real, que também foi governador de Ceuta, em 1460-62 e em 1463-64. Como se verifica o anacronismo mantém-se, impedindo que o Álvaro Pinto do manuscrito pudesse ser o progenitor do Pedro Pinto citado nos paroquiais vila-realenses.

DOMINGOS RODRIGUES PINTO

natural de Vila Real, onde teve loja de mercador

c. c.

ISABEL MACHADO



MARTIM MACHADO PINTO

natural de Vila Real. Por ocasião da aclamação de D. João IV, distinguiu-se na dita Vila pelos serviços que prestou à causa da Independência, o que lhe valeu ser agraciado com o hábito de Santiago. As dificuldades que na vida lhe criou o seu baixo nascimento, poderiam provar-se por documentos que o Visconde de Sanches de Baena possuía. Tendo de contratar um bom casamento com Maria Botelho da Fonseca, filha de Baltasar Gomes Botelho e de Isabel Botelho da Fonseca, ligados estes aos Alcaldes de Vila Real, que eram Botelhos [nota da 2.^a edição: Investigação de Pedro de Azevedo], foi mister, para o realizar, acomodar-se com a amante, Isabel Mendes, dando-lhe um bom dote e casando-a com um «excelente homem», chamado Francisco Lopes, açougueiro. Martim Machado Pinto houve pois

em

ISABEL MENDES

mulher solteira, judia e muito conhecida em Vila Real pela alcunha de «a Barbuda»



LÁZARO DA COSTA

filho bastardo; herdou o negócio de Francisco Lopes, açougueiro, marido de Isabel Mendes, e depois, graças ao dote de Martim Machado Pinto, marchante ou contratador de carnes.

Aí está o que levou Júlio Teixeira a condescender com a solução do almocreve Martim e da tendeira Maria. José de Campos e Sousa, que antes dele também se vira forçado a fazê-lo, perguntou-se, poupando-me o trabalho de o fazer eu mesmo:

Mas em que documentos se teria firmado aquele titular para garantir que os pais de Domingos foram Martim Rodrigues e Maria Pinta?

A pergunta é legítima, e a cada ano que passa sem se obter confirmação do que Sanches de Baena avançou — e já lá vai mais de um século desde 1908, ano da sua morte — mais legítima se torna. José de Campos e Sousa é que talvez não fosse a pessoa mais indicada para a formular, pois qualquer um que o tenha lido pode também interrogar-se:

— Mas em que documentos se teria firmado José de Campos e Sousa para afirmar que a mãe de Pedro Pinto era D. Catarina Rodrigues de Barros, a *Amazona*, uma nunca documentada e inteiramente desconhecida irmã de uma mulher da família dos FONSECAS que terá talvez desposado um Álvaro Pinto contemporâneo da tomada de Ceuta?

Ao terminar o seu comentário a esta peça, o autor do *Processo genealógico* confessa ter feito minuciosas pesquisas na Torre do Tombo «sem encontrar qualquer documento comprovativo da filiação atribuída pelo visconde de Sanches de Baena a Domingos Rodrigues Pinto»; mas, logo a seguir, declara ter ficado convencido de que este seria filho de Martim Rodrigues e de Maria Pinto. Eis porquê:

Para mim é simplesmente inadmissível que estas humildes personagens não passem de um produto da fantasia do aludido titular.

Em outro passo, José de Campos e Sousa qualifica Sanches de Baena como «genealogista honesto», avaliação que naturalmente não contesto, desvalorizando o que Camilo, em carta ao visconde de Ouguela, nos deixou sobre aquele que descreveu como um «boticário do Rio de Janeiro que veio a Portugal justificar-se de neto do desembargador Sanches de Baena», acrescentando que, para obter o título, «gastou nos direitos de mercê o produto do basilicão e da mamona da farmácia»:

Sobre genealogias, quando alguma vez consulto o oráculo Baena responde-me sempre parvoíce⁹⁸.

Não me parece, contudo, que, a verificar-se a inexistência, neste contexto, das «humildes personagens», tenham estas que obrigatoriamente ser fruto da «fantasia do aludido titular» e, se analisarmos os restantes dados que Sanches de Baena facultou ao filho de Alberto Pimentel, talvez possamos compreender de quem, de onde e de que modo a informação lhe poderá ter chegado, extraíndo disso algum esclarecimento.

Lê-se na *Nosografia de Camilo Castelo Branco*, sobre Martim Machado Pinto, que a este, «tendo de contratar um bom casamento com Maria Botelho da Fonseca [...], foi mister, para o realizar, acomodar-se com a amante, Isabel Mendes, dando-lhe um bom dote e casando-a com um “excelente homem”, chamado Francisco Lopes, açougueiro».

Aí está outra informação, inédita à época, fornecida por Sanches de Baena.

Terá ele encontrado estes pormenores biográficos na Torre do Tombo, numa habilitação a familiar do Santo Ofício, nos arquivos da Ordem de Santiago, nos nobiliários conhecidos, nos livros de notas de um tabelião vila-realense?

Certamente, não.

⁹⁸ *Camilo Íntimo* 2012, p. 315. Há que dizer que, na correspondência com o próprio Sanches de Baena, Camilo ostenta outra e muito diversa atitude: «Pelo que respeita a Correias Botelhos, estou plenamente satisfeito, graças às ilucidações prestantíssimas de V. Ex.ª» (Pimentel 1915, p. 39).

Trata-se do típico episódio proveniente de tradição familiar, visando prestigiar um antepassado, o mesmo é dizer, visando prestigiar a família dele descendente, que com esse intuito o divulga. O móbil foi, neste caso, preventivamente obstar à detecção do que parece ter sido uma falha de carácter de Martim e dos seus filhos legítimos que, tanto quanto se pode verificar, sempre ignoraram o bastardo Lázaro da Costa, atitude de que dá prova o facto de nunca qualquer um deles surgir a apadrinhar um ou outro dos muitos filhos por este gerados.

A historieta sugere que a jovem Isabel viveu com o amante, *teúda e manteúda* em almofadado ninho de amor — José de Campos e Sousa chega a falar em «mancebia quase indissolúvel» —, até Martim ter perscrutado em sonhos, no horizonte dos tempos futuros, a descendência nobilíssima cuja criação era o seu transcendente e intransitivo dever, tendo em vista o bem da Pátria, o bem da Humanidade.

Apesar da chancela de Sanches de Baena, o plausível episódio é inteiramente falso: o assento de casamento de Martim Machado Pinto não existe, mas o seu primogénito, Manuel, foi baptizado em 6 de Janeiro de 1629; ora, Isabel Mendes havia casado com o «excelente homem» 20 anos antes.

Outro exemplo:

Nos papéis que Sanches de Baena confiou a Alberto Pimentel Filho, Isabel Mendes figura, como vimos, dada como judia e ornamentada com a alcunha de *Barbuda*, e José de Campos e Sousa, ao abordar o assunto, divulgou uma informação colhida nos seus contactos pessoais vila-realenses, abundando no mesmo intuito de desculpar Martim, desta vez por ter permitido a entrada nos seus finamente bordados lençóis de linho a uma mulher de «naçom infecta» e *par-dessus le marché* de barba na cara. A fonte é também «uma tradição familiar», que lhe foi «referida pelo Snr. Joaquim Castelo Branco de Sequeira», um descendente do filho natural e homónimo de Domingos Rodrigues Pinto: Isabel era «lindíssima e a barba apareceu-lhe ao envelhecer».

Peço licença para uma vez mais, frontal e veementemente, discordar. A tradição mais falsa não podia ser, no que à barba respeita, pois não foi na velhice que ela desfigurou as faces da infeliz Isabel; foi em finais da adolescência que ela lhe irrompeu no até então mimoso e delicado rosto.

Prepare-se o leitor para — neste ponto e por uma vez sem exemplo — cair em êxtase admirativo perante os extraordinários recursos, as nunca antes vistas capacidades científicas do autor destas linhas que, dando prova de um talento sem paralelo em historiografias antigas ou modernas, o vai fazer sobrevoar os quatro séculos que nos separam do insólito acontecimento, para lhe revelar o preciso local, o correcto ano, o rigoroso mês e até o exacto dia em que a grotesca erupção pilosa sucedeu.

Foi na manhã de um domingo, 10 de Maio de 1609, que Isabel Mendes, moça solteira de 18 anos e meio, esbelta e graciosa no seu melhor vestido, se dirigiu na companhia de

alguns membros da família à paroquial de São Pedro, a encantadora face a resplandecer na primaveril luz matinal, sabendo que no interior dela encontraria o impaciente namorado, o seu muito amado Francisco. Três quartos de hora mais tarde, após todos terem cruzado em sentido inverso a porta principal do templo, conduziu-os ela de volta à casa onde vivia, no Rossio dos Carniceiros, onde reuniu, à volta da enfeitada e bem provida mesa, os seus parentes, agora acrescentados da pequena tribo dos *Barbados do Açougue*, grupo em que pontificavam António Lopes *Barbado* e sua primeira mulher Maria Lopes, e Francisco Lopes *Barbado*... seu recentíssimo marido⁹⁹.

Aos dez dias do mês de Maio de mil seiscentos e nove anos, recebi, eu, António Fernandes, na forma do Sagrado Concílio Tridentino, a Francisco Lopes, filho de André Rodrigues e de sua mulher Maria Álvares, com Isabel Mendes, filha de Maria Botelho, desta vila e freguesia. Foram testemunhas António Álvares, Francisco Mourão e António Vaz, sacristão. — *António Fernandes*.

Se Sanches de Baena tivesse realizado, ou tivesse encomendado a alguém competente para o efeito, uma investigação aos livros paroquiais vila-realenses, nunca teria feito saber ao filho de Alberto Pimentel que Isabel Mendes fora conhecida pela alcunha de *Barbuda* e que Martim, na véspera do seu «bom casamento», lhe tinha propiciado um dote para a enxotar da cama.

Tudo aponta para que Sanches de Baena tenha confiado em informação fornecida por alguém de Vila Real, um curioso da genealogia trasmontana.

Os livros paroquiais vila-realenses que cobrem o século XVI são:

São Pedro — Baptismos: [1545-1555]; [1576-1585]; [1585-1587];
[1587-1592]; [1593-1601]
São Pedro — Casamentos: [1545-1555]; [1574-1601]¹⁰⁰
São Dinis — Casamentos: [1564-1661]

⁹⁹ Francisco Lopes, marido de Isabel Mendes, surge com a alcunha de *Barbado* no assento de baptismo de uma filha do casal, Maria, celebrado em São Pedro em 26 de Agosto de 1629. Curiosamente, no processo de Filipa Dias *Cheira-dinheiro*, existe menção a um «Francisco Lopes, Barbado de alcunha», que havia sido amante de uma Francisca «que tem fama de feiticeira», com a qual «gastou toda a sua fazenda», mulher dada em 1571 como concubina mantida por Jácome Lobo, o denunciante de seus pais e de sua mulher. Quanto a António Lopes *Barbado* e Maria Lopes, casados em 18 de Novembro de 1602, na freguesia de São Dinis, viriam a gerar um filho, Gonçalo Lopes *Barbado*, que casaria em São Pedro — embora o correspondente assento conste no livro de São Dinis —, em 18 de Agosto de 1627, com Maria Rodrigues, filha de Pedro Rodrigues, moleiro.

¹⁰⁰ O que nos paroquiais de São Pedro parece serem dois volumes distintos, cobrindo o intervalo temporal [1545-1555], é, na realidade, um livro misto de baptismos e casamentos.

Neles constam homens nomeados como Martim, Martinho ou M.^{mo}, Roiz ou Rodrigues, que tudo é o mesmo, e mulheres de nome Maria ou M.^a, Pinto ou Pinta, que tanto monta. Estranhíssimo seria que não constassem.

Freguesia de São Pedro, assentos de baptismo anteriores a 1600:

- 1547, Jun. 20 — *Erbira [Elvira] Lopes molher de M^{mo} Rodriguiz tabeliam [tabelião]*
1576, Jul. 08 — *hua filha de Martim Rodriguiz potiquairo [boticário]*
1576, Jul. [...] — *he Maria Pinta molher de Antonio Lobo*
1577, Mai. 24 — *foram padrinhos Martim Rodriguiz e Ines Diaz*
1577, Dez. 08 — *hu filho de Martin Rodriguiz e de sua molher Catarina da Costa*
1580, Mar. 08 — *forão padrinhos Martim Rodriguiz e madrinha Ines Lois [Luís]*
1580, Mar. 01 — *hu filho de Martim Rodriguiz buticairo he de sua molher Catarina da Costa*
1582, Nov. 25 — *forão padrinhos Antonio Botelho e Maria Pinta*
1583, Dez. 23 — *hum filho de Martin Rodriguiz he de sua molher Branqua Lopes*
1584, Jun. 20 — *hum filho de Martim Rodriguiz buticario e de Catarina da Costa*
1585, Jun. 15 — *Sebastião Pinto e sua irmã Maria Pinta*
1587, Jun. 20 — *hum filho de Martim Rodriguiz e de sua molher Branqua Lopes*
1589, Mar. 07 — *hum filho de Martim Rodriguiz boticario desta villa*
1591, Set. 07 — *hum filho de Martim Rodriguiz e de sua molher Branqua Lopes*
1597, Jan. 05 — *forão padrinhos Martim Rodriguiz e Briatris Nunes*
1597, Mai. 18 — *hu filho de Martim Rodriguiz e de sua molher Branqua Lopes*
1598, Mar. 08 — *bautizei huma filha a Diogo Machado he de sua molher Maria Pinta*
1598, Jul. 13 — *madrinha Branqua Lopes molher de Martim Rodriguiz*

Freguesia de São Pedro, assentos de casamento anteriores a 1600:

Nenhuma menção a Martim Rodrigues ou a Maria Pinto.

Freguesia de São Dinis, assentos de casamento anteriores a 1600:

- 1564, Nov. 30 — [...] *Fernandez criada de M^{mo} Rodriguiz*
1575, Nov. 1 *Antonio Lobo com Maria Pinta, filha de Francisco Piriz do Ospitall*
1582, Jan. 27 — *com Maria Pinta filha de Jorge de Miranda*
1587, Fev. 05 — *com Maria Pinta Pereira filha de Diego Pereira Pinto*
1599, Nov. 14 — *com Maria Pinta Pereira filha de Vicente de Moraes*

Nos paroquiais de Parada de Cunhos, freguesia cujo lugar de nome Silvela sempre surge, na genealogia camiliana, associado aos Machados e a Domingos Rodrigues Pinto, como adiante veremos, também nenhuma menção é feita a este, à mulher com quem casou ou aos pais que Sanches de Baena lhe atribuiu.

O resultado é o que fica exposto e não oferece dúvida: nada de Martim Rodrigues, almocreve; nada de Maria Pinto, tendeira; nenhum Martim Rodrigues associável a uma Maria; nenhuma Maria Pinto associável a um Martim.

Esta ausência de referências em São Pedro, em São Dinis e em Parada de Cunhos, não pode, é certo, levar-nos a concluir que o elusivo casal não gerou Domingos, o *Marrão*. Martim Rodrigues e Maria Pinto poderão ter nascido, vivido, trabalhado, casado, gerado filhos e falecido em outros lugares da então chamada comarca de Vila Real ou até no exterior dela, mas também é certo que o silêncio que se verifica existir lá onde mais natural seria eles aparecerem nomeados, em nada contribui para a atribuição de paternidade avançada por Sanches de Baena.

Há que notar, contudo, que dados colhidos por este genealogista, inéditos à época da publicação, se confirmaram, como aconteceu com a obtenção do hábito de Santiago por Martim Machado Pinto, que veio a ser documentada posteriormente, em 1907, no artigo de Pedro de Azevedo, *Os antepassados de Camilo*. Foi também este investigador quem encontrou o documento com que D. João IV havia removido os obstáculos à entrada de Martim Machado Pinto na Ordem, surgidos «por de suas provanças haver constado que seu avô paterno foi almocreve, e sua avó tendeira de marcenaria», profissões que já constavam nos dados fornecidos ao filho de Alberto Pimentel, quase 20 anos antes, por Sanches de Baena. Dos nomes dos putativos pais de Domingos Rodrigues Pinto, que tudo aponta para que não tenham sido colhidos em documento credível, é que nunca se obteve confirmação.

Sobre esta problemática, José de Campos e Sousa escreveu um enigmático período:

É, sem dúvida, perturbadora a explicação que nos fornece da constituição do nome de Domingos Rodrigues Pinto, e da escolha do nome próprio de seu filho.

Perturbadora, a explicação?!... Que explicação e por que motivo ela perturbaria? Ninguém forneceu qualquer explicação. José de Campos e Sousa é que interpretou o acto de adiantar — uso uma vez mais este descomprometido verbo — os dois apelidos como uma explicação, e não como o simples acto de divulgar dados colhidos em incontroverso registo. A explicação, que não existiu, seria que Domingos era Rodrigues pelo lado paterno, Pinto pelo materno — o inverso da realidade, como veremos — e pretendeu homenagear seu pai ao baptizar seu filho como Martim, presumindo-se que, tivesse ele gerado uma filha, ter-lhe-ia dado o nome de Maria. Neste quadro, Martim deveria ter, e de facto teve, um filho Domingos e uma filha Isabel, honrando de igual modo os seus progenitores.

Tudo isto era banal na época, e se nos perguntássemos que nomes elegeria um romancista, com algum conhecimento dos costumes em voga nos tempos em que estes homens e mulheres viveram, para nomear em ficção literária os pais de Domingos Rodrigues Pinto, logo diríamos Martim Rodrigues e Fulana Pinto ou Martim Pinto

e Fulana Rodrigues, sendo os mais prováveis substitutos de Fulana, os nomes Isabel, Helena ou Maria, nomes próprios colhidos na prole de Martim Machado.

Julgo saber o que perturbou José de Campos e Sousa, melhor dizendo, o que ele pensou, mas que estimou ser «perturbador» exprimir, provavelmente por recear que a fonte dos dados de Sanches de Baena pudesse emergir de alheia e posterior pesquisa. Eu próprio, que não tenho reputação a proteger, não é sem alguma hesitação que confio ao leitor o motivo da minha desconfiança, motivo que é de certa forma paradoxal:

— Os nomes são bons demais; os nomes parecem ter sido inventados.

A meu ver, foi este o sentimento que «perturbou» José de Campos e Sousa. O injustificado e injustificável uso do substantivo Explicação, tem subjacente a ideia de que os nomes foram escolhidos visando *explicar* o patronímico Rodrigues e o apelido Pinto, de Domingos, e o nome próprio de seu filho Martim.

Seja notado que, em boa verdade, não era necessário *explicar* o nome próprio de Martim. Correspondendo este, como vimos, ao do seu avô materno, estava a *explicação* dada; acontece, porém, que isto sabemos-lo nós por Pedro de Azevedo o ter revelado, em 1907, no seu artigo *Os antepassados de Camilo*, que o pai de Isabel Machado se chamava Martim Fernandes. À época em que Sanches de Baena presenteou o filho de Alberto Pimentel com os dados que este incluiu na sua *Nosografia de Camilo Castelo Branco*, era de todos ignorada a existência significativa de Martim Machado *Malrasca*. Fosse ela conhecida e, provavelmente, o nome próprio escolhido para o almocreve teria sido Domingos.

Quem terá inventado os nomes?

Sem hesitações neste ponto: indubitavelmente um trasmontano, alguém que terá sido contactado, decerto de modo indirecto, por Sanches de Baena, um cidadão de Vila Real¹⁰¹ que, sacrificando à consabida e centenária tradição, estimou ser interessante e espirituoso mistificar o visconde boticário, o «oráculo Baena».

Peça n.º 9 — «Esta peça é a árvore de costados de Domingos Rodrigues Pinto Mourão e Barros (aliás Domingos Rodrigues Pinto), 6.º avô de Camilo, extraída de dois notáveis manuscritos inéditos, desconhecidos de Pedro de Azevedo e dos restantes autores que algum dia se ocuparam da genealogia do romancista: o *Documento de Vila Real* e o *Documento de Sabrosa*».

A árvore — que José de Campos e Sousa considerou «de valor genealógico nulo» e se estende por quatro folhas duplas, três delas dedicadas exclusivamente aos antepassados de Maria Correia, mulher de Pedro Pinto Barros, matéria que pouco ou

¹⁰¹ Seja notado que as duas históricas freguesias componentes da cidade de Vila Real, enquanto capital da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, denominadas São Pedro e São Dionísio, ou São Dinis, fazem parte do Alto Douro e não — ao contrário do que todos pensam, dizem e escrevem — de Trás-os-Montes. No quadro provincial, trasmontana é apenas a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, criada em 1960.

nada importa para o que aqui se procura estabelecer — não será aqui reproduzida, por nada adiantar de importante ao que já foi apresentado: Domingos Rodrigues Pinto, acrescentado com os apelidos Mourão e Barros, seria filho de Pedro Pinto de Barros — filho natural de Álvaro Pinto e de não nomeada mãe — e de sua legítima mulher, D. Maria Correia Botelho.

José de Campos e Sousa descreve depois o que chama *Documento de Sabrosa*¹⁰².

Este manuscrito conserva-se de facto na biblioteca de Seide, onde se instalou há um século e meio, merecendo por usucapião ser aqui mencionado como *Manuscrito da Casa de Camilo*, onde tive oportunidade de o consultar, obséquio que agradeço ao Dr. José Manuel Oliveira, director da instituição.

Dos muitos documentos que na obra constam, o mais interessante para a matéria aqui versada é — ou seria — o que sustenta a filiação de Domingos Rodrigues Pinto: nada mais nada menos que uma certidão do seu casamento com Isabel Machado, passada pelo padre Manuel Teixeira de Moura, escrivão dos livros findos da comarca de Vila Real. Assegura a certidão que, no livro de casamentos de São Dinis, folha 101, se lê o que segue:

Ao primeiro dia de Julho de 1601, recebi eu, António Coelho, Vigário de São Dinis, na dita Igreja, Domingos Rodrigues Pinto Mourão, filho de Pedro Pinto de Barros e de Maria Correia, com Isabel Machado, sua prima. Têm as bênçãos e foram testemunhas Diego de Mesquita e Gaspar Teixeira e outras muitas pessoas — *António Coelho* (Sousa 1946, p. 76).

Ficou a questão decidida?

Infelizmente, não. A certidão é falsa.

Como alguém pudesse querer confirmar no livro paroquial respectivo se o teor do assento era o transcrito na certidão, quem a redigiu retirou da folha apontada, a parte onde o assento, assim existisse, constaria. Fê-lo, no entanto, de tão desastrado modo que nos permite a leitura da parte final do texto que realmente lá fora escrito, deixando exposta a falsificação.

¹⁰² Manuscrito descrito mais à frente [NE].

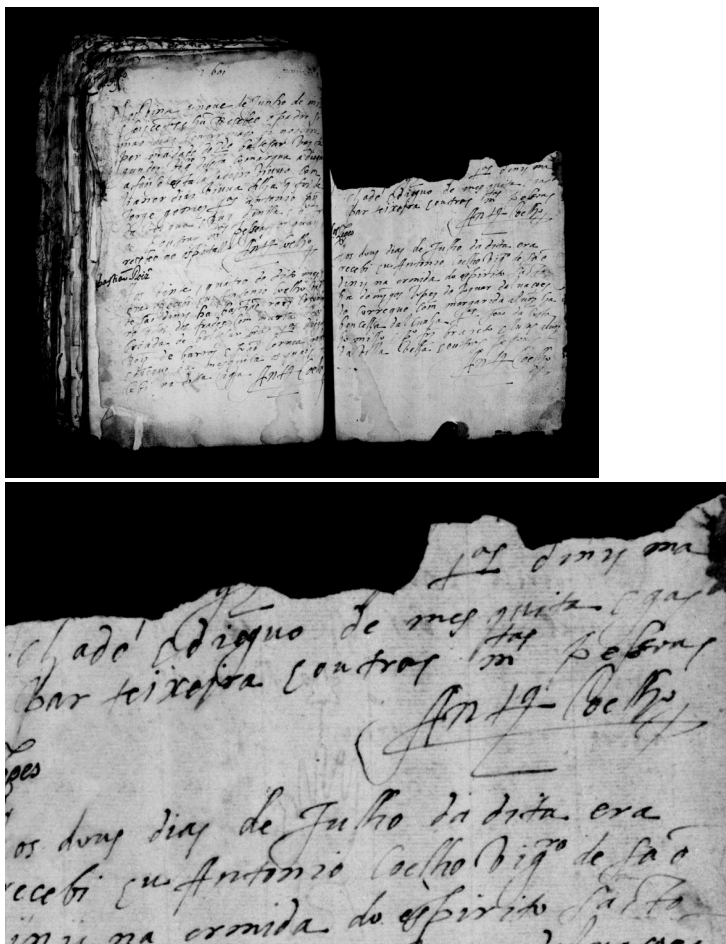


Fig. 8. Registo de casamento de Domingos Rodrigues Pinto com Isabel Machado
Fonte: ADVRL. Paróquia de São Dinis, Registo de casamentos, liv. 116, fl. 101

Transcrição do fragmento remanescente do assento:

[...] Gonçalvez [...]. Testemunhas Dinis Machado e Dieguo de Mesquita e Gaspar Teixeira e outras muitas pessoas. Antonio Coelho.

A primeira das testemunhas, Dinis Machado, não aparece na certidão, o que já dificilmente poderia resultar de lapso; inaceitável, contudo, é a ausência de menção à abreviatura Glz, correspondendo ao patronímico Gonçalves, cuja metade inferior é visível e decerto pertenciam à nubente ou à sua família.

Esta «certidão» do casamento de Domingos Rodrigues Pinto não é a única falsificação que consta no *Manuscrito*. Existem outras, entre as quais a do casamento de Martim

Machado Pinto, «certidão» devida, segundo nela consta, ao já nomeado padre Manuel Teixeira de Moura:

Aos nove dias do mês de Dezembro de mil seiscentos e trinta e cinco anos, recebeu o Padre Domingos de Castro, coadjutor nesta freguesia de São Dinis, a Martim Machado Pinto, filho de Domingos Rodrigues Pinto Mourão e de Dona Isabel Machado, com Dona Maria Botelho da Fonseca, esta filha de Baltasar Borges Botelho e de Dona Isabel Botelho de Barros, dando primeiro as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino e não houve impedimento, e não têm as bênçãos nupciais por se receberem à noite no Advento, de licença do Senhor Vigário Geral; foram testemunhas Gonçalo Correia da Mesquita, e Pedro de Nisa, e Jorge Moniz Mascarenhas, e Manuel Botelho Carneiro.

O Padre Domingos Rodrigues de Castro (Sousa 1946, p. 77).

A falsidade é de tal modo evidente que deve, a meu ver, excluir-se a possibilidade de a certidão ter sido redigida por pessoa familiarizada com os livros paroquiais da época em causa, devendo descartar-se, digo eu!, a autoria do apontado sacerdote. Mesmo se apenas distraidamente observada, logo dela ressalta ser produto de óbvia contrafacção e qual o móbil desta, já que nenhuma das mulheres lá nomeadas como Donas alguma vez foi desse modo tratada em livros paroquiais ou notariais, onde todas três abundantemente figuram¹⁰³.

Acresce que o primeiro filho de Martim, Manuel Botelho, frade trino¹⁰⁴, foi descrito no assento do seu baptismo — celebrado na igreja de São Pedro em 6 de Janeiro de 1629 —, como «filho de Martim Machado Pinto e de sua mulher Maria Botelho», ou seja, foi dado como filho legítimo¹⁰⁵. Em 1635, ano do inventado casamento, o casal até já havia baptizado em São Pedro, além do primogénito, mais três directos descendentes: António, o futuro António Machado Botelho, em 10 de Março de 1630; Isabel, que viria a chamar-se Isabel Botelho da Fonseca, em 18 de Junho de 1631; e João, que viria a ser o padre João Botelho Machado, em 29 de Junho de 1634.

Também o coadjutor de São Dinis que supostamente teria celebrado o casamento, o padre Domingos Rodrigues de Basto, aparece nomeado duas vezes como Domingos Rodrigues de Castro, impropriadíssimo erro se o redactor da falsa certidão fosse o padre escrivão dos livros findos.

Júlio Teixeira, que terá conhecido e tomado a sério a «certidão» transcrita por José de Campos e Sousa, diz-nos — na sua obra *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo*

¹⁰³ Existe uma «tradição familiar» visando justificar o indesmentível facto de Maria Botelho da Fonseca, a mulher de Martim Machado Pinto, em lugar algum ser mencionada como Dona. José de Campos e Sousa transcreveu-a da página 230 de um livro de título *Provezende*, da autoria de José Augusto Pinto da Cunha Saavedra, onde consta que ela «nunca quis assinar-se com Dom por entender que a sua muita nobreza não carecia deste atavio».

¹⁰⁴ Meter algures que a Joana Guedes nomeou por testemunha «um religioso da Trindade, natural de Vila Real, onde tem um irmão que se chama Domingos Botelho».

¹⁰⁵ Por imaginar ser facto desconhecido, aqui deixo escrito que este Manuel Botelho, frade da Ordem da Trindade, gerou aos 20 anos, com Isabel Monteiro, mulher solteira do lugar de Guiães (São Cristóvão do Douro, Sabrosa), uma filha de nome Páscoa, baptizada em São Dinis aos 6 dias de Julho de 1649.

(vol. I, p. 169) — que Martim Machado Pinto casou com D. Maria Botelho da Fonseca em 9 de Dezembro de 1625, data que mais não é senão a que consta no falso assento, diminuída em 10 anos, isto é, com o algarismo das dezenas «corrigido» de modo a tornar possível que Manuel, o primogénito, tivesse nascido como filho legítimo. O erudito genealogista comportou-se como se tivesse detectado e emendado um lapso, lapso que de facto não existiu. Para o demonstrar basta dizer que o redactor do espúrio documento usou do já conhecido subterfúgio de cortar, desta vez à tesoura, a parte da folha onde poderia confirmar-se o teor da «certidão», folha em cuja remanescente metade figuram — eliminando a ideia de que a data de 1635 pudesse constituir um involuntário e inocente erro de leitura — um assento de Dezembro desse ano e outro de Janeiro do seguinte.

José de Campos e Sousa, que se ocupou muito pormenorizada e competentemente deste assunto das forjadas certidões, designou esta como «a certidão viciada do assento de casamento de Martim Machado Pinto» (Sousa 1946, p. 81), mas limitou-se a referir a abusiva introdução do apelido Mourão, vício que já havia comentado a propósito da falsa certidão de casamento de Domingos Rodrigues Pinto. A sensação que nos deixa é de que não terá compreendido que, para além do principal móbil do falsificador, dar o *Marrão* como Mourão, se encontra a generosa oferta de títulos de Dona a todas as mulheres lá citadas, tendo ainda aceitado a absurda datação de 1635, que cita duas vezes na árvore genealógica final, como se fosse correcta (Sousa 1946, pp. 135 e 137). Há que dizer, todavia, que não mostrou equivalente ingenuidade no que respeita à data do falso casamento de Domingos Rodrigues Pinto, 1 de Junho de 1601, que considerou ser irrefutável prova de falsidade do documento. Eis o que, após ter transcrito uma honesta certidão de baptismo do filho natural de Martim Machado Pinto e de Isabel Mendes — Lázaro, que foi baptizado a 8 de Novembro de 1606 — escreveu:

Vem na certidão, autêntica, acabada de transcrever — que Lázaro da Costa foi baptizado, que é como quem diz nasceu, no ano de 1606; vem na certidão, falsa, do assento de casamento de Domingos Rodrigues Pinto (avô paterno de Lázaro) — que ele casou no ano de 1601.

Quer dizer: Domingos, tendo casado a 1 de Julho de 1601, gerou logo a Martim Machado Pinto (filho legítimo), que poderia ter nascido por volta de 1 de Abril (dia das mentiras) de 1602; e Martim, por seu turno, batendo todos os records de reprodução da espécie humana, gerou, em 1605, com cerca de três anos de idade, a Lázaro (filho bastardo) que nasceu pouco antes de 8 de Novembro de 1606, data do seu baptismo!

O autor considera que o casamento do *Marrão* com a *Malrasca* teria que ser muito anterior à data que o falsário lhe atribuiu, para que pudesse conciliar-se com os factos conhecidos; ora, quanto a mim — e por paradoxal que a afirmação possa parecer —, o casamento terá sido posterior à data inventada.

O explanado raciocínio de José de Campos e Sousa, aparentemente incontestável, funda-se no pressuposto de Martim ter sido filho legítimo — que o foi, tanto quanto podemos supor —, quando não sabemos se ele nasceu na «constância do casamento de seus pais» ou se foi por este posteriormente legitimado. Nesta parte é que a expressiva argumentação do autor do *Processo genealógico* revela uma fatal fragilidade.

Para melhor enquadrar a questão, vou transcrever os assentos de baptismo de Isabel Machado e de seu neto Lázaro da Costa. José de Campos e Sousa nunca teve conhecimento do primeiro e acreditou que o segundo tivesse desaparecido para sempre, o que o levou a exprimir o receio de que a certidão autêntica que descobriu e transcreveu também viesse a ser suprimida, tal como acontecera a outra do mesmo teor, que se sabe ter feito parte do processo de justificação de José Luís Correia Botelho, um neto de Lázaro, e que Pedro de Azevedo já não encontrou. Na realidade, o assento constava e continua a constar no livro de baptismos de São Pedro que cobre o intervalo de 1600 a 1610, livro que nunca saiu de Vila Real.

Eis o que sucedeu: alguém encarregado de inventariar os livros paroquiais, em época desconhecida mas anterior a 1946, terá aberto este que refiro, formado actualmente por 164 fólios, e porque o livro calhou abrir na parte onde fora transcrito um rol de crismados, atribuiu este título ao volume que, assim designado, deixou de fazer parte do conjunto dos livros de baptismos de São Pedro, tornando os assentos nele registados quase tão inacessíveis como se tivessem deixado de existir.

Vamos ler os dois assentos e retirar da exótica realidade neles exposta as obrigatórias consequências.

Assento de baptismo de Isabel Machado, avó de Lázaro da Costa:

Aos 5 de Março de 1578, baptizou Baltasar Gonçalves, vigário desta igreja, uma filha de Martim Fernandes e de sua mulher Inês Machado. Foram padrinhos Gonçalo Lobo, filho de Álvaro Lobo, e Leonor Cão¹⁰⁶. A menina tem nome Isabel e tem os santos óleos. — *Baltasar Gonçalves*.

Nota posterior: Isabel Machado, filha de Martim.

Assento de baptismo de Lázaro da Costa, neto de Isabel Machado:

Aos oito dias do mês de Novembro de mil e seiscentos e seis anos, baptizei, eu, António Fernandes, baptizei Lázaro [*Alzaro*], filho de Domingos, digo, filho de Isabel Mendes, do Rossio; deu por pai Martinho Machado, filho de Domingos Rodrigues Pinto, de Silvela. E foram padrinhos António Jorge e madrinha Francisca, filha de António Dias, o *Relvas*¹⁰⁷, e tem os santos óleos. — *António Fernandes*.

¹⁰⁶ Álvaro Lobo era filho de Gonçalo Lobo da Mesquita, FCR, instituidor do vínculo de Vilarinho de São Romão e genro do adiante mencionado ouvidor Simão Tavares (Teixeira 1946-1952, vol. II, p. 93) e... **FALTA** Leonor Cão.

¹⁰⁷ Este António Dias, o *Relvas*, apadrinharia, pouco depois, em Dezembro de 1608, e em parceria com Catarina Rodrigues *Amara*, um António, filho que ficou de Afonso Carvalho, já defunto, e de sua quarta mulher Filipa Dias.

Faço notar ao leitor que os dois nascimentos — tomo os baptismos como tendo ocorrido nos primeiros oito dias de vida da criança, como era norma canónica e hábito seguido na quase totalidade dos casos — distam um do outro 28 anos e 8 meses. Entre os dois esconde-se o de Martim, actor de necessária intervenção no processo, *grosso modo* a meio do calculado período de tempo, em intervalo de escassa possibilidade de variação, centrado a 14 anos e 4 meses de distância dos extremos. Pequena alteração no sentido do passado, Isabel Machado não teria atingido a puberdade e não poderia ter gerado Martim; pequena alteração no sentido do futuro, Martim ainda não disporia de capacidade viril para gerar Lázaro, baptizado em Fevereiro de 1606.

Deste modo, Martim terá nascido no intervalo entre o fecho de um dos livros de baptismos que defeituosamente cobrem o ano, terminando com um assento datado de 18 de Junho desse ano e o seguinte se inicia com outro, de 20 de Dezembro de 1593¹⁰⁸, mas mais plausivelmente, no Verão de 1592.

Isto estabelecido, precisarei o que acima sugeri, ou seja, que Martim Machado Pinto não nasceu no seio de um casal recebido *in facie ecclesiae*, «corridos os banhos e feito tudo o que determina a Sagrado Concílio Tridentino e a Constituição deste Arcebispado Primaz».

Pergunto: como pode aceitar-se que Domingos Rodrigues Pinto, quando apresentou em finais do ano de 1605 a filha de Diogo Machado *Malrasca* na cerimónia de confirmação da fé, tivesse sido identificado como «Domingos, filho de Catarina Rodrigues Amara», maneira inaudita, senão insultuosa, de descrever um homem de quase 30 anos, metade dos quais — assim Martim tivesse nascido no quadro da legitimidade católica — vividos como homem casado?

Caso equivalente — que elimina a possibilidade de o absurdo modo de nomear acima exposto encontrar justificação em ignorada, irrepetível e singularíssima circunstância — acontece com Isabel Machado, que, a três semanas do baptismo de seu neto Lázaro, é dada como madrinha de um Gonçalo, em assento datado no livro de São Pedro de 17 de Setembro de 1606, onde é descrita de igualmente insólita forma, ou que o seria assim ela tivesse casado havia década e meia: *Isabel Machada filha de Ines Machada*.

Apenas em 2 de Julho de 1608, no assento de baptismo de um João, filho de Domingos Jorge e de sua mulher Comba Vilela, criança que teve Isabel Machado por madrinha, esta é descrita pelo seu tio-avô, o abade António Fernandes, como *Isabel Machada mulher de Domingos Roiz*.

Em minha opinião, vemo-nos aqui confrontados, não com uma plausível conjectura, mas com o sólido e indesmentível facto de Martim ter sido legitimado pelo muito tardio

¹⁰⁸ Quando os livros ficavam cheios, os párocos por vezes desencadernavam-nos, para voltarem a usar as capas no livro seguinte. Desse modo, as páginas de rosto e as de fecho do «livro findo» ficavam expostas à humidade e aos acidentes. Este é o motivo por que é frequente a perda de páginas por ambos extremos, e rara aquela que corresponde a um destaque pelo interior.

casamento de seus pais, que terá sido celebrado entre 17 de Setembro de 1606 e 2 de Julho de 1608, intervalo não coberto pelos sobreviventes livros de São Pedro.

Explicita-se agora a situação de Martim. À data do baptismo de Lázaro, Isabel Machado tinha pouco menos de 30 anos, era solteira, e decerto residia em casa de seus pais¹⁰⁹; ora, Isabel Mendes, moradora em São Pedro, no Rossio, não denunciou o pai da criança que dera à luz descrevendo-o como filho de sua mãe, cuja vida e morada ela, com toda a certeza, conhecia: associou-o ao pai e descreveu-o como natural ou morador em Silvela, lugar da freguesia de Parada de Cunhos. Significa isto que Martim fora enjeitado pela família materna, tendo crescido no dito lugar, talvez perfilhado informalmente pelo seu pai biológico.

Entretanto, porém, e talvez não muito tardiamente, a sua filiação materna tenha sido assumida ou denunciada, motivo por que usava o apelido Machado. O episódio parece confirmar que Domingos Rodrigues *Amaro*, dado mais tarde, nas *provanças* de Martim, como filho de um almocreve — aquele que havia sido o primeiro marido de sua mãe —, não o foi, contrariando o que consta na manuscrito *Marrões de Vila Real*, enjeitado. Martim é que terá crescido separado de Isabel Machado, em Silvela, em casa de familiares do seu verdadeiro avô paterno, interessante personagem que agora se prepara para entrar em cena.

ESCLARECENDO QUEM ERA O PAI DO MARRÃO

Como atrás se viu, quatro das peças descritas e comentadas por José de Campos e Sousa dão Pedro Pinto de Barros como pai de Domingos Rodrigues Pinto. A peça n.º 5 designa como mãe Catarina Rodrigues — a *Amazona*, segundo a leitura do autor do *Processo* —, mulher casada, e as peças n.º 6, n.º 7 e n.º 9 apontam, em lugar desta, D. Maria Correia Botelho, a Maria Correia dos paroquiais, mulher legítima do referido Pedro Pinto.

Não tratei deste importante assunto na altura em que a informação foi exposta; ocupar-me-ei dele agora que sabemos ter Domingos nascido de Catarina Rodrigues *Amara*, mulher que casou em primeiras núpcias com João Rodrigues, almocreve de Parada de Pinhão, e em segundas com Domingos de Sousa, mercador vila-realense, ocasional rendeiro e procurador da Câmara Municipal.

As peças — continuarei a usar a designação adoptada por José de Campos e Sousa — que apresentam Maria Correia, a esposa de Pedro Pinto de Barros, como mãe de Domingos são destituídas de verosimilhança, por provirem da imemorial, sempre presente e activa vontade de promoção pessoal e familiar, e se basearem nos forjados documentos que conhecemos, ao contrário daquela que o considera filho de Catarina Rodrigues, mulher

¹⁰⁹ Martinho Fernandes *Malrasca* viria a falecer anteriormente a 23 de Julho de 1629, data de uma quitação outorgada no 6.º Ofício vila-realense, obtida por seu filho Diogo Fernandes na função de procurador e «fiador e principal pagador que foi de seu pai», nomeado como tal em 17 de Novembro do ano anterior.

casada, única perspectiva que encontra sustentação nos paroquiais e na qual se não perscruta o inconfessável móbil, o mecanismo de favorecimento de um possível mistificador.

Para clarificarmos este assunto, vamos ver quem era Pedro Pinto, começando por citar um documento datado de 1540, arquivado na Torre do Tombo sob o título de *Alvará do cardeal-infante D. Henrique para se dar 8.000 réis ao bacharel João Gonçalves, vigário da comarca de Vila Real*, onde Pedro Pinto surge como alguém que prestava contas de dinheiros distribuídos a eclesiásticos, descrição consistente com as menções ao seu nome nos paroquiais vila-realenses, que repetidamente, como vamos ver, o qualificam como *escrivão de ante o vigário*.

No mais antigo de todos os assentos lavrados em São Pedro, talvez mesmo em todo o distrito de Vila Real, o assento de um casamento celebrado em 2 de Fevereiro de 1545, Pedro Pinto é citado na lista de testemunhas. Nesse mesmo ano e no seguinte, aparece mais quatro vezes, sempre associado à dita função e designado do mesmo modo.

Em 11 de Janeiro de 1547, apadrinha um Baltasar, descrito como «Pedro Pinto, escrivão de ante o vigário»; em 8 de Fevereiro de 1549, é mencionado no assento de baptismo de um Gonçalo, cujos padrinhos foram «Pedro Cão, almoxarife do senhor marquês»¹¹⁰ e «Guiomar de Barros, mulher de Pedro Pinto»; em 28 de Julho de 1549, «Pedro Pinto e [...] sua mulher Guiomar de Barros» baptizam um filho de nome António, que viria a nomear-se António de Barros de Bessa e a casar com Guiomar de Lemos; em data incerta tiveram Manuel de Bessa, que, como veremos, herdaria o emprego de seu pai; em 22 de Janeiro de 1551, um António teve a apadrinhá-lo o abade Francisco Pinto e «Guiomar de Barros, mulher de Pedro Pinto»; e mais tarde nesse ano, em 27 de Novembro, a já nomeada mulher de Pedro Pinto, «escrivão do vigário», de novo contracenou com «Pedro Cão, almoxarife do senhor marquês», no apadrinhamento de um Gaspar.

Após esta menção, o nome de Pedro Pinto desaparece dos paroquiais de São Pedro durante mais de meia dúzia de anos. Surge, então, em extravagante circunstância, no *Livro de Matrículas de Ordinandos* da arquidiocese de Braga, em registo datado de 20 de Maio de 1559, onde se certifica que Pedro Pinto, natural de Vila Real, freguesia de São Dinis, filho de Álvaro Pinto e de Maria de Barros, havia tomado ordens menores.

Confesso ter ingenuamente acreditado que Pedro Pinto passara por uma crise existencial, possivelmente motivada pela morte da mulher, e que teria decidido, ou pelo menos encarado, a possibilidade de se dedicar à vida religiosa, talvez até à clausura conventual; apesar de ele, após o descrito eclipse, ter reaparecido, desta vez no *Inventário da Misericórdia*, nomeado como Pedro Pinto, escrivão do Juízo Eclesiástico¹¹¹, remetendo o traslado de uma sentença favorável à instituição, emitida em 12 de Julho de 1564 pelo vigário-geral

¹¹⁰ Em 1549, o marquês era D. Miguel de Meneses (1534-1564), 3.º conde de Alcoutim, 4.º conde de Valença e 4.º marquês de Vila Real.

¹¹¹ Modo oficial de designar o «escrivão de ante o vigário», clérigo que, no caso, era o vigário-geral da comarca.

Jerónimo Coelho. Surgiria ainda, no livro de casamentos de São Dinis, como testemunha em três assentos, um de 1565 e dois de 1568, nos quais continuava a ser qualificado como «escrivão de ante o vigário».

Em 1575, após mais um extenso período de sete anos sem referências, foi lavrado, no livro de casamentos de São Dinis, um assento, datado de 10 de Setembro, fornecendo crucial informação: «Pedro Pinto, filho de Álvaro Pinto», havia casado com «Maria Correia, filha de Mécia Correia».

Vivi na já confessada convicção de que o recém-casado enfrentara e ultrapassara uma crise existencial, até ser alertado por um experiente genealogista e historiador vila-realense¹¹², a quem expus os dados que coligira, de que tal não era plausível, e que as ordens menores teriam sido tomadas por um jovem Pedro Pinto, homónimo do anterior escrivão de ante o vigário.

Segundo esta perspectiva, teria havido dois homens de nome Pedro Pinto, aquele que casou com Guiomar de Barros, pela última vez mencionado em 1568; e Pedro Pinto, filho de Álvaro Pinto e de Maria de Barros, que teria nascido, levando em conta a data da tomada de ordens menores, no início da década de 1540, e que em 1564 herdara do anterior o ofício de escrivão do Juízo Eclesiástico.

Segundo a esclarecedora informação atrás referida, Álvaro Pinto, que tomou ordens menores em 1504, seria filho de Gonçalo Pinto, tabelião vila-realense em cujo ofício sucedeu Pedro Taveira de Sá, que também foi escrivão da Câmara Municipal.

Explorando esta vertente da questão, acabei por encontrar prova de que Pedro Pinto de Barros não se seguira ao primeiro Pedro Pinto no emprego de escrivão do vigário. Eis o que, em Vila Real, numa sessão de recolha de denúncias promovida pelo Santo Ofício ocorrida em Março de 1583, declarou o padre António Coelho, clérigo de missa e vigário da igreja de São Dinis:

[...] disse que haverá 15 anos [cerca de 1568], levando ele o Santíssimo Sacramento da Eucaristia a um Afonso de Lima, cristão-novo, curtidor, morador nesta vila, na rua Nova, casado com uma cristã-nova [Isabel de Lima], que estava doente em cama da doença de que morreu, e querendo-lhe dar o Santíssimo Sacramento, ele mostrou muita frieza em o receber, e o não queria tomar, e uma sua filha, cujo nome ora lhe não lembra [Cecília de Lima, que viria a ser presa em 1598 e condenada em 1601], que está casada [com Amador Carmona] nos Cortiços, do bispado de Miranda, que então estava presente, disse ao dito seu pai «tomai, pai, que é assúcar [*a cu quar*]», e o pai então o tomou na boca, e o tornou a deitar fora, e ele, Denunciante, lho colheu em uma porcelana [*percolana*] para a igreja, onde o consumiu uma pessoa. Perguntado, disse que todos os que se achavam presentes se escandalizaram do que assim viram, pelo que se fez um auto, perante o vigário da comarca, sendo escrivão um Pedro Pinto, em cujo ofício sucedeu seu filho Manuel de Bessa.

¹¹² O Eng. António Carlos Borges Taveira, a quem aqui publicamente agradeço.

Efectivamente, e como vimos, o primeiro Pedro Pinto surge pela última vez como escrivão do vigário-geral no ano de 1568, e seu filho Manuel de Bessa terá — logo a seguir segundo parece — assumido o cargo de seu pai.

Sobre ele posso dizer que logo a seguir à cedência do emprego residiu em São Dinis onde, entre 1569 e 1594, serviu 13 vezes de testemunha; e que teve pelo menos um filho, de nome Pedro Pinto de Bessa, que frequentou entre 1587 e 1595 a Universidade de Coimbra, onde se licenciou no curso de Cânones.

Manuel de Bessa viria a casar com D. Beatriz da Mesquita.

Esta «filha de André Correia da Mesquita, senhor da Casa de Aباças, fidalgo da Casa Real, mamposteiro-mor dos cativos, e de sua mulher D. Ana Pinto, filha de Francisco Vaz Pinto, fidalgo da Casa Real, do conselho de El-Rei em Madrid, e de sua mulher D. Maria de Valença», que «casou duas vezes: a 1.^a como Gaspar Cardoso de Melo, morgado de Buceiras; a 2.^a com Manuel de Bessa. Não teve filhos. Instituiu, por escritura feita em 8 de Novembro de 1623, o vínculo de Morgado e Capela de Aباças, determinando que seria seu primeiro administrador um dos filhos de seu irmão Gonçalo, que melhor atirasse uma lança. Pelo torneio ficou como administrador seu sobrinho Gonçalo, o filho mais velho de seu irmão» (Teixeira 1946-1952, vol. III, pp. 317 e 443).

Voltando aos escrivães de ante o vigário, retira-se, a meu ver e com as necessárias cautelas, que o primeiro Pedro Pinto terá nascido por volta de 1520, de modo a poder ocupar um relevante cargo na década de 1540. Dessa forma, teria cerca de 30 anos quando, em 1549, Guiomar de Barros surgiu pela primeira vez nomeada como sua mulher. Entre 1551, data da última menção a Guiomar de Barros nos paroquiais, e 1564, quando Pedro Pinto foi citado no *Inventário da Misericórdia*, após quase década e meia de silêncio sobre o seu nome, terá acontecido o óbito do primeiro Pedro Pinto, presumindo-se que o posteriormente mencionado fosse Pedro Pinto de Barros que acabaria por herdar o ofício¹¹³.

Após esta discriminação dos dois Pedros Pintos, vamos deter-nos sobre o assento de casamento do segundo, Pedro Pinto de Barros, para analisarmos o que nele consta e os comentários que suscitou.

Aos dez [X] dias de Setembro, recebeu o Licenciado António de Queirós, vigário desta Comarca, a Pedro Pinto, filho de Álvaro Pinto, com Maria Correia, filha de Mécia Correia.

Testemunhas: Pedro Borges de Oliveira e o Doutor Pedro de Barros e Afonso Botelho e outras muitas pessoas. 1575. — *António Coelho*.

¹¹³ Na realidade, parece ter havido um escrivão entre os dois. Será referência ao alvará do cardeal onde é mencionado um Francisco Babo?

Deve antes de mais notar-se que a mãe do noivo e o pai da noiva não constam, por já terem falecido, circunstância que, porque propiciadora da herança das respectivas «legítimas», muito frequentemente favorecia os matrimónios.

O assento foi mais tarde anotado pelo competente genealogista vila-realense José Taveira da Mesquita, tabelião que exerceu profissão entre a década de 1690 e a de 1730¹¹⁴ e co-autor do muito interessante manuscrito *Rellação de Villa Real e seo termo*, redigido em 1721, a instâncias de D. João V e em benefício da então recém-fundada Real Academia de História Portuguesa. Eis o teor da nota que surge acima do assento, grafada na sua inconfundível caligrafia: *Pedro Pinto de Barros, q foi sogro de Ascânio Teixeira de Azevedo*. A segunda parte da anotação foi riscada, não com o propósito de impedir a sua leitura, mas aparentemente para dá-la como errada. Sem êxito assinalável, diga-se, pois dela resultou ser hoje geralmente considerado verdadeiro o que exprime. Eis o que José de Campos e Sousa, sobre este assunto, escreveu:

Ascânio Teixeira de Azevedo casou, em primeiras núpcias, com D. Guiomar de Barros, filha de Pedro Pinto de Barros; e em segundas, com D. Maria de Mendonça, filha de João de Lemos Teixeira, Escrivão dos Órfãos de Vila Real, e de sua mulher Maria da Costa, conforme consta de um assento a fols. 89 do livro [de casamentos de São Dinis].

Ascânio Teixeira da Azevedo — filho natural, mas perfilhado de João Teixeira de Azevedo, alcaide-mor de Vila Pouca de Aguiar, e de sua prima Beatriz de Macedo, ou da Cunha, como também é nomeada¹¹⁵ — foi testemunha abonatória de António Lopes, cristão-novo — o mercador de panos, sobrinho da mulher de Manuel Lobo Machado e compadre da *Amara*, processado pelo Tribunal do Santo Ofício em 1620 —, tendo declarado no auto de inquirição ter 70 anos de idade. Daqui se retira que terá nascido por volta de 1550.

Que foi casado com uma Dona Guiomar é certíssimo.

Portugal antigo e moderno, verbete sobre Vila Real:

No pavimento da dita capela [de São Brás], se vê também uma sepultura rasa com as mesmas armas do grande mausoléu e uma inscrição que diz: *Sepultura de Ascânio Teixeira de Azevedo e de sua mulher D. Guiomar e herdeiros*.

Ascânio veio efectivamente a casar em segundas núpcias na igreja de São Dinis, em 25 de Agosto de 1596, com a D. Maria de Mendonça atrás nomeada por João Campos e Sousa¹¹⁶, pelo que a D. Guiomar do epitáfio havia sido a sua primeira mulher. Nos paroquiais nunca

¹¹⁴ A identidade do autor das consistentes notas genealógicas que, a todo o passo, enriquecem de relevante e esclarecedora informação os assentos paroquiais de São Pedro e de São Dinis, foi-me revelada pelo já acima mencionado Eng. António Carlos Borges Taveira, descendente do dito tabelião e experimentado genealogista ele próprio.

¹¹⁵ A bastardia de Ascânio resultava de seus pais serem parentes e não terem obtido dispensa para casar, anteriormente ao nascimento (São Payo 1994, p. 149).

¹¹⁶ João de Lemos Teixeira e sua mulher Maria da Costa tiveram uma segunda filha, que casou com António Arrais de Mendonça (São Dinis, 10 de Junho de 1604).

é citada, decerto por o casal ter residido em São Dinis, freguesia cujos livros de baptismos dela contemporâneos se perderam. Nos notariais, contudo, surge na escritura de uma permuta de bens realizada no 4.º Ofício de Vila Real, em 24 de Novembro de 1590, cujo sumário é o que segue:

Escambo do senhor Ascânio Teixeira, desta vila, e do senhor António Luís de Azevedo, da vila de Mesão Frio.

A escritura foi redigida no lugar de Roalde, São Martinho de Anta, «nas pousadas de Ascânio Teixeira de Azevedo», na presença de sua mulher, D. Guiomar, sempre deste lacónico modo referida no texto; mas, contendo a permuta uma implícita alienação de património, a expressa anuência de ambos os cônjugues é obrigatória, motivo por que surge uma assinatura da senhora, assinatura que o tabelião lhe atribui — *Senhor dona Gimar asinou por saber asinar* —, embora se verifique ter sido grafada pelo marido, que a nomeia como D. Guiomar de Azevedo.

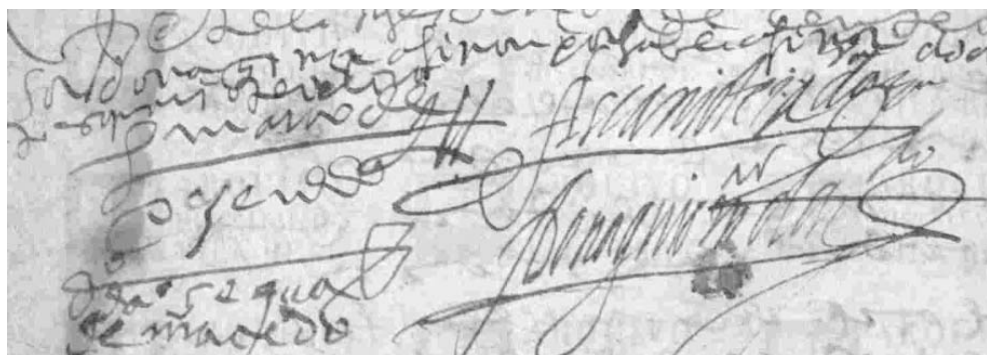


Fig. 9. Assinaturas de Ascânio Teixeira de Azevedo [*Ascanio Teixeira d'Azevedo*] e de sua mulher D. Guiomar de Azevedo [*Dona Guiomar d'Azevedo*]

Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real

Nota positiva para o tabelião José Taveira da Mesquita? Ninguém pode assegurá-lo¹¹⁷, mas, plausivelmente, a dama não seria filha de Pedro Pinto de Barros, sendo talvez, como era muito frequente na época, uma prima do marido.

¹¹⁷ José de Campos e Sousa, como adiante se verá, deixou escrito que Pedro Pinto de Barros era «descendente das nobres famílias Cão, Azevedo e Barros», e sua mulher, «dos Regos Alcaides-mores do Vimioso, dos legítimos Vasconcelos, dos Ribeiros, Senhores dos Prazos de Borbela e Lamas, dos Botelhos Alcaides-mores de Vila Real, dos Correias, Senhores de Farelães, dos Cãos, dos Nóbregas, e dos Senhores da Casa de Guadalupe». De acordo com Júlio Teixeira, a filha do casal, que professou em Aveiro, havia adoptado, desdenhando o rico leque onomástico acima exposto, o apelido Albuquerque.

Segundo Júlio Teixeira (1946-1952, vol. I, p. 153), os filhos de Pedro Pinto de Barros citados nos nobiliários são:

- Fr. Simão Correia, dominicano que professou no convento de Azeitão, em 1598¹¹⁸;
- Brás Vilela, que viria a casar na paróquia de Borbela, em 16 de Junho de 1613, com Beatriz Botelho, filha do licenciado Jerónimo Correia e de sua mulher Ambrósia Cão, já então defuntos;
- Francisca de Barros, ou Francisca de Albuquerque — nomeada como Francisca da Cruz nos *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo* e como Francisca Pinto nos paroquiais vila-realenses¹¹⁹ —, que foi freira no convento de Jesus, em Aveiro, onde professou posteriormente a Maio de 1594;
- António de Barros de Bessa, que casou com Guiomar de Lemos. Filho do primeiro Pedro Pinto.

A estes, o genealogista Felgueiras Gayo, que nunca distinguiu um Pedro Pinto do outro, havia acrescentado, como filha, a D. Guiomar de Barros que o autor do *Processo genealógico* menciona. Seja notado que na biblioteca paroquial vila-realense apenas se encontra menção, anterior ao segundo casamento de Ascânio, a uma Guiomar de Barros, que não a esposa do primeiro Pedro Pinto, no livro de casamentos de São Dinis, onde uma mulher desse nome surge descrita como filha de Leonor de Bessa, no assento do seu casamento com um tal Roque Carneiro, enlace celebrado em São Dinis, aos 9 de Maio de 1568¹²⁰.

Eis o que parece ter acontecido: a Guiomar de Barros, mulher do primeiro Pedro Pinto, chamar-se-ia, em favorável onomástica, Guiomar de Bessa de Barros, tendo gerado Manuel de Bessa e esta agora emergente Leonor de Bessa, cuja filha casou em 25 de Setembro de 1643, com um Roque Carneiro. Chamava-se ela... Guiomar de Barros, o que talvez não seja uma coincidência destituída de significado.

Aproveito para, neste ponto, mencionar o «Doutor João de Barros, escrivão da Câmara de El-Rei», autor da interessantíssima obra *Espelho de casados* (1540), que Júlio Teixeira deu como irmão de Pedro Pinto de Barros¹²¹. Desconheço a fonte do autor, mas devo dizer que não há referências a alguém deste nome, em paroquiais ou notariais

¹¹⁸ Fr. Simão Correia publicou um *Sermão da procissão de graças que a muito nobre Vila Real fez pela restauração da cidade da Baía*, em Lisboa, por Geraldo da Vinha, 1625, in-4.º (Inocência VII-276 e XIX-214 [Silva 1862, p. 276; Aranha 1908, p. 214 [NE)]. Texto do *Sermão* disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7308>. Numa das folhas de guarda desta edição lê-se «Raríssimo. Inocência (vol. 7, p. 276) “É raro este sermão e ainda não o pude ver”» [NE]. Este frade também viveu, talvez ocasionalmente, em Vila Real, visto que surge a assinar na escritura de um empenhamento outorgada pelo convento de São Domingos no 6.º Ofício vila-realense, em 13 de Outubro de 1637.

¹¹⁹ Francisca Pinto, identificada como «filha de Maria Correia», surge no respectivo livro de São Pedro a baptizar, ao lado do «senhor alcaide-mor», uma Maria, em 15 de Maio de 1594.

¹²⁰ Posteriormente ao segundo casamento de Ascânio, encontram-se — em escrituras lavradas no 6.º Ofício e datadas da segunda década do século XVII — três menções a uma Guiomar de Barros, casada com João Gonçalves de Carvalho, administrador da capela da Conceição, de Além da Ponte de Santa Margarida.

¹²¹ FMVR, 2, 93. Endereço errado!

vila-realenses anteriores ao segundo quartel do século XVII. As que surgem — em data demasiado tardia para que pudessem confirmar a afirmação —, designam um tabelião, sem explícita licenciatura ou doutoramento, cuja filha casou na igreja de São Dinis, em 25 de Setembro de 1643, com um tal Francisco Carneiro, filho de um Pedro Carneiro. Chamava-se ela... Guiomar de Barros, o que talvez não seja uma coincidência destituída de significado.

Quanto aos comentários marginais ao assento de casamento de Pedro Pinto de Barros com Maria Correia, eles formam uma espécie de diálogo entre o tabelião José Taveira da Mesquita e alguém que discordou do que ele escrevera, «um comentador bem informado», segundo José de Campos e Sousa.

Aqui transcrevo o «diálogo», como se na realidade o fosse:

- *Deste era filho natural Domingos Rodriguiz Pinto, o Marrão.*
- *não consta o que dis.*
- *Consta por documento que tenho juridico.*

Quem, na primeira das frases, obliterou a abreviatura do adjectivo natural e a alcunha o *Marrão*, foi quem escreveu a segunda, como muito aplicada e pormenorizadamente José de Campos e Sousa o descreveu na sua obra.

Pelo teor do diálogo, vemos que José Taveira da Mesquita afirmou que Domingos Rodrigues Pinto era filho natural de Pedro Pinto de Barros e, posteriormente confrontado com o comentário de um céptico, fez saber que possuía um documento jurídico que sustentaria a afirmação. O documento que confessou ter em seu poder talvez fosse aquele que viria a servir de fonte aos «papéis genealógicos datados de 1775 e que pertenceram ao Dr. Agostinho José da Costa Lobo, descendente de um dos filhos legítimos daquele Cavaleiro de Santiago [Martim Machado Pinto]», papéis que «serviram de esquema para a demanda de um vínculo de Botelhos de Vila Real, julgado à Casa de Soydos», dos quais José de Campos e Sousa transcreveu a árvore de costados a que chamou peça n.º 5, aquela onde surge a *Amara* ou, segundo a sua leitura, a *Amazona*.

Convém ainda esclarecer o que terá pretendido exprimir o «interlocutor» do tabelião. Terá duvidado de que Domingos fosse filho de Pedro Pinto de Barros ou quis apenas refutar a afirmação de que fosse filho natural? Este segundo móbil é o mais plausível, em primeiro lugar por não ter sido obliterada a atribuição de paternidade e em segundo porque viriam a ser desenvolvidos outros e já nossos conhecidos esforços, em iniciativas destituídas de decência e de escrúpulos, visando promover Domingos Rodrigues Pinto a filho legítimo e a portador do apelido Mourão, apelido decerto mais prestigiante que a «picaresca alcunha» de *Marrão*, como a qualificou José de Campos e Sousa.

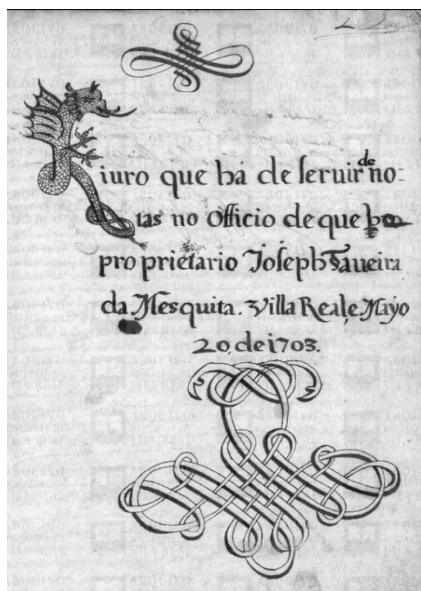


Fig. 10. Livro que ha de servir de no / tas no officio de que he / proprietario Joseph Taveira / da Mesquita. Villa Real e Mayo / 20 de 1703
Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real

A lista dos filhos gerados por Pedro Pinto de Barros e sua mulher Maria Correia, lista acima enunciada e onde Domingos não consta, deve ser exaustiva, pois o casamento durou menos de oito anos, dissolvido que foi pela morte do marido ocorrida em 1583. Dois assentos consecutivos exarados no livro de casamentos de São Dinis, ambos do apontado ano, permitem confinar o óbito em estreito intervalo cronológico. O primeiro, datado de 1 de Fevereiro, regista um casamento onde Pedro Pinto figura como testemunha; o segundo, pouco posterior, merece transcrição integral:

Aos treze dias de Abril de [mil quinhentos e] oitenta e três anos, recebi, eu, António Coelho, vigário em São Dinis de Vila Real, na ermida do Espírito Santo, a Francisco Lopes, filho que foi de António Pires, da Misericórdia [da Mya¹²²], e de sua mãe Isabel Lopes, com Isabel Pinto, filha que foi de Pedro Pinto, bastarda.

Testemunhas: Manuel de Bessa, Gonçalo Martins, sapateiro, Isabel de Faria e Juliana Mendes. — António Coelho.

A redacção é surpreendente: o noivo, contrariamente ao habitual, não é filho de Fulano e de sua mulher Sicrana, mas de Fulano e de sua mãe Sicrana.

¹²² Mya era o diminutivo de Misericórdia.

Terá havido incesto? Não, apenas redacção artificiosa. Neste caso, raro mas não único, a subentendida entidade a quem o pronome possessivo se aplica migra de pai para filho, que deixa de o ser da mulher de seu pai, para o ser de sua mãe, sua dele mesmo.

Ressalta do assento que Pedro Pinto havia falecido, pois a expressão «filha que foi de» significa isso mesmo. Retira-se também do facto de a noiva se chamar Isabel, a confirmação de que a *Amara* teve, tal como consta no manuscrito *Marrões de Vila Real*, «dois partos» de filhos ilegítimos, cujos nascimentos — podemos agora afirmá-lo — ocorreram, no caso do primeiro, antes do seu casamento com o almocreve, e no caso do segundo, depois. Chamaram-se esses filhos Isabel e Domingos Rodrigues, ambos, e pelo mesmo motivo, de apelido Pinto. Retira-se ainda uma explicação suplementar para o erro cometido pelo autor dos *Marrões de Vila Real*, que apontou a *Amara* como mãe de Isabel Machado. Catarina Rodrigues terá sido mãe de uma Isabel, esta Isabel, que não era *Machada*, mas *Pinta*, e que não era *molher* mas *irmã* de Domingos Rodrigues Pinto. Deste modo, podemos considerar que, se a *Amara* não tivesse gerado uma filha de nome Isabel, provavelmente a confusão nunca se teria instalado e a memória de que Domingos era seu filho ter-se-ia mantido.

Talvez este assento, depois de passado pela prensa, ainda forneça um suplemento de informação. Os paroquiais da época que nos ocupa dão prova da elevada frequência de casamentos em que um dos contraentes, ou mesmo os dois, são qualificados com expressões do género «filho que foi de...», «filha que ficou de...», ou então com os pais declarados «já defuntos». Aplica-se decerto aqui a já mencionada disponibilidade para casar na sequência de herança, já que, significativamente, a agora surgida Isabel Pinto casou logo após a morte do pai, suscitando até alguma perplexidade pelo insólito desembaraço face aos costumes lutuosos inibidores de casamentos na imediata sequência do óbito de um parente próximo, no caso vertente do pai. Se Pedro Pinto de algum modo favoreceu a sua filha natural por legado em testamento, por escritura de dote ou em «boa moeda de prata corrente no reino», como parece ter acontecido, não terá o circunstancialismo do casamento desta Isabel sido transposto para outra época, por ter a família descendente de Domingos Rodrigues Pinto conservado memória do episódio? Não terá esta realidade migrado para a geração seguinte, formando a já nossa conhecida história de outra Isabel, de outro Francisco Lopes, de outro dote, em transposição exigindo pouco mais do que o modesto *mutatis mutandis* necessário para o adaptar às circunstâncias em que Isabel Mendes viveu, desenhando um episódio que — ao contrário deste agora exposto — ficou manchado por uma adversa e descredibilizadora cronologia?

PATERNIDADE LEGAL E PATERNIDADE BIOLÓGICA

O facto de o candidato a membro da Ordem de Santiago, Martim Machado Pinto, ter sido apresentado como neto de um almocreve e de uma tendeira, poderá parecer, à primeira vista, um poderoso argumento contra a tradição e os documentos que dão Pedro Pinto de Barros como pai de Domingos Rodrigues Pinto.

É óbvio para mim — e acredito que o será também para a maior parte dos leitores que têm vindo a tomar conhecimento da informação aqui veiculada — que, assim um dia se encontre uma honesta certidão do baptismo ou do casamento do *Marrão*, de redacção explícita e rica de pormenor, nela constará que era filho de João Rodrigues, almocreve natural de Parada de Pinhão, e de sua mulher Catarina Rodrigues, tendeira nesta vila. Por muito que a filiação biológica da criança fosse conhecida, a ela se sobrepunha a norma do Direito Romano que serve de fundamento à maneira como sempre se entendeu, na Europa que dele foi herdeira, a paternidade de um filho de mulher casada, norma que surge resumida na expressão *pater is est quem nuptiae demonstrant*, com o significado prático de que o pai da criança é quem mostrar ser casado com a mãe. O facto de Domingos ter sido descrito como filho de um almocreve nas *provanças* de seu filho não deixa margem para tergiversar: nasceu na vigência do primeiro casamento da *Amara* e foi baptizado como filho de João Rodrigues, marido dela. Podemos até avançar uma data aproximada: terá nascido *grosso modo* um ano após a sua irmã uterina, Maria, a filha legítima e biológica do almocreve, baptizada em Setembro de 1576. Deste modo, nascido na segunda metade de 1577, pouco mais velho seria que Isabel Machado, baptizada em 5 de Março do ano seguinte, a mulher com quem viria a gerar Martim Machado Pinto e que posteriormente receberia como esposa.

José de Campos e Sousa exprimiu, naturalmente, opinião diversa, distanciando-se da paternidade Pedro Pinto, mas em estranhos termos:

É crível que Pedro Pinto de Barros, Corregedor, ou Escrivão da Câmara¹²³, de Vila Real, e sua mulher D. Maria Correia Botelho, ambos da melhor fidalguia vila-realense (ele possuindo, presumivelmente, a varonia Pinto e descendente das nobres famílias Cão, Azevedo e Barros — ela descendente dos Regos Alcaldes-mores do Vimioso, dos legítimos Vasconcelos, dos Ribeiros Senhores dos Prazos de Borbela e Lamas, dos Botelhos Alcaldes-mores de Vila Real, dos Correias Senhores de Farelães, dos Cãos, dos Nóbregas, e dos Senhores da Casa de Guadalupe, tenham exercido, *in loco*, as humilíssimas profissões de almocreve e de tendeira de mercearia? Não.

¹²³ Pedro Pinto foi de facto escrivão da Câmara, mas da Câmara Eclesiástica, e não da Câmara Municipal, como a imprecisa redacção pode levar a crer. Corregedor nunca foi e o erro deve provir de confusão com Brás Vilela, nome não apenas de um seu filho legítimo, mas também de um antepassado de Maria Correia que parece ter sido corregedor de Trás-os-Montes.

É crível que Brás Vilela, filho de Pedro Pinto de Barros e de sua mulher D. Maria Correia Botelho, nobre que vivia de suas fazendas, tenha sido irmão inteiro, ou germano, do mercador de loja Domingos Rodrigues Pinto? Não.

É crível que D. Francisca de Barros, ou de Albuquerque, irmã germana de Brás Vilela e Freira no Convento de Jesus, em Aveiro, para onde só entravam senhoras de preclara hierarquia, tenha sido irmã de dito mercador? Não.

Mais adiante, ainda regressaria ao assunto, para o dar por encerrado:

Não é demais insistir: o Visconde de Sanches de Baêna, D. Augusto Romano Sanches de Baêna e Farinha d'Almeida Portugal Silva e Sousa, genealogista honesto, afirmou ao Dr. Alberto Pimentel, Filho, após as investigações a que procedeu, que Domingos Rodrigues Pinto era filho do almocreve Martim Rodrigues e da tendeira de mercearia Maria Pinta.

Quão longe estamos dos fidalgos Pedro Pinto de Barros e D. Maria Correia!

Sim, de facto estamos muito longe da situação evocada, mas devemos recordar que apenas fazendo uso de documentos grosseiramente forjados os descendentes de Domingos Rodrigues Pinto tentaram impingi-lo como filho legítimo do nomeado casal. Demonstrar que Domingos não era filho do casal formado por Pedro Pinto de Barros e sua legítima mulher aborda apenas a parte da questão que nem sequer chega a suscitar uma vaga verosimilhança.

A tentativa de esclarecimento desta matéria conduz-nos ao exame da situação de Isabel Pinto, a *bastarda*, como delicada e elegantemente o reverendo António Coelho, vigário de São Dinis, a qualificou no assento do seu matrimónio. Esta filha de Pedro Pinto, decerto gerada com Catarina Rodrigues, terá nascido por volta de 1565, anteriormente, portanto, aos quase simultâneos casamentos de seus pais, ambos ocorridos em 1575; se assim não fosse, não estaria apta para o matrimónio em 1583.

É possível que semelhanças fisionómicas entre Isabel Pinto, sabidamente filha natural de Pedro Pinto, e o Domingos Rodrigues *Amaro* baptizado como filho do almocreve, tenham contribuído para que a verdadeira paternidade biológica deste se tornasse evidente para todos.

Apesar de o nosso entendimento dos modos de pensar e agir distantes de alguns séculos ser necessário e infelizmente limitado — falo sobretudo por mim, naturalmente —, temos tendência a imaginar que um membro da nobreza, como Pedro Pinto de Barros indiscutivelmente o era, nunca chegaria a tomar significativo conhecimento da existência de uma tendeira, além do mais nascida em família cristã-nova; mas, contrariando a presunção, pode demonstrar-se não ser essa a realidade de que os documentos dão testemunho, e que Pedro Pinto mantinha relações sociais com a família da *Amara*.

Permito-me perguntar:

— Notou o leitor que Pedro Pinto, de respiração ofegante e olho vidrado na noiva, é uma das quatro nomeadas testemunhas do primeiro casamento da própria Catarina Rodrigues, aliança que talvez tenha favorecido com um dote?

— Notou o leitor que entre as três testemunhas do casamento de Maria Álvares, a irmã da *Amara*, figura Pedro Pinto, vigiado de perto pelo almocreve João Rodrigues, que se colocou à sua esquerda?

Desde que ficámos a saber, pela análise dos paroquiais, que Domingos Rodrigues Pinto era filho de Catarina Rodrigues *Amara*; que foi qualificado como enjeitado pelo autor dos *Marrões*, embora talvez erradamente¹²⁴; que, segundo a peça n.º 5, era filho de Catarina Rodrigues, mulher casada, e de Pedro Pinto; que foi dado como filho deste pelo tabelião e credenciado genealogista vila-realense José Taveira da Mesquita; e que não ressalta da documentação qualquer outra fonte que pudesse justificar o apelido Pinto, a dúvida subsistente é escassa, não encorajando a busca de uma alternativa à atribuição da paternidade a Pedro Pinto de Barros.

Concluindo, a mais plausível versão dos factos é que Catarina Rodrigues teve pelo menos três filhos, de diferente estatuto:

1. Isabel Pinto, nascida em finais da década de 1560, filha natural, gerada no estado de solteira com Pedro Pinto de Barros, também solteiro;
2. Maria Rodrigues, nascida em 1576, filha legítima e biológica de seu marido, o almocreve João Rodrigues;
3. Domingos Rodrigues Pinto, nascido no segundo semestre de 1577, filho adúlterino gerado com Pedro Pinto de Barros, casado à data da concepção.

Resolvendo definitivamente a questão, que parecia ter estacionado no parágrafo anterior, surgiu um importante e confirmativo documento. Em 2014, já escritas estas páginas, o Arquivo Municipal de Braga disponibilizou à leitura os processos de *genere et moribus* que havia retirado da consulta, visando a sua digitalização. Na expectativa de adquirir um acréscimo de informação sobre algumas questões que o reclamavam, desloquei-me a Braga para consultar alguns processos, entre eles o de um padre, filho homónimo do filho natural e homónimo de Domingos Rodrigues Pinto, adiante mencionado. Nessa inquirição, que basicamente visava estabelecer se ele era ou não digno do sacramento da Ordem, ou dito de outro modo, se seria ou não descendente de algum daqueles judeus que — após terem assistido ao confisco e ao forçado baptismo dos filhos, degredados depois para a costa e as ilhas africanas onde morreram em grande número — muito espontânea, fervorosa e genuinamente se converteram.

¹²⁴ Não abundam os enjeitados nos paroquiais vila-realenses do século XVI. O mais antigo assento de baptismo de um deles, de nome Salvador, consta no respectivo livro de São Pedro, datado de Abril de 1596, tinha o *Marrão* quase 20 anos. A atribuição do estatuto de enjeitado a este deve defeituosamente reflectir as circunstâncias do nascimento de Martim Machado Pinto.

Eis como, no referido processo, um dos inquiridos em Vila Real, o padre Jerónimo Vieira, em 16 de Outubro de 1680, exprimiu a sua opinião sobre a aparentemente crucial matéria teológica:

Outrossim certifico que conheci a Domingos Pinto, o Marrão, desta vila, e também conheci seu filho Domingos Pinto, o Marrão das Casas Novas [lugar da freguesia de Redondelo, onde o Domingos Rodrigues Pinto II casou e passou a residir], os quais são cristãos-velhos pela via do dito Domingos Pinto Marrão, porquanto sua mãe, Amara, de quem tenho notícia, foi casada com Domingos de Sousa, familiar do Santo Ofício, e sempre uns e outros foram tidos e havidos por cristãos-velhos, sem fama nenhuma em contrário, o que juro *in verbo sacerdotis*.

Recordo ao leitor que, na época do segundo casamento da *Amara*, ainda não existia a repugnância em desposar uma cristã-nova, que depois, na década de 1620, se generalizaria. Vimos no manuscrito *Marrões de Vila Real* que as filhas do *Galego* «todas casaram com boa gente em razão da muita riqueza que tinham», ou seja, com cristãos-velhos e até com membros da nobreza, e a «muita riqueza», no caso da *Amara*, talvez fosse uma beleza excepcional. O padre atribuiu à sociedade de finais do século XVI — o segundo casamento da *Amara* é anterior a Outubro de 1603 — os preconceitos da sua geração, apresentando como prova da limpeza de sangue de Catarina Rodrigues o facto de Domingos de Sousa a ter desposado. Já vimos em texto de Pedro de Azevedo, que se dava «como evidenciando a limpeza de sangue de uma família a existência nela de eclesiásticos e cavaleiros», e ver-se-á adiante que a «limpeza de sangue» de Domingos Rodrigues Pinto viria a ser avaliada pelo próprio Santo Ofício de muito contrastante modo.

Também, no mesmo processo, o escrivão reproduziu o que o padre Gonçalo Lobo Tavares, «morador em face do convento vila-realense de Santa Clara», assertivamente havia testemunhado:

Conheceu muito bem Domingos Rodrigues Pinto, das Casas Novas, durante vinte anos. Muito bem conheceu também Domingos Rodrigues Pinto, o Marrão, por falar com ele algumas vezes, sendo ele, testemunha, de pouca idade¹²⁵. Ouviu dizer a seus pais que o dito Domingos Rodrigues Pinto Marrão era filho de um fidalgo titular que veio degr[ed]ado para esta vila, que o houve de Maria Rodrigues Amara, mulher casada nesta vila, e mais não disse.

Convenhamos que mais não era necessário dizer, para que uma confirmação do anteriormente deduzido se nos impusesse, desde que avaliemos as menções ao degradedado fidalgo titular e à Maria Rodrigues Amara como erros naturais, inocentemente cometidos por quem tentava descrever uma realidade antiga, no que ao nascimento do *Marrão Velho* respeita, de mais de um século.

¹²⁵ Gonçalo Lobo Tavares (1636-1706), filho de Paulo Tavares e de sua mulher Beatriz Tavares, contava sete anos em 1643, ano da morte de Domingos Rodrigues Pinto.

ESPECULANDO SOBRE QUEM PODERIA SER O PEDRO MACHADO DA MESQUITA

Só agora, após terem sido expostos os argumentos que sustentam a convicção de que Domingos Rodrigues Pinto era filho adúltero de Pedro Pinto de Barros e de Catarina Rodrigues *Amara*, podemos tentar compreender o que se esconde por detrás da história do Pedro Machado da Mesquita, o filho ou neto de Manuel Lobo Machado que, de acordo com o autor dos *Marrões de Vila Real*, empenhara duas vezes a *Amara*, sua sogra.

Antes de mais, devo muito enfaticamente assegurar que nos dois primeiros séculos de paroquiais e notariais vila-realenses, não se encontra um só indivíduo nomeado como Machado da Mesquita, apelidos banalíssimos em Vila Real se tomados isoladamente ou em diferente associação. Encontra-se, é certo — e precisamente no contexto em que o encontro mais interessante seria, ou seja, na descendência de Manuel Lobo Machado —, um nome não muito diferente do revelado pelo autor dos *Marrões*: Pedro Correia da Mesquita.

É dos assentos que mencionam a filha de Manuel Lobo de nome Ana Guedes, seu marido Gonçalo Correia e os filhos que geraram, que emerge a sugestão de que seria no seu ramo familiar que se poderia encontrar o modelo para o inexistente Pedro Machado da Mesquita citado nos *Marrões*. Eis o que registou o casamento de Ana Guedes:

Aos dezassete dias do mês de Novembro de [mil quinhentos e] noventa e dois, recebi, eu, António Coelho, Vigário de São Dinis, a **Gonçalo Correia**, filho de Pedro Correia e de sua mulher Catarina Teixeira, com **Ana Guedes**, filha de Manuel Lobo e de sua mulher Beatriz Lopes, os quais recebi na Misericórdia desta vila.

Testemunhas: Manuel Botelho, Gonçalo Leitão, Rui de Nisa e outras muitas pessoas. — *António Coelho*.

Nota superior: Gonçalo Correia da Mesquita.

As três testemunhas, três cristãos-velhos, coincidem na parte de terem casado com familiares de Manuel Lobo Machado: Manuel Botelho casou com uma sua irmã, Maria Guedes, nascida por volta de 1548¹²⁶; Gonçalo Leitão da Mesquita, filho de Francisco Leitão e de sua mulher Beatriz Correia, casou na paróquia de São Dinis, em 6 de Fevereiro de 1570, com outra sua irmã, Violante Guedes; Rui de Nisa da Mesquita, filho de Pedro de Nisa da Mesquita, de Lordelo, e de sua mulher Francisca da Mesquita, casou em 26 de Fevereiro de 1584, em São Dinis, com Filipa Botelho, filha de Manuel Botelho e de Maria Guedes, e deste modo sobrinha de Manuel Lobo Machado.

A existência de um Pedro, filho de Gonçalo Correia da Mesquita e de Ana Guedes, é documentável:

¹²⁶ O assento do casamento, que terá sido celebrado em São Dinis por volta do ano de 1566, não existe. Este estimado ano é fruto da presunção de que o casamento de Maria Guedes terá sido celebrado a meio do intervalo cronológico que separa o seu baptismo do casamento de sua filha Filipa Botelho, ocorrido em 1584. O ano de 1566 permite que mãe e filha contassem *grosso modo* 16 anos à data dos respectivos casamentos.

Livro de batismos de São Pedro, 8 de Junho de 1624:

Manuel, filho de Andresa, filha de Domingos Lourenço Juna; deu por pai Pedro Correia, filho de Gonçalo Correia.

Foram padrinhos Domingos Correia Rebelo e Ana Gonçalves, mulher de Pedro Brás, moleiro.

Neste assento, o segundo apelido, Mesquita, não surge explicitamente grafado, mas em outro, onde registaram o baptismo de um António — celebrado em 19 de Dezembro de 1646 no respectivo livro de São Dinis —, encontramos pai e filho nomeados com os dois apelidos: «Foram padrinhos Pedro Correia da Mesquita e [ilegível nome da madrinha], filhos de Gonçalo Correia da Mesquita». A madrinha poderia ser Catarina Teixeira, Francisca Teixeira ou Filipa Correia, dado todas três constarem nos parquiais, identificadas como filhas do referido pai.

Este Pedro Correia da Mesquita, filho de Gonçalo Correia da Mesquita, neto paterno de Pedro Botelho Correia e materno de Manuel Lobo Machado, exhibe algumas das características atribuíveis ao Pedro Machado da Mesquita, evocado nos *Marrões*:

1. Chama-se Pedro;
2. Era filho de uma filha de Manuel Lobo;
3. Pelo lado materno, poderia ter usado o apelido Machado;
4. Pelo lado paterno, usou o apelido da Mesquita;
5. Terá talvez estudado preparatórios em Coimbra, mas não se licenciou¹²⁷, tal como nebulosamente consta nos *Marrões*;
6. Deu prova de que dispunha de meios e disposição para fecundar criaturas do sexo feminino com quem não fosse canonicamente casado.

Não é pouco.

— Era Correia e não era Machado! — protesta o céptico leitor.

De facto, a dificuldade em adaptar este Pedro Correia da Mesquita ao papel que lhe atribuiu o autor dos *Marrões* existe, mas não por ele não ser Machado, pois se formalmente, e apenas formalmente, o não era, fácil é compreender qual o motivo por que, nos *Marrões de Vila Real*, teria que o ser. Há que ter em mente que o objectivo do autor do manuscrito não era brindar os seus contemporâneos com interessantes lendas e narrativas que os ajudassem a passar os longos serões de Inverno. O odioso denunciante pretendia atingir e aniquilar os *Marrões* — os filhos legítimos de Martim Machado Pinto —, expondo-os como descendentes de Manuel Lobo Machado, e apontando a prole deste como cristãos-novos

¹²⁷ Existiu um estudante em Coimbra, portador de nome e de estatuto que se prestavam a confusão, Gonçalo Correia da Mesquita, nascido cerca de 1638, filho de António Correia de Macedo, cristão-velho, e de sua mulher Isabel da Mesquita, cristã-nova, «que vivem de sua fazenda em Guiães e em Vila Real»; neto materno de Gonçalo Lobo Guedes e de sua primeira mulher Beatriz da Mesquita, e bisneto de Manuel Lobo Machado (Processo de Gonçalo Lobo Guedes II [ANTT. *Tribunal do Santo Ofício*, Inquirição de Lisboa, proc. 10465 [NE]).

de comportamento repetidamente punido pelo Santo Ofício. O autor do manuscrito — tão inseguro face ao exacto desenho da realidade que hesita em qualificar o protagonista de nome Pedro, dando-o como filho ou neto de Fulano — chama-lhe Machado porque ser Machado era a função que lhe atribuiu. No quadro do móbil da escrita, com as naturais consequências na redacção do texto, era imperioso ligar dois Machados: Manuel Lobo Machado, hebreu pelos quatro costados e de prole reconhecidamente judaizante, e Isabel Machado, mulher do *Marrão Velho* e mãe de Martim Machado Pinto. Eis o motivo que fez emergir, da memória colectiva degradada pela travessia de muitas décadas, um inexistente Pedro Machado da Mesquita, em lugar do Pedro Correia da Mesquita, filho de Gonçalo Correia da Mesquita e de Ana Guedes, neto materno de Manuel Lobo Machado e bisneto do *Galego* e do *Cheira-dinheiro*.

O exposto raciocínio esclarece, penso eu, o que determinou a substituição do apelido Correia pelo de Machado, legitimamente adoptável e mais expressivo e eficaz no contexto da denúncia; não esclarece, porém — e aqui é que reside a verdadeira dificuldade —, qual a razão por que a este Pedro Correia foi atribuída pelo autor do manuscrito a tarefa de, genealógicamente, gerar Isabel Machado que, sabemos-lo agora, era uma sua prima co-irmã que, por ter nascido em Março de 1578, tinha idade para ser sua mãe, sendo ele fruto — precoce, temporão ou serôdio, não sabemos — de um casamento celebrado em 1592, ano do nascimento de Martim Machado Pinto.

Havia perdido toda a esperança de vir a esclarecer o que poderia estar por detrás da monstruosidade cronológica de o descrito neto de Manuel Lobo ter gerado dois filhos em Catarina Rodrigues *Amara*, quando encontrei um promissor assento, registando o óbito, ocorrido em São Pedro, da esposa de um Pedro Correia.

A informação sobre o dissolvido casal é escassíssima, por provir exclusivamente desse registo: uma mulher de nome Catarina Rodrigues faleceu na freguesia de São Pedro, em 16 de Novembro de 1651, e «deixou por seu herdeiro e testamenteiro seu marido o Licenciado Pedro Correia»¹²⁸. Nas disposições testamentárias que no seu leito de morte ditou, e que por isso constam no assento do óbito, nenhuma referência a filhos, sendo apenas nomeados, como familiares, uma irmã de nome Isabel, um sobrinho de nome Gonçalo Rodrigues e uma sobrinha de nome Domingas.

Seria este licenciado Pedro Correia, o filho de Gonçalo Correia da Mesquita e de Ana Guedes? Não era, pois, o nome de Pedro Correia da Mesquita que consta nos livros de registos de matrículas da Universidade de Coimbra. Plausivelmente, o licenciado seria um bracarense, filho de um tal Martim Correia, que frequentou o curso de Cânones entre 1604 e 1611.

Seria a Catarina Rodrigues, objecto do assento de óbito, filha da *Amara*?

¹²⁸ Notar que existiu um licenciado Pedro Correia casado com uma Isabel da Mesquita (ver ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 5.º Ofício, liv. 017, [082]).

Não sabemos, mas é altamente improvável que o fosse.

A meu ver, nem tal seria necessário para que a memória da existência do casal pudesse ter contribuído para o desnorte do autor dos *Marrões*.

A simples ligação matrimonial de um Pedro Correia a uma Catarina Rodrigues, desde que cozinhada posteriormente com os ingredientes apropriados, poderá ter fornecido a ideia de que um neto de Manuel Lobo Machado teria casado com uma filha homónima da *Amara*.

É claro que, para que este Pedro Correia tivesse sugerido a história do Pedro Machado dos *Marrões de Vila Real*, melhor seria que tivesse tido por sogra, senão a própria *Amara*, ao menos uma mulher de nome Catarina Rodrigues; ora, os neste caso colaboradores paroquiais, se não fornecem prova de ter havido tal ligação, fornecem-nos matéria que pode ter propiciado a ideia.

O licenciado Pedro Correia, de carreira académica iniciada em 1604, terá nascido por volta de 1586-88, não existindo anacronismo se tivesse casado com uma mulher nascida cerca de 10 anos depois, hipotética dama de quem os paroquiais vila-realenses nos fornecem uma possibilidade de concretização, pois de facto houve na Vila Real da época uma Catarina, filha de outra Catarina, Rodrigues de apelido:

Livro de baptismos de São Pedro, 13 de Março de 1596:
Catarina, filha de Gonçalo Dias e de sua mulher Catarina Rodrigues.
Foram padrinhos Nicolau Fernandes e Branca Martins.

Seria esta Catarina, filha de Catarina Rodrigues, aquela que faleceu 55 anos mais tarde deixando viúvo um licenciado Pedro Correia, que seria alguns anos mais velho do que ela?

Poderia sê-lo, e se o fosse ficaria menos mal esclarecida toda a parte dos *Marrões* que tem por protagonista o Pedro Machado da Mesquita, na realidade Pedro Correia da Mesquita. Existe um dado positivo, que pode conter algum significado: documenta-se que uma «Isabel, filha de Gonçalo Dias», apresentada pelo padre Diogo Dias, recebeu o crisma em São Pedro, em 27 de Setembro de 1589, o que cumpre uma das condições de exigível cumprimento, dada a referência feita a uma irmã de nome Isabel nas disposições testamentárias contidas no assento de óbito acima descrito.

Teríamos assim um homónimo do neto de Manuel Lobo Machado, casado com uma Catarina Rodrigues, filha de uma Catarina Rodrigues, que se não era *Amara*, facilmente passaria a sê-lo quando a memória perdesse acuidade.

Não sendo a mulher do licenciado bracarense Pedro Correia a Catarina Rodrigues filha de outra Catarina Rodrigues, mesmo assim não deixaria o seu desenho de contribuir, embora de menos expressivo modo, para o esclarecimento da origem da falsa tradição.

Devemos compreender que o texto do manuscrito mistura realidade e uma aparente ficção, que mais não é que a memória do real, dissolvida e reformulada pelas gerações que

a conservaram e, voluntariamente ou não, a foram transformando. Por análise, verificamos que ele parece conter três factos condensados em duas enevoadas memórias:

1. Isabel Machado descendia de Manuel Lobo Machado, cristão-novo inteiro.
2. Pedro Pinto gerou em Catarina Rodrigues *Amara*, uma Isabel e um Domingos.
3. Um Pedro Correia, homónimo de um neto de Manuel Lobo Machado, foi casado com uma mulher de nome Catarina Rodrigues.

Quanto ao primeiro facto, sabemos que, com efeito, Isabel descendia de Manuel Lobo Machado, embora por uma linha de sucessão menos complexa do que aquela que foi apontada no manuscrito. Quanto ao segundo e ao terceiro, a chave que nos propicia a compreensão possível é o prévio entendimento de que os dois Pedros — o Pedro Pinto dado na peça n.º 5 como adúltero progenitor de um filho da *Amara*, mulher casada, e o Pedro Correia da Mesquita, neto de Manuel Lobo Machado — foram amalgamados, nos arquivos cerebrais do denunciante, em uma só personagem, de nome Pedro Machado da Mesquita.

OS ELUSIVOS MACHADOS DE SILVELA

Vimos que, no já transcrito assento de baptismo de Lázaro da Costa, sua mãe, Isabel Mendes, «deu por pai Martinho Machado, filho de Domingos Rodrigues Pinto, de Silvela». Devemos agora procurar compreender qual o papel que o mencionado lugar desempenhou na vida dos dois nomeados homens.

Comecemos por tomar conhecimento do texto com que Pedro A. de Azevedo (1907) iniciou o segundo capítulo do seu extenso artigo *Os antepassados de Camilo*:

Pertence Silvela à freguesia de Parada de Cunhos (na antiga comarca de Vila Real), na qual existia em 1758 uma capela dentro da «quinta de Machados [de] que são administradores os sobrinhos do Doutor Lente da Universidade de Coimbra Caetano José Pinto de Mesquita, Desembargador dos Agravos, assistente em Vila Real». Estas palavras encontram-se na memória do Reitor de Parada de Cunhos, o Padre António Pinto Monteiro, comissário do Santo Ofício¹²⁹. A freguesia era pouco abastada e só produzia milho, vinho, algum centeio e azeite. A castanha e o linho que se obtinham consumia-se todo dentro dos limites da paróquia. A olaria estava bem representada como diz o reitor: «Tem uma telheira de bom barro, bons mestres de fazer telha fina, custa muito a tirar o barro, pois fazem lojas debaixo da terra, e suas colunas para terem mão nela, que se cai alguma sapada fere, ou mata como tem sucedido».

Nesta povoação de Silvela teve solar uma família de apelido Machado de que foi o mais antigo representante Domingos Rodrigues Pinto (Azevedo 1907, p. 174).

¹²⁹ Nota de Pedro A. de Azevedo: «Tomo XXVII do *Dicionário Geográfico*, pág. 349. No Arquivo da Torre do Tombo».

A afirmação expendida no último parágrafo não radica, como poderia pensar-se, na referida memória do padre António Pinto Monteiro; extrai-se, sim, de um documento datado de 1768, que o próprio Pedro de Azevedo havia encontrado na Torre do Tombo, uma inquirição suscitada pela *Habilitação de José Luís Correia Botelho para Cavaleiro de Cristo*, onde uma pouco explícita ligação de Domingos Rodrigues Pinto a uma «quinta de Silvela», fora evocada pelo *Suplicante*, um neto de Lázaro da Costa:

[...] consta dos documentos que junta, em que também apresenta outro, feito a requerimento de Manuel Correia Botelho, filho também do presente matrimónio do pai do suplicante¹³⁰ em que se mostra larga e plenamente a qualidade dos Correias e Botelhos ascendentes do suplicante pela mesma parte paterna, até ao tronco de seu 3.º avô, Domingos Rodrigues Pinto, da quinta de Silvela, etc. (Azevedo 1907, p. 334)¹³¹.

Examinando com cuidado, ou até sem ele, o que o autor do artigo *Os antepassados de Camilo* escreveu, logo se verifica a existência de generalização abusiva.

No trecho transcrito, Pedro A. de Azevedo cita o antigo reitor de Parada de Cunhos, que escrevera sobre a capela existente na quinta de Machados — faço notar que a quinta não é *dos* Machados, mas *de* Machados —, para logo adiante afirmar que na «povoação de Silvela teve solar uma família de apelido Machado».

José de Campos e Sousa, embora preferindo a Domingos Rodrigues Pinto alguém que, à falta de melhores credenciais, fazia uso do apelido em causa, incorre no mesmo delito de inconsiderada assunção, ao deixar escrito, sobre Manuel Lobo Machado, que ele fora o «mais antigo representante conhecido de uma família cristã-nova de apelido Machado, que teve Casa em Silvela» (Sousa 1946, p. 140). Em outro trecho do *Processo genealógico* vai ainda mais longe dizendo que Domingos Rodrigues Pinto «não deve ter casado na Freguesia de São Dinis, mas na de Parada de Cunhos, de onde sua mulher era natural» (Sousa 1946, p. 82)¹³², e na concisa nota biográfica que a esta dedicou e que acompanha a menção ao seu nome na árvore genealógica final, escreveu:

Isabel Machado Malrasca.

Natural de Silvela, na Freguesia de Parada de Cunhos, da antiga Comarca de Vila Real. Irmã de: Pedro Machado da Mesquita, estudante de Coimbra; Padre Domingos Machado, Reitor de Andrães; António Machado Botelho, casado com uma filha do Familiar do Santo Ofício Francisco Pinto de Azevedo; Jerónimo Correia Botelho, casado

¹³⁰ O *Suplicante*, José Luís Correia Botelho (n. 1710), quis dizer que era irmão inteiro de Manuel Correia Botelho (n. 1714), tabelião e bisavô de Camilo, ambos filhos do então vigente primeiro casamento de Domingos Correia Botelho (n. 1672) com sua primeira mulher Arcângela Fernandes, e não do segundo, celebrado com Maria Moutinho de Carvalho, de Favaios.

¹³¹ José Luís Correia Botelho e Manuel Correia Botelho eram filhos de Domingos Correia, que por sua vez era filho de Lázaro da Costa.

¹³² Que Domingos e Isabel não casaram em Parada de Cunhos é certíssimo, pois o livro onde o assento, se tal tivesse acontecido, constaria, se conserva intacto.

com uma filha do Familiar do Santo Ofício Domingos Lemos de Sousa; e de Frei Manuel Botelho, religioso da Ordem da Trindade.

Recordo ao leitor menos atento que Isabel Machado nasceu em São Pedro, e não em Silvela, e que nenhum dos nomeados cinco irmãos o era na realidade: Pedro Machado da Mesquita, mencionado nos *Marrões*, nunca existiu e correspondia, em minha já exposta opinião, a Pedro Correia da Mesquita, primo co-irmão de Isabel¹³³; o padre Domingos Machado talvez fosse o seu tio paterno o licenciado Bartolomeu Fernandes, que de facto foi reitor de Andrães; António Machado Botelho, Jerónimo Correia Botelho e Fr. Manuel Botelho, filhos de Martim Machado Pinto, eram seus netos.

Também Júlio Teixeira acabaria por se atolar no pântano dos Machados de Silvela. No capítulo que na sua monumental obra dedicou aos *Botelhos Machados, Senhores da Casa de S. Pedro*¹³⁴ — família que, segundo esclareceu, tinha «a sua varonia em Martim Machado Pinto, Cavaleiro da Ordem de Santiago, ramo dos Machados de Silvela» —, publica um desenho esquemático do brasão que diz encontrar-se no solar vila-realense desta família, descrevendo-lhe o terceiro quadrante como representando «os Machados, de Silvela, ramo dos Senhores de Entre-Homem-e-Cávado».

Tomadas por junto, estas afirmações sobre Machados e Silvela são insanavelmente incompatíveis. Não se entende porque Domingos Rodrigues Pinto seria representante dos Machados, nem de que modo os «Senhores de Entre-Homem-e-Cávado», referidos por Júlio Teixeira, poderiam corresponder à «família cristã-nova de apelido Machado, que teve Casa em Silvela», apresentada por José de Campos e Sousa.

Para tentarmos discernir a origem desta unânime convicção de que Isabel Machado ou Domingos Rodrigues Pinto tiveram quinta-casa-solar-capela em Silvela, que Silvela era dos Machados e os Machados eram de Silvela, vamos ver quem de facto possuía, no referido lugar, uma propriedade de algum valor simbólico.

Os mais antigos assentos paroquiais de Parada de Cunhos, freguesia adjacente à de São Dinis de Vila Real, datam de meados do século XVI, sendo por isso 200 anos anteriores ao *Dicionário geográfico* citado por Pedro A. de Azevedo, anteriores até aos nascimentos de Domingos Rodrigues Pinto e de sua mulher. Percorrendo os respectivos livros, logo se encontra menção aos lugares componentes da freguesia, que eram sete: Cabanas, Fonte Rainha, Granja, Parada, Relvas, Ribeira e Silvela. A existência na freguesia de Parada de Cunhos de uma família de apelido Machado e de uma quinta de Machados não implicaria que esta se situasse em Silvela e que aquela no dito lugar residisse; mas, mesmo esquecendo a restrição, pode assegurar-se que aquilo que havia em Parada de Cunhos relacionado

¹³³ Deve ainda notar-se que o Pedro Machado da Mesquita evocado no manuscrito *Marrões de Vila Real* não era irmão de Isabel Machado: era seu pai.

¹³⁴ Nota de Pedro A. de Azevedo: «Tomo XXVII do *Dicionário Geográfico*, pág. 349. No Arquivo da Torre do Tombo». Nota falsa!

com Machados era uma ribeira de Machados, uma ponte de Machados sobre a ribeira do mesmo nome, e talvez houvesse uma quinta da Ribeira de Machados, na margem da dita, atendendo a que, por volta de 1700, uma assim designada existia e subsistiu até aos nossos tempos. O que não havia, com toda a certeza, era uma família de Machados, já que não consta, nos antigos e bem conservados livros paroquiais da freguesia de Parada de Cunhos, tomada como um todo, um só morador desse apelido.

Em mais rigorosa verdade, no intervalo de 80 anos que vai de 1563, início dos registos de baptismos, a 1643, ano da morte de Domingos Rodrigues Pinto, apenas surge nos paroquiais uma, e uma só, referência a um Machado, Diogo Machado, que apadrinhou uma criança em 10 de Abril de 1625; o mais provável, porém, é que não fosse morador na freguesia, pois o assento não aponta, como era costume, o lugar de residência. Seria talvez o já nosso conhecido sirgheiro, morador em São Pedro de Vila Real e irmão de Isabel Machado *Malrasca*.

Tudo somado, havia e continua a haver, na nomeada freguesia, uma ribeira de Machados e... está tudo dito, visto que todas as restantes referências dela derivam. Em Silvela, lugar não servido pelas frescas águas correntes da dita ribeira, não havia nem podia haver ponte de Machados, não havia quinta de Machados, não havia casa de Machados, não havia solar de Machados, não havia capela de Machados, nem sequer havia um exemplar dos próprios Machados, se a designação provinha do apelido, o que não é líquido; havia, contudo, em Silvela, uma família muito principal — expressão que no século XVI, ao contrário do que hoje acontece, soava bem. Os seus membros, como ficou dito, não eram Machados: eram — uma vez mais e como decerto o condescendente leitor adivinhou — Correias.

Eram a família formada por António Correia, sua mulher Joana Tavares e os descendentes de ambos, tribo que, com frequência, surge nos paroquiais de Parada de Cunhos, não só a fornecer protagonistas aos assentos, mas também e sobretudo a apadrinhar crianças e a testemunhar casamentos de vizinhos.

Na obra de Júlio Teixeira, encontram-se várias menções a estes Correias de Silvela. Eis uma delas, onde é citado um cunhado de Martim Machado Pinto, aquele que no manuscrito *Marrões de Vila Real* surge designado como «António Botelho Borges, o cego, irmão de Maria Botelho»:

António Botelho Borges, filho de Baltasar Borges Botelho e de sua mulher D. Isabel Botelho de Barros, neto paterno do Capitão António Borges de Lousada e de sua mulher D. Maria Correia de Morais, e materno de António Correia de Barros, senhor da Quinta de Silvela e da Casa de Relvas, e de sua mulher D. Joana Tavares, casou com sua prima D. Isabel Correia, de que não houve filhos (Teixeira 1946-1952, vol. I, p. 198).

Júlio Teixeira sobrecarrega António Correia com o apelido de Barros, operação de duvidosa consistência. Nunca nos paroquiais de Parada de Cunhos ou de Vila Real, o «senhor da Quinta de Silvela e da Casa de Relvas» aparece de outra forma que não seja

como António Correia, e não é despreciando, no quadro deste trabalho, saber se ele poderia legitimamente usar o apelido; a tarefa de o esclarecer, porém, não é trivial, já que esta matéria surge, na citada obra de Júlio Teixeira, envolta em intrincada confusão.

O muito competente genealogista confundiu e agregou duas famílias.

Começemos por aprofundar o conhecimento da primeira delas, a já considerada família de Silveira.

Do casamento de António Correia com Joana Tavares¹³⁵, porque anterior aos paróquias (24 de Fevereiro de 1560)¹³⁶, não existe assento, mas no que respeita à descendência de ambos, ela pode documentar-se de dois modos, usando sempre os livros de Parada de Cunhos ou, na exceção, apontando a diferente paróquia: por neles existir assento de baptismo do descendente, cuja data, para efeito de ordenação, se considera equivalente à do nascimento, ou por dele existir uma menção como padrinho ou madrinha de baptismo, ou como testemunha de um casamento, participação que se considera ter ocorrido, caso seja a primeira, na idade de 16 anos. Subordinada a esta regra, eis a lista dos irmãos que, como se imagina, incorrerá em um ou outro erro na ordem de enunciação:

Francisco Correia, baptizado em 16 de Abril de 1563, que viria a casar, em São Dinis, em 7 de Janeiro de 1611, com Juliana Botelho (**errado** nos FMVR, 3, 377);

Paulo Correia, padrinho em 12 de Abril de 1581 (nascido cerca de 1565), que viria a casar em São Dinis, aos 2 de Fevereiro de 1602, com Paula da Nóbrega;

Isabel Botelho, baptizada em 8 de Junho de 1567, que casaria em 6 de Março de 1603, em Parada de Cunhos, com Baltasar Borges Botelho, com quem viria a gerar Maria Botelho da Fonseca, a mulher de Martinho Machado Pinto;

Gaspar Correia, padrinho em 31 de Agosto de 1586 (nascido cerca de 1570), que viria a ser reitor de Parada de Cunhos;

Maria Botelho, que recebeu os santos óleos em 5 de Setembro de 1574 e viria a casar em São Dinis, aos 2 de Julho de 1617, com Baltasar Teixeira da Fonseca;

¹³⁵ Joana Tavares era natural de Mondim da Beira, concelho de Tarouca, e tia direita de Marcos Teixeira de Mendonça (1578-1624), natural de Lamego, que foi bispo da Baía (Cf. *Habilitação de Domingos de Lemos da Rosa* — 1640 [ANTT. *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Domingos, mç. 3, doc. 100 [NE]]). Júlio Teixeira, estranhamente, dá a António Correia por mulher uma D. Isabel Correia Botelho e por pai um tal Paulo Correia de Barros (Teixeira 1946-1952, vol. I, p. 241). Dá também António Correia como filho de Bartolomeu de Barros, da casa de Abaças, filho de Rodrigo de Barros edsm (*sic* [NE]) D. Leonor de Morais, edsm (*sic* [NE]) D. Catarina da Mesquita (Teixeira 1946-1952, vol. II, p. 316).

¹³⁶ Ver Teixeira 1946-1952, vol. III, p. 377.

Pedro Correia, baptizado em 17 de Outubro de 1575, que viria, em 21 de Dezembro de 1599, a casar com Maria Botelho da Nóbrega¹³⁷, filha de Tomás Botelho e de sua mulher Isabel da Nóbrega, moradores em São Dinis;

Veríssimo Correia, testemunha em São Dinis, em 26 de Setembro de 1599 (nascido cerca de 1583), que é citado numa escritura de concerto entre Baltasar Borges Botelho e Baltasar Teixeira da Fonseca, datada de 12 de Junho de 1630, onde é dito que «foi para as partes da Índia»;

Simão Correia, baptizado em 11 de Março de 1584;

Catarina Tavares, madrinha em 21 de Abril de 1602 (nascida cerca de 1586), que viria a casar com António Pinto Pimentel.

António Correia, mencionado na escritura atrás citada, como também tendo ido «para as partes da Índia».

Violante Correia de Barros, possível filha do casal, que surge nas paroquiais e notariais de Vila Real como mulher de Paulo de Fonseca Correia.

Esta família, os Correias de Silvela, foi confundida, na obra de Júlio Teixeira, com outra, sua contemporânea, a iniciada por António da Mesquita, filho de Bartolomeu de Barros, que no dia 25 de Abril de 1569 casou em São Dinis com Joana Tavares, filha do licenciado Simão Tavares¹³⁸, que foi provedor da Misericórdia em 1548 e ouvidor do marquês de Vila Real em 1552-53. O assento foi anotado pelo tabelião José Taveira da Mesquita: *Antonio da Misquita Pimentel da Rua da Videira e depois viveu em Sabroza na quinta da Capella da Conceição*.

Júlio Teixeira teve conhecimento do assento de baptismo de Isabel Botelho — a filha de António Correia que viria a gerar a mulher de Martim Machado Pinto —, já que o cita no seu livro, mas não o leu com a suficiente atenção que lhe evitasse o desacerto:

Aos oito dias de Junho de mil e quinhentos e sessenta e sete anos, baptizei eu, António Martins, cura de Parada [de Cunhos], uma filha de António Correia, de Silvela,

¹³⁷ Esta Maria Botelho da Nóbrega surge erradamente nomeada, nos *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo* (Teixeira 1946-1952, vol. II, p. 355) como «D. Isabel Maria da Nóbrega», mas dada correctamente como filha de Tomás Botelho e de sua mulher D. Isabel da Nóbrega.

¹³⁸ O licenciado Simão Tavares, provedor da Misericórdia em 1548 (*Inventário da Misericórdia...* 1843 [ADVRL. *Inventário da Misericórdia de Vila Real*, liv. 262 — ADVRL. D02/C001/E05/P1/UD.Cx SCMVR-14 [NE]], casou com D. Grácia Viegas, foi fidalgo-escudeiro da casa de Vila Real, ouvidor em Vila Real e contador das rendas do marquesado e da vila de Ranhados (Teixeira 1946-1952, vol. II, p. 355). Joana Tavares era natural de Mondim da Beira, concelho de Tarouca, e tia direita de Marcos Teixeira de Mendonça (1578-1624), natural de Lamego, que foi bispo da Baía (Cf. *Habilitação de Domingos de Lemos da Rosa* — 1640 [ANTT. *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Domingos, mc. 3, doc. 100 [NE]]).

e de sua mulher Joana Tavares, e foram padrinhos António de Magalhães, meirinho, e Joana Tavares, filha do Licenciado Simão Tavares, e a moça chama-se Isabel e tem os santos óleos. — *António Martins*.

A Joana Tavares, madrinha, seria talvez muito chegada parente da Joana Tavares, mãe da criança, mas não em tão próximo grau que com ela formasse uma só pessoa.

Foi esta dupla homonímia, perfeita no caso das esposas e parcial no caso dos maridos, que originou a confusão. Júlio Teixeira passou a considerar o António Correia e o António da Mesquita, ambos nomeados como de Barros, ambos casados com Joanas Tavares, como se fossem um só indivíduo, que acumula nos *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo* a onomástica devida a um e a outro, chegando a exhibir a totalidade dos apelidos: António Correia de Barros da Mesquita Pimentel. A escassa descendência dos dois Antónios, que chegou ao conhecimento de Júlio Teixeira, surge assimilada nos *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo*, e os seus casamentos contribuem para um mesmo total, fazendo com que a entidade masculina de dupla identidade tivesse casado quatro vezes, quando o casamento que mais nos interessa, o de António Correia, de Silvela, com Joana Tavares — que talvez fosse tia da sua homónima, a filha do licenciado Simão Tavares — foi decerto o primeiro e único de um e de outro cônjuge.

António Correia viria a falecer em Silvela, em 30 de Junho de 1613, já viúvo de Joana Tavares, cujo óbito, ocorrido em Vila Real, seria registado no respectivo livro de Parada de Cunhos com data de 31 de Maio de 1598, *que foi ao domingo*.

Segundo Júlio Teixeira, sucedeu-lhes na posse da casa de Silvela o filho de ambos, Pedro Correia, que viria a casar em São Dinis, aos 21 dias de Dezembro de 1599, ano subsequente ao da morte da mãe, com *Maria Botelha filha que ficou de Tomas Botelho e de Isabel da Nobregua, sua mulher*¹³⁹.

Uma escritura de dote, outorgada no 8.º Ofício de Vila Real, em 2 de Dezembro do dito ano, documenta a vertente menos espiritual da premeditada união. Segundo esse balbuciante documento, Pedro Correia foi dotado por seu pai, que lhe atribuiu «trezentos mil réis, convém a saber: cem mil réis em dinheiro, e outros cem mil réis em móveis, e cem mil réis em raiz, nos quais trezentos mil réis entrava a legítima de seu pai e mais a qual legítima cabia por morte dele, dito António Correia, os quais cem mil réis de raiz lhe satisfará ele, António Correia, pela fazenda de sua quinta».

¹³⁹ Nos *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo* (Teixeira 1946-1952, vol. II, p. 355), em lugar de Maria Botelho, consta D. Isabel Maria da Nóbrega, estranhíssimo erro, dado que a data do casamento e os nomes dos pais da noiva são os correctos. O pai era Tomás Botelho, filho de Heitor Botelho, meirinho dos clérigos, e de sua mulher Senhorinha da Nóbrega, que casou em São Dinis, aos 2 de Junho de 1574, com Isabel da Nóbrega, filha de Francisco de Lemos e de Mécia Cão. Esta D. Isabel Maria da Nóbrega terá talvez sido esposa de um Pedro Correia da Nóbrega, morador em Vila Real e plausível filho de Pedro Correia de Barros, que surge no livro de baptismos de Parada de Cunhos, juntamente com uma sua filha, de nome Maria Botelho, a apadrinhar, em 22 de Março de 1638, um Pedro, gémeo de um Domingos.

Pedro Correia, após o casamento, ainda surgiria a apadrinhar crianças em Silvela, mas não com a frequência outrora exibida pela sua família, dado ter — pelo menos é o que a análise dos paroquiais de Parada de Cunhos e de São Dinis sugere — estabelecido residência nesta dita freguesia vila-realense.

É, com efeito, no livro de casamentos de São Dinis que, em 8 de Abril de 1649, quando já contava 74 anos, que o seu nome *au grand complet* é mencionado, como pai da noiva de António de Sousa Guedes, *Marta Botelha filha de Pedro Correia de Barros e de Maria Botelha desta vila*, em assento entre cujas testemunhas figuram Martim Machado Pinto e sua mulher Maria Botelho da Fonseca, prima co-irmã da nubente.

O assento confirma que Pedro Correia, que exerceu o ofício de escrivão das Sisas¹⁴⁰, era nomeado como Pedro Correia de Barros¹⁴¹, tal como consta nos *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo*, em freguesia que, porque mais populosa, carecia de uma mais exigente discriminação onomástica.

Não se confirma, porém, ter sido ele quem herdou a quinta de Silvela. Quanto a isto, documenta-se, por uma procuração datada de 1620, quem à época eram os possuidores da propriedade.

A em si mesma desinteressante escritura, outorgada «no lugar de Silvela, do termo de Vila Real, na quinta que no dito lugar tem António Pinto Pimentel, morador nela, estando ele aí de presente com sua mulher Catarina Tavares», termina fazendo saber que «por a dita Catarina Tavares não saber assinar rogou a António Correia, filho de Paula da Nóbrega, desta vila, que assinasse por ela e ele assinou de seu rogo» (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 8.º Ofício, escritura datada de 9 de Janeiro de 1620). Catarina Tavares, como foi visto, era filha do patriarca dos Correias de Silvela, e o António Correia que assinou a seu pedido era neto homónimo do mesmo, por ser filho de Paulo Correia, marido da nomeada Paula da Nóbrega.

Do conjunto de dados expostos, parece poder retirar-se que a informação associando Domingos Rodrigues Pinto a Silvela parece ser uma e uma só, a declaração de Isabel Mendes, formulada em 1606, aquando do baptismo de seu filho Lázaro, a António Fernandes *Malrasca*, o então «vigário de São Pedro» que redigiu e assinou o assento: *Alzaro filho de Dominegos digo filho de Isabel Mendes do Recio deu por pai a Martinho Machado filho de Domingos Rodrigues Pinto de Silvella*.

Segundo parece, nada que seja independente da imprecisa formulação usada neste assento permitiria ligar o *Marrão* ou a *Malrasca* a Silvela. <Nesse caso, por que motivo a jovem Isabel mencionaria o lugar?>¹⁴².

¹⁴⁰ Em 1610 (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 1.º Ofício, liv. 001, [012]).

¹⁴¹ Pedro Correia, nomeado com os dois apelidos, surge também como pai da madrinha de um Francisco, baptizado em São Pedro em 30 de Setembro de 1638: «Luísa Correia, filha de Pedro Correia de Barros».

¹⁴² Interrogação que o autor acrescentara no texto que se encontrava repetido mais à frente e que se optou por fundir para não repetir [NE].

Para bem entendermos o que Isabel Mendes realmente quis dizer, devemos antes de mais analisar com cuidado a pouca clara redacção do pároco.

Quem era de Silvela, Domingos, Martim, ou os dois?

Fácil é comprovar que a redacção está ferida de ambiguidade, mas Domingos não podia sê-lo. Natural do lugar não era. Já vimos que o almocreve João Rodrigues e a *Amara* casaram em São Dinis, freguesia onde residia Amaro Fernandes, o pai da noiva, tendo estabelecido residência em São Pedro, onde baptizaram Maria Rodrigues, a primogénita do casal. Domingos terá nascido logo depois, no ano seguinte, como adiante confirmaremos, e terá sido baptizado na paróquia onde a família «assistia». Já vimos, também, Domingos a ser dado como mercador, em 1611, no único assento em que foi nomeado como Domingos Rodrigues *Amaro*¹⁴³. Contava 34 anos à época, e com toda a certeza não negociava em Silvela, lugar de escassíssima população, onde durante cerca de 80 anos <— os que vão de 1560, início dos paroquiais de Parada de Cunhos, até 1643, ano da morte do Marrão —>¹⁴⁴ apenas oito moradores do lugar surgem nomeados como pais de crianças nos assentos de baptismo.

Não seria em povoado de óbvia e exclusiva vocação rural, situado em terreno elevado, sem população significativa e afastado da estrada que estabelecia a ligação ao rio Douro, a Amarante e ao Porto, que Domingos Rodrigues Pinto iria instalar uma loja de retalho.

Quem, nas declarações de Isabel Mendes, era de Silvela, não era o pai e, desse modo, só poderia ser o filho. Quanto a mim, e especulando, já que não existe informação que nos permita fazer uso de mais consistente modo de proceder, Martim, filho natural de Domingos, terá passado infância e juventude em Silvela, na casa dos Correias de Barros, que seriam parentes de seu pai, parentesco expresso pelo apelido Barros, o apelido que Pedro Pinto de Barros, seu avô paterno biologicamente falando, herdara de sua mãe, Maria de Barros.

Seria talvez este parentesco e os afectos criados em tenra idade que justificariam o futuro casamento de Martim com Maria Botelho da Fonseca, neta de António Correia, o verdadeiro senhor da casa de Silvela. Terá sido também a circunstância de Martim ter crescido em casa dos parentes de Silvela, e talvez com a sua verdadeira filiação mantida, pelo menos durante algum tempo, em segredo, que levou o autor dos *Marrões de Vila Real* a escrever, no seu estilo displicente e confuso, que Domingos Rodrigues Pinto, o *Marrão*, havia sido enjeitado.

Existe um ténue indício podendo traduzir uma ligação da *Amara* aos Correias de Barros, de Silvela, o assento de um baptismo celebrado em Parada de Cunhos:

¹⁴³ Esta frase difere um pouco do texto que se encontrava repetido mais à frente, onde se lia «Já vimos, também, Domingos a ser dado como mercador, em 1611, no primeiro assento em que foi descrito como homem casado» [NE].

¹⁴⁴ Informação que o autor acrescentara no texto que se encontrava repetido mais à frente e que se optou por fundir para não repetir [NE].

Aos oito de Outubro da era de seiscentos e dez, baptizei, eu, Gaspar Correia, um filho a António Fernandes, de Parada, e a sua mulher Paula Fernandes, por nome António, do qual foram padrinhos Pedro Correia e Catarina Rodrigues, da vila; tem os santos óleos. — *Gaspar Correia*.

O celebrante, o padre Gaspar Correia, era filho de António Correia, e o padrinho, o já apresentado Pedro Correia, era seu irmão. Seria a Catarina Rodrigues, moradora na vila, a *Amara*? É possível que o fosse, mas mais do que isto não se pode afirmar.

Há que dizer, neste ponto, que o desenhado contexto que explicaria a associação de Martim Machado Pinto a Silvela, na mente de Isabel Mendes, não deve ser generalizado àquele que, 160 anos mais tarde, em 1768, levou José Luís Correia Botelho a mencionar «seu 3.º avô» como «Domingos Rodrigues Pinto, da quinta de Silvela».

Algo sucedera, entretanto, que terá contribuído para que o habilitante a membro da Ordem de Cristo escrevesse o que acabámos de ler¹⁴⁵. O neto de Lázaro da Costa, tendo conhecido, através da certidão de baptismo de seu avô, documento que apresentou no processo, a declaração produzida por Isabel Mendes de que Martim Machado Pinto, ou seu pai, ou os dois, eram de Silvela, terá sabido também, e por outra via, que Martim Machado Pinto fora proprietário da quinta de Silvela, e decerto assumiu que a herdara de seu pai.

Eis o que sucedeu:

Em 9 de Dezembro de 1638, António Pinto Pimentel e sua mulher Catarina Tavares assinaram uma escritura de doação pura e irrevogável da sua quinta de Silvela a Martim Machado Pinto e Maria Botelho da Fonseca, seus sobrinhos, «por muitas e boas obras que tinham recebido e ao diante esperavam de receber» e «por não terem filho nem filha, que houvessem de posse dos seus bens, de sua livre vontade, sem constrangimento de pessoa alguma, faziam pura e irrevogável doação, de hoje para sempre, aos sobreditos Martinho Machado Pinto e sua mulher Maria Botelho».

Catarina Tavares era, como vimos, filha de António Correia e de sua mulher Joana Tavares, e desse modo tia materna de Maria Botelho da Fonseca, filha de sua irmã Isabel Botelho.

O móbil da escritura, que apenas após a morte de ambos os doadores se poderia concretizar, explicitar-se-me-ia quando Martim declarou que «porquanto Baltasar Teixeira da Fonseca, morador em Canelas, tinha uma sentença da Suplicação de Lisboa contra eles, doadores, porque estavam condenados a que lhe largassem umas vinhas que eles possuem em Relvas, e estavam condenados nos frutos, dízimos e custas, ele, por sua pessoa e bens, se obrigava a pagar tudo aquilo a que, pela dita sentença, eles doadores estavam condenados, assim dos frutos das vinhas, como das outras da sentença, e dízima dela, e tomava a dita

¹⁴⁵ Esta frase difere um pouco do texto que se encontrava repetido mais à frente, onde se lia: «Algo sucedera, entretanto, que terá contribuído para que José Luís Correia Botelho escrevesse o que acabámos de ler» [NE].

obrigação sobre si, e se obrigava a tirar a eles, doadores, a posse a salvo da dita obrigação, porque em tudo queria satisfazer ao dito Baltasar Teixeira da Fonseca».

Eis como Martim se tornou herdeiro irrevogável da quinta familiar dos avós de sua mulher. Continuadas sentenças condenatórias durante uma longa demanda, que apenas foi decidida na última instância judicial, haviam levado o casal de tios de sua mulher ao esgotamento de recursos¹⁴⁶.

MARTIM MACHADO PINTO

Sabemos que Martim Machado Pinto nasceu cerca de 1592, casou cerca de 1627-28 e faleceu por volta de 1666-67.

Como em lugar algum se encontra uma lista tão completa da prole por ele gerada com Maria Botelho da Fonseca,

Baptizados em São Pedro:

Manuel	1629, Jan. 06	Fr. Manuel Botelho Frade da Ordem da Trindade que gerou com Isabel Monteiro, moça solteira de Guiães, uma filha de nome Páscoa, baptizada em São Dinis, em 6 de Julho de 1649.
António	1630, Mar. 10	António Machado Botelho c. c. Helena Botelho da Mesquita c. c. Mariana de Azevedo e Castro
Isabel	1631, Jun. 18	Isabel Botelho da Fonseca c. c. João Botelho de Lucena
João	1634, Jun. 29	Padre João Botelho Machado
Helena	1637, Jan. 07	Helena Botelho Parece ter falecido solteira ¹⁴⁷
José	1638, Mar. 20	José Botelho Machado
Maria	1641, Jan. 27	Maria Botelho da Fonseca c. c. Damião Correia Botelho
Francisco	1643, Mai. 30	Francisco Machado Botelho c. c. Marcelina da Rocha Pereira
Domingos	1645, Jun. 25	Domingos Botelho da Fonseca c. c. Joana Botelho de Lemos

¹⁴⁶ 12 de Junho de 1630 (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 6.º Ofício, liv. 009 [1630-1633]). «Concerto que fez Baltasar Borges Botelho e Baltasar Teixeira da Fonseca. [...] nesta Vila Real, nas pousadas do Abade Manuel da Mesquita Pimentel, [apareceu presente] Baltasar Borges Botelho, morador em esta vila, e por ele foi dito... que, porquanto se fizeram partilhas, digo, que fazendo-se partilhas dos bens de António Correia [f. 30 de Junho de 1613] e de sua mulher Joana Tavares, moradores que foram na sua quinta de Silvela, couberam de legítimas a Veríssimo Correia [Brissio] e António Correia, estantes nas partes da Índia [...]».

¹⁴⁷ ADVRL. *Paróquia de São Pedro*, Livro de registo de óbitos, 11 de Novembro de 1662: «Disse mais que deixa um vestido de chamalote preto a Helena Botelho, filha de Martinho Machado e de Maria Botelho...».

Baltasar 1647, Set. 03 **Baltasar Borges Botelho**
c. c. Ana Maria da Silva Tenebre

Baptizados em São Dinis:

Martinho 1651, Abr. 24 **Martinho Machado Pinto**
c. c. Helena Pinto¹⁴⁸

Jerónimo 1653, Ago. 12 **Jerónimo Correia Botelho**
c. c. Luísa Botelho de Lemos

DOMINGOS, FILHO NATURAL DE DOMINGOS RODRIGUES PINTO

¹⁴⁹Sobre esta personagem, José de Campos e Sousa (1946) incluiu no seu *Processo genealógico de Camilo Castelo Branco* um capítulo de título *Alguns parentes pelo costado Rodrigues / Pintos Machados*, ao qual dedicou a seguinte nota de rodapé:

Esta genealogia, na parte remota, é diferente da indicada no Documento de Vila Real e no Documento de Sabrosa; extraída dos livros de assentos da Freguesia de Folhadela, merece, por isso, mais crédito ao investigador cauteloso.

Na *Atualização* da acima citada obra, que publicou em 1951, acrescentou que a genealogia fora «extraída dos livros de assentos da Freguesia de Folhadela, pelo Dr. Júlio Teixeira — mestre de genealogias trasmontanas».

A sequência genealógica surge, neste último texto¹⁵⁰, enunciada de acordo com as clássicas regras:

1. Domingos Rodrigues Pinto, Tronco Comum, 6.º avô de Camilo, rico mercador, e grande patriota das lutas da Restauração, casou, como é do nosso conhecimento, com Isabel Machado Malrasca, Senhora da Casa dos Machados em Silvela, com geração numerosa¹⁵¹. Houve de Ana Jorge, mulher solteira:

A1. Domingos Rodrigues Pinto, que viveu em Chaves e lá casou com D. Maria Ferreira, filha de Baltasar Vaz Ferreira, natural de Oura (Vidago) e de sua mulher D. Catarina, Morgados das Casas Novas. Creio ser este o «Domingos Rodrigues de

¹⁴⁸ Este Martinho não é o Martinho Machado, vigário de Vila Chã, que foi quem celebrou o seu baptismo. Esse era filho de «Sabina Álvares, dona viúva que ficou de António Machado».

¹⁴⁹ Antes de iniciar o texto, o autor escrevera: «[este capítulo deve surgir após o que tratar do Martim Machado Pinto]» [NE].

¹⁵⁰ A versão do *Processo* e a da *Atualização* são muito ligeiramente diferentes, sendo a segunda preferível apenas por nomear os pais da mulher designada como D. Maria Ferreira.

¹⁵¹ Penso que não será lapso esta atribuição de geração numerosa — «c. g. numerosa» — a um casal que apenas teve um filho. Ela encontra-se tanto no *Processo* como na *Atualização*, talvez por o autor contabilizar os descendentes nascidos ao longo dos séculos posteriores.

Carvalho» que aparece nos assentos da Freguesia de Folhadela, e que teve de uma tal Joana, mulher solteira, de Sabroso:

B1. D. Maria Rodrigues Pinto¹⁵², que casou, na Freguesia de Folhadela, a 19 de Janeiro de 1668, com o Capitão António Lopes de Carvalho, de Sabroso, filho de António Lopes e de sua mulher D. Isabel Fernandes...

O encadeamento genealógico desenvolve-se ao longo de nove páginas de compacta composição tipográfica, até desaguar nos descendentes contemporâneos do autor, isto é, nos que se conservavam vivos em 1946. Eis, porém, o que parece ser o único pilar que sustenta a ligação a Domingos Rodrigues Pinto II: o assento do casamento da acima nomeada D. Maria Rodrigues Pinto lavrado (na folha 13 e falta a 14) no livro paroquial de Folhadela:

Livro de baptismos de Folhadela, 19 de Janeiro de 1668:

Em os dezanove dias do mês de Janeiro da era de mil seiscientos e sessenta e oito anos, casaram, na forma do Sagrado Concílio Tridentino, **António Lopes**, filho de António Lopes e de sua mulher Isabel Fernandes, do lugar de Sabroso, já defuntos, desta freguesia, com **Maria Rodrigues**, filha de Joana, solteira do lugar de Sabroso, e de Domingos Rodrigues, o *Cambado*. Não tiveram bênçãos. Tomei por testemunhas Francisca Gonçalves e José Francisco e António Fernandes Escaleira, todos do lugar de Sabroso, que assinaram comigo era ut supra. — *Francisco Matos Mourão*.

O nome que José de Campos e Sousa leu como Domingos Rodrigues de Carvalho parece ser Domingos Rodrigues, o *Cambado*¹⁵³. Carvalho, em todo o caso, não é. Importa isto? Na realidade, não. Quer se leia «de Carvalho» ou «o *Cambado*», para o que nos ocupa é o mesmo, e custa a entender que se possa fundar uma genealogia sobre tão frágil alicerce. Escreve o autor, referindo-se ao filho homónimo de Domingos Rodrigues Pinto: «Creio ser este o “Domingos Rodrigues de Carvalho” que aparece nos assentos da Freguesia de Folhadela». Não se entende por que motivo o Domingos Rodrigues Pinto II seria este Domingos Rodrigues, fosse ele de Carvalho ou o *Cambado*. Se há mercadoria fresca e sempre disponível nos antigos livros paroquiais das freguesias do concelho de Vila Real são os Domingos Rodrigues. Não era necessário sair da *Bila* para encontrar alguém com o mesmo nome próprio, o mesmo patronímico e um errado apelido ou alcunha.

Os criativos genealogistas que forjaram as certidões dos casamentos de Domingos Rodrigues Pinto e de seu filho Martim Machado Pinto, também passaram por Folhadela. Desta vez não cortaram papel (cortaram a folha 14), merecendo por isso alguma condescendência, preferindo sugerir a existência de uma folha mandada lavar posteriormente, por

¹⁵² O apelido Pinto, que não consta no assento de casamento da senhora em causa nem no *Processo genealógico*, foi acrescentado na *Actualização*.

¹⁵³ No *Anátema*, romance cuja acção decorre no século XVII, uma importante personagem é um sapateiro denominado João Rodrigues, o *Cambado*, o que mostra ter esta sido uma alcunha banal.

se ter verificado um esquecimento, e colada no livro, mecanismo ficcional visando induzir em quem a procurasse a ideia de que ela faltaria no livro por se ter soltado e perdido, dada a má qualidade da cola.

Manuscrito da Casa de Camilo:

Outrossim certifica [o padre Manuel Teixeira de Moura] que vindo um dos livros da freguesia de Folhadela, e nele entre folhas cem, e cento e uma, está o termo de casamento de António Lopes Botelho, com Dona Maria Rodrigues Pinto, esta filha do Doutor Manuel Mosqueira da Rosa, e de sua mulher Dona Páscoa Botelho, de Vila Real, sendo requerido ao Reverendo Vigário Geral [que] o mandasse lavrar, visto que por esquecimento o não tinha sido, procedendo a competente Justificação; lavrou o Padre António Botelho da Mesquita.

António Lopes passou a ser António Lopes Botelho, depois promovido a capitão por José de Campos e Sousa; Maria Rodrigues passou a ser D. Maria Rodrigues Pinto, não mais «filha de Joana, solteira do lugar de Sabroso, e de Domingos Rodrigues, o Cambado», mas do Dr. Manuel Mosqueira da Rosa e de sua mulher D. Páscoa Botelho, de Vila Real.

Adiante veremos que, assim o pai da noiva do assento transcrito do livro de baptis-mos de Folhadela, Domingos Rodrigues o *Cambado*, correspondesse, como pretendeu José de Campos e Sousa, ao Domingos Rodrigues Pinto II, e se a D. Páscoa Botelho, fosse mãe da mesma, como pretenderam os contrafactores na transcrita «certidão», ficaria a família manchada por manifesto crime de incesto, já que a D. Páscoa Botelho era — não no mundo dos falsários, mas na vida real — uma das filhas legítimas do Domingos Rodrigues Pinto II, o *Marrão das Casas Novas*.

José de Campos e Sousa diz-nos que o filho natural de Domingos Rodrigues Pinto e de Ana Jorge, solteira, «viveu em Chaves e lá casou com D. Maria Ferreira, filha de Baltasar Vaz Ferreira, natural de Oura (Vidago) e de sua mulher D. Catarina, Morgados das Casas Novas», desenvolvimento cuja autoria atribui a Júlio Teixeira.

Deve dizer-se que teria que existir aqui erro grosseiro, dado que o vínculo das Casas Novas, lugar da freguesia de Rebordelo (São Vicente), concelho de Chaves, foi instituído por Manuel Álvares Calvão, interessante personagem que nasceu em 15 de Janeiro de 1688, 20 anos passados sobre o casamento da filha natural do *Cambado*.

Melhor teoria do que esta proposta por José de Campos e Sousa me pareceu ser a que segue, fabricada na minha incipiente, mas inocentíssima oficina.

Devo dizer, antes de mais, que nada me qualificava para lançar uma nova perspectiva sobre este assunto e desse modo expor a inconsistência dos fundamentos daquela que José de Campos e Sousa pôs em voga e que, aparentemente, ninguém alguma vez contestou; mas... o malicioso génio da genealogia, o travesso e espirituoso diabrete que nos induz à leitura de «mulher de Ananias», lá onde depois, dissipada a ilusão, se verifica estar escrito «concunhada de Zebedeu», divertiu-se durante algum tempo a sussurrar-me ao ouvido

ingénuo uma teoria não muito mal desenhada e que aqui deixo exposta, visando advertir os neófitos dos perigos que ameaçam quem se aventura na selva dos paroquiais.

É tradicional que Domingos Rodrigues Pinto, o *Marrão*, teve de Ana Jorge, mulher solteira, um filho seu homónimo, que, por sua vez gerou, com a competente cumplicidade de uma mulher a quem José de Campos e Sousa chama D. Maria Ferreira, um filho, também de nome Domingos Rodrigues Pinto, que veio a ser padre.

No que ao fundamento da primeira parte da tradição diz respeito, encontrei um abonatório assento a que atribuí transcendental importância:

Livro de baptismos de São Pedro, 14 de Novembro de 1627:

Em o mesmo dia, mês e era acima, baptizei, eu, [o] sobredito padre [Francisco Dias], Domingos, filho de Domingas, solteira de Relvas[, que] deu por pai Domingos, filho de Ana Jorge, de Celeirós. Foram padrinhos Pedro Martins, filho de Leonardo Martins e Ana Gonçalves, forneira, mulher do Paleiro. Tem os santos óleos. — *Francisco Dias*.

Para bem avaliarmos o potencial contributo deste assento para a questão em causa, deve dizer-se que, nos primeiros 150 anos de paroquiais vila-realenses, apenas uma outra vez se encontra menção ao nome Ana Jorge: uma mulher assim chamada, sem suplementar qualificação, foi mencionada como madrinha de baptismo, na freguesia de São Pedro, em assento datado de 10 de Abril de 1595. Também a completa ausência de menção a um Domingos Rodrigues Pinto, que suscitasse a suspeita de referir outro que não o *Marrão Velho*, leva a sobrevalorizar que um certo Domingos Jorge e sua mulher Maria Ferreira tenham produzido, entre 1643 e 1658, meia dúzia de filhos baptizados em São Pedro, constando entre eles um Domingos, que bem poderia vir a ser o padre Domingos Rodrigues Pinto.

Eis o que me pareceu ter sucedido: Domingos Rodrigues Pinto, o *Marrão Velho*, gerou em Ana Jorge, mulher solteira de Celeirós, um filho de nome Domingos Jorge, nome que evitava a homonímia e que mais tarde seria descartado pelo próprio em favor da exacta réplica do nome paterno. Este Domingos por sua vez gerou com Domingas, mulher solteira de Relvas, um filho do mesmo nome. Este terceiro Domingos, nascido em 1627 e que viria a ser conhecido como Domingos Jorge, tal como seu pai, casou de facto com uma Maria Ferreira, de quem teria, em 1643, aos 16 anos, um primogénito de nome José, seguido alguns anos depois por um Domingos, baptizado em 26 de Abril de 1654.

Este último Domingos seria o quarto, e não o terceiro da série, o que me pareceu con-substanciar um não muito descredibilizante desacordo com a tradição.

Estava neste ponto preparada a armadilha que me levaria a expor a interessante teoria que os dados permitiam sustentar e que cheguei a delinear com algum cuidado. Felizmente, e tal como já acima referi, após anos de retenção, o Arquivo Distrital de Braga acabou por oferecer à consulta os processos de *genere et moribus*, incluindo o do padre Domingos Rodrigues Pinto III.

Lendo o processo, logo verifiquei que a versão genealógica que concebera valia tanto, ou menos, do que aquelas que Júlio Teixeira e José de Campos e Sousa haviam elaborado e apresentado.

Para bem clarificar este assunto, começemos por coligir o que consta nos paroquiais de Rebordelo, freguesia do concelho de Chaves, onde, segundo o processo, o referido sacerdote nascera.

OS MARRÕES DAS CASAS NOVAS

Em 1624, início dos paroquiais da dita freguesia, o reitor era Francisco Loução e o coadjutor Domingos Álvares. Alguns padres viriam a assinar assentos, entre eles dois outros portadores do apelido do primeiro, Alexandre e Vicente, até que, em 24 de Janeiro de 1638, redige e assina pela primeira vez um padre de nome Bento Ferreira, que logo adiante se confirmaria ser um recém-chegado coadjutor. Três meses mais tarde, em Maio do mesmo ano, «Maria Ferreira, criada do padre Bento Ferreira», surgiria como madrinha de um António, em assento redigido e assinado pelo padre Vicente Loução.

Pergunta-se: seria esta «Maria Ferreira, criada do padre», aquela que viria a ser a legítima esposa do filho natural de Domingos Rodrigues Pinto, dama que atrás vimos ser descrita por José de Campos e Sousa como «D. Maria Ferreira, filha de Baltasar Vaz Ferreira, natural de Oura (Vidago) e de sua mulher D. Catarina, Morgados das Casas Novas»?

A resposta é... afirmativa!

A nomeada Maria Ferreira era, efectivamente, a mulher que viria a casar com o Domingos Rodrigues Pinto II; mas, em boa verdade, não era criada do coadjutor e apenas lhe fazia as vezes por dedicação filial: era sua filha¹⁵⁴.

Continuemos...

No ano subsequente, em Outubro de 1639, um tal Inácio Antunes serviu de padrinho a um Francisco, e no final desse ano, em 11 de Dezembro, foi redigido o surpreendente assento de baptismo de um «Tomé, filho de Inácio Antunes, das Casas Novas, e de sua mulher Maria Ferreira», seguido, no primeiro dia de 1642, pelo de uma Isabel, partilhando a mesma filiação.

Ficámos a saber que Maria Ferreira, a filha do padre Bento Ferreira, havia casado com um residente no lugar das Casas Novas, de seu nome completo Inácio Antunes Pereira, personagem que faria a sua última aparição no livro de baptismos de Redondelo, em Março de

¹⁵⁴ Maria Ferreira terá casado com Inácio Antunes em meados de 1638, pelo que terá nascido c. 1620, e depois, em 1649, com o Domingos Rodrigues Pinto II. O primogénito do casal, Domingos Rodrigues Pinto III, nasceu em Fevereiro de 1650.

1647, apadrinhando em conjunto com sua mulher um Domingos. Logo depois, em Dezembro do mesmo ano, seria lavrado no corrente livro de óbitos¹⁵⁵ o assento que registava o seu:

Livro de óbitos de Redondelo, Dezembro de 1647:

Inácio Antunes, das Casas Novas. Fez testamento. Deixou 30 missas por sua alma, em dois ofícios. Está enterrado dentro da igreja. Herdeira Maria Ferreira, sua mulher, que tem testamento [em sua posse, presume-se].

Resumindo o adquirido, Maria Ferreira, a filha do padre Bento Ferreira, plausivelmente nomeado em 1637 coadjutor da paróquia de Redondelo, casou pouco depois, com Inácio Antunes Pereira, morador no lugar das Casas Novas. O casal gerou pelo menos três filhos, os citados Tomé (b. 1639), Isabel (b. 1642), e um Manuel, cuja existência se conhece apenas pelo registo do seu óbito.

Livro de óbitos de Redondelo, 5 de Outubro de 1666:

Manuel, filho de Maria Ferreira, mulher de Domingos Rodrigues Pinto, das Casas Novas. Não fez testamento. Tinha a legítima de seu pai Inácio Antunes Pereira, [primeiro] marido de sua mãe Maria Ferreira.

O registo do óbito antecipa ao leitor o conhecimento de que a viúva veio a eleger substituto para o falecido marido, já que, dois anos passados sobre a morte deste, em 9 de Novembro de 1649, foi baptizado um Francisco, nascido nas Casas Novas, que teve por padrinho «Domingos Rodrigues Pinto, do dito lugar» e, pela subsequente informação, somos levados a concluir que este padrinho fora dado como morador no «dito lugar», porque Maria Ferreira com ele contraíra segundas núpcias, o que se confirmaria no assento que segue:

Livro de baptismos de Redondelo, 3 de Fevereiro de 1650:

Domingos, filho de Domingos Rodrigues e de sua mulher Maria Ferreira.

Foram padrinhos Luís Alves de Moraes, de Chaves, e Beatriz Rodrigues, filha de Salvador Pires, de Redondelo. — *Vicente Loução*.

Eis-nos perante o futuro padre Domingos Rodrigues Pinto III, que parece ter sido o primogénito de seu pai, cuja ascendência e costumes viriam a ser inquiridos três décadas passadas, em processo aberto em 1680.

Subsequentes assentos dão notícia de duas filhas que a este se seguiram.

A primeira, Maria Ferreira, descrita como «Maria, solteira, filha de Domingos Rodrigues, das Casas Novas», quando em 10 de Agosto de 1673, juntamente com Pedro Monteiro, seu futuro marido, surge a apadrinhar uma Maria, filha de Helena, solteira, e também como «Maria Ferreira, filha de Domingos Rodrigues Pinto» que, de novo ao lado

¹⁵⁵ Na realidade, não existia um específico livro de óbitos, tendo estes sido registados em livro misto, que inclui também baptismos e casamentos.

de Pedro Monteiro, foi mencionada como madrinha no assento de baptismo, datado de 19 de Março de 1674, de um António, filho de Tomé Ferreira, das Casas Novas, sendo este, decerto, o seu irmão uterino que fora baptizado em 1639¹⁵⁶.

Pedro Monteiro e Maria Ferreira casariam no ano seguinte.

Livro de casamentos de Rebordelo, 5 de Março de 1675:

Pedro Monteiro, filho de Francisco Gonçalves e de sua mulher Maria Carvalho, do lugar de Arnal, comarca de Vila Real, freguesia de Santa Marinha [de Vila Marim].

Maria Ferreira, filha de Domingos Rodrigues e de sua mulher Maria Ferreira, moradores no lugar das Casas Novas.

Receberam-se na capela de São Bernardino, diante de seis ou sete testemunhas, Alexandre Rodrigues, Santiago Rodrigues, António Vaz, padre João Rodrigues, Domingos Pais e mais gente.

O casal viria a gerar, como é costume, alguma prole:

Livro de baptismos de Redondelo, 30 de Novembro de 1676:

António, filho de Pedro Monteiro e de sua mulher Maria Ferreira, do lugar das Casas Novas. Foram padrinhos Leandro de Carvalho e Maria Pereira, do Dorno.

Este António deve corresponder a um António Rodrigues Pinto, frequente testemunha em assentos de Redondelo, entre 1693 e 1701.

Livro de baptismos de Rebordelo, 8 de Dezembro de 1678:

Custódia, filha de Pedro Monteiro e de sua mulher Maria Ferreira, das Casas Novas.

Foram padrinhos Domingos Rodrigues Pinto, seu irmão, e sua irmã **Páscoa**.

Habitualmente, quando um pároco dá o padrinho como «seu irmão», subentende-se que o parentesco se deve atribuir à criança protagonista do assento, no caso vertente a recém-nascida Custódia. Não se aplica aqui a regra: o irmão Domingos e a irmã Páscoa são-no da última pessoa citada, a mãe da baptizada.

«Custódia Monteiro, filha do capitão Pedro Monteiro e de sua mulher Maria Ferreira», viria a casar, em 12 de Setembro de 1696, com um António Gonçalves, filho de outro e de sua mulher Inês Álvares.

Livro de baptismos de Rebordelo, 15 de Novembro de 1680:

Maria Josefa, filha de Pedro Monteiro e de sua mulher Maria Ferreira, das Casas Novas.

Foram padrinhos o padre João Rodrigues e **Páscoa Ferreira**, sua irmã.

De novo se encontra o pronome possessivo que estabelece a filiação materna usado com a medíocre ortodoxia já nossa conhecida, e também que Páscoa, já atrás dada como irmã de

¹⁵⁶ 12 de Julho de 1677: João, filho de Tomé Ferreira e de sua mulher, *mas guoras* das Casas Novas.

Domingos Rodrigues Pinto III, o futuro padre, aparece agora onomasticamente qualificada com o apelido de sua mãe.

Livro de batismos de Rebordelo, 25 de Dezembro de 1683:

Alexandre, filha de Pedro Monteiro e de sua mulher Maria Ferreira, das Casas Novas.

Foram padrinhos Alexandre de Sousa e Bartolomeu Nogueira pôs a mão pela madrinha.

Livro de batismos de Rebordelo, 6 de Outubro de 1686:

Miguel, filho de Pedro Monteiro e de sua mulher Maria Ferreira, das Casas Novas. Foram padrinhos Pedro de Moraes e **Páscoa Botelho**, de Vila Real.

A madrinha registada no assento continua a ser a filha de Domingos Rodrigues Pinto II e de Maria Ferreira, anteriormente mencionada como Páscoa, sem mais, e como Páscoa Ferreira. É agora dada como sendo de Vila Real, porque lá se instalou, ao que parece na rua do Jogo da Bola, freguesia de São Pedro, por ter casado com o licenciado Domingos Mosqueira da Rosa, como veremos.

Livro de batismos de Redondelo, 15 de Novembro de 1686:

Domingos, filha (*sic* [NE])¹⁵⁷ de Pedro Monteiro e de sua mulher Maria Ferreira, das Casas Novas.

Foram padrinhos Domingos Rodrigues e Domingas, filha de Francisco Rodrigues, do mesmo lugar.

FILHOS DE PÁSCOA BOTELHO

Livro de batismos de São Pedro, 26 de Fevereiro de 1684:

Vitoriano, filho do Licenciado Manuel Mosqueira da Rosa e de sua mulher Páscoa Botelho.

Foram padrinhos João Correia Botelho e Ana Maria da Mesquita, mulher de Baltasar Borges.

Livro de batismos de Rebordelo, 28 de Janeiro de 1686:

Vicente, filho de Manuel Mosqueira e de sua mulher Páscoa Botelho.

Foram padrinhos Pedro Monteiro e sua mulher Maria Ferreira.

Celebrou o Padre Alexandre Loução Fontoura.

Nota: Vicente viria a ser frade, designado como Fr. Vicente Botelho.

¹⁵⁷ Não sabemos se se trata de «Domingos» filho de ou «Domingas» filha de [NE]. No primeiro livro de batismos dos registos paroquiais de Redondelo, Vila Real, não foi registada nenhuma criança nascida a 15 de novembro de 1686 (PT/ADVRL/PRQ/PCHV24/001/001).

Livro de batismos de São Pedro, 28 de Julho de 1697:

Rodrigo, filho legítimo do Doutor Manuel Mosqueira da Rosa e de sua mulher Páscoa Botelho¹⁵⁸. Foram padrinhos Domingos Botelho da Fonseca [filho de Martinho Machado Pinto], por procuração bastante de Lourenço de Mendonça e Moura¹⁵⁹, conde do Vale de Reis, e D. Joana Botelho, mulher do dito Domingos Botelho da Fonseca.

Livro de batismos de São Pedro, [...] [...]. 1708 [costas da meia folha colada]

Manuel, filho legítimo do Doutor Manuel Mosqueira da Rosa e de sua mulher Dona Páscoa Botelho, naturais e moradores na rua do Jogo da Bola, da freguesia de São Pedro, desta Vila Real; foi baptizado solenemente na pia baptismal da dita freguesia no ano de mil e setecentos e oito anos pelo reverendo João Camelo Teixeira, pároco colado da mesma freguesia, de que foram seus padrinhos João Correia Botelho e sua filha Dona Helena Botelho, todos da mesma freguesia de São Pedro, desta Vila Real, cujo termo aqui fiz em virtude da ordem e mandato retro do Muito Reverendo Senhor Doutor Desembargador, Vigário-geral desta Comarca, José Joaquim de Azevedo. Hoje, vinte e sete de Novembro de mil setecentos e setenta anos, da qual ordem se mostra se certificara perante ele por pessoas fidedignas o dito baptismo que eu, o Padre Manuel Teixeira de Moura, escrivão dos livros findos, escrevi e assinei. — *O Padre Manuel Teixeira de Moura*.

Foram padrinhos João Correia Botelho e sua filha Dona Helena Botelho.

Celebrou João Camelo Teixeira.

Assina o Padre Manuel Teixeira de Moura.

Vila Real, 27 de Novembro de 1770.

= Outrossim certifico que vendo um dos livros findos dos Casamentos da Igreja de São Pedro desta vila, e nele, entre folhas cento e trinta e seis, e folha [sic] cento e trinta e sete, está o termo de Casamento do Desembargador Manuel Mosqueira da Rosa, casado com Dona Páscoa Botelho, esta filha de Domingos Rodrigues Pinto, e de Dona Maria Ferreira, das Casas Novas, termo de Chaves, cujo termo foi requerido ao Reverendo Vigário Geral [que] o mandasse lavrar, precedendo a competente Justificação, visto o termo por esquecimento não tenha sido lavrado, o qual lavrou nas ditas entre folhas, o Padre Manuel Teixeira de Moura, Escrivão dos Livros findos.

* Dr. **Manuel Mosqueira da Rosa**. [aparece como licenciado, doutor e desembargador]

* D. **Páscoa Botelho**. No *Documento de Sabrosa* consta como filha de Domingos Rodrigues Pinto II, o *Marrão das Casas Novas*.

* Páscoa

¹⁵⁸ **Páscoa Botelho** é dada no GeneAll (Id=43181) como filha de Domingos Rodrigues Pinto II e de Maria Ferreira, e correctamente casada com o Dr. Manuel Mosqueira da Rosa. Este casamento é mencionado no *Documento de Sabrosa*. Páscoa Botelho é citada nos *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo* (Teixeira 1946-1952, vol. I, p. 230).

¹⁵⁹ **Lourenço de Mendonça e Moura** (GeneAll Id=32727), 3.º conde de Vale de Reis (1642-1707).

1. **Vitoriano** b. 1684, Fev. 26
2. **Vicente** b. 1686, Jan. 28 [baptizado em Rebordelo]
2. **Rodrigo** b. 1697, Jul. 28
3. **Manuel** b. 1708. [...]. [...]. [meia folha colada]

Manuel Mosqueira da Rosa nasceu em São Pedro (b. 18 de Fevereiro de 1657), e veio a ser herdeiro de Isabel Fernandes (f. 29 de Novembro de 1863), viúva de seu pai, moradora na rua Direita.

E destes Francisco Vilela de Almeida, e sua mulher Dona Mécia Correia Botelho, nasceu, além de outros filhos, sua filha Dona Maria Correia Botelho, que casou com Pedro Pinto de Barros, e este filho de Álvaro Pinto, e destes além de outros muitos filhos, nasceu seu filho Domingos Rodrigues Pinto Mourão e Barros, que na Aclamação e Restauração do Reino era Juiz pela ordenação, por ser vereador mais velho do Senado da Câmara da dita Vila Real; e este casou com sua prima Dona Isabel Machado, esta filha de Martim Fernandes, e de sua mulher Dona Inês Machado.

E destes Domingos Rodrigues Pinto, e dita sua mulher Dona Isabel Machado, nasceram Martim Machado Pinto¹⁶⁰, que casou com Dona Maria Botelho da Fonseca, e mais nasceu Domingos Rodrigues Pinto, que foi casar à Casa do Morgado de Casas Novas, freguesia de São Vicente de Redondelo, ou Vilarandelo, termo de Chaves, com Dona Maria Ferreira, e destes nasceu, além de outros filhos, Dona Páscoa Botelho, que foi casar à dita Vila Real com o Desembargador do Paço Manuel Mosqueira da Rosa; e destes nasceu Dona Maria Rodrigues Pinto Botelho, que casou com seu primo, o Capitão António Lopes de Carvalho Botelho; e destes nasceu seu filho António Lopes de Carvalho Botelho, que casou com Dona Maria de Magalhães; e destes nasceu o Capitão Manuel Pinto Rodrigues Botelho, que casou com Dona Helena Machado Botelho, Senhora da Casa de Trás do Souto de Sabroso; e destes nasceu António Machado Botelho, e seu irmão José Pinto Machado Botelho, que foi casar a Vilarinho de Tanha com Dona Maria Teresa José Teixeira, esta Senhora da Casa de Vilarinho, Andrães, Vale da Ermida, Mourisca e parte da de Sabroso; e destes nasceu o Capitão António Pinto Machado, que este e o dito seu pai e tio [11] António Machado, foram muitas vezes vereadores do Senado da Câmara da dita vila. E aquele Capitão António Pinto Machado, casou com Dona Maria José Teixeira de Azevedo Cabral.

16 — E no dito livro, a folhas cento e setenta e três verso, está o seguinte = Aos dezanove dias do mês de Abril de seiscentos cinquenta e seis anos, recebeu o Padre Álvaro Correia Barbosa, de minha licença, a Domingos Rodrigues Pinto, filho de Domingos Rodrigues Pinto Mourão, e de Isabel Machado, sua mulher, com Maria Ferreira das Casas Novas, termo de Chaves; e foram testemunhas Gaspar Rodrigues

¹⁶⁰ *Pae de Lazaro da Costa* (nota de Camilo Castelo Branco).

Botelho, António Machado Botelho, Francisco Machado Botelho Pimentel, e o Padre Pedro Lopes, cura desta Igreja de São Dinis, desta Vila Real. João Correia de Poça [Licenciado João Correia de Mendonça, no mundo real].

3. **Maria** m. 1673, Ago. 10 Maria Ferreira c. c. Capitão Pedro Monteiro
2. **Páscoa** m. 1678, Dez. 08 Páscoa Botelho?

Nota: Um dos inimigos (?) do Manuel Mosqueira da Rosa, no Brasil, era Sebastião da Veiga Cabral, que viveu na **Bila**:

[013] — 16 de Fevereiro de 1704

João da Veiga Cabral, filho legítimo de Sebastião da Veiga Cabral, fidalgo da Casa de Sua Majestade, Mestre de Campo General desta província, e de sua mulher Dona Maria de Castro, da cidade de Bragança, bispado de Miranda.

Dona Teresa Bernarda de Lacerda Barbosa, filha legítima do morgado André Lobo Barbosa e de sua mulher Joana Soares Botelho, desta Vila Real, «o que assim fizeram por seus procuradores bastantes Félix Manuel de Queirós da Mesquita, desta Vila Real, e o dito André Lobo Barbosa».

Testemunhas: Constantino Lobo Tavares; José Taveira da Mesquita; António de Figueiredo e Barros; Manuel Taveira de Macedo, todos desta Vila Real.

[125] — 12 de Setembro de 1696

António Gonçalves, filho de António Gonçalves e de sua mulher Inês Álvares.

Custódia Monteiro, filha do Capitão Pedro Monteiro e de sua mulher Maria Ferreira.

Nessa inquirição, as testemunhas unanimemente estabeleceram, sem deixar margem para quaisquer dúvidas, que o aspirante a clérigo Domingos Rodrigues Pinto era filho de Maria Ferreira e de Domingos Rodrigues Pinto, o *Marrão das Casas Novas*, que por sua vez era filho do *Marrão de Vila Real*.

Vejamos os principais testemunhos recolhidos na igreja de Santa Marinha de Vila Marim, freguesia em cujo lugar de Agarez nascera Ana Jorge, a mãe-solteira do *Marrão das Casas Novas*.

Francisco Campelo, morador no Pombal, freguesia de Vila Marim:

Diz que Domingos Rodrigues Pinto, das Casas Novas, o aspirante a clérigo, era neto paterno do Marrão e de Ana Jorge, solteira, natural e moradora em Agarez.

Sebastião Gonçalves, alferes de Ordenanças, morador no lugar de Santa Maria Madalena das Alturas:

Disse que Domingos Rodrigues Pinto e Maria Ferreira eram lavradores em Redondelo, e que esta era filha do Padre Bento Ferreira, da freguesia de Santa Maria da Granja, concelho de Montalegre, que foi cura na freguesia de Redondelo, e de Senhorinha Barbosa, solteira, natural do lugar de Vilarinho [Vilarinho Seco, freguesia de(?) Alturas do Barroso, concelho de Boticas].

Belchior Afonso, cirurgião, morador no lugar da Granja, freguesia da Granja, concelho de Boticas:

Conhece o casal Domingos Rodrigues Pinto e Maria Ferreira há 30 anos. Bem conheceu também o Domingos Rodrigues Pinto, por se achar com ele em muitas ocasiões da guerra, no tempo da Aclamação, e que ele trazia sempre consigo dois filhos, e pela alcunha era muito conhecido; porém não conheceu sua mulher.

Como informação suplementar fornecida pelas restantes testemunhas, apenas se pode acrescentar que Isabel Rodrigues, mulher de António Vaz, também moradora no Pombal, lugar da freguesia de Vila Marim, revelou que Ana Jorge tivera uma irmã de nome Catarina.

Como já vimos, os chamados *Documento de Vila Real* e *Documento de Sabrosa* — este pertencente desde meados do século XIX à Casa de Camilo — mencionados e descritos por José de Campos e Sousa, estavam em 1946, ou haviam estado, na posse de descendentes do Domingos Rodrigues Pinto II, e os artistas da contrafacção, que retalharam folhas dos paroquiais vila-realenses para obstemem à confirmação da falsidade das certidões em que fundaram as suas genealogias, também visitaram Redondelo, onde se verifica terem subtraído folhas pelo vínculo interno.

O MANUSCRITO DA CASA DE CAMILO

José de Campos e Sousa diz-nos, sobre o manuscrito que designa como *Documento de Sabrosa*, redigido e certificado em 1866, que qualifica como sendo um «quase duplicado do *Documento de Vila Real*», o que segue:

Consta o *Documento de Sabrosa* de 31 folhas de papel selado da época, de cor azulada, medindo 30 cm de altura por 22 cm de largura. Escrito por Manuel Celestino Ribeiro Fraga, conferido, concertado, rubricado e assinado pelo Escrivão Manuel Carlos de Magalhães, custou a quantia de 3.700 réis. Segundo me declarou o Snr Luís Martim Machado Pinto (irmão germano do falecido Eng.º Carlos Pinto Machado), foi emprestado por seu tio-avô paterno Luís Pinto Machado ao romancista e a sua não devolução teria provocado o corte de relações daquele Snr. com Camilo. É quase que o duplicado do *Documento de Vila Real*.

Diz-nos também, citando o que no manuscrito consta, qual o objectivo dele e quem foram os promotores da sua feitura:

André Morais Sarmento, Moço Fidalgo da Casa Real, e por acrescentamento Fidalgo Escudeiro, José Maria da Veiga Cabral Lobo de Barbosa, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, e Manuel Teixeira de Magalhães, Capitão e Fidalgo da Casa Real, e Abade de São Martinho de Mateus, todos nós juramos nos Santos Evangelhos, e certificamos pelo conhecimento que nós temos, e mesmo pelo ouvir dizer aos nossos pais e ser público em toda a nobreza e povo desta terra, que os descendentes do Desembargador Manuel Mosqueira da Rosa, e de sua mulher Dona Páscoa Botelho, moradores que foram na Casa do Jogo da Bola, desta vila, e depois na sua Casa de São Lourenço, e os descendentes dos Botelhos, Vila Covas, e Botelhos Amarais, e os de António José Botelho Mourão, da Casa Grande de Mateus, e os descendentes de Martim Machado Pinto, e sua mulher Dona Maria Botelho da Fonseca, e os Botelhos da Timpeira, e Abambres, e São Lourenço, e todas as famílias nobres desta terra, são todas parentes umas das outras, e dos Certificantes, por todas serem descendentes de Afonso Botelho, primeiro Alcaide-mor desta vila, e de sua mulher Dona Teresa Correia, e estes descendentes de Dom Paio Mogundo, de Sandim; e que tudo certificamos na verdade, escrevendo um de nós estes que todos assinamos. Vila Real, dezassete de Dezembro de mil setecentos setenta e seis = André de Morais Sarmento = José Maria da Veiga Cabral Lobo de Barbosa = Manuel Teixeira de Magalhães.

Ao longo do documento, que de aqui em diante designarei como *Manuscrito da Casa de Camilo* — já que passou a sê-lo —, os seus autores vão pormenorizando o modo como a genérica tese acima exposta se applicava a cada ramo de descendentes de Afonso Botelho e de D. Teresa Correia.

Exemplificando, eis como a descendência de Pedro Pinto de Barros e de sua legítima mulher, surge descrita:

E destes Francisco Vilela de Almeida, e sua mulher Dona Mécia Correia Botelho, nasceu além de outros filhos, sua filha Dona Maria Correia Botelho, que casou com Pedro Pinto de Barros, e este filho de Álvaro Pinto, e destes além de outros muitos filhos, nasceu seu filho Domingos Rodrigues Pinto Mourão e Barros, que na Aclamação e Restauração do Reino era Juiz pela ordenação, por ser vereador mais velho do Senado da Câmara da dita Vila Real; e este casou com sua prima Dona Isabel Machado, esta filha de Martim Fernandes, e de sua mulher Dona Inês Machado.

E destes Domingos Rodrigues Pinto, e dita sua mulher Dona Isabel Machado, nasceram Martim Machado Pinto¹⁶¹, que casou com Dona Maria Botelho da Fonseca, e mais nasceu Domingos Rodrigues Pinto, que foi casar à Casa do Morgado de Casas Novas, freguesia de São Vicente de Redondelo, ou Vilarandelo, termo de Chaves, com

¹⁶¹ *Pae de Lazaro da Costa* (nota de Camilo Castelo Branco).

Dona Maria Ferreira, e destes nasceu, além de outros filhos, Dona Páscoa Botelho, que foi casar à dita Vila Real com o Desembargador do Paço Manuel Mosqueira da Rosa; e destes nasceu Dona Maria Rodrigues Pinto Botelho, que casou com seu primo, o Capitão António Lopes de Carvalho Botelho; e destes nasceu seu filho António Lopes de Carvalho Botelho, que casou com Dona Maria de Magalhães; e destes nasceu o Capitão Manuel Pinto Rodrigues Botelho, que casou com Dona Helena Machado Botelho, Senhora da Casa de Trás do Souto de Sabroso; e destes nasceu António Machado Botelho, e seu irmão José Pinto Machado Botelho, que foi casar a Vilarinho de Tanha com Dona Maria Teresa José Teixeira, esta Senhora da Casa de Vilarinho, Andrães, Val da Ermida, Mourisca e parte da de Sabroso; e destes nasceu o Capitão António Pinto Machado, que este e o dito seu pai e tio António Machado, foram muitas vezes vereadores do Senado da Câmara da dita vila. E aquele Capitão António Pinto Machado, casou com Dona Maria José Teixeira de Azevedo Cabral.

Salta aos olhos que os autores do manuscrito não simpatizavam com filiações naturais e por causa disso beneficiaram o filho homónimo do *Marrão Velho* com uma promoção a legítimo fruto de Isabel Machado, promoção canonicamente certificada pela chancela do padre Manuel Teixeira de Moura. Eis a «certidão» onde consta a novidade:

E no dito livro, a folhas cento e setenta e três verso, está o seguinte = Aos dezanove dias do mês de Abril de seiscentos cinquenta e seis anos, recebeu o Padre Álvaro Correia Barbosa, de minha licença, a Domingos Rodrigues Pinto, filho de Domingos Rodrigues Pinto Mourão, e de Isabel Machado, sua mulher, com Maria Ferreira das Casas Novas, termo de Chaves; e foram testemunhas Gaspar Rodrigues Botelho, António Machado Botelho, Francisco Machado Botelho Pimentel, e o Padre Pedro Lopes, cura desta Igreja de São Dinis, desta Vila Real. João Correia de Poça [Licenciado João Correia de Mendonça, no mundo real].

No livro de casamentos de São Dinis, encontram-se seis assentos consecutivos datados de 1656, nenhum deles correspondendo ao «certificado».

Já vimos que o casamento de Domingos Rodrigues Pinto II, filho natural de Domingos Rodrigues Pinto e de Ana Jorge, moça solteira de Agarez, com Maria Ferreira, filha do padre Bento Ferreira e de Senhorinha Barbosa, solteira, natural do lugar de Vilarinho Seco, freguesia de Alturas do Barroso, concelho de Boticas, deve ter sido celebrado em Redondelo, em finais de 1648 ou inícios de 1649, dado que o primogénito, o futuro padre Domingos Rodrigues Pinto III, veio a ser baptizado no dia 3 de Fevereiro de 1650.

O padre Manuel Teixeira de Moura, da rua Direita, faleceu em 11 de Junho de 1796.

ISABEL MENDES, FILHA DE MARIA BOTELHO

Na já acima exposta matéria que aborda as circunstâncias do nascimento do filho de Domingos Rodrigues Pinto, a informação que permitiu acrescentar novidade ao conhecido proveio de dois assentos. O primeiro, o do baptismo de Isabel Machado que, tomado em conjunto com o de seu neto Lázaro da Costa, estabeleceu um alicerce cronológico sustentando a muito credível estimativa de que Martim Machado Pinto terá nascido em meados de 1592, época generalizável por analogia apenas susceptível de pequeno grau de liberdade ao nascimento de Isabel Mendes. O segundo, o do casamento da própria Isabel Mendes, onde foi exposto o nome de sua mãe, Maria Botelho, tendo ficado na sombra o do pai, insinuando a ideia de que a noiva do *Barbado* seria fruto de uma união informal.

Eis a tarefa para a qual estes factos apontavam: procurar nos livros de São Pedro o assento de baptismo de uma Isabel, filha de uma Maria, solteira, registo lavrado em data aceitável e compatível com o quase certo ano de nascimento de Martim, 1592.

Não incluí na definição da tarefa o apelido Botelho porque os párocos, salvo muito raras excepções, se limitavam a registar o nome de baptismo das mães solteiras, seja porque elas ainda não haviam adoptado apelido, seja pela mais humana e meritória razão de não quererem expor inteiramente a pecadora.

Eis o resultado da trivial pesquisa:

Aos 8 dias do mês de Outubro da era de 1591 anos, baptizei, eu, António Cerqueira, vigário desta igreja de São Pedro, a uma filha de Maria, solteira, e de seu pai Pedro de Queirós. Foram padrinhos Pedro Fernandes e Branca Lourenço, e a criança chama-se Isabel e tem os santos óleos. — *António Cerqueira.*

Este assento é em tudo congruente com a factualidade contextual e atribui a Isabel Mendes uma idade superior em apenas alguns meses à estimada para Martim Machado Pinto. Deve realçar-se também o facto de não haver assento de baptismo de outra Isabel, filha de uma Maria, solteira, desde o início dos parquiais de Vila Real ou de Parada de Cunhos, até à data do baptismo de Lázaro.

Analisando o teor do assento verifica-se a existência de uma subtilidade que é necessário apontar e esclarecer.

Habitualmente, 19 vezes em 20, os padres escreviam que a mãe-solteira da criança «deu por pai» Fulano. Não é o que acontece neste caso. O assento mostra-nos, por um lado, que a paternidade de Pedro de Queirós era de generalizado conhecimento, já que o redactor do assento a não ignorava, e, por outro, que este não quis comprometer a mãe e evitou dá-la como denunciante do «sedutor». O assento adiante transcrito fornece-nos o compreensível motivo que levou o pároco a chamar a si a atribuição de paternidade, a estrita dependência da mãe face ao pai da criança, de quem era criada:

Livro de batismos de São Pedro, 21 de Março de 1595:
João, filho de António Botelho e de Maria, solteira, de Vila Seca.
Foram padrinhos Manuel Francisco e Maria, criada de Pedro de Queirós.

Era costume muito seguido na época que membros da família paterna apadrinhassem filhos naturais assumidamente gerados por um dos seus, insinuando a hipótese de existir uma ligação familiar entre o pai da criança e a madrinha. Esta «Maria, criada de Pedro de Queirós», seria plausivelmente a Maria Botelho mãe-solteira de Isabel Mendes, de quatro anos à época, criada doméstica engravidada pelo patrão, Pedro de Queirós, a servir agora de madrinha ao filho natural de um irmão.

A genealogia relevante para a caracterização deste Pedro de Queirós, avô materno de Lázaro da Costa, consta na obra de Felgueiras Gayo, que a faz radicar no Dr. João Lopes Cão — «pessoa muito autorizada naquele tempo, Fidalgo de Cota de Armas que se servia com criados e escravos, filho de Catarina Pires Cão e Pedro Lopes do Cano» — e em sua mulher Catarina de Queirós, que «é o mais certo ser filha de Gil de Queirós de Gouveia». Tiveram estes três filhos, António Cão, Inês de Queirós e Pedro Cão. António Cão casou em Vila Real com Isabel de Queirós, irmã de sua mãe, de quem teve Pedro de Queirós.

Este Pedro de Queirós casou com uma filha de Sebastião Sobrinho — desse modo irmã de Luís da Mesquita, almoxarife do marquês de Vila Real —, de seu nome Francisca da Mesquita, de quem teve:

1. Pedro de Queirós;
2. João de Queirós da Mesquita, *que foi Senhor da caça de seu pay*¹⁶².

A estes, Júlio Teixeira acrescentou...

3. Maria de Queirós, que casou com Manuel de Barros, «herdeiro de seus pais», que seriam Rodrigo de Barros, «fidalgo da Casa Real e morgado do Espírito Santo de Favaio», e Ana de Morais.

Nos paroquiais de São Pedro documentam-se duas filhas deste casal, Catarina e Damiana, baptizadas respectivamente em 30 de Abril de 1547 e em 10 de Março de 1549. **Falso!** Estas duas eram filhas do licenciado António Moutinho e de Maria de Queirós.

Foi o filho primogénito e homónimo de Pedro de Queirós e de sua mulher Francisca da Mesquita quem, tudo o leva a crer, gerou em Maria Botelho, sua criada, a Isabel Mendes que viria a ser a mãe-solteira de Lázaro da Costa.

Os dois Pedros de Queirós, pai e filho, aparecem em inúmeros assentos paroquiais, sempre associados à nobreza vila-realense, e só a partir de 11 de Setembro de 1591, data

¹⁶² Felgueiras Gayo (Ficheiro 13, Imagem 68) [sic] [NE].

de um assento onde ambos são mencionados, como «Pedro de Queirós e Francisca da Mesquita, mulher que foi de Pedro de Queirós»¹⁶³, se pode assegurar que qualquer referência posterior identificava o filho.

Coloca-se uma questão: era Pedro de Queirós, «filho de outro», varão inclinado a engravidar moças solteiras? Era. Em 13 de Agosto de 1595, seria baptizado em São Pedro um «Francisco, filho de Pedro de Queirós e de sua mãe Isabel, a *Vassoureira*», e 20 anos mais tarde, em 2 de Fevereiro de 1615, o abade de São Dinis uniria pelos laços do matrimónio uma Maria Cordeiro, sem outro elemento identificador, a «António Pires, que diziam ser filho bastardo de Pedro de Queirós».

«Diziam», forma verbal exprimindo acção passada, surge aqui em flexão de escassa ortodoxia levando em conta o que o padre quis afirmar: o significado não é «diziam, mas agora deixaram de dizer»; o que o padre realmente pretendeu exprimir, na caprichosa e por vezes desconcertante sintaxe da época, foi que constava que o pai do António Pires era Pedro de Queirós, *entretanto falecido*. Se Pedro de Queirós não tivesse, entretanto, *falecido*, o padre teria escrito «que dizem ser filho de...».

A informação colhida mostra que Pedro Queirós era contumaz fecundador de moças solteiras e também que não era dado a assumir a associada responsabilidade, pois se o fosse, António Pires teria sido descrito como filho natural de seu pai.

Pedro de Queirós terá falecido em um dos primeiros anos do século XVII. Deve ter sido já doente e no terror da morte que instituiu uma capela de missas no convento de São Domingos. Eis um traslado do *Livro Prioral de São Domingos* (p. 138), que Júlio Teixeira na sua obra nos oferece:

Pedro de Queirós no ano de 1600 instituiu uma capela neste convento, que consta de um officio de nove lições, cantado com missa cantada e nove missas rezadas, para o que deu de esmola 900, e para o officio e missa cantada será ofertado com três alqueires de trigo e um odre de vinho.

Ao depois, em uma demanda que houve, se acertou que o odre de vinho constaria de três cântaros e o carneiro em 300 réis.

Com o que agora paga de trigo, que se descarrega no outro livro, 11 alqueires, 8 de sepultura e 3 de oferta e 1200 em dinheiro, 900 pelas nove missas e 300 pelo carneiro.

Tudo se paga pelos Santos, na Quinta de Favaios.

Os títulos antigos estão no 2.º Tombo, n.º 26, e no Tombo novo medidas parte das fazendas, mas não todas as da Quinta, como se vê às folhas 556.

Paga agora Manuel de Queirós de Sampaio (pagou até 1709).

Paga Gonçalo Teixeira por Manuel de Queirós, sendo Prior o Padre Frei Luís de São Tomás. Este Gonçalo Teixeira trouxe as terras só três anos.

¹⁶³ Este assento serve também para nos assegurar de que o Pedro de Queirós progenitor da «Isabel, filha de Maria, solteira», baptizada em 8 de Outubro de 1591, era o filho, de outro modo teria sido identificado como «já defunto» ou expressão equivalente.

Estas terras arrendaram-se por conta da Comunidade e está tudo pago até 1767.
Venderam-se as terras em Favaios e esse dinheiro pôs-se a juros, etc...

Pedro de Queirós terá falecido logo após a instituição da capela, solteiro e consequentemente sem geração legítima, tendo seu irmão herdado o património familiar, tal como consta na obra de Felgueiras Gayo e nos *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo*.

João de Queirós da Mesquita¹⁶⁴ casaria, sem demora apreciável, com Cecília Pinto de Queirós, de quem teve uma abundante geração de primos de Isabel Mendes, todos baptizados em São Pedro:

1. João b. 1604, Ago. 11;
2. Francisco b. 1605, Out. 11;
3. Rodrigo b. 1607, Fev. 04;
4. Maria b. 1608, Set. 17;
5. Pedro b. 1610, Mar. 08;
6. Manuel b. 1611, Mai. 01;
7. Paulo b. 1612, Jul. 16.

O casal teve ainda uma filha, de nome Luísa, talvez a primogénita, cuja existência se documenta pelo dote que sua mãe, já viúva, lhe outorgaria em 1628 (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 1.º Ofício, escritura datada de 10 de Abril de 1628)¹⁶⁵, e pelo assento do seu casamento, celebrado em São Dinis, no ano seguinte. Darei aqui transcrição dele, e das anotações aduzidas pelo tabelião José Taveira da Mesquita, pois permitir-nos-á documentar e avaliar o estatuto da família.

Aos doze dias do mês de Dezembro de mil e seiscentos de vinte e nove anos, recebi, eu, o Reverendo Abade André Correia da Mesquita, Comissário do Santo Ofício e Comissário da Santa Cruzada, no Convento de Santa Clara desta vila, a meu sobrinho António da Mesquita Pinto com Dona Luísa, filha de João de Queirós da Mesquita(+). Foram testemunhas seu irmão Gonçalo da Mesquita Pinto e Álvaro Leite e António Botelho da Mesquita e seu filho Gonçalo Pinto da Mesquita e outros muitos. — *Manuel Pinto*.

Nota superior: *António da Mesquita Pinto — filho de Gonçalo Pinto da Mesquita e de sua mulher D. Paula da Fonseca, primeiro morgado de Abaças.*

Nota intercalar (+): *e de sua mulher Cecília Pinto de Queirós, desta vila.*

¹⁶⁴ João de Queirós usava o apelido da Mesquita, para se diferenciar do tabelião seu contemporâneo, talvez seu tio, João de Queirós.

¹⁶⁵ Cecília Pinto de Queirós dotou a filha com 6000 cruzados, sob a forma de um conjunto de bens de raiz, encabeçados pela quinta de Montezelos, avaliada em 130 mil réis. Esta propriedade viria a ser adquirida muitos anos depois por Manuel Correia Botelho, avô paterno de Camilo.

A nota superior é de pouco clara redacção, exigindo o esclarecimento de que Gonçalo da Mesquita Pinto, o irmão do contraente, é que era o primeiro morgado de Abaças. Do assento se retira que João de Queirós, comendador do hábito de Cristo (ADVRL. *Cartório Notarial de Vila Real*, 1.º Ofício, escritura datada de 21 de Março de 1611 [069]) e, por extensão, o Pedro de Queirós, pai de Isabel Mendes, eram de estatuto social equivalente ao de Pedro Pinto de Barros, o avô paterno de Martim Machado Pinto.

Isabel era cristã-velha pela parte do pai, e sê-lo-ia decerto também pelo lado materno, já que nada aponta para diversa realidade, podendo afirmar-se que não se encontra um Botelho vila-realense anterior aos finais do século XVII que suscitasse suspeição de costela judaica, com a excepção dos descendentes de Maria Guedes, filha de Pedro Álvares Galego, que casou com Manuel Botelho, cristão-velho, e dos descendentes de Martim Machado Pinto, cuja mulher, Maria Botelho da Fonseca, fonte do apelido, em nada contribuíra para a temida reputação.

Ficou, todavia, tal como acima vimos, uma tradição de que Isabel Mendes teria sido cristã-nova. Penso que a ideia tem duas origens. Por um lado, o marido e os seus familiares, os *Barbados do Açougue*, eram considerados cristãos-novos pela maior parte dos seus contemporâneos, pelo menos é o que resulta da leitura do processo de habilitação à Ordem de Cristo do neto de Lázaro da Costa, José Luís Correia Botelho (Azevedo 1907), e da inquirição de *genere* do padre Manuel Lourenço, como adiante veremos; por outro, foi inquirida, em processo que terá despertado grande interesse na Vila Real da época, uma Isabel Mendes, filha de Gaspar Mendes Cordeiro, da família dos *Chiquitos*, gente por todos conhecida como de sangue hebreu.

No já anteriormente citado caso do Francisco Machado Botelho, sobrinho «de outro», o neto do Martim Machado Pinto cuja habilitação a familiar do Santo Ofício foi rejeitada devido à sua ascendência, mas também à de sua mulher, que por ignorância fora considerada descendente de um ramo hebraico a que seu avô paterno se ligara por casamento, ramo onde uma embaraçosa Isabel Mendes aflorava:

O dito Francisco Machado Botelho casou com D. Maria Rosa de Lacerda, filha legítima de António de Figueiredo e Barros e de D. Joana Botelho de Lacerda, de Vila Real. Neta pela parte paterna de Sebastião de Barros e Bessa e de sua segunda mulher Francisca de Gouveia de Figueiredo, da mesma vila. O dito Sebastião de Barros casou a primeira vez com Isabel Mendes, cristã-nova da mesma vila, de quem teve um filho chamado João de Barros, que morreu na batalha de Montes Claros¹⁶⁶.

Também no processo designado como *Suspeição de Jerónimo Lobo Tavares*, datado de 1726, de novo vemos a questão ser esclarecida em termos equivalentes.

¹⁶⁶ A batalha de Montes Claros foi travada a 17 de Junho de 1665.

[...] o habilitando Jerónimo Lobo Tavares por parte de seu pai e avô paterno padece, para com o vulgo ignorante, da fama de cristão-novo, a qual ele, testemunha, sabe que é falsa e nascida da equivocação dos apelidos de Mendes, por haver em Vila Real uns Mendes cristãos-novos e outros Mendes cristãos-velhos e nobres, e porque o avô paterno Sebastião de Barros tinha o apelido de Mendes, dos cristãos-velhos e nobres, e foi casado primeira vez com uma mulher cristã-nova, da família dos Mendes cristãos-novos, de quem houve um filho único, que se chamava Fulano de Barros, que morreu solteiro na batalha de Montes Claros, sendo soldado de cavalo, haverá cinquenta e oito anos pouco mais ou menos, daqui nasceu para o vulgo ignorante a fama do dito habilitando, o qual é descendente do segundo matrimónio do dito Sebastião de Barros, o qual foi casado segunda vez com Francisca de Gouveia¹⁶⁷, de quem nasceu o dito António de Figueiredo e Barros, pai do dito habilitando.

Resumindo: Sebastião de Barros e Beça, nobre e cristão-velho, «casou mal» uma primeira vez, com uma Isabel Mendes, cristã-nova, tendo apenas acertado à segunda.

Foi decerto a alcunha do marido, em conjunto com a descrita coincidência onomástica o que terá suscitado no «vulgo ignorante» a fama de que a Isabel Mendes *Barbada* teria ascendência judaica.

Já vimos que Isabel casou com Francisco Lopes *Barbado* em 10 de Maio de 1609, e apenas em 5 de Julho de 1626 o casal levaria à pia baptismal de São Pedro uma Isabel, a que se seguiu uma Maria, em 26 de Agosto de 1629, uma Francisca, em 6 de Dezembro de 1632 e, finalmente, um Leonardo, em 14 de Março de 1635. Houve, como se vê, um insólito intervalo de 17 anos entre o casamento e o primeiro baptizado em São Pedro. Lendo a inquirição de *genere et moribus* referente ao padre Manuel Lourenço, filho de Pedro Lourenço e de sua mulher Maria Rodrigues, filha dos *Barbados*, verifica-se que todas as testemunhas dão estes como residentes em São Dinis.

1. Inês de Queirós, que casou com Francisco de Queirós de Gouveia;
2. Diogo de Queirós;
3. Manuel de Queirós;
4. Branca de Queirós, que casou com António Cão.

Segundo Felgueiras Gayo¹⁶⁸, que coligiu estes dados, António Cão e sua mulher e tia materna, Isabel de Queirós, geraram:

¹⁶⁷ Sebastião de Barros e Beça, mercador, viúvo de Isabel Mendes, sua primeira mulher, de quem teve Dionísio (b. 20 de Agosto de 1640), João (b. 18 de Setembro de 1641) e Francisco (b. 15 de Janeiro de 1643), casou de facto em São Dinis (27 de Fevereiro de 1650) com Francisca de Gouveia de Figueiredo, irmã do padre João de Figueiredo, vigário de Santa Comba da Ermida. O casal teve pelo menos um filho, António Figueiredo de Barros (b. 3 de Maio de 1653), pai de D. Maria Rosa de Lacerda, mulher do segundo Francisco Machado Botelho, recusado pelo Santo Ofício em 1719.

¹⁶⁸ Felgueiras Gayo (Ficheiro 13, Imagem 68) [sic] [NE].

1. Pedro de Queirós, que casou com Francisca da Mesquita, de quem teve:
2. João de Queiroz da Mesquita, COC.
3. Maria de Queiroz

- **Isabel**, b. 1626, Jul. 5;
- **Maria**, b. 1629, Ago. 26;
- **Francisca**, b. 1632, Dez. 6.

filho de António Cão e de sua mulher e tia direita Isabel de Queirós, era neto paterno de João Cão e de sua mulher Catarina de Queirós, e materno de Branca Anes de Queirós. Casou com Francisca da Mesquita, filha de Sebastião Sobrinho e irmã do almoxarife Luís da Mesquita, de quem teve:

Pedro de Queirós, que morreu sem geração;
João de Queirós Mesquita, que casou com Cecília Pinto, de quem teve

Catarina de Queiroz e o Dr. João Lopes

1. Inês de Queiroz e Francisco de Queiroz de Gouveia
 - 1.1. Francisca de Queiroz
 - 1.2. Amador de Queiroz
 - 1.3. Paulo de Queiroz
 - 1.4. Maria de Queiroz
2. Diogo de Queiroz c. 1511
3. Manuel de Queiroz c. 1513
4. Branca de Queiroz e António Cão c. 1517-/1549
 - 4.1. Pedro de Queiroz c. 1545- e Francisca da Mesquita
 - 4.1.1. Pedro de Queiroz
 - 4.1.2. João de Queiroz da Mesquita, COC
 - 4.1.3. Maria de Queiroz c. c. Manuel de Barros
5. Maria de Queiroz e o Dr. António Moutinho, 1490/1500 [*sic*]
 - 5.1. Jerónimo Moutinho de Queiroz, padre c. 1545 **VER**
 - 5.2. Catarina de Queiroz (b. 30 de Abril de 1547) /1607
 - 5.3. Damiana de Queiroz, freira (b. 10 de Março de 1549)

António Pires, que diziam ser filho bastardo de Pedro de Queirós.

Maria Cordeiro,

[017] — 21 de Março de 1595, SP

João, filho de António Botelho e de Maria, solteira, de Vila Seca.

Foram padrinhos Manuel Francisco e Maria, criada de Pedro de Queirós.

[023] — 13 de Agosto de 1595, SP

Francisco, filho de Pedro de Queirós e de sua mãe Isabel, a *Vassoureira*.
Foram padrinhos António Ferreira, filho de Gonçalo Cerveira e Guiomar
Gonçalves.

[121] 2 de Fevereiro de 1615, SD

António Pires, que diziam ser filho bastardo de Pedro de Queirós.
Maria Cordeiro, filha de António Gonçalves, requerente, e de sua mulher
Beatriz Fernandes.
Testemunhas: Francisco de Carvalho; Jorge Moniz; André Fernandes,
carcereiro.

LÁZARO DA COSTA, FILHO NATURAL DE MARTIM MACHADO PINTO

José de Campos e Sousa, na concisa nota biográfica que acompanha a menção a Lázaro da Costa na árvore de costados que incluiu no final do seu *Processo genealógico de Camilo Castelo Branco*, começa por escrever:

Lázaro da Costa Botelho, ou Lázaro da Costa.

Por alcunha estigmática «o Barbado do Açougue». Natural de Vila Real, onde foi baptizado a 8 de Novembro de 1606, sendo de presumir que tenha nascido nesse ano. Filho bastardo.

Em primeiro lugar devo dizer que não se encontra, em paroquiais ou notariais vila-realenses, qualquer menção a Lázaro da Costa nomeado com o apelido Botelho, que viria a ser adoptado por alguns dos seus filhos, ou com a alcunha de *Barbado do Açougue*, que era a da família do marido de sua mãe. O seu nome surge em livros paroquiais e notariais de Vila Real três ou quatro dúzias de vezes e ao longo de muitas décadas, sempre como Lázaro da Costa, sem segundo apelido e sem alcunha. Nunca houve motivo legítimo ou pragmática utilidade que justificasse um apêndice onomástico, dado ser o nome — apesar de existir na vila uma Irmandade de São Lázaro — suficientemente invulgar, não tendo ficado notícia da existência, na Vila Real sua contemporânea, de um seu homónimo perfeito.

Quanto à consabida alcunha atribuída à sua descendência, sempre pensei que, tal como transparece da camiliana passiva, o primeiro *Broca* tivesse sido seu filho Domingos Correia, e que ela constituiria uma referência à sua profissão de picheleiro, fabricante e vendedor de pichéis e *de toda a especie de loussa de estanho, e disso vivia ordinaria e parcamente*. Acabei, contudo, por verificar que é no assento de baptismo de um filho de Antónia da Costa, irmã do dito Domingos, que a alcunha aparece pela primeira vez nos paroquiais:

Aos oito dias do mês de Abril da era de mil e [se]tecentos e nove anos nesta matriz e paroquial Igreja de São Dionísio, eu, João Correia de Faria, vigário desta Igreja, baptizei a Francisco, filho de José Rodrigues e de sua mulher Antónia *Broca*, moradores na Vila Velha, desta freguesia, etc.

Esta Antónia havia sido baptizada em São Pedro, aos 30 de Julho de 1690, pelo que contava 19 anos à data do baptismo. O uso do alcunhado nome, Antónia *Broca*, desde que associado à persistência da designação na prole descendente de Domingos Correia, seu irmão inteiro, permite estabelecer que a alcunha era anterior aos dois, devendo assim provir de um dos progenitores.

Na acima citada nota biográfica, José de Campos e Sousa aborda também a questão do apelido Botelho, concordando com o que Pedro A. de Azevedo havia escrito, isto é, que ele proviria de «seu bisavô Martinho Fernandes *Malrasca* ou de sua bisavó Inês Machado», erradamente como já vimos. O apelido Botelho usado por alguns filhos de Lázaro provinha da mãe de Isabel Mendes, Maria Botelho, cujo nome nenhum dos evocados escritores chegou a conhecer.

José de Campos e Sousa refere igualmente a questão suscitado pelo apelido Costa:

E onde foi Lázaro buscar o Costa? Ao padrinho de baptismo, ou aos antepassados de sua mãe, a bela cristã-nova Isabel Mendes? Isso é que eu gostaria de saber. Anotei, todavia, que nos nomes dos cristãos-novos o patronímico Mendes aparece, com frequência, antecedendo o apelido Costa (Sousa 1946, p. 135).

Sobre isto nada posso esclarecer positivamente, pois não foi o padrinho de baptismo de Lázaro, António Jorge, nem decerto a madrinha, Francisca, filha de António Dias, o *Relvas*, quem lhe forneceu o apelido Costa, cuja origem permanece desconhecida, tal como a do patronímico Mendes, de sua mãe, e a do apelido Correia, cujo foi, na geração dos filhos de Lázaro, usado exclusiva e tardiamente por Domingos, trisavô por varonia de Camilo. O mais plausível é que os apelidos Costa e Mendes proviessem dos pais de Maria Botelho, avó materna da Lázaro.

Aproveito neste ponto para discordar do que José de Campos e Sousa afirma sobre a frequência do patronímico Mendes antecedendo o apelido Costa na onomástica dos judeus baptizados. Em todo o país, os cristãos-novos adoptaram os nomes próprios, os patronímicos e os apelidos usados na família que os conduziu, não ao colo, mas pela mão, à pia baptismal. Se alguma regra, costume ou tendência seguiu a então adquirida onomástica foi a mesma que determinou os nomes dos descendentes dos padrinhos e madrinhas dos «conversos», ou seja, os nomes próprios, os patronímicos e os apelidos correntes na terra onde viviam, com a escassa particularidade de ter sido gente algo mais proeminente do que a média, aquela que lhes patrocinou a forçada entrada na comunidade dos crentes católicos. Dito de outro e mais simples modo, os primeiros cristãos-novos adoptaram a

onomática usada na família dos cristãos-velhos que os apadrinharam. A ideia de que os judeus aproveitaram a ocasião para escolherem, ou até para criarem, especiais apelidos, de profundo significado espiritual, ligados a forças da natureza, a árvores sobretudo, é, porém, inextinguível e, tendo sobrevivido à análise do real, à reflexão e a inúmeros desmentidos, deverá manter-se nas próximas décadas, senão mesmo no próximo milhar de milénios, por se fundar na generalizada, nunca claramente admitida e por isso mesmo muito poderosa, vontade de que assim tivesse sido.

O texto de José de Campos e Sousa continua...

Lázaro, que herdou o negócio de marchante ou contratador de gados, de Francisco Lopes, marido de sua mãe, casou na freguesia de S. Pedro de Vila Real, a 31 de Janeiro de 1668, vindo a falecer por volta de 1683 (Sousa 1946, p. 135)¹⁶⁹.

Adiando a crítica à parte em que a data do óbito é estabelecida, data que adiante veremos ser errada, vejamos o que, sobre o resto, Pedro A. de Azevedo deixou escrito:

Lázaro da Costa exerceu, segundo alguns, a profissão de marchante ou carnicheiro, cortando carne nos açougues da vila, em cuja rua morava, mas a Mesa da Consciência estabeleceu benevolamente, no assento referido, que ele fora marchante contratando em partidas de gado que para os mesmos açougues vendia sem que nele exercitasse em trato vil (Azevedo 1907, p. 179).

Benevolamente, de facto. A Mesa da Consciência e Ordens, que avaliou a argumentação de José Luís Correia Botelho no processo da sua habilitação à Ordem de Cristo, processo iniciado em 1767 e apenas encerrado em 1772, ouviu testemunhas que, na maior parte dos casos, deixaram claro que Lázaro e alguns dos seus filhos, juntamente com os *Barbados do Açougue*, cortavam e vendiam carne nos talhos da Câmara, tendo deste modo exercido durante décadas o referido «trato vil». Eis o que Pedro A. de Azevedo, que consultou o processo, afirmou:

A Mesa aceitou a suspeição e ordenou investigações sobre a cristã-novice de Lázaro, em virtude do que e com argumentos mais morais que positivos, ela ilibou a fama dos descendentes de Lázaro, de semelhante mácula. Efectivamente, tendo sido o pretenso pai de Lázaro cavaleiro de Santiago, e sua mãe avó de um eclesiástico, não era lógico que o sangue hebraico corresse nas veias daquele. Mal sabiam, porém, os seus acusadores que o pai do cavaleiro de Santiago não era de tão limpo sangue, no bem fundado dizer do povo, como os seus descendentes pretendiam (Azevedo 1907, p. 184).

¹⁶⁹ A primeira «mancha degenerativa» surge no livro associada às relações incestuosas entre a *Amara* e o seu suposto amante Pedro Machado da Mesquita.

O citado eclesiástico era o padre Manuel Lourenço, escrivão dos livros findos na Câmara Eclesiástica, filho de Maria Rodrigues — uma filha de Isabel Mendes e de seu marido Francisco Lopes *Barbado* baptizada em 1629 — e de seu marido Pedro Lourenço.

Não foi às primeiras que Manuel Lourenço obteve uma avaliação positiva no seu processo de *genere*. Teve mesmo que embargar, em 1690, uma determinação do Santo Ofício, que o dava por infamado de ascendência cristã-nova. Não se conformando, defendeu-se expondo a sua versão dos factos.

Argumentou que Francisco Lopes *Barbado*, seu avô materno, era filho de Gonçalo Lopes e de sua primeira mulher Maria Rodrigues, e que este Gonçalo Lopes casou em segundas núpcias com uma tal Francisca Luís, em cujo sistema circulatório navegavam células de hemoglobina em forma de estrela de seis bicos, não permitidas em artérias de sacerdote católico. Deste segundo casamento, teria provindo o rumor que injustamente o infamava a ele, Manuel Lourenço, fruto do primeiro matrimónio.

O argumento terá obtido aceitação, já que o *Justificante* viria a ser ordenado «sacerdote de missa», mas na realidade nada prova, limitando-se a apresentar um plausível motivo que pudesse explicar a fama, assim Francisco Lopes fosse filho de Gonçalo Lopes *Barbado*, o que não era verdade. Já vimos que o marido de Isabel Mendes era filho de André Rodrigues e de sua mulher Maria Álvares, filiação confirmada pelo patronímico adoptado pela mãe do padre, Maria Rodrigues.

Gonçalo Lopes e uma Maria Rodrigues, homónima da mãe do padre, casaram na igreja da Misericórdia, freguesia de São Dinis, pelo que o assento que registou o matrimónio subsiste.

Livro de baptismos de São Dinis, 18 de Agosto de 1627:

Gonçalo Lopes, filho do Barbado.

Maria Rodrigues, filha de Pedro Rodrigues, moleiro.

[...] *na Misericordia esta asentado em São Pedro porcoanto se la recebeo de lisensa de Abbade Manoel da Misquita.*

O *Barbado* apontado como pai do noivo seria, muito provavelmente, um António Lopes *Barbado*, de Galafura, que casou na igreja de São Dinis, em 18 de Novembro de 1602, com uma Maria Lopes.

Subsiste também o assento de baptismo da mãe do padre, Maria Rodrigues:

Livro de baptismos de São Pedro, 26 de Agosto de 1629:

Maria, filha de Francisco Lopes *Barbado* e de sua mulher Isabel Mendes.

Foram padrinhos Dinis António e Luísa Domingues, [da rua] do Aljube.

Como poderia Francisco Lopes *Barbado*, que casou com Isabel Mandes em 1609, ser filho do primeiro casamento do Gonçalo Lopes *Barbado*?

Gonçalo Lopes *Barbado*, abundantemente nomeado com a alcunha, gerou cinco filhos baptizados em São Pedro: Domingos (b. 4 de Fevereiro de 1629), Francisco (b. 9 de Março de 1630), António (b. 15 de Abril de 1631), Manuel (b. 3 de Fevereiro de 1640) e Manuel (b. 6 de Abril de 1643). Gerou ainda com uma Maria Verde, solteira, um João (b. 23 de Fevereiro de 1630).

Casaram na Misericórdia, casamento assentado em São Dinis com data de 18 de Agosto de 1627. Consta no livro de São Dinis o assento de casamento, datado de 18 de Novembro de 1602, de um António Lopes *Barbado* com Maria Lopes, de Galafura, que deve ser o pai deste Gonçalo Lopes *Barbado*. Já o Francisco Lopes *Barbado* deverá ser familiar destes, mas não irmão, pois era filho de André Rodrigues e de sua mulher Maria Álvares.

Farei aqui aquilo a que o povo chama um parêntesis para, aproveitando a menção ao padre Manuel Lourenço, documentar a bem conhecida característica dos trasmontanos que, afectando uma simpática bonomia no contacto com os visitantes, desde sempre se divertiram a convencê-los de inauditos absurdos, de inverosímeis invenções, sustentadas em ambiente em que parece primar a modéstia pessoal, a seriedade e uma reverente admiração pelo forasteiro. Vejamos.

Senhor — Em cumprimento da ordem de Vossa Majestade viemos a esta Vila Real, e procurando os assentos dos Livros de Baptizados para conferir com eles a certidão da origem de Lázaro da Costa, avô paterno do Justificante, que se nos remete, encontrámos com uma dúvida, por se achar o dito assento no nome de Isabel Mendes escrito por diversa letra, e tinta; continuando porém em ver os assentos tanto de casados como de baptismos, achámos vários assentos, não só escritos os nomes por diversa letra, e tinta, mas muitos mais em branco nos nomes dos baptizados, e contraentes, donde inferimos com fundamento ser descuido dos párocos antigos, e para maior certeza deste pensamento achámos que os tais livros foram vistos em visita, onde o visitador em um dila[ta]do termo que neles fez, repreende asperamente do seu descuido, mandando-lhe que assinasse mais de trinta e tantos assentos que estavam em branco; passámos ao livro dos casados da era de 1609, a folhas quatro verso achámos o assento do recebimento de Francisco Lopes com sua mulher Isabel Mendes, e continuando em buscarmos desta era para diante o nascimento de Maria Rodrigues não foi possível aparecer semelhante assento e revendo mais os livros baptistérios mais modernos achámos um assento de baptismo de Manuel, filho da dita Maria Rodrigues e de seu marido Filipe Pereira, aos 11 do mês de Outubro de 1709, e suposto o nome Manuel se encontre com o nome de António, a verdade é ser Manuel, o que geralmente todos me atestaram ser o mesmo, e este foi o que passou as certidões, que junto à ordem se nos remetem, este mesmo foi conhecido de todas as testemunhas da inquirição; feita assim esta diligência entrámos a perguntar testemunhas, cujos ditos são os do sumário que se remete, e pelo que dizem as testemunhas é publica voz e fama nesta vila, de que extrajudicialmente nos informámos pelas pessoas mais distintas e de crédito, todos me atestaram uniformemente que o Justificante se fazia digno, tanto pela

limpeza do sangue como pela nobreza, de Vossa Majestade lhe conceder a graça que pretende, e em tudo Vossa Majestade mandará o que for servido, e em nosso poder não fica traslado algum.

Vila Real, trinta e um de Maio de mil setecentos e sessenta e nove, por ser tudo verdade nos assinamos. — *Fr. Manuel de Lima Barreto*. — *Fr. Manuel Ferreira* (Azevedo 1907, p. 336).

Lê-se, e mesmo assim custa a crer. O padre Manuel Lourenço nasceu em 1668 e ordenou-se em 1690, quando contava 22 anos. Retira-se do texto transcrito que os frades pretenderam obter uma certidão do seu baptismo, cujo assento existia, dado que, passados séculos, continua a existir:

Aos vinte e dous dias do mes de Maio de 668 baptizei a Manoel filho de Pedro Lourenço e de sua molher Maria Rodriguiz forão padrinhos Lazaro da Costa e Ines Ferreira. Tem os Santos oleos. O padre Diogo Gomes de Figueiredo.

Em Vila Real, forneceram-lhes, segundo os próprios frades confessam, a certidão de baptismo de um António, filho de Filipe Pereira e de sua mulher Maria Rodrigues, celebrado em 11 do mês de Outubro de 1709, época em que o padre Manuel Lourenço já havia ultrapassado a quarentena e sua mãe, Maria Rodrigues, a filha de Isabel Mendes e do *Barbado*, nascida em 1629, era octogenária. O único dado coincidente, na certidão que levaram para Lisboa, nem sequer era o nome da criança: era o da mãe, talvez o mais frequente dos nomes femininos da Vila Real da época.

Apreciemos o ingénuo relatório, sobretudo a encantadora frase de onde ressalta o que acima descrevi: «suposto o nome Manuel se encontre com o nome de António, a verdade é ser Manuel, o que geralmente todos me atestaram ser o mesmo». Faço notar que quem atestou que o António, filho de Filipe Pereira, era de facto Manuel, filho de Pedro Lourenço, não foi um excêntrico mistificador, um padre que acabara de celebrar São Martinho do modo tradicional. Não! Foram todos! Todos o «atestaram uniformemente».

O mais desconcertante, porém, é que, embora a certidão que deram aos frades registasse o baptismo de um António — o tal que de facto era Manuel —, não existe assento que o justifique. O assento de baptismo de um António, filho de Filipe Pereira e de uma Maria Rodrigues não existe. Existe, sim, e para nosso eterno espanto, o de um... Manuel:

Livro de baptismos de São Pedro, 11 de Outubro de 1709:

Manuel, filho de Filipe Pereira e de sua mulher Maria Rodrigues.

Foram padrinhos Manuel de Figueiredo e Helena de Barros, mulher de João Lourenço, sapateiro.

Põe-se a questão: Terá havido um outro filho deste casal, de nome António?

Não houve, e fácil é verificá-lo, pois esse hipotético António teria de ser irmão gêmeo deste Manuel. Para entender o desenho da mistificação em todo o seu esplendor é necessário notar que a data da certidão de baptismo impingida aos frades, a do António que afinal era Manuel, é a que consta no assento acima transcrito do baptismo do Manuel... que era Manuel; embora tivesse idade para ser neto do verdadeiro padre Manuel Lourenço, confirmadamente adulto de 40 anos à data do seu suposto baptismo¹⁷⁰.

Enfim... fechemos aqui o parêntesis e abandonemos rapidamente este assunto, de contornos e mecanismos misticatórios de excessiva complexidade para as nossas escassas capacidades cerebrais, mas não sem antes mostrar que a Mesa da Consciência e Ordens não achou graça ao resultado da inquirição:

Viu-se a inquirição que novamente fez o comissário José, digo, Manuel de Lima Barreto, a qual não está feita na forma ordenada, porque sendo destinada para a averiguação da certidão de Baptismo de Lázaro da Costa, e para nada mais, excepto no que o dito Lázaro da Costa fosse filho de diferentes pessoas, a saber de Martinho Machado e de Isabel Mendes, solteira, o dito Comissário sem qualificar esta filiação passou levemente a perguntar testemunhas com tal excesso que até fez o Justificante nobre por pais e avós, constando pelas duas primeiras diligências concordemente que ele Justificante tem as mecânicas, que se acham julgadas nos despachos antecedentes, e por estes fundamentos não merece crédito algum esta última diligência; portanto mandam que o Justificante forme árvore de geração até seus terceiros avós paternos, a qual certificará com certidões de baptismos e casamentos de seus avós, bisavós e terceiros avós, e na mesma árvore mostrará como entronca com parentesco com o padre Manuel Lourenço, fazendo-o logo certo com certidões de baptismos e casamentos dos pais e avós do dito padre para, à vista de tudo, se tomar a resolução que parecer.

Mesa, 3 de Agosto de 1769. — *Quatro rúbricas* (Azevedo 1907, p. 337).

Continuemos a analisar o que, no sumário biográfico de Lázaro da Costa, José de Campos e Sousa escreveu.

Casado aos 61 anos feitos com uma rapariga de 17, é nele que — em meu entender — aparece a segunda mancha degenerativa da genealogia de Camilo (Sousa 1946, p. 135).

Quanto a esta segunda mancha degenerativa — a primeira surge no livro de José de Campos e Sousa associada às imaginárias relações incestuosas entre a *Amara* e o Pedro Machado da Mesquita, seu genro —, há que classificar o casamento como bizarro, senão monstruoso, mesmo no quadro dos paradigmas da época. Não bastavam os 44 anos de diferença de idade, existe ainda a agravante de a noiva ter apenas 17.

¹⁷⁰ O padre Manuel Lourenço viria a falecer de 76 anos, na rua de Trás da Misericórdia, freguesia de São Dinis, em 27 de Agosto de 1744.

Devo antes de mais confessar que, mal tomei contacto com esta problemática, logo se me impôs a ideia de que teria havido dois Lázaros: o primeiro nascido em 1606, o filho natural de Isabel Mendes, que teria adoptado incerto apelido, Machado, Pinto, Mendes, Botelho; o outro, de nome Lázaro da Costa, que gerou a linhagem que desaguou em Camilo. A ser assim, não teria havido continuidade biológica entre Martim Machado Pinto, pai do primeiro Lázaro, e Domingos Correia, tetravô de Camilo, filho do segundo.

Também Pedro A. de Azevedo, ao abordar n' *Os antepassados de Camilo* a filiação de Lázaro da Costa, deu evidência de a não ter aceitado em pacífica ingenuidade, ao classificar Martim Machado Pinto como seu «pretense pai», e confessa, na citação que segue, que a filiação «não é certamente livre de dúvidas»:

Em 13 de Novembro de 1771, a Mesa da Consciência e Ordens declarou que Lázaro da Costa era filho de Martinho Machado Pinto e de Isabel Mendes, de quem nascera no estado de solteira. Os documentos comprovativos não os achei, mas consta pelo referido assento¹⁷¹ serem uma certidão de baptismo, o testamento de Lázaro da Costa e o depoimento que este fizera sendo ainda viva sua mãe. Esta investigação de paternidade tão remota do facto inicial não é certamente livre de dúvidas, mas tem legalmente que se aceitar (Azevedo 1907).

Conhecendo a localização e o teor do assento de baptismo de Lázaro, pouco nos deve importar o desaparecimento de uma certidão que o transcrevia; mas o mesmo não se pode dizer do assento de óbito do próprio, onde teriam sido registadas as suas últimas disposições, assento que já não consta nos sobreviventes livros de óbitos de São Pedro, tal como não existe qualquer escritura testamentária outorgada pelo mesmo, nos oito officios notariais vila-realenses da época. Pode imaginar-se que o testamento e o assento de óbito incluíam uma assertiva declaração de que o testador era filho de Martim Machado Pinto, confirmada pela evocada terceira fonte, o «depoimento que este fizera sendo ainda sua mãe viva». A descrição cria a ideia de que este «depoimento» seria de obscura natureza, de origem misteriosa e de imperscrutável propósito. Um acaso, porém, fez-me encontrá-lo. Na realidade, o «depoimento» mais não é que a banalíssima informação sobre a identidade de um padrinho, fornecida ao pároco de São Pedro, quando este redigia um assento de baptismo. Eis o único documento do século XVII ainda existente, onde se pode confirmar a filiação de Lázaro da Costa, inicialmente estabelecida pelo assento do baptismo, que apenas agora se confirma ser o seu:

Aos des do mes de maio de mil seiscentos quarenta e sete annos bautizei eu o padre Diogo Pinto a Lazaro filho de Francisco Pereira e de sua mulher Margarida Pinta. Forão

¹⁷¹ Nota de Pedro A de Azevedo: «Doc. IV, peça 14. Na peça 5 diz-se que no assento de baptismo de Lázaro consta ser filho de Martinho Machado».

padrinho Lazaro da Costa solteiro filho natural de Isabel Mendes solteira e de Martinho Ma[cha]do e madrinha Ines Soares tem os [santos] oleos. Diogo Pinto.

Efectivamente, em 1647, a mãe de Lázaro, Isabel Mendes, ainda vivia, pois faleceu, já como viúva, em 22 de Novembro de 1652.

O assento, onde a ascendência do padrinho surge com escasso a-propósito — o pároco gasta mais tinta a descrevê-la do que a registar a filiação da criança —, tem o mérito de estabelecer que houve apenas um Lázaro, o filho de Isabel Mendes, e progenitor da extensa prole que adiante será enunciada.

Nem uma só vez, anteriormente à data do assento acima transcrito, redigido quando Lázaro contava mais de 40 anos, o seu nome é mencionado nos paroquiais vila-realenses actualmente consultáveis. Esta ausência permite imaginar qual o motivo do exótico excesso de informação contido no assento: por ter passado a infância e a juventude em São Dinis, Lázaro terá sentido necessidade de esclarecer quem era, na freguesia de São Pedro.

Vim a descobrir, como adiante se verá, que o casal formado por sua mãe e seu padrasto, Francisco Lopes *Barbado*, estabeleceu residência em São Dinis, e não na rua do Rossio, freguesia de São Pedro, onde Isabel vivia à época do casamento, onde se situavam os talhos municipais, onde os *Barbados* trabalhavam, e onde o casal acabaria por residir. É por essa razão que nem um nem outro alguma vez foram citados em assentos paroquiais anteriores a 11 de Novembro de 1624, dia em que uma Isabel Mendes, sem outro qualificativo, podendo ser ou não a *Barbada*, serviu em São Pedro de madrinha a uma Maria. Francisco Lopes e Isabel Mendes viriam, pouco depois da citada data, a baptizar três filhas na dita freguesia, às quais se seguiria um filho varão:

Livro de baptismos de São Pedro, 5 de Julho de 1626:

Isabel, filha de Francisco Lopes e de sua mulher Isabel Mendes.

Foram padrinhos Baltasar Gonçalves e Maria Antónia, mulher de Belchior Fernandes.

Livro de baptismos de São Pedro, 26 de Agosto de 1629:

Maria, filha de Francisco Lopes *Barbado* e de sua mulher Isabel Mendes.

Foram padrinhos Dinis António e Luísa Domingues, da rua do Aljube(?).

Nota: Esta criança viria a chamar-se Maria Rodrigues — por ter adoptado o patronímico de seu avô paterno André Rodrigues — e a gerar com seu marido Pedro Lourenço, o padre Manuel Lourenço, a seu tempo escrivão dos livros findos da comarca de Vila Real.

Livro de baptismos de São Pedro, 6 de Dezembro de 1632:

Francisca, filha de Francisco Lopes e sua mulher Isabel Mendes.

Foram padrinhos Gonçalo Gonçalves e Isabel Martins, ambos da Lage, freguesia de Mouçós¹⁷².

¹⁷² [NE]: eliminado «VER!!!!».

Livro de batismos de São Pedro, 14 de Março de 1635:

Leonardo, filho de Francisco Lopes e de sua mulher Isabel Mendes.

Foram padrinhos Adão Ferreira e Maria de Mendonça.

Como se vê, não existe registo de baptismo de qualquer filho do casal no intervalo cronológico de 1609 a 1626. Não é plausível, não é crível, não é aceitável, que não tenham existido filhos anteriores, nascidos e baptizados em outra freguesia. O casal, naturalmente acompanhado por Lázaro, que contava dois anos à data do casamento, terá residido em São Dinis, paróquia cujos livros de batismos sofreram gravíssimas perdas, subsistindo apenas os posteriores a 1643. Lázaro deve ter entendido que a memória de que ele era filho de Martim Machado Pinto, que, entretanto, se tornara em importante personagem, necessitava de ser refrescada.

A TRIBO DOS CALÇAS

José de Campos e Sousa, que teve acesso a uma certidão de casamento de Lázaro com Francisca Mendes, deixou escrito que a cerimónia ocorreu em 1668. É decerto verdade, mas não foi esse o primeiro matrimónio do filho de Isabel Mendes, que havia casado uma dúzia de anos antes, em 1656 ou no ano anterior, com uma mulher de nome Isabel Martins.

Eis a lista dos filhos de Lázaro gerados na vigência do seu casamento com esta agora introduzida dama:

Livro de batismos de São Pedro, 10 de Maio de 1657:

António, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Isabel Martins.

Foram padrinhos Domingos Rodrigues e Beatriz Rodrigues.

[SP.B.007.067]

Nota: António da Costa faleceu em São Pedro, solteiro, com 23 anos, em 13 de Agosto de 1680.

[SP.O.110.085]

Livro de batismos de São Pedro, 17 de Abril de 1659:

Manuel, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Isabel Martins.

Foram padrinhos Francisco Martins e Helena Anes.

[SP.B.007.080]

Um Manuel da Costa faleceu solteiro, de 35 anos, em 21 de Maio de 1699.

[192] — 21 de Novembro de 1690

António, filho de Manuel da Costa, carpinteiro, e de sua mulher Dionísia Teixeira.

Foram padrinhos António da Mesquita, solteiro, filho de Domingos Botelho, e sua mãe, Joana Botelho de Lemos.

[SP.O.152.055]

Nota: Este é o **Manuel da Costa Calças**.

Livro de batismos de São Pedro, 2 de Dezembro de 1660:

Paula, filha de Lázaro da Costa e de sua mulher Isabel Martins.

Foram padrinhos António Monteiro e Maria Botelho.

[SP.B.007.090]

Nota: A madrinha dificilmente poderia ser a avó de Lázaro, a mãe de Isabel Mendes. Isabel nascera havia 69 anos, podendo estimar-se que a Maria Botelho, sua mãe, contasse entre 85 e 90 anos à data deste baptizado. Seria talvez uma tia materna de Lázaro, homónima da avó.

Livro de batismos de São Pedro, 27 de Junho de 1662:

Ana, filha de Lázaro da Costa e de sua mulher Isabel Martins.

Foram padrinhos Gonçalo Mourão e Ana... Correia.

[SP.B.007.097]

Livro de batismos de São Pedro, 8 de Junho de 1664:

Manuel, filho de Lázaro da Costa, do Rossio.

Foram Padrinhos Manuel Coelho *Palrelo* e Maria da Rosa, mulher de Francisco de Sousa.

[SP.B.007.110]

Um Manuel da Costa faleceu solteiro, de 35 anos, em 21 de Maio de 1699.

[S.P.O.152.055]

[192] — 21 de Novembro de 1690

António, filho de Manuel da Costa, carpinteiro, e de sua mulher Dionísia Teixeira. Foram padrinhos António da Mesquita, solteiro, filho de Domingos Botelho, e sua mãe, Joana Botelho de Lemos.

Nota: Este é o **Manuel da Costa Broca** que viveu, e decerto morreu em Almacave. Nesta data Francisca Mendes, baptizada em 23 Novembro de 1650, tinha 13 anos e meio, tendo concebido este seu filho aos 12 anos e 9 meses. É de notar que não existe referência à mãe da criança. João Barreiro (+ 1688) descreve o seu sobrinho Manuel como «filho de Lázaro da Costa» e não como filho de Francisca Mendes, sua sobrinha.

Livro de batismos de São Pedro, 7 de Junho de 1666:

Rodrigo, filho de Lázaro da Costa, do Rossio, e de sua mulher Isabel Martins.

Foram padrinhos o padre Manuel Ferreira e sua irmã Maria André.

[SP.B.007.117]

Rodrigo da Costa faleceu, aos 10 anos, em 7 de Novembro de 1676.

Nota: O padre Manuel Ferreira e sua irmã Maria André, eram irmãos da mãe da criança.

Isabel Martins, «mulher de Lázaro da Costa, do Rossio», faleceu em 7 de Dezembro de 1666. No assento do seu óbito lê-se que fez testamento por escrito, onde determinou que rezassem por sua alma as missas das Chagas e lhe fizessem um ofício geral de 10 tostões

de oferta. Deixou também, a sua irmã Maria André, 20 000 réis, um vestido e um manto. Foi sepultada no convento de São Domingos.

Lázaro viria a casar não muito depois, em 31 de Janeiro de 1668, com Francisca Mendes, filha de António Mendes e de sua mulher Ana Barreiro, seus vizinhos na rua do Rossio, e seria na constância dessa união que seria lavrada, em 13 de Abril de 1692, no então corrente livro de notas do 1.º Ofício vila-realense, uma escritura de onde se extrai importante informação, permitindo-nos adquirir algum conhecimento sobre Isabel Martins e sua família.

Na referida escritura, redigida pelo tabelião João Pereira Carneiro, Lázaro da Costa e sua segunda mulher reconheceram uma dívida a um tal António Jorge, da Praça. O montante era de «cinquenta mil réis [que] lhe[s] emprestara à razão de juro, para comprarem, como compraram, umas casas aos herdeiros de André Gonçalves, o *Rasteiro*, que estão sitas na rua do Rossio desta vila [e] que partem com Brás Carvalho, marchante, e com efeito confessaram haverem recebido da mão do dito António Jorge a dita quantia de cinquenta mil réis em dinheiro de contado, em moeda de prata corrente no reino, de que se dão por entregues e satisfeitos».

Lázaro e Francisca Mendes assumiram-se ainda como devedores, não só dos já embolsados 50 000 réis, mas também de mais 10 000, correspondendo a uma dívida ao nomeado credor que seu filho Manuel da Costa herdara de seu tio João Barreiro, quantia que, acrescentada à outra, «fazia cômputo de sessenta mil réis», e declararam que «estavam contratados com o dito António Jorge de lhos pagar do dia da feitura desta [escritura] a um ano, com os juros à razão de cinco por cento, em que orça três mil réis».

Logo adiante, os devedores ofereciam, como era e continua a ser costume, as garantias hipotecárias destinadas a tranquilizar o credor:

[...] e eles por si, e eles como procuradores do dito Manuel da Costa, seu filho, obrigavam suas pessoas e todos os seus bens móveis e de raiz, havidos e por haver, em geral e em especial, sem derroga da geral obrigação, obrigavam as casas em que vivem na rua do Rossio desta vila, com seu quintal, que partem com Inês Ferreira, viúva de Domingos Rodrigues *Bogingas*; e outrossim outras casas, na entrada da rua do Caminho de Baixo, que ali possuem, que partem com casas que ficaram de Zuzarte Teixeira, e com Gonçalo Mourão; e assim mais as suas fazendas que tem aonde chamam a Preguiça, que constam de vinha, olival, terra de pão, duas casas, e lagar, que foram de Francisco Campelo, de Vila Marim, e dos *Calças*, t[...]zes partem com o Doutor Leandro Pereira Carneiro¹⁷³

¹⁷³ Em Arroios aparece um Dr. Leandro Pereira de Carvalho, do lugar de Mateus.

e com as madres, que por nomes não percam¹⁷⁴, desta vila, e assim mais e a parte que ao dito seu filho Manuel da Costa pertence, na fazenda que ficou de André Gonçalves *Rasteiro*, seu avô, que está sita em Abambres, deste termo, que consta de uma casa, olival e vinhas, que aqui haviam por declaradas, como se de cada uma fizessem especial menção, com suas confrontações, e que tudo assim especialmente queriam e tivessem obrigado e hipotecado ao sobredito sem derrogar obrigação.

Ver sobre este Manuel da Costa o livro de baptismos de São Pedro:

Esta Rosa viria a casar em São Pedro com João da Costa, filho de Manuel da Costa e de sua mulher Isabel dos Santos, moradores na rua do Castelo da cidade de Lamego. No Livro de Casamentos aparece um filho deste casal de nome João Correia Botelho.

Verificámos que Manuel da Costa, filho de Lázaro da Costa, havia herdado uma propriedade «que ficou de André Gonçalves *Rasteiro*, seu avô, que está sita em Abambres».

Esta referência ao falecido avô, que também fora proprietário e morador na rua do Rossio, desde que associada ao legado de Isabel Martins a uma sua irmã de nome Maria André, permite a identificação dos pais da primeira mulher de Lázaro, apesar de não existir o assento de baptismo da própria, nem o do seu casamento. O único André Gonçalves dado como morador na rua apontada na escritura, a rua do Rossio, consta no seguinte assento:

Livro de baptismos de São Pedro, 21 de Setembro de 1640:

Maria, filha de André Gonçalves e de sua mulher Maria André, do Rossio.

Foi baptizada em casa *ex causa* (trad.: *por motivo* [NE]).

Esta menina, de nome Maria, que tudo leva a crer viria a chamar-se Maria André, tinha dois motivos para assim se autodenominar: adoptando o patronímico associado ao nome próprio de seu pai, André Gonçalves, ou replicando o usado por sua mãe, Maria André¹⁷⁵.

Eis os filhos do casal, que viriam a ser os «herdeiros de André Gonçalves, o *Rasteiro*», de quem Isabel Martins havia herdado as casas¹⁷⁶ «que estão sitas na rua do Rossio desta vila»:

¹⁷⁴ «Que por nome não perca», expressão banal, usada em caso de esquecimento ou desconhecimento do nome completo de alguém, equivalia a um pedido de desculpa à pessoa não competentemente identificada, que não deveria tomar a omissão como menosprezo. Em boa verdade, deveria ser «Que por falta de nome não perca». No caso vertente, *Madres* era alcunha de duas irmãs solteironas, Antónia da Costa e Paula Rebelo, cunhadas de João de Morais e Vasconcelos (BNP. *Relação de Vila Real e seu termo*, 1721, vol. I, p. 227). «[005] — **Antónia da Costa** [Madre de alcunha], solteira, cunhada de João de Morais e Vasconcelos. Fez testamento por escrito. Deixou sua irmã Paula Rebelo [Madre de alcunha] por sua herdeira, e por sua morte o seu sobrinho Felizardo. Deixou a sua sobrinha Maria de Santa Ana 15 medidas de centeio em Lamas d'Olo. Deixou um ofício dos clérigos desta vila e as missas das chagas. Deixou a sua sobrinha religiosa de Santa Clara as medidas que tinha em Vilarinho da Samardá e por sua morte a seu sobrinho Felizardo».

¹⁷⁵ Na Vila Real do século XVI e seguinte, o patronímico associado ao nome próprio André, não era Andrade ou Andrães, mas André, sem diferença, tal como acontecia com Luís, Diogo, Gaspar, Francisco e alguns mais.

¹⁷⁶ Casa significava compartimento, tal como hoje ainda usamos quando dizemos casa de jantar ou casa de banho. Na época não se residia numa casa, mas em umas casas, ou em uma morada de casas.

[o dote a Maria André é de 22 de Junho de 1636]

1. Isabel n. c. de 1637; (Isabel Martins, cujo primeiro filho foi b. em 1657, Mai. 10)
2. Manuel b. 1638, Nov. 7; (padre Manuel Ferreira)
3. Maria b. 1640, Set. 21; (decerto falecida logo após o nascimento)
4. Maria b. 1641, Jun. 2; (Maria André)
5. Paula b. 1643, Jan. 19; (decerto falecida na infância)
6. João b. 1645, Jan. 1; (João Ferreira, Not. 1.º Of. [015] 1669, Jul. 18)
7. António b. 1647, Fev. 24; (António Ferreira, Not. 5.º Of.)
8. Paula b. 1648, Set. 8.

O assento de baptismo de Rodrigo, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Isabel Martins, já acima transcrito, confirma a identificação dos seus avós maternos, pois os padrinhos lá nomeados são o padre Manuel Ferreira e sua irmã Maria André, cujos nomes próprios coincidem com dois dos filhos do *Rasteiro*, irmãos da mãe da criança, que contavam à data da cerimónia, 7 de Junho de 1666, respectivamente 28 e 25 anos.

Se a menção, na acima parcialmente transcrita escritura, do nome do avô materno de Manuel da Costa permitiu a identificação dos pais e irmãos de Isabel Martins, questionemo-nos agora sobre o que terá levado um tal João Barreiro, também nomeado na escritura notarial, a incluir «o dito Manuel da Costa» no seu testamento.

João Barreiro, da rua do Rossio, faleceu em 15 de Março de 1688. Eis um trecho do assento que registou o seu óbito:

Fez testamento por escrito. Deixou por sua alma [que] lhe mandassem dizer vinte missas rezadas¹⁷⁷, pagas a três vinténs, e deixou um prazo que tem no lugar de Abambres a seu sobrinho Manuel, filho de Lázaro da Costa, com o encargo do foro e de pagar a metade do que se estimar a sua sobrinha Isabel, filha de sua irmã Ana Barreiro, a qual [Isabel] está solteira, e de lhe mandar dizer as vinte missas acima declaradas, e [de lhe comprar] um hábito de São Francisco, [e de lhe mandar fazer um ofício] acompanhado com oito clérigos, com declaração [de] que primeiro que se estimasse o dito prazo se fizesse com os bens d'alma como com [os] dez mil réis que disse [que] devia a António Jorge, da Praça desta vila, e disse mais que deixava uma cama de roupa à dita sua sobrinha Isabelinha. Está sepultado nesta Igreja. — *Manuel Figueiredo Novais*.

O teor das disposições testamentárias revela-nos que João Barreiro era irmão de Ana Barreiro, a mãe da segunda mulher de Lázaro, que tinha — melhor dizendo, tivera, pois Ana Barreiro havia falecido no ano anterior — uma filha de nome Isabel, a qual se mantinha solteira à data do óbito do tio. Procurando nos paroquiais de São Pedro encontra-se matéria que confirma a trivial dedução:

¹⁷⁷ A alternativa seria que fossem cantadas.

Livro de batismos de São Pedro, 18 de Setembro de 1643¹⁷⁸:

Isabel, filha de Ana Barreiro, solteira, que deu por pai António Coelho Sarmento [*Cermento*]. Foi baptizada em casa *ex causa*.

Pôs os santos óleos o padre João Baptista, vigário desta Igreja.

Em casa da *parida*, o padre João Baptista, um já nosso conhecido *Malrasca*, encontrou uma criança de ano e meio ainda não resgatada às potências infernais e aproveitou a ocasião para — com toda a certeza após ter severamente censurado a mãe-solteira — também a baptizar:

Livro de batismos de São Pedro, 18 de Setembro de 1643 [*no mesmo dia*]:

Maria, filha de Ana Barreiro, solteira. Deu por pai António Coelho Sarmento.

Era já de idade de 18 meses. Foi baptizada em casa *ex causa*.

Ana Barreiro teria posterior descendência, mas gerada na conformidade com as regras da ortodoxia católica:

Livro de batismos de São Pedro, 23 de Novembro de 1650:

Francisca, filha de António Mendes e de sua mulher Ana Barreiro.

Foram padrinhos Francisco Dias e Maria da Cunha.

Esta Francisca, que adoptaria o nome de Francisca Mendes, viria a ser a segunda mulher de Lázaro da Costa.

Livro de batismos de São Pedro, 21 de Janeiro de 1652:

Maria, filha de António Mendes e de sua mulher Ana Barreiro.

Foram padrinhos Pedro de Nisa e Maria Pereira, mulher de Lucas da Mesquita.

Ana Barreiro era, segundo parece, já que o assento do seu baptismo não consta onde seria natural constar, filha de um tal Pedro Barreiro — *Pedro Barreiro carniceiro do Recio* —, falecido em 22 de Fevereiro de 1623, e de sua mulher Maria Antónia, a *Bareira do Recio*, falecida em 6 de Maio de 1641, e teve vários irmãos, seis dos quais com baptismo documentável:

1. Pedro b. 1596, Mar. 4;
2. Catarina b. 1599, Jan. 22;
3. Agostinha b. 1601, Set. 2;
4. Isabel b. 1604, Jun. 4;
5. João b. 1608, Dez. 13; (João Barreiro)
6. Jerónimo b. 1611, Dez. 11.

¹⁷⁸ No assento consta Agosto, por erro do redactor.

Ana Barreiro viria a falecer em 22 de Maio de 1687. No assento do seu óbito, onde surge identificada como *Anna Bareira, mulher de Antonio Mendes*, consta que fez testamento por escrito, instituindo por herdeiro e testamenteiro seu marido¹⁷⁹, e «deixou a seu filho Manuel Mendes as casas em que vive, e por morte de seu marido deixava aos outros filhos seus todos os outros bens, com declaração [de] que entrará à partilha do que sobejar Isabel, solteira, e está sepultada na Igreja da Misericórdia».

Pelo teor das últimas vontades se compreende que a mais velha das duas filhas naturais, de nome Maria, já teria falecido, motivo por que a mãe apenas se ocupava da mais nova, quando fez saber à prole legítima, constituída pelas já documentadas Francisca e Maria — acrescentadas do Manuel Mendes, cujo assento de baptismo não encontrei, e de uma Luísa Mendes cuja existência apenas se documenta por ter sido madrinha de outra Luísa, filha de Lázaro da Costa e de Francisca Mendes —, que a Isabelinha, sua filha natural, teria que receber a sua parte na herança.

Confrontamo-nos com um conjunto de factos que apontam para uma bizarra situação, que poderá forçar a ciência biológica nossa contemporânea a reequacionar parte importante dos seus conceitos. Por um lado, Manuel da Costa era neto de André Gonçalves *Rasteiro*, pai de Isabel Martins, e, portanto, filho desta; por outro, era sobrinho de João Barreiro, tio direito de Francisca Mendes, e, portanto, filho desta também.

Eis-nos perante um misterioso fenómeno, que parece violar as mais fundamentais e consabidas regras da reprodução humana. Um pormenor ajudar-nos-á a esclarecê-lo: na lista acima enunciada dos filhos de Lázaro da Costa gerados durante a vigência do seu casamento com Isabel Martins constam dois de nome Manuel: o mais velho baptizado em 1659 como «filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Isabel Martins» e o mais novo baptizado em 1664, como «filho de Lázaro da Costa, do Rossio» (um deles faleceu em 1699).

Habitualmente interpreta-se a repetição de um nome próprio na prole de um casal, como reflectindo a morte de um filho homónimo anterior. Não se aplica aqui a fiável regra, e o facto de o segundo Manuel não conter, no assento do seu baptismo, um explícito nome de mãe, não constitui pormenor isento de significado, antes indica, neste caso, que a criança era fruto de adultério cometido pelo pai de família.

Neste contexto, devemos entender que o primeiro Manuel, Manuel da Costa I, «filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Isabel Martins», baptizado em 17 de Abril de 1659, era aquele que herdou de seu avô materno André Gonçalves *Rasteiro*, uma propriedade em Abambres, e o segundo Manuel, Manuel da Costa II, «filho de Lázaro da Costa, do Rossio» e de — podemos agora acrescentar, Francisca Mendes, solteira —, baptizado em 8 de Junho de 1664, era o que herdou de seu tio-avô João Barreiro um prazo que este possuía em Abambres e uma dívida por este contraída junto de António Jorge, mercador da Praça.

¹⁷⁹ O marido, «António Mendes, do Rossio», viveria ainda um quarto de século, pois faleceu em 20 de Novembro de 1703.

A confusão provocada pela nomeação, na escritura outorgada por Lázaro da Costa, de dois filhos seus, ambos denominados Manuel da Costa e tratados como se fossem apenas um, confusão neste parágrafo resolvida com o acrescento ao nome de um número de ordem, resolveram-na os vila-realenses da época chamando aos filhos de Isabel Martins os *Calças*, e aos filhos de Francisca Mendes os *Brocas*.

Quanto à alcunha *Calças* documenta-se que houve pelo menos um filho de Lázaro que a usou. No processo iniciado pela habilitação a cavaleiro da Ordem de Cristo do neto de Lázaro de nome José Luís Correia Botelho, mais precisamente na parte que versa a segunda inquirição começada em Vila Real aos 28 de Julho de 1768, verifica-se que prestou testemunho o padre António Machado Pereira, «pároco colado que foi na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Parada de Pinhão, natural e morador na freguesia de São Pedro desta Vila Real», de 68 anos. Eis o que ele nos revela:

[...] soube que o dito Lázaro da Costa teve, e de presente tem fama de cristão-novo, e que o dito Domingos Correia teve mais por irmãos a João da Costa, e outro irmão chamado o *Calças*, e outra irmã casada com João Carvalho que todos estes viveram na mesma rua dos Açougues com o trato de carneiros, a quem ele testemunha foi muitas vezes comprar a carne (Azevedo 1907, p. 332).

23 de Abril de 1708

Josefa, filha de Maria da Costa, viúva que ficou de Manuel da Costa, pai da baptizada, da rua do Castelo. Foram padrinhos Gonçalo da Costa e Marta Ferreira, naturais de Vila Real, e moradores na rua do Castelo, de que fiz este assento, dia, mês, *era ut supra*. O Coadjutor Manuel dos Santos.

Nota: Manuel da Costa faleceu em Julho de 1707.

O padre testemunhou menos mal: Domingos Correia e João da Costa eram *Brocas*, filhos de Lázaro e de sua mulher Francisca Mendes, e tiveram uma irmã inteira, de seu nome Luísa da Costa, que foi casada com Luís (e não João) Carvalho. O *Calças* era o mais velho dos Manuéis da Costa, pois o padre, ao falar dos filhos de Lázaro, tem que se referir a época posterior a 1700, ano do seu nascimento. Nessa época, o único varão sobrevivente dos *Calças* era o Manuel da Costa: Rodrigo da Costa em 7 de Novembro de 1676, aos 10 anos; António da Costa, o primogénito, havia falecido em 13 de Agosto de 1680, aos 23 anos e ainda solteiro.

Um indício de que não existia qualquer outro filho de Isabel Martins, homem ou mulher, em 1692, à data da escritura de obrigação de dívida, resulta do facto de apenas o Manuel da Costa *Calças* ter passado procuração ao pai e à madrasta. Houvesse outro sobrevivente e dele teria que ser também obtido o consentimento, para que a disponibilidade da herança dos *Calças* para servir de hipoteca fosse efectiva, e a quinta da Preguiça pudesse ser aceite como garantia.

A escritura de dote de Maria André introduz a necessidade de explicar que o Manuel da Costa I era neto do Rasteiro, e o Manuel da Costa II, era bisneto dele, sendo Isabel Martins tia direita de Francisca Mendes.

Livro de baptismos de São Pedro, 17 de Abril de 1659:

Manuel, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Isabel Martins.

Livro de baptismos de São Pedro, 8 de Junho de 1664:

Manuel, filho de Lázaro da Costa, do Rossio.

Manuel da Costa *Broca* faleceria em último lugar, com 40 anos, em 21 de Maio de 1699, data que invalida a possibilidade de o padre o ter conhecido.

Seja notado, como confirmação da insólita realidade, que João Barreiro, aos 80 anos, chegada a hora de ditar as suas últimas vontades, teria talvez duas ou três dúzias de sobrinhos e sobrinhas, já que Francisca Mendes, por si só, o havia brindado com o já referido Manuel, seu filho natural, seguido de 10 legítimos sobrinhos-netos: José, Maria, Domingos, Francisco, Luísa, João, Luís, Gonçalo, Antónia e Isabel, como adiante veremos. Por que absurdo motivo João Barreiro favoreceria «o seu sobrinho Manuel, filho de Lázaro de Costa» — modo como o designou — se ele fosse um *Calças*, filho de Isabel Martins?

Poder-se-ia pensar que João Barreiro não gerou filhos, mas, na realidade foi casado na juventude, tendo gerado pelo menos uma filha.

Livro de baptismos de São Pedro, 4 de Agosto de 1626:

Beatriz, filha de João Barreiro e de sua mulher Isabel Gonçalves.

Foram padrinhos Domingos Pires e Beatriz de Matos, filha de Maria Gonçalves, viúva.

João Barreiro ainda não tinha 18 anos à data, pois foi baptizado em 13 de Dezembro de 1608. Esta sua filha terá falecido jovem e sem descendência, de outro modo o pai não teria decerto deixado por herdeiros dois sobrinhos. Compreensível também é o facto de ter destacado o Manuel da Costa e a Isabelinha dos restantes seus sobrinhos, já que esta, por ter sido filha natural de sua irmã Ana, terá sido criada na casa da rua do Rossio que fora de seu pai, Pedro Barreiro. Nessa casa, terá ele próprio residido, talvez durante toda a vida, tal como sua irmã em solteira, e juntamente com ela as suas duas filhas naturais, a Maria, que cedo terá falecido, e a Isabel, a amada Isabelinha, no papel da filha que ele perdera, e que por isso quis distinguir no testamento. Tudo leva a pensar que João Barreiro encontrou na sobrinha Isabel um objecto para os seus afectos paternais, que de outro e mais natural modo deixou de ter possibilidade de exprimir. A especial situação desta sobrinha favorita insinua-nos o plausível motivo do destaque atribuído ao sobrinho Manuel da Costa *Broca*, filho natural de sua sobrinha Francisca Mendes: também ele terá vivido os seus primeiros anos, antes de a mãe ter casado

com Lázaro, na casa de morada dos Barreiros, na intimidade de seu tio-avô, repetindo a situação da Isabelinha, que era sua tia materna e tinha 21 anos à data do seu nascimento.

Assimilado este exótico desenvolvimento e recordando que Manuel da Costa *Broca* foi baptizado em 8 de Junho de 1664, pelo que terá sido concebido nos inícios de Setembro de 1663, podemos definir com exactidão um importante pormenor do imbróglio.

Pergunta:

Que idade tinham os progenitores do Manuel da Costa *Broca*, à data da sua concepção?

Resposta:

Lázaro da Costa, baptizado em Novembro de 1606, completaria pouco depois 57 anos; Francisca Mendes, baptizada em Novembro de 1650, tinha 12 anos e 9 meses.

Falava-nos José de Campos e Sousa de «mancha degenerativa», a propósito de Lázaro, aos 61 anos, ter casado com Francisca, de 17...

Essa situação, comparada com a agora exposta, quase merece ser tomada como virtuosa: o violador da menina prestou-lhe, pouco depois de ter enviuvado, o subido favor de a transformar em honesta mulher casada.

Eis a lista dos *Brocas* legítimos:

Livro de baptismos de São Pedro, 20 de Março ou Junho de 1671:

Maria, filha de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos Gaspar de Araújo[?] e Joana de Mesquita, mulher de António Mesquita. [SP.B.007.180]

Nota: Maria da Costa consta no testamento de sua mãe como solteira (data?).

Livro de baptismos de São Pedro, 3 de Novembro de 1672:

Domingos, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos António Ferreira e Maria de Oliveira.

[SP.B.008.028]

Nota: Domingos Correia, picheleiro, ou estanheiro, depois arrematador de rendas e finalmente falido. Trisavô de Camilo Castelo Branco.

Livro de baptismos de São Pedro, 8 de Abril de 1674:

Francisco, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes. Foram padrinhos o Licenciado Bento de Barros e Joana de [...].

Nota: Francisco da Costa casou em São Dinis (15 de Outubro de 1700) com Leonor de Carvalho, filha de Manuel de Carvalho e de sua mulher Maria Gonçalves. Foram testemunhas Brás Carvalho, João Carvalho, Francisco Mourão e Manuel Rodrigues, sacristão.

[SD.C.117.007]

Livro de batismos de São Pedro, 20 de Junho de 1675:

Luísa, filha de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes. Foram padrinhos Damião Borges da Costa, de São Dionísio, e Luísa Mendes, filha de António Mendes, da rua do Rossio.

[SP.B.008.060]

Nota: Luísa da Costa, que casou com Luís Carvalho. O casal deu perdão, em 28 de Agosto de 1700, a um seu irmão e cunhado, Francisco, menor, filho de Lázaro da Costa, que assina como Francisco da Costa. Na escritura assina como testemunha Manuel Rodrigues (abaixo há três deste nome), e Manuel Mendes, decerto o filho de António Mendes e Ana Barreiro, «pela dita Luísa» [NotVR3.Lv5.041].

João (n. 2 de Julho de 1707; b. 10 de Julho de 1707)

Filho de Luís Carvalho e de sua mulher Luísa da Costa, do Açougue.

Foram padrinhos João Ferreira e Isabel Vilela, mulher de Manuel Rodrigues.

[SP.B.009.086]

Nota: João Ferreira é filho do *Rasteiro*.

Livro de batismos de São Pedro, 13 de Setembro de 1676:

João, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos Manuel Brás e Maria Martins.

[SP.B.008.068]

Livro de batismos de São Pedro, 15 de Setembro de 1678:

Luís, filho de Lázaro da Costa, marchante, e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos Francisco Carvalho, mercador, e Isabel de Figueiredo, mulher de Manuel Rodrigues, estaqueiro.

[SP.B.008.093]

Livro de batismos de São Pedro, 2 de Dezembro de 1683 (n. 18 de Setembro de 1683):

Gonçalo, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos José Francisco e Maria Josefa Ferreira.

[SP.B.008.130]

Nota: Gonçalo da Costa, «filho que ficou de Lázaro da Costa», casaria em São Dinis (12 de Maio de 1703) com Maria Pinto, filha que ficou de Manuel de Carvalho e de sua mulher Maria Gonçalves, desta freguesia, irmã da Leonor de Carvalho, que casou em 15 de Outubro de 1700 com outro filho de Lázaro, Francisco da Costa.

Foram padrinhos [...], sacristão; Domingos Coelho.

[SD.C.117.012]

Livro de batismos de São Pedro, 30 de Julho de 1690:

Antónia, filha de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

[Foram padrinhos] Silvestre da Costa, de Lordelo, e Frutuoso de Matos [sic].

[SP.B.008.188]

Nota: Antónia da Costa teve um filho, de nome Simão (b. 28 de Fevereiro de 1692), que jurou ser de seu marido, Francisco Mourão, ou Francisco Vilela; embora, por fim, tivesse acabado por confessar ser de Manuel Francisco, do Caminho de Baixo.

[SP.B.008.204] e [SP.B.008.229].

Deve ser a Antónia Broca, que casou com José Rodrigues.

— Francisco (n. 31 de Março de 1709; b. 8 de Abril de 1709)

Aos oito dias do mes de abril da era de mil he [se]te centos e nove annos nesta Matris e parochial Igreja de Sam Dionisio eu João Coreia de Faria Vigário desta Igreja baptizei a Francisco filho de Joseph Rodrigues e de sua molher Antonia Broca moradores na Vila velha desta freiguesia. Foram padrinhos Antonio Rodrigues casado com Barbora Rodrigos e madrinha Maria Guedes solteira filha que ficou de Joseph Guedes todos moradores na vila velha desta freiguesia. Naceo esta criança aos trinta e hum dias do mes de março da era asima não tem os Santos oleos por não serem chegados e por verdade mandei fazer este termo que asignei com o padrinho e foi mais testemunha Pedro Solteiro samchristam desta Igreja era ut supra. Tem os Santos oleos.

João Correa de Faria. Pedro Rodriguiz.

Nota marginal: Rua da / Villa velha / Francisco.

Filho de José Rodrigues e de sua mulher Antónia Broca, moradores na Rua da Vila Velha. Foram padrinhos António Rodrigues, casado com Bárbara Rodrigues, e Maria Guedes, solteira, filha que ficou de José Guedes, todos moradores na Vila Velha. Nasceu esta criança aos trinta e um dias do mês de Março da era acima. Não tem os santos óleos por não serem chegados.

[SD.B.002.135]

Livro de baptismos de São Pedro, 12 de Dezembro de 1692:

Isabel, filha de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos Francisco de Matos e Isabel Vilela, mulher de Manuel [...] do Rossio.

[SP.B.008.211]

Nota: Isabel da Costa viria a falecer em 12 de Janeiro de 1713, solteira, em casa de Baltazar de Matos, na rua das Pedrinhas. Deixou sua irmã Maria da Costa, solteira, por herdeira e testamenteira. Tinha 20 anos e 1 mês.

Notas:

Francisca Mendes tinha cerca de 43 anos ao dar à luz Isabel, em 12 de Dezembro de 1692. Lázaro, nascido em 8 de Novembro de 1606, contava 86 anos.

Existe ainda um Manuel e uma Maria (encontrados!) em [SP.B.008.175]

Francisca, FL Manuel Francisco e Luísa Mendes. Padrinhos: Manuel da Costa, solteiro, filho de Lázaro da Costa, e sua irmã Maria da Costa¹⁸⁰.

Lázaro terá falecido entre 15 de Outubro de 1700, data do casamento, em São Dinis, de Francisco da Costa, filho de Lázaro da Costa, e 12 de Março de 1703, data do casamento, em São Dinis, de Gonçalo da Costa, filho que ficou de Lázaro da Costa.

Explicitarei agora, o que na *Introdução* confessei, ou seja, a convicção de que teria havido dois Lázaros, visto considerar que existia uma «parte inverosímil da sua biografia, aquela que mais insistentemente exigia esclarecimento», parte se esclareceu, é certo, mas graças a desenvolvimentos que a tornaram ainda mais insólita.

A QUINTA DA PREGUIÇA

¹⁸¹Ver 1.º Ofício, 13 de Agosto de 1674.

Na acima transcrita escritura de obrigação de dívida, outorgada por Lázaro da Costa, este dá como garantia de pagamento «suas fazendas que tem aonde chamam a Preguiça, que constam de vinha, olival, terra de pão, duas casas, e lagar, que foram de Francisco Campelo, de Vila Marim, e dos *Calças*».

Esta quinta da Preguiça havia sido, em meados do século XVI, propriedade do Dr. Brás Vilela, corregedor de Trás-os-Montes e avô paterno de Maria Correia Botelho, legítima mulher de Pedro Pinto de Barros. No *Livro Prioral de São Domingos*, p. 168, existe registo de uma doação por ele feita ao convento, onde se pode ler mais uma descrição da quinta:

Vila Real e Preguiça
Doação de Brás Vilela

O Dr. Brás Vilela no ano de 1567 deixou de esmola a este convento um cântaro de azeite e 300 em dinheiro, pagos por Fevereiro, o azeite 3 canadas para a lâmpada do Senhor Jesus, que recebem os mordomos, as outras 3 para a lâmpada do Santíssimo Sacramento, que recebe o Convento e os 300. A hipoteca disto é uma propriedade que está no sítio da Preguiça, limite desta vila, toda tapada, que consta de casas, souto, lagar, vinha e olival. Tem de comprido 336 varas e meia, e de largo 25 varas, com a qual propriedade reconheceu Maria Álvares¹⁸², viúva de Nicolau Lopes¹⁸³, desta vila, mãe do Doutor António Álvares Nogueira¹⁸⁴.

¹⁸⁰ À frente, o autor acrescentara: «Sobre esta Maria da Costa ver [SP.B.008.204] e [SP.B.008.229]» [NE].

¹⁸¹ Antes do título, o autor indicara: «[a primeira escritura sobre a Preguiça, a compra das duas leiras, é 13 Ago. 1674 [037]; Maria Martins faleceu em 1666]» [NE].

¹⁸² Maria Álvares faleceu, já viúva, em 6 de Maio de 1746, e foi sepultada no convento de São Domingos [112.029].

¹⁸³ Nicolau Lopes Nogueira, picheleiro, morador na rua da Portela.

¹⁸⁴ Este Dr. António Álvares Nogueira apadrinhou, na igreja de São Pedro, em 29 de Junho de 1710, um José, filho de Domingos Correia e de sua primeira mulher Arcângela Fernandes, trisavós de Camilo por via varonil [010.011].

Mas como esta propriedade tinha sido de Isabel Martins, [mulher] do Cartagena¹⁸⁵, desta vila, que ao depois a arrematou¹⁸⁶ ao Doutor Bento Álvares de Barros, médico desta vila¹⁸⁷, que a largou da mesma sorte ao sobredito Nicolau Lopes; contra sua mulher e herdeiros teve o Convento demanda sobre estes 300.

Os títulos antigos estão no 1.º tomo, n.º 11; no Tombo do Tinoco, folhas 51; [e no] Tombo novo, folhas 69 verso.

Pagou até 1718 inclusive o azeite o sobredito. Ainda corre a demanda (Teixeira 1946-1952, vol. III, p. 303)¹⁸⁸.

Duas relevantes notas à margem:

Paga agora Dona Maria.

Paga agora o arcediogo de Mateus, João Mourão, que comprou.

Segundo se compreende, a quinta havia pertencido no século XVI ao Dr. Brás Vilela e, muitos anos depois, a Isabel Martins Cartagena, ao Dr. Bento Álvares de Barros, médico em Vila Real, a Nicolau Lopes, a sua viúva Maria Álvares, e ao filho de ambos, o Dr. António Álvares Nogueira.

Existem aqui dois erros:

1. O Dr. Bento Álvares de Barros era médico e sacerdote, ao que parece muito estimado, pois surge com grande frequência e durante décadas a apadrinhar crianças. Um dos seus muitos compadres era Lázaro da Costa, a quem ele baptizou, em 8 de Abril de 1674, um filho de nome Francisco.
2. Também a Isabel Martins não era *Cartagena*. Mais uma vez o frade palpita erradamente. Existiu na vila, com efeito, uma Isabel Martins que assim se poderia nomear por ser casada com um João Rodrigues *Cartageno*, serralheiro. Para situar este casal no tempo deve apontar-se o facto de que tiveram dois filhos, Manuel, baptizado em 17 de Junho de 1645, e João, baptizado em 2 de Setembro de 1655, e também que João Rodrigues *Cartageno* faleceu em 8 de Fevereiro de 1660, e a sua viúva em 17 de Junho de 1667.

Deve entender-se que, nos «títulos antigos» que o frade arquivista conservava, a senhora constaria apenas como Isabel Martins, tal como acontece nos livros paroquiais.

¹⁸⁵ Isabel Martins, viúva de João Rodrigues Cartageno, faleceu em 17 de Junho de 1667, e foi sepultada no adro de São Pedro. Deve haver aqui um engano. A Isabel Martins que foi proprietária da quinta da Preguiça deve ter sido, não a *Cartagena*, mas a Isabel Martins *Calças*, primeira mulher de Lázaro da Costa, quarto avô de Camilo.

¹⁸⁶ Silva 1789, vol. I, p. 119: Arrematar, comprar em leilão, ou almoeda, mas também vender aos lanços. Talvez, neste caso, o verbo arrebatat exprimissem melhor o ocorrido.

¹⁸⁷ O licenciado, e, a partir de 1668, Dr. Bento Álvares de Barros, não era médico, mas sacerdote e foi padrinho de um filho de Lázaro da Costa, Francisco, baptizado em São Pedro, aos 8 de Abril de 1674.

¹⁸⁸ O autor dá por largura à quinta da Preguiça, não as 125 varas, mas 25, correspondendo a 27,5 metros, o que é absurdo e que só pode provir de um erro de cópia.

A Isabel Martins que possuiu a quinta era a primeira mulher de Lázaro da Costa. Este herdá-la-ia, em conjunto com os filhos de ambos, motivo por que, em 1692, confessou possuí-la, na escritura de que tomámos conhecimento. É lá que Lázaro nos diz que as «suas fazendas que tem aonde chamam a Preguiça, que constam de vinha, olival, terra de pão, duas casas, e lagar, que foram de Francisco Campelo, de Vila Marim, e dos *Calças*».

Não só a intuição, como a lógica, nos levam a pensar que a alcunha seria a dos pais de Isabel Martins, mais especificamente a da família de sua mãe, Maria André, já que o pai era o *Rasteiro*.

Compreende-se agora a necessidade da alcunha de *Broca*, que talvez proviesse de António Mendes, o segundo sogro de Lázaro, talvez seu parente pelo lado de sua mãe.

A TRIBO DOS BROCAS

Como já foi estabelecido, Isabel Martins faleceu em 7 de Dezembro de 1666.

Lázaro da Costa casaria, 14 meses passados, com Francisca Mendes.

Segundo José de Campos e Sousa, o matrimónio de Lázaro da Costa com Francisca Mendes foi celebrado na freguesia de São Pedro, em 31 de Janeiro de 1668. Esta informação é hoje insusceptível de confirmação, por ter deixado de existir cobertura documental para os casamentos ocorridos em São Pedro no intervalo de quase um século, aquele que vai de 1616 a 1710. Os livros existiam, no entanto, em meados da década de 1940, já que José de Campos e Sousa os consultou, no Registo Civil vila-realense.

Lázaro da Costa e a jovem Francisca Mendes viriam a gerar abundante prole legítima, a acrescentar ao Manuel da Costa, o filho adúlterino dos dois, nascido em 1664:

Livro de baptismos de São Pedro, 20 de Setembro de 1669:

José, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos José de Sousa, sirgheiro, e Isabel Carvalho, mulher de Dinis Francisco. [SP.B.007.161].

Nota: A *Broca* não casou preinha!

Livro de baptismos de São Pedro, 20 de Março-Junho de 1671:

Maria, filha de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos Gaspar de Araújo[?] e Joana de Mesquita, mulher de António Mesquita. [SP.B.007.180]

Nota: Esta Maria da Costa teve um filho, de nome Simão, baptizado em 28 de Fevereiro de 1692, que declarou ser de seu marido, Francisco Mourão ou Francisco Vilela, mas, por fim, pressionada pelo pároco, acabou por confessar ser de Manuel Francisco, do Caminho de Baixo, logo após ter baptizado uma Antónia, filha do mesmo Manuel Francisco.

Talvez por ter ficado com a vida desfeita, Maria da Costa mereceu especial lembrança a sua mãe pois surge, no assento de óbito desta, nomeada como herdeira, conjuntamente com Lázaro, seu pai.

[SP.B.008.204] e [SP.B.008.229].

Livro de batismos de São Pedro, 3 de Novembro de 1672:

Domingos, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos António Ferreira e Maria de Oliveira.

[SP.B.008.028]

Nota: Domingos Correia, picheleiro, ou estanjeiro, depois arrematador de impostos e finalmente falido. Trisavô de Camilo Castelo Branco.

Livro de batismos de São Pedro, 8 de Abril de 1674:

Francisco, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos o Licenciado Bento de Barros e Joana de [...].

Nota: Francisco da Costa casou em São Dinis (15 de Outubro de 1700) com Leonor de Carvalho, filha de Manuel de Carvalho e de sua mulher Maria Gonçalves.

[SD.C.117.007]

Lourenço [...]

Livro de batismos de São Pedro, 1 de Fevereiro de 1748:

Maria (1 de Fevereiro de 1748), filha legítima de Lourenço da Costa e Ana Margarida Mourão, moradores na rua do Açougue. Neta paterna de Francisco da Costa e Leonor de Carvalho; neta materna de Pascoal Rodrigues e Luíza Maria, da mesma rua.

[SP.B.014.281]

Livro de batismos de São Pedro, 20 de Junho de 1675:

Luísa, filha de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos Damião Borges da Costa, de São Dionísio, e Luísa Mendes, filha de António Mendes, da rua do Rossio.

[SP.B.008.060]

Luísa da Costa, que casou com Luís Carvalho. O casal deu perdão, em 28 de Agosto de 1700, a um seu irmão e cunhado, Francisco, menor, filho de Lázaro da Costa, que assina como Francisco da Costa. Como testemunha assina Manuel Rodrigues (abaixo há três deste nome) e Manuel Mendes «pela dita Luísa» [NotVR3.Lv5.041].

Livro de batismos de São Pedro, 10 de Julho de 1707:

João, filho de Luís Carvalho e de sua mulher Luísa da Costa, do Açougue.

Foram padrinhos João Ferreira [irmão de Isabel Martins] e Isabel Vilela, mulher de Manuel Rodrigues.

Nasceu em 2 de Julho de 1707.

[SP.B.009.086]

Tem muitos outros filhos de Luís de Carvalho.

Livro de batismos de São Pedro, 13 de Setembro de 1676:

João, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos Manuel Brás e Maria Martins.

[SP.B.008.068]

Livro de batismos de São Pedro, 15 de Setembro de 1678:

Luís, filho de Lázaro da Costa, marchante, e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos Francisco Carvalho, mercador, e Isabel de Figueiredo, mulher de Manuel Rodrigues, estanqueiro.

[SP.B.008.093]

Livro de batismos de São Pedro, 2 de Dezembro de 1683:

Gonçalo, filho de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos José Francisco e Maria Josefa Ferreira.

[SP.B.008.130]

Nota: Gonçalo da Costa Botelho, «filho que ficou de Lázaro da Costa», casaria em São Dinis (12 de Maio de 1703) com Maria Pinto, filha que ficou de Manuel de Carvalho e de sua mulher Maria Gonçalves, desta freguesia, irmã da Leonor de Carvalho, que casaria em 15 de Outubro de 1700 com outro filho de Lázaro, Francisco da Costa.

[SD.C.117.012]

Livro de batismos de São Pedro, 30 de Julho de 1690:

Antónia, filha de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos Silvestre da Costa, de Lordelo, e Frutuoso de Matos [*sic*].

[SP.B.008.188]

Nota: É a Antónia *Broca*, que casou com José Rodrigues.

Livro de batismos de São Dinis, 8 de Abril de 1709:

Francisco, filho de José Rodrigues e de sua mulher Antónia Broca, moradores na Vila Velha. Foram padrinhos António Rodrigues, casado com Bárbara Rodrigues, e Maria Guedes, solteira, filha que ficou de José Guedes, todos moradores na Vila Velha.

[SD.B.002.135]

Nota: Antónia da Costa nasceu em 31 de Março de 1709 [*sic*].

Livro de batismos de São Pedro, 12 de Dezembro de 1692:

Isabel, filha de Lázaro da Costa e de sua mulher Francisca Mendes.

Foram padrinhos Francisco de Matos e Isabel Vilela, mulher de Manuel [...], do Rossio.

[SP.B.008.211].

Nota: Lázaro tinha 86 anos quando baptizou esta sua última filha. Isabel da Costa faleceria em casa de Baltasar de Matos, na rua das Pedrinhas, aos 12 de Janeiro de 1713. Era solteira e tinha 20 anos e 1 mês. Deixou por herdeira e testamenteira sua irmã Maria da Costa, também solteira.

Livro de batismos de São Pedro, 14 de Novembro de 1627:

Domingos, filho de Domingas, solteira, de Relvas, [que] deu por pai Domingos, filho de Ana Jorge, de Celeirós.

Foram padrinhos Pedro Martins, filho de Leonardo Martins, e Ana Gonçalves, forneira, mulher do *Paleiro*.

Parece ter existido um relacionamento entre um tal Domingos Jorge, possível pai de Ana Jorge, e a família de Domingos Rodrigues Pinto, de que dariam prova os assentos que seguem:

Livro de batismos de São Pedro, 2 de Julho de 1608:

João, filho de Domingos Jorge e de sua mulher Comba Vilela.

Foram padrinhos António Fernandes e Isabel Machado, mulher de Domingos Rodrigues. Celebrou o padre António Fernandes, vigário desta igreja.

Livro de batismos de São Pedro, 3 de Abril de 1611:

Pascoal, filho de Domingos Jorge e de sua mulher Comba Vilela.

Foram padrinhos António Fernandes, mercador, e Catarina Rodrigues Amara. Celebrou o abade António Fernandes.

O padrinho das duas crianças é António Fernandes, mercador, marido de Juliana Machado, a irmã de Isabel Machado, que contracenava no caso do João com a cunhada, mulher de Domingos Rodrigues Pinto e, no caso do Pascoal, com Catarina Rodrigues Amara, mãe do mesmo. Constituirá delirante fantasia ou até proposta abusiva considerar que o *Marrão*, concunhado do padrinho e elo de ligação entre as madrinhas, era alguém das relações do pai das crianças?

Existe ainda um terceiro assento, datado de 24 de Fevereiro de 1613, do baptismo de um Francisco com a mesma filiação, mas sem acréscimo de informação relevante no contexto.

Creio ainda que o Domingos Rodrigues Pinto que «casou com D. Maria Ferreira, filha de Baltasar Vaz Ferreira, natural de Oura (Vidago) e de sua mulher D. Catarina, Morgados das Casas Novas», em nada se relaciona com o *Marrão*, por supor que a ideia proveio da existência de quatro assentos exibindo um casal de sugestivos nomes. Vejamos o primeiro:

Livro de batismos de São Pedro, 12 de Julho de 1643.

José, filho de Domingos Jorge e de sua mulher Maria Ferreira.

Foram padrinhos António João, filho de Ambrósia João, filha de Gonçalo João.

A este seguem-se três assentos lavrados nos livros paroquiais de São Pedro, dando notícia de outros tantos filhos do casal: Manuel, baptizado em 22 de Outubro de 1645; João, baptizado em 19 de Junho de 1648; e Domingos, «filho de Domingos Jorge e de sua mulher Maria Ferreira, da Cruz da Fraga», falecido em 27 de Novembro de 1673. Os filhos são muitos mais.

É evidente que este Domingos Jorge não é aquele de quem acima tomámos conhecimento, graças aos assentos de baptismo celebrados por António Fernandes *Malrasca*, onde vimos os seus filhos serem apadrinhados por parentes próximos de Domingos Rodrigues Pinto, um concunhado, a mulher e a mãe; mas a sua existência, associada nos livros de São Pedro a uma mulher homónima da «D. Maria Ferreira, filha de Baltasar Vaz Ferreira, etc.», deve ter contribuído para criar a tradição.

Domingos Jorge já não era vivo em 29 de Abril de 1632, data em que uma Maria, «filha que ficou de Domingos Jorge», foi madrinha em São Pedro de um António. Terá falecido em 8 Setembro de 1628, data do assento do óbito de um Domingos Jorge, morador na rua Direita, que foi sepultado no convento de São Domingos.

Julgo saber quem era este segundo Domingos Jorge, por acreditar ter encontrado o assento do seu baptismo.

Livro de baptismos de São Pedro, 14 de Novembro de 1627:

Domingos, filho de Domingas, solteira, de Relvas, [que] deu por pai Domingos, filho de Ana Jorge, de Celeirós.

Foram padrinhos Pedro Martins, filho de Leonardo Martins e de Ana Gonçalves, forneira, mulher do *Paleiro*.

Eis o que parece ter sucedido: Domingos Rodrigues Pinto gerou em Ana Jorge, mulher solteira de Celeirós, um filho de nome Domingos Jorge, que por sua vez gerou em Domingas, mulher solteira de Relvas, um filho de nome Domingos. Este terceiro Domingos, nascido em 1627 e que viria a chamar-se Domingos Jorge, tal como seu pai, casar-se-ia com uma Maria Ferreira, de quem teria, em 1643, quando contava 16 anos, um filho de nome José, que seria decerto o seu primogénito.

À data do nascimento deste segundo Domingos Jorge, Domingos Rodrigues Pinto, seu avô, contava 50 anos.

Livro de baptismos de São Pedro:

Francisco, filho de Domingos Jorge e de sua mulher Comba Vilela.

Foram padrinhos Francisco Coelho e Antónia Lourenço, mulher de António Gomes, e foy bautizado em casa por aver perigo.

Celebrou o abade António Fernandes.

Informação relevante encontra-se no assento que segue, que nos dá exemplo do conhecido paradigma do filho que repete os procedimentos do pai:

Livro de batismos de São Pedro, 14 de Novembro de 1627:

Domingos, filho de Domingas, solteira, de Relvas, [que] deu por pai Domingos, filho de Ana Jorge, de Celeirós.

Foram padrinhos Pedro Martins, filho de Leonardo Martins, e Ana Gonçalves, forneira, mulher do *Paleiro*.

Domingos Jorge não se ficaria por este casamento, pois ainda surge, num contrato de empraçamento de uma horta, firmado no primeiro dia de Outubro de 1624, descrito como alfaiate, e casado com uma Marinha Coelho.

Livro de casamentos de Oura, 29 de Dezembro de 1654 [060]:

Domingos Rodrigues, das Casas Novas, freguesia de São Vicente de Redondelo.

Maria Gonçalves, de Vila Verde, desta freguesia de São Tiago de Oura.

Celebrou o padre Pedro Vaz de licença do padre Amaro do Rego.

Livro de casamentos de Oura, 15 de Novembro de 1667 [069]:

Domingos Pinto, filho de Gonçalo Rodrigues

Catarina Camela, filha de Gaspar Vaz.

Livro de casamentos de Oura, 5 de Fevereiro de 1668 [069]:

Domingos Pinto, filho de Gonçalo Pinto.

Isabel Gonçalves, filha que ficou de João Gonçalves.

Livro de casamentos de Oura, 30 de Dezembro de 1668 [069]:

Domingos Rodrigues, filho de Domingos Fernandes.

Maria Gonçalves, filha de António Gonçalves.

Livro de casamentos de Oura, 14 de Dezembro de 1670 [070]:

Domingos Rodrigues, do lugar de Vila Verde.

Serafina Pereira, filha de Alexandre de Magalhães.

Livro de batismos de São Pedro, 1 de Maio de 1606:

António, filho de Domingos Jorge e de sua mulher Francisca Lourenço.

Foram padrinhos o padre António Fernandes, vigário desta igreja, e Catarina Álvares, mulher de Domingos Lourenço[, sapateiro]. 17 de Fevereiro de 1645

Esta Francisca Lourenço terá talvez morrido de parto, pois o marido surgiria, dois anos passados, a baptizar outro filho, gerado em outra legítima esposa:

[068] — 10 de Maio de 1606 SP

Pedro, filho de Leonardo Martins e de sua mulher Inês Vaz.

Foram padrinhos o padre Pedro Dias Coelho e Maria Coelho, sua irmã.

[022] — 10 de Outubro de 1633 PdC

Pedro Martins.

Domingas Baltasar, filha de Baltasar Dias e de sua mulher Isabel Gonçalves,
de Relvas.

Foram testemunhas Gonçalo Gonçalves, de Relvas, e Domingos, filho de
Maria Francisca, do mesmo lugar.